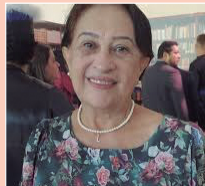
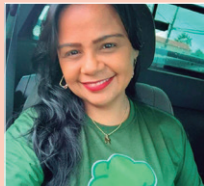
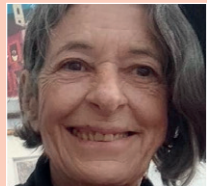
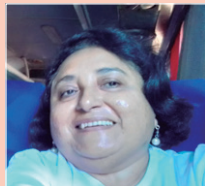


Organizadoras
 Denise Machado Cardoso
 Maria Ludetana Araújo
 Maria Sóeli dos Anjos Farias Lemoine
 Nilza Verônica Campos Amaral Aguiar
 Patrícia Cristina de Aragão
 Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
 Veronique Ballot



Série Eneida de Assis

Rosto de Mulher





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Denise Machado Cardoso
Maria Ludetana Araújo
Maria Sóeli dos Anjos Farias Lemoine
Nilza Verônica Campos Amaral Aguiar
Patrícia Cristina de Aragão
Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Véronique Ballot
Organizadoras

ROSTO DE MULHER



eduepb



Campina Grande - PB | 2024



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

R839 Rosto de mulher [recurso eletrônico] / organização de Denise Machado Cardoso ... [et al.] ; prefácio de Vèronique Ballot e Denise Machado Cardoso. – Campina Grande : EDUEPB, 2024.
374 p. : il. color.

ISBN: 978-65-268-0003-4 (Epub)

ISBN: 978-65-268-0004-1 (PDF)

1. Mulheres do Brasil. 2. Sociobiodiversidade. 3. Narrativas femininas. I. Cardoso, Denise Machado. II. Araújo, Maria Ludetana. III. Lemoine, Maria Soéli dos Anjos Farias. IV. Aguiar, Nilza Verônica Campos Amaral. V. Aragão, Patrícia Cristina de. VI. Pinheiro, Lucineide Gonçalves. VII. Ballot, Vèronique. VIII. Título.

21. ed. CDD 305.4

Ficha catalográfica elaborada por Lêda Diniz – CRB-15/1032

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

FEMMES, VIE, LIBERTÉ !

Por causa de um fio de cabelo, eu tinha apenas 22 anos quando fui batida até a morte....

Uma homenagem à Masha Amani.

Quantas Macha Amani morrem nas mãos dos seus algozes no Brasil, no Mundo?

Em nome da moral masculina que usam o nome de Deus, a honra da família, a honra da pátria, a honra da polícia, a honra da religião, a honra do ser masculino, do ser superior que impôs a sua superioridade, da honra daquele que têm interesse econômico e político na honra da mulher...

Aos 22 anos e natural do Curdistão iraniano, ela morreu três dias depois de ser presa em Teerã, onde passeava com a família

Com o slogan **Mulher, vida e liberdade** a vida de Macha Amani foi reivindicada pelas mulheres iranianas e pelas do mundo. A obra **ROSTO DE MULHER** rende homenagem a este Anjo inocente que pereceu nas mãos da brutalidade masculina.

Que a Mãe Terra mude o rumo da Mulher que aspira por um Estado democrático e respeitoso de suas escolhas!

Maria Soeli Farias-Lemoine

Maria Ludetana Araújo

SUMÁRIO

- 11** **PREFÁCIO**
Véronique Ballot
Denise Machado Cardoso
- 13** **ENTRE PEDAÇOS, RASCUNHOS E BORRÕES – UM
ROSTO, UMA PELE, UM CORPO DE MULHER**
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
- 24** **INFÂNCIA ROUBADA**
Catarina Maciel
- 26** **MULHERES EXTRAORDINÁRIAS**
Clara Terko Takaki Brandão
- 46** **DESCONSTRUINDO QUEM EU ERA, ENCONTREI QUEM
EU SOU**
Cristiane Maria Nepomuceno
- 53** **ENEIDA CORREA DE ASSIS (1944-2015)**
Denise Machado Cardoso
- 63** **BIOGRAFIA**
Elizabete Nascimento

- 65 UM ROSTO DE MULHER**
Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues
- 69 EU SOU QUILOMBO**
Fabiana Vencezlau
- 81 MULHERES NO TEMPO DO SABOR E DO AMOR**
Fátima Costa
- 92 COCHICHOS ÍNTIMOS AO PÉ DA ORELHA - CHEIROS, SABORES E AFETOS**
Por Gilma D'Aquino
- 105 EU, ELAS E NÓS**
Graça Santana
- 129 O PODER DA PALAVRA NA VIDA DA MULHER**
Hertha Cristina Carneiro Sá
- 135 O REI DO UATUMÃ**
Julieta Monteiro
- 145 AS PRIMEIRAS REMADAS DA BIBI**
Kátia Munduruku
- 167 FUXICOS DA MINHA INFÂNCIA: AS MARIAS DA MINHA VIDA – PARTE I.**
Liz Carmem Silva-Pereira
- 174 A BAILARINA NEGRA**
Luciene Tavares da Silva Lima
- 179 MULHERES DA VILA**
Lucinha Siva

184 ESPINHA EM CHAMAS OU EM BUSCA DE CONTORNOS

Luísa Tapajós

193 EDITH BIERI – GASS: UM TRABALHO PIONEIRO DE AMOR E DEDICAÇÃO NO ALTO TAPAJÓS – PA

Márcia Lasmar Bieri

216 CARTAS PARA MIM OU PARA VOCÊ

Marcilana Pinheiro Moraes

219 A TRAJETÓRIA DE VIDA DA MULHER INDÍGENA

Graça Atikum

232 MARIA GERMANA DIAS PACHECO

Maria do Carmo Dias Pacheco Pettenon

Terezinha de Jesus Dias Pacheco

234 MARIA JANE, MULHER CIGANA E SUA TRAJETÓRIA DE VIDA, FAMÍLIA, LUTA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Maria Jane Soares Targino Cavalcante

251 TALVEZ TENHA DESEJADO SER ALGUÉM DIFERENTE

Maria Luíza Lapa de Souza

261 MARAJOARAS, MALUNGAS, MARIAS... OU SOBRE AQUEL@S QUE VIERAM ANTES DE MIM...

Maria Páscoa Sarmiento

272 A MENINA QUE NASCEU NA MAROMBA

Maria Sóeli dos Anjos Farias Lemoine

294 AVÓS: AS VOZES DO CORAÇÃO

Nilza Verônica Amaral

**311 DE MENINA À MULHER, HISTÓRIAS DE MARIAS:
NAVEGANDO EM SUAS VIVÊNCIAS**

Patrícia Cristina de Aragão

320 A DEFENSORA DA FLORESTA

Raianda Maria Nunes

329 A MENINA DA FLORESTA

Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro

349 OS ROSTOS QUE FORJARAM O MEU ROSTO

Virna Lúcia Cunha de Farias

356 SOBRE AS AUTORAS

Instituto de Pesquisa em Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia – IPEASA

Esse livro tem como objetivo retratar a história das mulheres, na sua maioria, originárias do Pará e de outros estados do Norte e do Brasil. Situando seus percursos mais marcantes ao longo de suas vidas com perfis culturais, econômicos e sociais bem diversificados e essa diversidade é enriquecedora nas suas narrativas. Percursos esses de muita luta para alcançar um estatuto na sociedade.

O que elas têm em comum, apesar das suas histórias serem diferentes? Primeiramente por serem mulheres, que no contexto atual muitas conquistas foram alcançadas e muitas outras não de vir e principalmente pelo envolvimento com a pesquisa em estudos culturais e ambientais sustentáveis da Amazônia, nas quais muitas entre elas são originárias.

A relação das mulheres com a natureza, especialmente com a Terra, possui substrato simbólico vital de fecundidade e natalidade. Mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres ribeirinhas, mulheres caboclas, mulheres pescadoras, mulheres de vários lugares e profissões, mulheres que são importantes para a conservação da Amazônia por trazerem conhecimentos ancestrais acerca desse bioma tão relevante para todas as regiões e continentes.

O silenciamento de suas histórias é algo que não se restringe ao atual momento, posto que as mulheres foram silenciadas em suas produções artísticas, científicas e culturais ao longo dos séculos, pela chamada cultura ocidental. Contudo, a superação destas colonialidades tem sido uma constante pois é reconhecido pelas sociedades originárias, pelas sociedades quilombolas, pelas comunidades amazônicas e de outras regiões que foram colonizadas, a importância dos conhecimentos que as mulheres trazem em termos de sociobiodiversidade.

A partir desse vínculo das mulheres com a terra, com as matas e com os rios, entenderemos o retrato dessas guerreiras nos diversos campos de atuação, seja na educação, pesquisa e projetos envolventes com a Amazônia e com

sua população. A proposta deste livro é, portanto, apresentar as narrativas, as produções, as histórias e conhecimentos de mulheres que fazem e contam a história de seus povos e de suas culturas a partir de si e de outras mulheres que as inspiram.

A apresentação do rosto destas mulheres traz em suas faces o que é vivido coletivamente e que é, muitas vezes, ocultado pela narrativa hegemônica, marcada pelo ocultamento e silenciamento. O protagonismo de várias dessas mulheres revela-se a partir de suas trajetórias, apresentadas nesta obra inspirada pela escrita criativa, cuja leitura é uma oportunidade de conhecer quem são as mulheres amazônicas.

Véronique Ballot
Denise Machado Cardoso

ENTRE PEDAÇOS, RASCUNHOS E BORRÕES – UM ROSTO, UMA PELE, UM CORPO DE MULHER

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

Tudo se ergue de ousadia e criatividade!

Ana Lúcia Aguiar

(1974)

Uma vida Maria¹

O primeiro maior erguimento foi com a perda de sua mãe, Maria. Minha avó Maria, mãe da minha mãe Rosa Mesquita. Mais tarde, Maria seria minha avó com o meu nascimento. Para escrever sobre esse percurso preciso começar com coisas quebradas, com rupturas profundas e momentos que trazem marcas fortes, alimentadas de dúvidas e de decisões imediatas a serem tomadas. Emoções e sentimentos, que me conduziram como um regente conduz uma orquestra. Nada poderia desarmonizar. Tudo precisava sincronizar. Cada palavra, cada frase e cada ação pedia os mesmos sons das pessoas que estavam, naquele dia, naquela casa.

Eram os idos de 1932, quando uma menina que, adotada aos quatro anos de idade, crescera em meio a um ambiente que lhe exigiu aprender com o mundo que a rodeava. Em 1928, perdera sua mãe, quatro anos depois do seu nascimento. A casa pertencia à Margarida, irmã de Maria que, antes de sua morte, prometeu

1 Todos os nomes utilizados são fictícios, para preservar o sigilo dos narradores.

cuidar de Rosa Mesquita como se fosse uma filha. Isso tudo antes de ir para a companhia de sua tia, quando da morte de sua mãe. O irmão mais velho de sua mãe era um homem bom que as acolheu, Maria e onze filhos, quando fugiram pelos canaviais. Rosa Mesquita, muito pequena corria, seguindo os passos de sua mãe Maria. Eram quatro irmãos e seis irmãs. Rosa Mesquita era a mais nova. Maria, sua mãe, estava muito doente e não resistiu. Ao morrer sua mãe, o irmão mais velho, o tio bom da Rosa Mesquita precisou distribuir os onze filhos de sua irmã entre seus irmãos. Desde aquele momento, Rosa Mesquita passou a morar com a tia Margarida que se apressou em ficar com a filha mais nova dos onze filhos de sua irmã.

Adotei o nome fictício de Rosa Mesquita, que é uma planta que produz uma florzinha pequena, cheirosa e de diversas cores. No dia seguinte à morte da sua mãe, sua tia Margarida, que a adotara, a fez de sua empregada. Não tinha nada, não tinha roupas suficientes, não tinha sapatos suficientes, não podia respirar o ar livre do lugar, pois seu mundo era dentro de uma casa, realizando atividades domésticas. Com tão tenra idade de quatro anos era obrigada a arrumar toda a casa. Era uma casa grande onde moravam quatro pessoas, cinco com a chegada de Rosa Mesquita. Ordenara sua tia cansativas tarefas que suas mãos, ainda pequenas, não conseguiam dar conta. Sapatos, roupas, lençóis, travesseiros, todo o lixo da casa, pratos para lavar cuja tarefa teria que, para executar, subir em um banquinho. Acrescentou às tarefas de Rosa Mesquita, ao nascer a primeira filha do casal, tarefas de lavar, passar e dobrar as roupas do bebê.

Cresceu Rosa Mesquita, idade a idade, em meio às atividades que aumentavam. Na proporção que sua idade ia passando, tarefas se ampliavam, de uma para outra, em uma escala, que a impedia de vivenciar sua fase de criança.

Nessa casa, ela construiu todos os detalhes para cultivar a beleza das coisas secas. Era seu universo inspirador. Toda a sua vida tinha um amargo e uma doçura. Ela fazia da vida um poema e utilizava sua vida para ser seu poema. Quando Rosa Mesquita entra e sai dos cômodos da casa passa os dedos por cada objeto de forma sensível, carinhosa e detalhada. Gostava das sopeiras, das tigelas e das taças. Embelezava-se com os conjuntos de roupa das camas: os lençóis bordados e as fronhas que envolviam os travesseiros. Seus olhos miravam tudo e sonhava um dia por ter em sua casa, quando casasse, com sua roupagem sem equívocos, antigas e cheirosas.

Quando saía de cômodo a cômodo, ia se encantando, tocava, sentia e passava os dedos por cada objeto. Amava todas as coisas, se envolvia, perdida nos pensamentos com as coisas pequenas, com os jarros de flores, os jarrinhos feitos com figuras de animais, os chamados *biscuit*. Quantas coisas puras estavam ali, de louça, de madeira e de barro. Rosa Mesquita amava todas as coisas. Tudo refletia seu toque. Todos os dias, logo cedo da manhã, caminhava solta em seus pensamentos canto a canto até ouvir os gritos de sua tia Margarida e, assim, era provocada a parar seus pensamentos. Rosa Mesquita, todavia, cultivava seus botões de rosa, em meio às adversidades. Edificava, dia a dia, seu coração inocente.

Por entre sonhos, uma vereda, um atalho, uma pista

Cresceu, Rosa Mesquita, por entre sonhos projetados para fora daquele lugar, daquele que era, naquele momento, um refúgio para seus pensamentos, para seus sonhos, uma vereda, um atalho ou uma pista. Às vezes, a casa se confundia com um grande navio, um veleiro que, em seus sonhos, a levaria um dia para bem longe daquele sítio. Por esse caminho, Rosa Mesquita, escreveu, rodeada de seus imaginários, unia o que não queria recordar, a perda de sua mãe e seus pés despidos caminhando, tudo o que acompanhou sua vida desde seu nascimento em 15 de janeiro de 1928.

De seu imaginário, saíam trens, movimento, alegria, uma história que a orientava para uma distância que ela não sabia, ainda, onde seria. Não sabia, que uma ilha a esperava para viver, livremente, os seus sonhos. Em um navio grande de seus sonhos projetava sua viagem, a escrita de sua história fora nos ditames de sua tia Margarida. Seus altos e baixos foram molhados por desejos, vontades e expectativas. Os acontecimentos que, mais tarde, a deixariam abandonada pelo desamor de uma tia, seu exílio, as rochas e o mundo ao seu redor seriam uma âncora. Do mais simples ao mais complexo, pensava. Cultivava a beleza nos dias amargos. O universo inspirador era seus desejos. Alimentava-a.

Todo seu corpo tinha uma doçura, como se estivesse sido feito para uma mão pequena de uma criança que se viu crescer, com quatro, cinco, seis, sete anos de idade e, assim por diante, em meio a coisas quebradas e ao redor de coisas partidas. Ergue da dor uma cura, uma purgação, uma pedagogia, uma educação

para a vida, pois se fortaleceu desse lugar. Puras e belas, como pensasse que era uma princesa e, mais tarde, um príncipe iria resgatá-la daquele lugar. Como a história da Gata Borralheira, que não teve oportunidade de ler quando criança, em seus sonhos, sonhava com um rapaz que a livrasse daquela redoma.

Cresceu, Rosa Mesquita, em meio às tarefas que, também, cresciam na medida em que atingia a mocidade. Construiu um sonho com todos os detalhes de quem traçava um fim para aquela vida de tarefas, tarefas e tarefas. Não teve direito de estudar. Qual razão teria sua tia para matriculá-la em uma escola? No chão batido do quintal da casa e da área em volta ao sítio, pensava que tinha, ao seu lado, uma terra sedenta de sua escrita, de sua história e de suas projeções para bem distante. Nesse tempo e, agora com quinze anos de idade, Rosa Mesquita experimenta tarefas, que sua tia mandava cumprir fora do sítio. Comprar manteiga, açúcar, feijão, arroz, farinha e outros mantimentos para abastecer a casa, o que permitia uma viagem em estratégias para Rosa Mesquita.

Viagem para seus pensamentos, para os sonhos que projetava de lugares, que só sua imaginação amiga e fértil lhe deixava escrever na memória. Esse fora do lugar é sua armadura e sua âncora. Era o embelezamento atingido por seus pensamentos de um lugar que não sabia qual seria, mas que sentia e estava perto. Cada dia alimentava seus pensamentos, andando em busca permanente. O que era bom, para as flores que alimentava para sua vida em seus pensamentos, era seu mundo inspirador. Transformava espinhos em rosas. Dos espinhos, brotavam rosas.

Em sua rota, aos quatorze, quinze e dezesseis anos de idade, cabe repisar, inicia uma jornada de maiores responsabilidades: mais tarefas domésticas, que executava com um coração feliz por poder respirar e encontrar pessoas, nem que fosse por pouco tempo, que era o tempo das compras na bodega do sítio mais próximo e que sua tia Margarida marcava, no relógio, da hora que Rosa Mesquita saía até o retorno. Com frequência, sua tia Margarida lhe dava duas horas para ir e vir “com as compras nas mãos e com a lista completa”, dizia sua tia todos os dias. Não levava dinheiro, pois na “bodega” tinha um caderno com o nome dos “fiados”, como era dito à época, escrito no caderno com o nome de cada devedor cujo pagamento seria ao final do mês, com a data e o que havia comprado. Essa etapa da vida de Rosa Mesquita foi primorosa para alimentar seus sonhos e vivências de uma mocinha. Rosa Mesquita foi, digo, uma poeta de

sua época, sem ter frequentado nenhuma escola. Nunca deixou de lado os temas do dia a dia e seus sentimentos de vivências práticas. Sem ter aprendido as lições de uma escola, pois não a frequentara, ao crescer, via suas primas estudando, admirava os cadernos, a tabuada e as linhas dos cadernos com linhas.

Pensou em produzir seu caderno de forma artesanal com as folhas dos sacos das compras. Nasceu uma vereda, um atalho, um córrego para sua inserção nos estudos do ABC.

Os sacos da bodega testemunham as fugas para estudar

Desejava todos os dias um caderno. No entanto, nunca teve um, na companhia de sua tia. Quando suas primas saíam com sua tia para visitar um vizinho de um sítio próximo, Rosa Mesquita aproveitava e se deliciava pegando os cadernos das primas e passando os dedos pelas letras e se enchia de decisão para aprender. Resolveu arrumar todos os sacos, aqueles de cor marrom, que vinham com as compras da “bodega”, cortar em forma de folha, dobrar um a um, claro ela escondia alguns, pois sua tia usava os sacos das compras para que Rosa Mesquita limpasse as panelas engorduradas das comidas antes de lavar cada uma. Abria os saquinhos, estirava e colava com sabão ponta por ponta, de sorte que, todas as folhas viravam um caderninho. Depois, seu caderno recebia uma nova forma, a saber: com dois buraquinhos ao centro e um cordão trançado para segurar as folhas dos sacos da bodega. E o lápis? Como fazia? De início era uma pontinha de carvão. Rosa Mesquita afinava, bem fininho, para ir imitando as palavras que via nos cadernos das suas primas.

Durante sua adolescência viveu entre as tarefas de casa, que aumentavam e o sonho de aprender a ler e a escrever. Rosa Mesquita desejava ler e escrever. Quando aprendeu, seus escritos se reportavam às memórias de suas saudades: os canaviais, as grutas e as roupas que sua mãe usava para cortar cana de açúcar. Trazia as brincadeiras de crianças vivenciadas entre as árvores, as plantas e os açudes da fazenda. Tinha na mente a paisagem de quando viveu com sua mãe nos canaviais do Nordeste. Com um sentimento de dor pelos sofrimentos de sua mãe, lembrava-se da “brabeza” de seu pai, um homem “bruto”. Sua voz embargava... Sua mãe Maria vinha aos seus ouvidos com voz mansa, soprando, cantando os sonhos de um dia sair daquelas amarras. Pensava em fugir com os

onze filhos, por não suportar as agressões do marido. Maria meditava todas as noites e arquitetava um plano de fuga da fazenda. Dos canaviais do Nordeste do Brasil, a rota seria a cidade de Flores Verdejantes, onde morava um tio mais velho, que vivia em boa situação de vida, era um homem rico e proprietário de terras. Seria o porto seguro de Maria, sua mãe.

Essa pausa nesses escritos, contando a história da mãe de Rosa Mesquita, tem o objetivo de mostrar a coragem dessa mulher, dos idos da década de 30 do século passado, que se pronunciava contra a violência doméstica. Voltemos aos escritos de Rosa Mesquita e sua vontade, determinada, de estudar. As compras, que eram suas tarefas quando adolescente, entre os sombrios dias, eram como uma luz, que a fazia desfrutar e aproveitar as brechas do tempo das tarefas que sua tia escrevera para sua vida.

Ocorre que, Rosa Mesquita, no caminho da “bodega” conheceu uma jovem senhora de um sítio que ficava perto do sítio de sua tia. Um dia, muito curiosa e não aceitando aquela realidade, que sua tia decidiu escrever para sua vida, entrou no sítio e contou à jovem senhora, seu desejo de estudar. Por sorte, essa senhora era alfabetizadora, que ensinava às crianças de sítio em sítio. Ela firmou com Rosa Mesquita ser sua professora e ensinar a ler e a escrever. Rosa Mesquita, quando pensa nesses dias, relembra como uma referência nostálgica e, acentuadamente, uma referência de escola.

Como ocorriam as lições de alfabetização? A jovem senhora, separou todas as folhas, que Rosa Mesquita organizava dos saquinhos da “bodega” e criou espaço para a escrita, que se desenvolvia entre a ida às compras e o retorno para a casa da tia Margarida. Rosa Mesquita denominou essas brechas “de estudar na fuga”, pois, entre as compras e o retorno para casa, entrava no sítio e estudava, conversava com a jovem senhora. Meia hora era o possível. No entanto, Rosa Mesquita, muito esperta e movida pelo desejo de estudar e aprender, resolveu ir com mais frequência à “bodega”. Como fazia? Ela jogava manteiga, farinha e açúcar dentro do ralo de um tanque de animais que ficava no quintal da casa. Dessa forma, recebia ordens da sua tia Margarida para ir à bodega com mais frequência e passou a ir, duas vezes por semana, comprar os alimentos para a casa.

Sua tia, que não tomava conta da cozinha, pois Rosa Mesquita era a encarregada, não desconfiou de pronto e não sentia que os alimentos se acabavam

rápido. Mas...um dia, ao entrar no pequeno quarto de Rosa Mesquita, sua tia descobriu um caderno de folhas das sacolas da “bodega” e perguntou furiosa “o que esses papéis estão fazendo nessa caixa? Sim, Rosa Mesquita não tinha baú para guardar roupas, como era o costume da época e, suas poucas roupas eram guardadas em caixas de papelão. Rosa Mesquita se refugiou em seus pensamentos, que se confundiam com alegria e tristeza. Alegria pois já havia aprendido a ler e a escrever, lia tudo o que encontrava na casa de sua tia. Ela lia os rótulos dos produtos, de todos os produtos, em caixas ou em latas. Era a leitora que aprendeu, “aprendendo nas fugas”.

Ocorre que sua tia passou a fiscalizar suas saídas à bodega e encurtou o tempo para o retorno. Afortunadamente, Rosa Mesquita, já sabia ler e escrever. Daí em diante seria sua própria professora e, na hora de dormir, encurtava as horas de sono para estudar. Tinha que se levantar com disposição, mas, muitas vezes caía de sono, cochilava entre uma tarefa e outra. Rosa Mesquita passou a ir, apenas, de quinze em quinze dias comprar alimentos, pois sua tia, iniciou uma rotina de contar o que tinha na dispensa. A vida de Rosa Mesquita estava permeada por todas as tarefas, que se movimentavam como uma poesia. Era uma amante da vida que, desde seus quatro anos, quando foi morar com sua tia, colecionava os acontecimentos, como as ondas que trazem espumas e que batem na costa do litorânea.

O sítio da tia era a solidão, que Rosa Mesquita sentia, que pulsava mesclada de sonhos. Na solidão, navegava e ali viveu. Tudo crescia com velocidade em seus pensamentos... Como uma preciosa missão, que implicava em uma trajetória, fundamentada em sua poesia de vida, ela acompanhava os acontecimentos e firmava um lugar privilegiado, o lugar predileto e privilegiado, onde fervilhavam seus pensamentos. Em seus cadernos de saco da “bodega”, escreveu muito, pois em cada objeto da casa, em cada móvel e em cada detalhe via sua presença impregnada e, também, as marcas de muitas interdições que, dia a dia, conseguia transgredir e questionar. O som do lixo, levado pela vassoura de palha, o tom do som dos animais, o ruído saboroso aos seus ouvidos das folhas das árvores a entusiasmava, mesmo com aquele tom doloroso de cada canto da habitação. Rosa Mesquita limpava, ordenava tudo e começava de novo, todos os dias. Considerava a cada dia silencioso, do silêncio de sua mãe, de sua ausência em sua vida, como um poço que cavava e que se abriria do outro lado da terra...

Esse poço a levaria para a libertação dos dias da escravidão, desenhados para Rosa Mesquita por sua tia.

Nesse vai e vem de sentimentos, sentiu a emoção de quem ia tocar a alma de uma pessoa em uma morada construída, pacientemente, durante tanto tempo. Certo dia, ao voltar das compras, avistou um rapaz que tinha aproximadamente sua idade. Rosa Mesquita estava com dezoito anos. Voltava para casa com seus pensamentos soltos ao ar, seus cabelos longos da cor de mel voando ao vento, quando um rapaz, que chamei de Jatobá passou rápido ao seu lado, de bicicleta, com a camisa que voava ao sabor da velocidade do vento. Ele passou e olhou para traz. Sorriu. Rosa Mesquita retribuiu o sorriso e continuou sua caminhada, com as compras, de volta ao sítio de sua tia Margarida.

O tempo construiu um namoro. Toda semana o encontro com aquele rapaz se refazia e realimentava o sonho de Rosa Mesquita de sair das amarras de sua tia. Era um namoro escondido, escondido por entre as fugas e protegido pelas árvores, grutas e rochas. O amor de Rosa Mesquita e Jatobá, preenchido de idealizações, que sinalizavam a saída definitiva de Rosa Mesquita da vida que levava. Um dia, Mandacaru, pai de Jatobá, vai à casa de Margarida com a determinação de levar Rosa Mesquita para sua casa e realizar o casamento com seu filho. Assim ocorreu, mas não foi simples, pois Margarida se colocou diante do pai de Jatobá de forma a dizer que sua sobrinha não sairia de sua casa. De imediato, Mandacaru perguntou a Rosa Mesquita, que já tinha a idade de dezoito anos, se ela queria ir com ele e se casar com seu filho. A resposta foi imediata: “sim, quero”. Arrume suas roupas e vamos. Seguiu Rosa Mesquita para uma nova vida, um novo mundo que a esperava. Esse lugar seria rodeado por águas. Seguiu Rosa Mesquita para uma Ilha, que chamaremos de Diamante. A Ilha dos Diamantes a esperava para vivências em outra dimensão da vida. Agora, livre das amarras anteriores.

Começou a ter direito de brincar e, assim, ela vivencia um mergulho na escrita sensível com a natureza: águas e terras. Vive, agora, um forte contentamento com o mundo azul do mar, aquele azul do mar que, sempre, coloriu sonhos. A casa vivida nas lições da simplicidade. Navegou Rosa Mesquita em busca de sentidos e desenhou fortalezas. Aprendeu a bordar e os bordados, do meio ponto, entre conversas e convencimentos com as mulheres dos pescadores da Ilha dos Diamantes. A quebra das patas dos caranguejos pelas mãos

de Jatobá, seu esposo. O livrinho do catecismo nas artimanhas vespertinas. O Grupo Escolar por entre letras e rascunhos. Partir no entrelaçar do sentir-se do e no outro. Memórias da construção do sonho de mudança. Quem escreve, escreve de si e do outro.

Bastidores, linhas e agulhas foram companheiros de Rosa Mesquita. Aprendeu a bordar, a costurar, a reunir as mulheres da Ilha dos Diamantes, a ensinar o que aprendeu, a conversar sobre liberdade e voar e, também, se encantar com a natureza da Ilha. Uma terra desconhecida em percursos do estranhamento do lugar, cujas fronteiras cercadas de águas em seus atravessamentos. Muros de águas, visíveis, barreiras silenciosas anteriores, que a inspiraram a retomar, reorganizar e reaprender. Começa a pegar cada pedra do caminho e considera os percalços e os tropeços como resistência e resiliência. Como disse Pablo Neruda “Ali onde estive, ainda nos espinhos que quiseram ferir-me, achei que uma pomba ia cosendo em seu voo meu coração com outros corações. Achei por toda parte pão, vinho, fogo, mãos, ternura”. O bom da viagem é a viagem!

Rabiscos para a próxima viagem que será contada depois

Os escritos, aqui, postos por Rosa Mesquita, abrem em mim o desejo de escrever *novos rascunhos e outros borrões*. Pretendo questionar a vida, desejar a vida e, assim, me interessar pela vida. Motivada por sua trajetória dos canaviais até a zona da mata, quero exercitar a vida e refazê-la, ou seja, vou me incomodar... Eu me deleito e, também você leitor, com a leveza do ser de Rosa Mesquita e todo o traçado, que desenhou para passear de sítio a sítio pelas terras que a separavam, encurtava caminhos, alargava caminho e traçava outras rotas. A leveza do seu corpo de mulher proporcionou ânimo e determinação para transformar o próprio ser *em um novo ser* e adentrar incansável em possibilidades e memórias, experiências construídas dos pensamentos, que a rondavam dia e noite na ânsia por liberdade do tempo passado, todavia, alimentado pelo tempo que se passou.

Rosa Mesquita repousou no seu esperançar. Pisou de forma mansa, como no passo de uma alma, que busca o encontro do *que não sei o quê*. No caminhar indeciso, do que procura, percorria o lugar do que havia escrito para dias vindouros. Tudo o que desejava era se encontrar por entre um dos caminhos,

caminhados dentro do lugar de outrem. Solitária, no sítio onde outrora morava, por falta de uma companhia para conversar, trocar ideias na sedução da alma. Continuou solitária em uma solidão que a tornou companheira de si mesma e, apesar de não compreender os sentidos e os significados do isolamento, que lhe era imposto, construiu um amanhã e planejou uma nova vida para adiante. De canto a canto, histórias, queria seus pés a caminhar, queria suas mãos explicando o que via, desejava sua voz para refletir sobre o que via. Uma Ilha a esperava! Um mar de águas azuis onde iniciaria a etapa seguinte de sua vida... Agora, casada com aquele rapaz pelo qual se apaixonara no sítio de sua tia Margarida.

Pousa sua alma, seus pés e seu coração na Ilha. Entra, caminha por todos os cantos da vila dos pescadores em busca de encontrar novas esperanças, dar os próximos passos e, assim, experienciar novas vivências. Cruzava com tudo na Ilha, naqueles primeiros dias de aproximação da natureza tão suave. Aquele momento era alimentado por uma força interior do antes, desde quando fugira com sua mãe Maria pelos canaviais do Nordeste. Sentia que procurava fugir do que sabia. Seu corpo pequeno, que fora tão massacrado, desde quando muito pequena, a chamava e a atraía... Seu corpo lhe sussurrava palavras de afeto. Quando fita tudo ao redor, seus olhos falam e dizem de tudo que percorreria naquelas terras de além-mar.

Resolve mergulhar na leitura, ali, em pé, diante de vários livros, que as águas, as terras, o mar, os peixes proporcionavam. Um caderno que a convidava a pensar como quem procura algo para se acalmar e se proteger. Proteger-se do desprezo que lhe trazia o inusitado, o não conhecido. Num instante, se depara com um livro escrito com as tintas do lugar que a condizia a deitar, naquelas folhas do caderno imaginário, uma mulher chamada, Rosa Mesquita. Forte, segura, decidida. Encontrou-se como o esperar e a beleza de poder dizer que “ninguém me segurará a alma, nem podará meus sentimentos”. Da empregada de uma tia, lá nos idos de sua infância e adolescência, para o reencantamento do mundo. “Nunca mais será como antes, ainda que eu tenha que te denunciar a ti mesma”, dizia Rosa Mesquita.

Rosa Mesquita se refugia no tempo presente, do tempo passado, mas com uma energia que a faz iniciar, agora, uma vida dona de si. Repousa no esperar na trilha da esperança que a anima todos os dias. Refestela-se da incansável colheita dos frutos do *ethos* singular como testemunho de vivências, testamento

da vida! Esse percurso foi, é e, sempre, será o lugar onde estende seu esperar na trilha da esperança, que a aquece todos os dias. De repente, acorda com olhos pacientes que se voltam às memórias do ontem, revisitadas pela história como um caminho para o exercício da memória lembrança. Abuso da memória, abuso prazeroso, exercício abundante de imagens provocadoras de versos da vida. Nos atos e nas cenas do ontem, ferve seu coração como fogo ardente de saudade. Saudade gostosa de sentir pelo encontro com infinitos outros.

Cinco da manhã, cotidiano marcador do tempo antropológico do acordar... Acorda acompanhante, agora, da Ilha dos Diamantes e se encontra nas águas Atlânticas, no sentir o cheiro provocativo do canto da memória. Sua memória veleja como um barco tranquilo, ao encontro das histórias vividas em meio às pedras e às diversas pequenas Ilhas daquele arquipélago. Sentada sobre pequenas relíquias das pedras, que são adornadas pelo vai e vem das águas do Mar do Atlântico, fitando as marcas de uma jangada, ancorada por entre as pedras da vila dos pescadores, ela se refestela da incansável colheita dos frutos registrados no *ethos* singular como testemunho de vivências, testamento da vida!

Ao terminar, por hora, o convite de Rosa Mesquita para que o leitor prove do aroma da escrita e, em um caderno, deixe suas marcas e pergunte a si mesmo: o que eu fiz com o que você me fez dessas lições, aqui, contadas (Rosa Mesquita, 2024).

Mossoró, 20 de maio de 2024.

INFÂNCIA ROUBADA

Catarina Maciel

Por muito tempo
Ocultei uma face da criança que me habita
Talvez, ela mesma tenha se escondido de mim
Para que tornasse possível
A outra, viver...
Foram mais de três décadas
Sobressaltada,
com o medo da menina
sair do esconderijo
Talvez seja por ela
e por tantas outras,
que não consegui proteger,
que optei pela não maternidade.
Ou, quem sabe!
Talvez seja pela violência
que por inúmeras vezes sofri.
Essa menina...
carrega as cicatrizes da violência
e o peso da primogenitura.
Um corpo violado
Uma infância roubada.
Mas, hoje, eu-mulher
convoco a menina à luta
mesmo com medo do opressor
Clamamos por liberdade

Escrevemos, juntas, lentamente,
nossa carta de alforria
E vislumbramos,
brincar com todas as cores do arco-íris.

MULHERES EXTRAORDINÁRIAS

Clara Terko Takaki Brandão

Relato em maio/2024

Clara é de origem japonesa. Teve infância muito austera, sem muitos recursos, mas teve o essencial: um lar, uma família, valores... Nasceu, em Alto Alegre, em São Paulo, em 1941, no Dia do Médico (18.10), que seria sua futura profissão, e foi das filhas a caçula de imigrantes japoneses, já falecidos. Tem quatro irmãs e um irmão. Segundo Clara: "Uma jovem de família japonesa tinha que ser a melhor. Isso era um compromisso assumido e grande expectativa familiar".

Com educação rígida, aos moldes japoneses, sempre ajudou em casa com diversos afazeres. Ao mesmo tempo estudou, formou-se em Medicina na USP, especializando-se em Pediatria e, posteriormente, em Nutrologia.

Quando jovem, suspendeu os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família. Ao retomá-los, optou por cursar Supletivo de 2º grau no Colégio Estadual D. Pedro. Lá, a questionavam por que fazer em um ano o que os demais alunos faziam em três. Queria recuperar o tempo parado nos estudos. Seu professor a inscreveu no vestibular para História Natural (hoje Biologia), pois ela tinha muita facilidade com a matéria. Iniciou o Supletivo em março e dia 21 de dezembro saíria o resultado final.

Passou no vestibular e, coincidentemente, só tinha até o próprio dia 21 de dezembro, às 17h, para realizar sua inscrição na Faculdade e não perder o 1º ano de Biologia. Às 6h da manhã daquele dia, saiu sem comer nada. Exigiu o resultado no Supletivo. Sem sucesso, teve uma crise de gritaria e começou a empurrar cadeiras. Ameaçaram chamar a polícia, mas finalmente, antes disso, lhe deram o resultado.

O Colégio D. Pedro é muito longe da USP. Sem dinheiro, foi correndo e, ao chegar à Faculdade, por volta das 16h, desmaiou por causa de hipoglicemia.

Acordou já no Pronto Socorro, tomando soro, mas, graças, tinha entregado sua inscrição antes das 17h. Salvou o vestibular de Biologia.

No 1º ano de Faculdade, conheceu a produção de alimentos por hidroponia, onde eram acrescidos vários micronutrientes na água. Pensou: “Se fazem com plantas, por que não fazer para pessoas também?” O consumo diário de micronutrientes já era tido como importante naquela época, ainda em sua fase experimental, quando apenas zinco era acrescido à água.

Como era Medicina que queria cursar, fez novamente vestibular e, no ano seguinte, começou o curso, concomitantemente com Biologia. Passados dois anos, já com plantões, foi impossível permanecer fazendo as duas faculdades. Trancou o curso de Biologia, tendo concluído 3 anos de curso, mas aquela ideia da suplementação da água na hidroponia ficou-lhe na cabeça.

Uma vez formada, especializou-se em Pediatria tendo em vista que já queria trabalhar em prol de crianças desnutridas. No Pará, Dr. Rubens insistiu para que ela obtivesse o título de especialista em Nutrologia, que lhe deu embasamento técnico e profissional para o desenvolvimento de sua trajetória nestes mais de 50 anos.

Clara casou-se com o médico Dr. Rubens Brandão, falecido em 30.05.2020, com o qual teve dois filhos. Hoje Clara teve três netos. Grande paixão são as netas e a saúde ainda é maior, pois uma mora em outro país e a outra morou alguns anos fora do Distrito Federal.

Seu início de carreira foi em Miracema do Norte-GO, atualmente Miracema do Tocantins-TO, junto com Dr. Rubens Brandão e outros dois casais, sendo três médicos formados pela Santa Casa de São Paulo e dois na USP. Lá passaram três anos. Clara e Rubens foram para Altamira-PA, onde viveram por um ano. Depois foram para Santarém-PA, em decorrência da Síndrome hemorrágica de Altamira.

Clara tem uma vida totalmente voltada à ajuda humanitária, principalmente em sua área de atuação, desde a década de 1970. Até hoje, aos 82 anos, viaja de norte a sul do país ajudando, orientando, prestando consultoria a várias entidades e organizações, a maioria das vezes de forma voluntária.

Clara relata: “No início da década de 1970, só se conseguia vacina contra sarampo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Logo depois apareceu a BCG, para imunização contra a tuberculose.

Dois professores, que nos acompanharam durante toda essa trajetória, não só como estudantes, mas também no período de residência, trabalhando já como médico de família, conseguiram um lote dessa vacina, mas com período muito curto de vencimento, entorno de uma semana. Nós vacinamos todas as crianças de Miracema que não tinham tido a doença. Como sobraram algumas doses e o período de vencimento era muito curto, saímos vacinando nos municípios próximos. Com essa imunização nós conseguimos uma redução dramática do sarampo e suas consequências, que era a maior causa de mortalidade nessa região.

Quando a população entendeu quanto uma vacina podia mudar a vida de uma criança, toda campanha de imunização que fazíamos era um sucesso e recebíamos muitas crianças para serem vacinadas. A vacinação, aliás, passou a ser uma das condições que a gente impunha para que a criança pudesse ser atendida com frequência no próprio hospital.

Certo dia, quando estava indo para o trabalho pela manhã, vi pela avenida principal, que chegava até o hospital, uma quantidade imensa de gente. Havia pessoas até penduradas nas árvores. Todos queriam ser imunizados por uma nova leva de vacinas que chegou à cidade. Era a prova da importância que a população passou a dar a uma imunização eficiente, quanto a contra o sarampo, por exemplo.

Realmente as crianças não ficavam mais doentes, não vinham a óbito e continuavam cada vez mais saudáveis, sem nenhum período de interrupção escolar por internação ou uso de medicamentos.”

Em seu primeiro dia como pediatra no Posto de Saúde, em Santarém-PA, atendeu a crianças e todas apresentavam quadro de desnutrição em I, II ou III grau.

Clara achou estranho e perguntou se aquele dia havia sido destinado exclusivamente ao atendimento de crianças desnutridas. Teve como resposta que era assim todos os dias com quase todos os pacientes.

A comunidade, liderada por esses médicos, organizou 13 creches com 30 crianças cada. A desnutrição infantil gerava um quadro de diarreia contínuo. As creches chegavam a cheirar mal devido à infiltração das fezes no chão batido. Foi aí que a história da Multimistura começou.

Era preciso estancar as diarreias, o “grande ralo” de nutrientes das crianças. Pelo estudo de alimentos riquíssimos, em termos de nutrientes, e desprezados

pelos seres humanos, Clara entendeu a importância de um organismo adequadamente nutrido por micronutrientes (vitaminas e minerais).

Clara nos alerta que “mesmo ingerindo os macronutrientes (proteínas, carboidratos e gorduras), estes só são metabolizados na presença de micronutrientes. Sem eles o sistema imunológico não se fortalece e não há o equilíbrio necessário à dieta”.

De origem oriental, Clara sempre soube que os japoneses não fazem nada apenas por fazer – sem uma razão. Notou que os colonos japoneses, em Santarém, colocavam um pó cinza no pé das pimenteiras (do reino), que os brasileiros só davam para os animais. Era o farelo de arroz.

Ela não tinha a composição química do farelo, mas tinha do arroz integral e do arroz polido. Na diferença conseguiu ver a riqueza de nutrientes do farelo. Começou a consumir farelo de arroz em sua casa. Passados alguns dias, implantou nas creches. Com três dias de uso, cessaram as diarreias.

Nessa época de seca intensa, tinham que carregar toda a água de muito longe, tornando ainda mais difícil a manutenção das creches.

Há muitos depoimentos sobre os benefícios da Multimistura que Clara tem recebido por todos esses anos em seu trabalho.

Iniciamos falando do farelo de arroz e passei a falar na Multimistura. A seguir consta a composição atual da Multimistura:

- 70% de farelos (trigo e/ou arroz);
- 15% de pó de sementes, tem sido usado o gergelim – riquíssimo em cálcio, possui 10 vezes mais cálcio que o leite em 100g;
- 15% de pó de folhas de mandioca – é a folha mais desperdiçada do planeta e a parte mais rica em nutrientes da planta – plantada na África, América Latina e Ásia.

O consumo recomendado de Multimistura é de uma colher de sopa por dia (12 a 15g), independentemente da idade, a partir dos 6 meses, complementando a alimentação que deve ser introduzida nesta época.

Para crianças que tomam mamadeira, a Multimistura pode ser fervida na água e coada, para manter os micronutrientes, porque se dissolvem na água.

Quanto mais precocemente a Multimistura é usada na alimentação das crianças, mais consistentes são os resultados em casos de doenças genéticas,

como autismo, anemia falciforme e Síndrome de Down. No caso do autismo, as crianças se socializam mais rapidamente e diminuem os movimentos repetitivos do corpo. Para os que apresentam Síndrome de Down, que raramente chegam aos 60 ou 70 anos, há casos em que passaram dos 70 anos. Já na anemia falciforme, a Multimistura ajuda a reduzir as dores, controla os esfíncteres e melhora área cognitiva. Uma criança de 13 anos não conseguia ser alfabetizada, após o consumo diário da Multimistura, conseguiu ser alfabetizada, “uma vez que o fitato contido no farelo de arroz, aumenta a resistência das hemácias, melhorando a oxigenação cerebral”, explica a Clara.

Sobre o autismo, as pesquisas, apontam que, em 2030, a expectativa é de que 50% das crianças sejam diagnosticadas como autistas, até os 5 anos de idade, em decorrência do uso do glifosato nos agrotóxicos (foi usado como desfolhante no Vietnã) nas plantações de trigo. No caso de crianças autistas, Clara recomenda que o trigo deixe de ser usado pela família, para atenuar as características do autismo.

A Multimistura deve ser introduzida assim que iniciada a ingestão de alimentos sólidos pelos bebês, assim fará parte de sua memória alimentar.

Agora um pouco mais sobre Memória Alimentar nas palavras da própria Clara:

Antes vou antecipar que a Clara não recomenda fazer uma comida especial para o bebê e sim a família comer mais saudável uma comida que o bebê também possa comer.

“Aos seis meses, quando se deve introduzir a alimentação sólida, a criança está na fase oral e tudo quer pôr na boca. Nesse momento é importante oferecer a ela alimentos regionais e evitar o uso de açúcar e trigo. É adequado dar alimentos in natura como banana, contudo, não amassada ou mesmo liquidificada. A criança deve chupar laranja e limão. Ela pode fazer careta, mas continuará chupando por se tratar de um sabor novo. Lembrar que cada família, descendente de diferentes países, ensinará seus filhos a apreciar os sabores de sua origem: árabe, turca, italiana, japonesa etc., e do estado onde nasceram. A comensalidade, o comer e beber, juntos, aumentam o pertencimento, a autoestima, a socialização, o vocabulário, os limites e a ética.”

Nas creches, cada criança se serve, mas só começa a comer após todas terem se servido. Elas aprendem a colocar no prato somente aquilo que conseguem

comer e não podem deixar sobras. Um fato interessante é que, se uma criança não se serve com verduras, as demais reparam e dão início a uma pressão em grupo, fazendo com que todas provem o que há disponível e aumentando a probabilidade de gostarem. Com isso, as crianças se levantam e se servem por conta própria.

As mesas são baixas e as funcionárias apenas observam e não devem intervir na quantidade e nem nas escolhas de cada criança. Elas podem repetir, no entanto, nunca desperdiçar os alimentos. Antes de cada refeição, as crianças enumeram todos os ingredientes das preparações daquele dia como forma de aprendizado. Sempre começando com os componentes da Multimistura.

EXEMPLO: farelo de arroz, folha de mandioca, gergelim, arroz, feijão, espinafre africano, costela bovina com abóbora, coentro, abobrinha, colorau, açafraão, sal, óleo, farofa de piracuí (farinha de peixe) e banana com casca.

Ao término da refeição, colocam nas bacias a colher, o prato e o copo separados. Em seguida, ajudam a limpar as mesas. Como a multimistura melhora o desenvolvimento neuropsicomotor, pode-se observar que as crianças não gritam e nem deixam cair alimentos na mesa ou no chão.

Clara é muito conhecida pela Multimistura. Desde o início, foi o seu diferencial, ter usado os produtos de cada bioma e característicos de cada estação do ano, mas Clara tem uma vasta gama de conhecimentos e está o tempo todo aprendendo e ensinando. Faz parte da vida dela. Clara “respira” isso. Então a Clara ficou conhecida pela Multimistura ou a gama de conhecimentos disseminados por ela levou a Multimistura a todos esses lugares? Está tudo muito interligado. Ela é um exemplo prático de soluções simples, facilmente reproduzidas, sustentáveis, de efeitos expressivos, multiplicáveis...

Clara nunca patenteou a Multimistura, embora outras pessoas tenham feito, porque ela pensa que deve ser usada para empoderar toda e qualquer comunidade.

O uso da Multimistura, em relação às dependências químicas, trouxe na prática conhecimento sob o aspecto das deficiências nutricionais. Vejam, por exemplo, em relação ao alcoolismo: Clara enfatiza que o alcoolismo é a maior causa de violência no mundo e que é socialmente aceito. Alerta que quem se alimenta de modo inteligente, dificilmente se torna alcoólatra. Outro dado que ela nos lembra é que a maior parte dos acidentes de trânsito é causada por alcoolismo e ainda complementa que as vítimas desses acidentes consomem

bilhões na reabilitação. Foi ainda no início do uso da Multimistura, nos anos 70, que uma vez usada pela família, começaram a surgir muitos depoimentos de que os maridos tinham parado de beber. Ao pesquisar, Clara identificou que deficiências nutricionais, como de zinco e vitamina B1, deixam as pessoas predispostas às dependências químicas.

Outro aspecto interessante: a hipoglicemia pode causar dificuldade de aprendizado, baixa imunidade, hiperatividade, agressividade, irritabilidade, violência, depressão, insônia, cefaleia, cólicas. Com o consumo da Multimistura podemos evitar tudo isso de forma muito simples, porque uma vez consumida junto à alimentação usual, reduz a chance de ocorrer hipoglicemia.

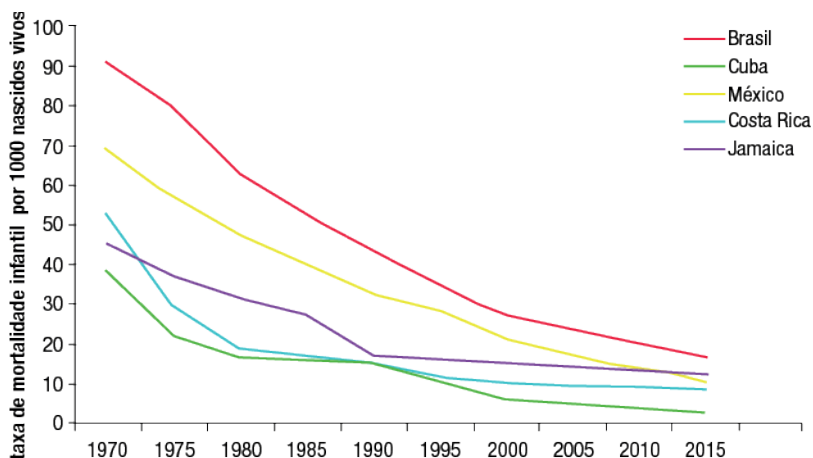
Outra vantagem da Multimistura é que ela possui neutralizantes (minerais e vitaminas) para os metais pesados, presentes no nosso cotidiano, como mercúrio, chumbo, cádmio, níquel e alumínio que podem causar deficiência mental em fetos, descalcificação, anemia, violência, agressividade, hiperatividade e alterações neurológicas.

Para ter uma vida saudável, Clara recomenda aumentar o acesso a uma alimentação saudável principalmente com:

- folhas verde escuras, muito fáceis na horta perene;
- uma colher de sopa de Multimistura por dia, para cada pessoa, com farelos de arroz e/ou de trigo,
- cereais integrais, algas, cogumelos e brotos, sal marinho, alimentos ricos em complexo B como os fermentados, zinco, selênio e vitamina B1 da folha de mandioca desidratada, sementes de linhaça, gergelim, girassol e castanhas;
- no mínimo reduzir ou retirar da alimentação o açúcar, trigo, leite e seus derivados, alimentos com aditivos químicos e ultraprocessados, como refrigerantes, biscoitos, doces, salgadinhos, enlatados; e
- aumentar o uso de iluminação natural (sol), atividade física e meditação diária.

Num país e numa região onde a mortalidade infantil era muito grande (cerca de 90 em 1000 nascidos vivos), a Multimistura não ajudou somente na reversão do quadro de desnutrição que assolava o país, mas deu às gestantes uma outra perspectiva na gestação, parto, pós-parto, aleitamento e prevenção de doenças

nos fetos oriundas de causas nutricionais, sendo fator relevante do decréscimo da mortalidade infantil no país.



Fonte: UFSC https://www.google.pt/search?q=gr%C3%A1fico+de+mortalidade+infantil+no+brasil+1970+a+2010&dcr=0&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=8aoWXajMz0eBfM%253A%252C-8Z0azlzeX1fp2M%252C_&usg=AFrqEzejPIha3Hk1doZLJqApcoqTTffEwQ&sa=X&ved=2ahUK-Ewi28PPnzYXdAhUJUIAKHWLyDI0Q9QEwA3oECAYQCg#imgsrc=8aoWXajMz0eBfM

Através de projeto do BNDES, buscavam-se as causas da desnutrição e da mortalidade nas regiões Norte e Nordeste. Naquele tempo não havia acesso aos serviços de saneamento básico, como água e esgoto, e de imunização.

Identificou-se queda muito acentuada da mortalidade infantil em comunidades com presença de líderes voluntárias da igreja católica, ligadas à Pastoral da Criança, que disseminavam o uso da Multimistura.

A partir desta constatação, o BNDES patrocinou, no início da década de 1990, a construção de uma fábrica de Multimistura, em Volta Redonda-RJ, a cargo da irmã Elizabeth (ONG Casa da Criança), que atendia em média 38 mil crianças da região. A fábrica está até hoje em funcionamento.

O pioneirismo continua até hoje, pois não se tem notícia de outro programa sustentável com a dimensão quantitativa e qualitativa com consequências inclusive inimagináveis. A seguir um exemplo sobre isso.

A primeira questão a ser superada por uma criança diagnosticada com desnutrição de I, II ou III grau é a expectativa de sobrevivência. Ainda que sobreviva, o período em que a criança permaneceu nessa condição e a falta de recursos materiais da família podem gerar sequelas, inclusive mentais e intelectuais. Quais

as chances dessa criança ser alfabetizada, continuar e concluir os estudos? Ao longo dos anos, algo inimaginável aconteceu. Com a inclusão da Multimistura à sua alimentação (seja qual for a alimentação recebida pela criança), crianças sobreviveram, se alfabetizaram, continuaram e concluíram seus estudos e há casos, inclusive, em que completaram cursos universitário e de mestrado em Santarém.

Clara se mantém sempre muito atualizada e sabe que hoje é mais fácil identificar os efeitos benéficos da Multimistura devido ao avanço da ciência na epigenética (manifestação do gen), nutrigenética e nutrigenômica. Segundo a Clara, a manifestação do genoma pode não se desenvolver por deficiências nutricionais, mas uma vez supridas essas deficiências, aquele potencial além de não ser perdido, pode ser desenvolvido. A preservação do patrimônio genético é um fato. Se não houver ataques por metais pesados, água contaminada, radioatividade, poluição, alimentos ultra processados, dioxinas e PCBs (policarbonatos), que podem mudar a expressão do gen em até 70% para pior; os micronutrientes podem melhorá-lo também em até 70%.

Clara ensina que com a Multimistura não há mudança no hábito alimentar. Você acrescenta ao alimento disponível e ela vai melhorar o metabolismo dos hidratos de carbono, proteínas e gorduras.

Que beleza! Algo que está à nossa disposição... nas nossas mãos...

Tão simples... pena que por muitas vezes tão difícil de se tornar cotidiano, como alguns verdadeiros venenos consentidos nas nossas refeições.

Mas a própria Clara reconhece que, mesmo naquele tempo em que “não tínhamos nenhuma forma de comunicação, como rádio ou internet, era só boca a boca, uma notícia boa também se espalha muito rápido, como o fogo”.

Tudo começou na década de 1970, mas o reconhecimento e as premiações apareceram na década do 1980.

Destacaria o Prêmio Álvaro Bahia, da Sociedade Brasileira de Pediatria, no ano de 1983, pela diminuição da mortalidade infantil.

Clara também recebeu 2 títulos de cidadã honorária, em Santarém e Brasília.

A Pastoral da Criança, empresa privada que usa a mão de obra voluntária da Igreja Católica, nasceu em função do soro de reidratação oral. O soro previne a desidratação, mas não a diarreia, que só é curada com aporte de micronutrientes.

No ano de 1983, numa das palestras que Clara passou a dar por todo país, após ter recebido prêmio nacional, estava na plateia Dra. Zilda Arns. Dra.

Zilda interessou-se pela Multimistura. Convidou Clara para compor a Equipe de Coordenação Nacional na Pastoral da Criança. Pela Pastoral e Ministério da Saúde, Clara viajou o Brasil todo e mais alguns países da Ásia, América Latina e África, treinando multiplicadores e valorizando os alimentos regionais.

Os resultados tiveram aumento exponencial com esta abrangência geográfica.

Ainda na década de 1980, Clara passou a integrar o Ministério da Saúde, onde permaneceu até 2007, quando recebeu convite para trabalhar no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Após retirar seu material do Ministério da Saúde, o convite do MCTI foi cancelado, desperdiçando a valiosa contribuição que Clara poderia até hoje estar prestando ao país.

Recebia missões internacionais, como da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, para conhecer o trabalho por ela desenvolvido.

Ainda mantém a mesma disposição de quando jovem para ministrar palestras, cursos ou mesmo assessorar projetos de norte ao sul do país.

Líderes comunitárias e voluntárias ligadas à Pastoral da Criança, além de algumas ONGs, sempre receberam sua atenção e orientação. Hoje através da internet está ainda mais próxima, mesmo que de forma virtual, inclusive em Lives.

Além de sua atuação em 15 países, através da Pastoral da Criança, atuou como consultora em Moçambique, Angola, Peru e Bolívia.

Em suas viagens sempre fica muito atenta aos sabores e saberes regionais. Clara diz, por exemplo, que na África, e mesmo aqui no Nordeste, as pessoas aproveitam o bagaço do coco e fazem refogado com azeite de dendê (rico em vitamina A). O bagaço do coco pode ser usado também em bolos, mingaus, paçoca etc.

Em outro relato, Clara conta que “Moçambique é um país belíssimo banhado pelo Oceano Índico e, portanto, rico em frutos do mar. Seu povo é muito alegre, prestativo, comunicativo e gosta de música e dança. Possui matriarcado e patriarcado. Fui contratada pelo Ministério da Saúde de Moçambique para dar uma consultoria de 30 dias para formação de 20 multiplicadores das várias províncias. A maioria era composta de régulos que na administração portuguesa designava chefes tribais”.

Nestes mais de 50 anos, seus assessoramentos em projetos sociais continuam até hoje.

Em 1975, em Santarém, Clara, médicos e comunidade criaram a ONG SEARA - Sociedade de Estudos e Aproveitamento da Amazônia, que, junto com o Programa Casulo da LBA – Legião Brasileira de Assistência, montaram 13 creches que atendiam 390 crianças desnutridas graves e moderadas. Desde 1976, a SEARA, continua esse trabalho, mesmo com a extinção da LBA. Resumidamente, a SEARA atua, desde 1978, na área de educação familiar para recuperação de desnutridos. No Casulo a criança se habitua a comer verdura e passa a pedir em casa, o que induz a família a ter sua própria horta. Trecho de uma reportagem sobre a SEARA: “Estas coisas que estamos falando, de nada adiantam se os pais não participam do programa. A fome é resultado da miséria e do desconhecimento do valor nutritivo dos alimentos que nos cercam. Se os pais não participam do programa, a criança somente se beneficiará enquanto estiver na escola ou se estiver em centros nutricionais como os nossos Casulos. Deixando de frequentar a escola ou o Casulo, a criança volta a se desnutrir.

Foi interessante, numa reunião após as férias, as mães contando que seus filhos queriam lavar as mãos antes de comer. Queriam estar penteados e exigiam folha, ou seja, verdura na alimentação. Os pais geralmente mudam seu hábito desde que seu filho peça. Essa mudança talvez não ocorresse se o pedido partisse de um agente de saúde.”

Clara e amigos, já em Brasília, para divulgar e promover uma alimentação promotora de saúde, criaram, na década de 1990, a ONG Gênesis, que dispõe apenas de recursos oriundos de doações deste grupo de amigos, conhecedores da qualidade e dimensão do seu trabalho.

Clara sempre orientou o Comitê SOS Cidadania, em Brasília-DF, criado em 1993, por funcionários do Banco do Brasil S.A., a partir do chamamento do Betinho.

Não foram poucos os estados e municípios brasileiros onde Clara esteve, voluntariamente, disseminando seu conhecimento.

O estado de Tocantins chegou a ter essa alternativa, tão rica em nutrientes e de baixo custo, em sua merenda escolar, com ganhos para todos. Foi o 1º estado a criar a Secretaria de Alimentação, Nutrição e Qualidade de Vida. Só o estado de Tocantins, em uma gestão, teve este tipo de alimentação implantada, inclusive em todas as aldeias indígenas do estado.

É de espantar que ninguém, até hoje, tenha hasteado a bandeira de uma iniciativa como essa, sem contraindicações e que pode trazer uma série de

benefícios à população, como eliminação dos quadros de desnutrição, melhora no desempenho escolar, eliminação de muitas doenças, como anemias, diarreias crônicas, prisão de ventre, quadros depressivos, até eliminação de piolho e sarna, que aparecem se a imunidade está baixa.

As escolas são centros de ensino, devem promover bons hábitos inclusive alimentares. Somos autossuficientes em arroz, mandioca e milho. Esses alimentos deveriam ser a base da merenda escolar e não o trigo. No caso do arroz quebradinho, Clara nos conta que ele rende dez vezes mais do que o arroz branco comum e três vezes mais que o arroz parboilizado.

O que o país produz, praticamente de norte a sul? Não é mandioca, milho, batata doce, abóbora...? Por que não se vê nada disso na merenda escolar?

Vamos por outro ângulo: organismo alcalino não adocece (ponto).

Produtos industrializados são ácidos. Só podem constituir 20% da nossa alimentação. Assusta e muito ver depósitos abarrotados de produtos industrializados para serem servidos diariamente às crianças.

Clara sempre nos recorda que promover e preservar a saúde é muito mais barato e agradável. Um governo responsável não pode adotar práticas insalubres. Não haverá leitos de hospitais suficientes para pessoas adoentadas. Adoentadas no sentido de terem sido levadas a prejudicar sua saúde, que originalmente é um estado natural do indivíduo. Chama a atenção que, apesar de tantos avanços tecnológicos, o homem não tenha conseguido diminuir a necessidade de leitos de hospitais. Que práticas “normóticas” estão sendo usadas de forma generalizada para serem necessários tantos leitos em hospitais?

Entenda-se por Normose as práticas consideradas normais, porém que levam a quadros doentios – são insalubres.

Clara sempre é muito didática. Dentro de sua objetividade nos traz exemplos do dia a dia, como o café da manhã. Um desjejum de pão com manteiga e café com leite para cinco pessoas durante um mês consumiria 25% de um salário-mínimo. E logo, logo essas pessoas sentiriam fome. No entanto, se esses alimentos fossem substituídos por polenta ou cuscuz, à base de milho, as pessoas se sentiriam saciadas até a hora do almoço. Além disso, não correriam risco de hipoglicemia, usariam produtos nacionais existentes em todos os biomas brasileiros e nos quais somos autossuficientes, ajudariam o pequeno produtor a se

manter no campo, estariam mais bem nutridos e ainda teriam um custo menor, de apenas 15% do salário-mínimo.

Os depoimentos são a parte mais emocionante do trabalho todo, pois são milhões de relatos, atrás de milhões de histórias e milhões de vidas.

Clara tem pastas e pastas com cartas recebidas. A todo canto que vai ela recebe muitos relatos. A seguir transcrevo duas cartas recebidas:

Primeira carta:

Montes Claros 30 de julho de 1992

Dra. Clara T. Takaki Brandão
S Q S 104 Bl G Apt 205
Brasília D/F
70343

Prezada senhora

Caiu-me nas mãos um livrinho de sua autoria - Alternativas Alimentares 5ª edição capa verde-que, tenho certeza, só pode ser por obra de Deus.

Trabalho em uma carvoeira, em Januária, distante da sede do município 120 km., portanto no meio de mato.

Já tem quase 3 meses que estamos todos comendo segundo manda o livrinho. É inacreditável a melhora que todos estão sentindo. Principalmente os trabalhadores braçais.

Estou escrevendo para que a sra. me informe onde comprar mais 2 livrinhos que é para dar para dois amigos meus.

Neste livrinho nas páginas 28 à 31 tem uns gráficos muito interessantes sobre farinha de trigo, farelo de trigo, farelo de arroz, arroz polido, carne de boi, alface, folha de mandioca e leite. Eu gostaria de poder comprar um ou mais livros sobre o assunto, mas livros que tivessem dados iguais sobre outros alimentos. Assim eu poderia calcular melhor quais alimentos seria melhor fazer para a turma comer.

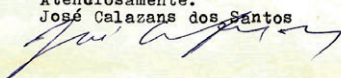
No começo todos ficaram espantados com a comida, mas devesgarinho foram aceitando e hoje fazem propaganda dizendo para todo mundo como se devem comer. Eu não quero quebrar esta cadeia psicológica, e quero aumentar o conhecimentos deles sobre alimentação.

Em qualquer carvoeira a gente come sempre: arroz feijão macarrão, e de vez em quando carne. Com a comida alternativa - aqui no mato tem muita coisa que a gente não comia - todos ficamos mais fortes. Não sei se foi a comida mesmo ou é a sensação de estarmos mesmo bem.

Fizemos uma horta e já temos 14 tipos de verduras, que vai de cuentro até abobota. ainda não estamos comendo de tudo, porque tem muita coisa que só vamos colher daqui uns dias.

Eu moro em Montes Claros, na rua Dr. Veloso 1367, fundos e estou em casa a cada 15 dias.

Atenciosamente.
José Calazans dos Santos



Segunda carta:

Transcrição da carta de Sheila Ma.

Lumiar, 25/7/92.

Prezada Dra. Clara

Venho, por meio desta, solicitar-lhe que envie o livro completo "ALTERNATIVAS ALIMENTARES" (aquele em cuja capa há plantação de mandiocas) à minha médica - Dra. Anna Ricordi Bazin, que ela mesma pediu-me que lhe escrevesse, por não ter tempo para tal, solicitando o livro completo, pois ela assombrou-se com minha melhora na saúde num espaço tão curto de tempo.

Ela é responsável (chefe de equipe) pelo D.I.P. (doenças infecto-parasitárias) do Hospital Universitário Antônio Pedro - Niterói - RJ; eu me consulto com ela desde que fiz o teste anti-HIV e o resultado foi +, em meados do ano passado. Minha saúde era péssima, estava anêmica e magérrima, chegando ela a receitar-me "Stress Tabs", que não cheguei a tomar. Resolvi mudar de "ares" e vim morar em Lumiar, povoado serrano do Rio de Janeiro mas, mesmo com a melhoria da qualidade de vida, a minha saúde não reagia bem, até o dia em que vi o mural da "PREA", em Lumiar, onde falava do pó da mandioca, do farelo de trigo e da casca do ovo.

Muito interessada em saúde, que passei a ser, escrevi-lhe minha 1ª. cartinha, em março p.p. E, desde que recebi seu abençoado livrinho, usando-o como o "livro-de-cabeceira" da minha cozinha, a Dra. Anna Bazin, e eu própria, percebemos uma rápida recuperação de minha saúde, tanto física quanto psicológica, tendo eu continuado a consultar-me com ela mensalmente, mostrei-lhe o livro e ela o quer!

Disse que nunca viu nada igual e, como tem inúmeros pacientes HIV+, em precárias condições econômicas, achou por bem aprender mais sobre nutrição alternativa, para que possa, até mesmo, receitar-lhes as suas receitas de saúde, pois minha forte saúde foi-lhe como um endosso da veracidade de suas informações, livro este que é verdadeira escola de nutrição, que eu mesma o recomendo à toda família brasileira e até estrangeira, conforme carta anterior.

Acho formidável o prazer de CONTAGIAR SAÚDE e distribuo muito o seu endereço!

Desculpe incomodá-la tanto, mas é por uma boa causa. O endereço da minha querida médica está no verso do envelope.

Desde já, agradeço sua presteza em enviar-lhe o livro mais completo.

Um beijo grande da amiga

Sheila Ma."

Clara tem inclusive desenhos com trabalhos com mulheres. É impressionante a mudança nessas imagens e como tudo é reação química! É possível observar até alterações comportamentais das pessoas nutridas adequadamente.

Clara já deu inúmeras entrevistas e teve inúmeros programas gravados, como o do Serginho Groisman.

Clara constou, numa edição especial da revista O Globo, como um dos 100 brasileiros geniais. A votação dos 100 foi feita por jornalistas brasileiros. Ela dividiu a página na revista com Dr. Ivo Pitanguy.



“Com a variedade de alimentos que o Brasil tem, não se justifica haver fome.”

CLARA BRANDÃO



Jorge Willem

TANGUY

O MESTRE DA BELEZA

Um dos maiores cirurgiões plásticos do mundo, Ivo Pitanguy decidiu-se pela medicina para sentir “a felicidade infinita de triunfar sobre uma

deficiência e alcançar o objetivo de todos os humanos, que é de se reconhecer como um igual entre seus semelhantes”. Pitanguy começou tratando de queimados. Aos

A MÉDICA DA MULTIMISTURA
Há 30 anos, quando trabalhava no Norte do país, a médica Clara Brandão criou a multimistura, feita de partes rejeitadas de alimentos como farelo de arroz, folhas verdes-escuras e casca de mandioca. Um pó altamente nutritivo e barato, capaz de reduzir em 30% os gastos de uma família com alimentação e melhorar a saúde de todos. A Pastoral da Criança usa o composto em suas ações, e a idéia já migrou para 15 países. Num Brasil marcado por rupturas nas ações sociais, a longevidade da multimistura é o atestado maior de sua eficácia. Para Clara, brasileiro genial é Luzia de Paula, de uma creche de Brasília. — Há mais de 20 anos ela trabalha pelas crianças, lá no anonimato dela.

CLARA BRANDÃO



Gustavo Miranda

Infelizmente, começou uma perseguição ao consumo da Multimistura e Alimentação Alternativa na década de 1990. O melhor é continuar fazendo nosso trabalho de formiguinha, informando a todos. Quem usa a Multimistura, vê seus efeitos benéficos na saúde e é o suficiente para entender sua eficácia.

Depois que a gente enxerga o crime à humanidade que vem sendo praticado, desde o século passado, em termos alimentares, e pior, com a nossa convivência, pois somos consumidores, não conseguimos mais deixar de enxergá-lo. Este poder, de sermos consumidores, nos parece pequeno, mas poderíamos estar usando em prol da humanidade se virássemos as costas a escolhas nocivas. Vivemos uma normose alimentar sem precedentes, nunca vista. Comemos comida envenenada, desprovida de nutrientes, cheia de aditivos químicos artificiais, ... Por isso acontece com a nossa convivência. Há todo um interesse de nos ocultar

uma série de consequências na ingestão desse tipo de alimentação. Há muitos livros sobre esse assunto.

A Academia sempre se opôs à Multimistura, em função do uso do que era considerado resíduo, tais como: farelos de trigo e arroz, folha da mandioca e casca de ovo, que só foi usada na multimistura nos primeiros anos.

As nutricionistas alegam que os farelos são subprodutos, alimentos não ginos (rebentos) ou alimentos para porcos. Clara sempre nos relembra que elas esquecem que os porcos comem a nossa comida, como, por exemplo, milho e mandioca, e nós também nos alimentamos deles. Vejam que não há filhotes de porcos ou de bezerros desnutridos. As porcas ou vacas não fazem cesárea e elas tem muito leite. Não há postos de saúde ou hospitais para animais no interior.

Além do mais o arroz integral contém o farelo, só não é acessível à população em geral, pois o arroz integral é caro.

Gostaríamos de saber quem será responsável e responsabilizado pela informação errada sobre a Multimistura, sabendo-se que os danos causados por esta informação têm consequências graves, grandes qualitativa e quantitativamente e não recuperáveis, principalmente os casos de óbitos ou sequelas que poderiam ter sido evitados.

Toda vez que Clara é chamada a dar assessoria em outros países, é o nome do Brasil que ela está levando.

Toda vez que há urgências no planeta, como as de miséria, fome, guerras, catástrofes, catástrofes naturais, não tem como não lembrarmos e sabermos que a Multimistura poderia salvar muitas vidas e o nome do Brasil poderia ecoar nos 4 cantos com uma solução sustentável, simples, barata e de alto valor nutritivo.

A Multimistura é sustentável por quase 50 anos e nunca foi patrocinada, nem pela Pastoral da Criança. A comunidade, que entende a importância e a rapidez dos resultados, banca a produção da MM sem nenhum relato de que tenha causado algum dano nestes quase 50 anos.

Clara coloca em prática o que conhece e alia sua criatividade, adaptando o conhecido.

Mais um texto da Clara, que se mantém sempre atualizada, e conforme saem os resultados das pesquisas, hoje, ela compreende melhor os resultados obtidos pela Multimistura, nestas mais de 4 décadas:

“Vale lembrar: A Multimistura sempre foi proposta como complementação e não substituição alimentar. Seus ingredientes sempre foram conhecidos. A produção da Multimistura surgiu e manteve-se com associações comunitárias, beneficiando as mães das próprias comunidades. Ela sempre foi vendida, possibilitando o acesso/aquisição pelas famílias.

A Multimistura já foi pejorativamente tratada como ração ou mesmo “pozinho mágico” pelo desconhecimento do assunto, pois com o passar dos anos e as sucessivas descobertas científicas (envolvendo inclusive nutrigenética, nutrigenômica, epigenética), fica cada vez mais evidenciada a riqueza de nutrientes e seus benefícios.”

Segue texto da Clara sobre “Soberania e Segurança Alimentar baseada no bioma e estações do ano”: “A população aprende a valorizar o seu bioma com suas características peculiares: tipos de árvores, frutos, raízes, tubérculos, pássaros, caça, preparações culinárias típicas e as formas de conservação desses alimentos. Cada estação é caracterizada por certas doenças. A comunidade levanta as doenças características de cada estação, os alimentos, preparações típicas e plantas medicinais usadas. Essa constatação valoriza os alimentos regionais e sua importância para melhorar a imunidade.

A Multimistura começou com a utilização também da casca do ovo cozida, triturada, torrada e peneirada, como usavam as gerações passadas, atualmente, é usado o gergelim por sua riqueza nutricional, principalmente quanto ao cálcio.

A Multimistura sempre foi adaptada aos alimentos locais de cada região.

Clara também desenvolveu um conceito que chamou, de Alimentação Alternativa, publicado em janeiro de 1988, e, posteriormente, de Alimentação Inteligente. Baseia-se no uso de todas as partes da planta, uso de matos comestíveis, aproveitamento de talos e cascas, entre outras coisas. No início da década de 1980, ela já fazia sucos verdes e outros, quando ainda nem era moda.

Outro aprendizado é o da Horta Perene, que Clara batizou assim após sua observação de alguns meses, em horta tradicional que foi destruída.

Clara trata esses assuntos tendo a sustentabilidade como objetivo, então uma das formas muito apreciadas por ela é o reaproveitamento. Qualquer fruta que está passando do ponto de comer ou se acha que não vai dar conta de consumir, ela transforma em vinagre.

Aprendeu muito sobre a folha da mandioca com a Embrapa, Emater, UNESP de Botucatu, Unicamp, bibliografia sobre o assunto, com pequenos agricultores ao longo destes anos todos. Esta tem os nutrientes que costuma ter pouco nos alimentos em geral que é o zinco e o selênio, além de todos os nutrientes necessários para absorção do ferro.

Clara, como médica, sabe que a anemia é o grande problema da fome no mundo. As doenças da fome são anemia, bócio, hipovitaminose A, desnutrição e deficiência de zinco. O zinco entra em mais de 300 reações químicas do nosso organismo.

Esse é o triste ciclo da fome.

Ela viu que com uma colher de sopa da Multimistura, além de romper com este quadro, ainda mantém o organismo em boas condições. Clara, por sua experiência, sabe que muitas vezes não é difícil tirar uma criança da desnutrição. Mas sabe, por outro lado, que é muito difícil manter essa criança fora do quadro de desnutrição. Ela sabe e sempre diz que não há uma criança desnutrida, mas sim uma família em risco. Essa criança voltando pra casa, com os hábitos anteriores, é só uma questão de tempo para voltar ao quadro de desnutrição.

Por isso a persistência dela por esses longos anos a fio.

Por onde vai, ensina e aprende o tempo todo, pois está sempre disposta a compartilhar seu conhecimento e receptiva ao que ainda não conhece. Dissemina-o por onde passa, seja em seu voluntariado constante ou entre amigos (milhares semeados pela sua ação prática, simples, acessível, sustentável e acolhedora).

Já escreveu o livro Alimentação Alternativa e cedeu o direito de impressão à Pastoral da Criança várias vezes, à Fundação Banco do Brasil, ao Comitê SOS Cidadania de Brasília e outros. Outro livro seu é sobre Horta Perene.

Aqui cabe falar sobre a fome oculta. Essa fome se refere à falta dos micronutrientes no organismo. Trata-se das vitaminas e minerais, encontrados nas frutas e hortaliças, que são indispensáveis para o bom funcionamento do organismo. Quando não ingerimos os micronutrientes em quantidades adequadas, rumamos para uma situação de insegurança alimentar e isso já acomete 1 em cada 3 pessoas no mundo. Como consequências podemos ter, por exemplo: falta de ferro - anemia; falta de vitamina “A” – cegueira; falta de zinco – afeta sistema imunológico. Uma das formas que podemos ver a fome oculta acontecendo, quando o problema não é o acesso a quantidade, ou seja, a pessoa tem acesso

a alimentação, mas é esvaziada de nutrientes e quando comemos, dali a pouco já estamos com fome e assim passamos o dia a comer. Na hora que ingerimos alimentos com os nutrientes necessários, cessa a fome e dura por mais tempo a sensação de estar satisfeito.

As dicas compartilhadas pela Clara são do dia a dia, com coisas simples que fazem a diferença. Suas receitas são sempre simples, fáceis, rápidas e gostosas.

Em primeiro lugar, Clara não faz questão que lhe chamem pelo tratamento a que tem direito: Doutora. Por onde anda quer ser chamada simplesmente de Clara, dispensando qualquer título. Chega nos ambientes de maneira quase anônima. Depois é que as pessoas ficam naturalmente sabendo quem ela é. Ela tem liderança e coordenar grandes grupos de pessoas, mesmo para atividades práticas, é com ela mesmo.

Seu grande sonho

Seu sonho é que essa composição de alimentos, tão simples, barata e nutritiva, a qual batizou de Multimistura, se torne política pública, de preferência em todo o território nacional, sendo incluída na merenda escolar, nas refeições dos hospitais públicos, presídios, restaurantes comunitários, creches e demais refeições custeadas com dinheiro público.

Simple e belo sonho que há muitos anos, mesmo com indicações da população nas Conferências Nacionais de Saúde, até hoje ainda continua sendo apenas um sonho humanitário da Clara.

Esse sonho poderia ser estendido por outros países, levando o nome do Brasil, e permitindo que milhões de seres humanos tivessem sua chance de sobreviver nas agruras de sociedade já conformada de que viver com miséria e fome no Planeta seja mais uma normose – o que é patológico, mas considerado normal -, que se arrasta há milênios, e que mesmo com avanços tecnológicos, estamos muito atrasados em solidariedade e fraternidade.

DESCONSTRUINDO QUEM EU ERA, ENCONTREI QUEM EU SOU

Cristiane Maria Nepomuceno

“Este corpo é um corpo faminto, dentado, cruel, capaz e violento. Movo os braços e multidões correm desesperadas. Caminha no escuro com o rosto para baixo, pois cada parte isolada de mim tem sua própria vida e não quero domá-las. Animal da caatinga. Forte demais. Engolidora de espadas e espinhos.”

Jarid Arraes²

Sou Cristiane por escolha da minha madrinha. Entre o meu prenome e o nome, tenho o nome Maria por exigência do padre que me batizou. E tenho por (sobre)nome Nepomuceno, legado da minha mãe, recebido do meu avô. Cheguei ao mundo em meados da segunda metade dos anos de 1960, em uma cidade do interior de Pernambuco, Arcoverde, porta de entrada do Sertão. Nascida em uma família ilegítima para o padrão da época, pois era da segunda família (paralela) do meu pai – que tinha 32 anos de idade a mais que minha mãe e, portanto, tinha “muitas razões” para cercear a jovem mulher negra que o encantara, estabelecendo o que vestir, com quem falar, com quem sair e não sair de casa. E a ilegitimidade dessa relação é a razão pela qual não foi possível agregar ao meu nome o nome do meu pai. E isto, por si só, já me colocaria em uma condição de constantes enfrentamentos sociais, sendo essa condição a primeira que me colocou em situação de preconceito.

2 Fragmento do conto “Mais iluminada que as outras”, publicado no livro **Redemoinho em dia quente** (2019).

Sou fruto de uma família interracial – mãe preta e pai branco–, o preconceito racial declarado, aberto, não fez parte das minhas relações afetivas (família, amizades, vizinhança), exceto nos apelidos “carinhosos” e nas brincadeiras “inofensivas”. Herdei marcas fenotípicas mistas, isto tornou minha existência complicada, colocando-me em incongruência, pele preta, cabelo liso, traços fisionômicos relativamente suaves, eu não era uma coisa e nem outra. E essa percepção de lugar nenhum me foi sendo apresentada à medida que eu crescia e me foi muito incômoda.

Há alguns anos atrás, quando li “O lírio e o flamboyant” de Henri Lopes³, consegui compreender melhor os dilemas sobre o que é ser “misturado”, ao me deparar com a narrativa do autor sobre o que é ser mestiço na África, em que se questionava quem são eles e o que se conta sobre eles, além de indagar se existe nessa condição “o bom, o menos bom e o ruim”. Então considerando a condição de ser negra, existe algo bom ou é tudo ruim nela? E o mais provocante foi me defrontar com a interrogativa nessa narrativa de que, se existisse uma pílula para clarear a pele, alguns personagens a tomariam ou não? Sendo que ele (o narrador mestiço) optaria por tomar a que o permitisse trocar de pele, porém, no caso, por uma pele mais escura. Foi aí que comecei a refletir sobre o que “ganhei” ao “trocar” a pele que me foi imposta e concluí que me achei, tornei-me quem sou, “uma filha das rainhas Nefertite e Karomama” e de uma infinidade de outras rainhas e deusas. Passando a colocar-me no mundo bem da forma que canta Juliana Linhares: “Deixe que eu mesma decida que rainha sou eu”.

É sobre este processo que irei tratar a partir de agora.

Desde muito cedo percebi, do meu lugar de criança, que existia um tratamento diferenciado entre mim e minha irmã (branca). Apesar de nenhum adulto da família admitir, naquele tempo as meninas mais claras (minha irmã e minhas primas) eram mais mimadas, recebiam mais colo, mais abraços, mais beijos, mais presentes. A beleza delas era sempre evidenciada, em detrimento da minha inteligência – o mesmo acontecia em relação às minhas primas pretas. Eu percebia e sentia, mas não relacionava qual era o porquê. Essa compreensão só viria a acontecer muitas décadas depois. Inclusive, passando a compreender

3 O livro do congolês Henri Lopes, *O lírio e o flamboyant*, originalmente publicado em 1997, que foi publicado no Brasil em 2002 pela editora Record.

a resignação que havia em uma frase que meu pai sempre falava sobre mim: “Minha neguinha também é bonita”. Só adulta passei a entender, no conteúdo da frase, o reconhecimento de uma condição (negativa e/ou desconfortável) que não o agradava e não podia ser mudada, a cor da minha pele.

Na escola também acontecia algo semelhante, existiam colegas de todas as cores e tons de pele, de tipos de cabelo e de outras diferenças, que no início eram pouco significativas. Foi enquanto crescia que passei a perceber que a rainha do milho, a baliza da banda marcial e a protagonista da peça teatral eram sempre escolhidas entre as meninas loirinhas de olhos azuis. Então que comecei a observar que a cor/tom da pele fazia diferença, importava.

Mas, a consciência de ser uma mulher negra se constituiu tarde. Passei muitos anos sendo apenas uma “moreninha”, sofrendo as negações e impedimentos que toda menina/moça negra sofria (e ainda sofre).

Tudo começou a mudar quando ingressei na universidade, fui apresentada a outra versão da história do Brasil, que me conduziu a um processo de auto(re)conhecimento e valorização. O ano era 1986, vivíamos no Brasil a ebulição da redemocratização, trazendo à discussão questões fundamentais para desvelar a sociedade racista, preconceituosa, desigual e excludente que existe no país. Esse contexto viabilizou o fortalecimento do movimento negro organizado, que passou a pressionar e a lutar por demandas específicas, reivindicando o reconhecimento de direitos e de políticas de promoção de igualdade e de afirmação de suas identidades.

De tal forma, esse movimento negro organizado passa a alinhar as reivindicações e as propostas da população negra, elaborando uma longa lista de demandas a serem incorporadas à nova Constituição Federal, que viria a ser aprovada em 1988. A “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte” (1988) foi responsável não só por uma série de conquistas para a parcela da população elegível e definível a partir de então com o termo “negra”, mas – primordialmente – por nos permitir acessar a uma enormidade de negras e de negros intelectuais, pesquisadoras/es, ativistas, escritoras/es e juristas, que não conhecíamos.

Foi, nesse cenário de proposituras e mudanças, que ingressei na universidade. Acessei às referências que iriam gradualmente ajudar-me a encontrar a minha identidade. Fui apresentada a uma versão da história do Brasil que me permitiu ampliar a visão, preencher lacunas, dirimir equívocos, reaprender quem

éramos nós. Uma versão da história do Brasil, na qual os saberes históricos e culturais do povo africano, afro-brasileiro e indígena passam a ser considerados parte fundamental da formação da sociedade brasileira. Mesmo assim, passei praticamente toda a minha graduação sem estudar/ler as/os estudiosas/os, pesquisadoras/es negras/os. Continuei submetida à perversa lógica dominante de invisibilizar e de descredibilizar toda/o aquela/e que não fosse branco. E a literatura, a música, o teatro e o cinema alternativos foram de grande importância para aprender o que eu não conseguia aprender na universidade.

E esta trajetória de caminhada continuou. Veio o mestrado (1991), o ingresso na universidade como professora (1993), o doutorado (2000), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena – Neabi (2006) e algumas associações, a exemplo da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Em cada um desses espaços, destacava-se o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, além da defesa incansável por políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Assim, elas foram “chegando” e ganhando espaço em minha existência, reformatando-me: Lélia Gonzalez (1935-1994), Beatriz Nascimento (1942-1995), Thereza Santos/Jaci dos Santos (1930-2012), Sueli Carneiro (1950), Angela Davis (1944), bell hooks (1952-2021), Toni Morrison (1931-2019), Maya Angelou (1928-2014), Maria Firmino dos Reis (1822-1917), Carolina Maria de Jesus (1914- 1977), Conceição Evaristo (1946), Ana Maria Gonçalves (1970), Buchi” Emecheta (1944-2017) e inúmeras outras mulheres negras das letras.

Incontáveis mulheres com suas vivências, saberes, práticas, concepções, credos e letras habitam em mim. Todas as incontáveis negras que estão em mim foram/são transgressoras, resistentes, rebeldes e ousadas. Como no dizer de Chimamanda Adiche (2017), muitas delas deixaram de lado seu senso socialmente condicionado de dever e se tornaram mulheres de ruptura, que não se submeteram à “ordem” instituída.

Conhecendo as histórias narradas por estas mulheres, os debates, as questões e as problemáticas por elas suscitados, entendi que foi o universo da academia que me fez compreender que, enquanto eu “crescia”, muitas mulheres negras haviam me formatado: avó, mãe, tias, madrinha, vizinhas, primas e amigas. Quase todo meu universo de convivência e de relações interpessoais feminino foi composto por mulheres negras (pretas e pardas). Então, **quais outras mulheres**

negras me constituíram negra? E quando penso em cada uma dessas mulheres, imediatamente lembro dos versos de Luciene Nascimento⁴: “(...)tudo nela é de se amar. A pele preta já vem do ventre tatuada inteira de história, que é a memória ancestral retratada na forma do nariz, na forma como lida, como fala, como luta e como cala, porque luta até no silêncio dos lábios mordíveis, mastigando qualquer coisa, quando repara e envergonha, o sorriso que contrasta.”

Portanto, eu falo do lugar de mulher negra de uma linhagem de mulheres negras: bisavó, avó, mãe e tias. Honro todas. Honro as que vieram antes de mim e as que chegaram ao mundo ao mesmo tempo que eu, com as quais hoje compartilho o ideal feminista de mulher negra, a igualdade social, racial, econômica e política.

As mulheres que vieram antes de mim não conheciam a palavra feminista, quiçá feminismo negro, mas foram, sim, mulheres de força, de enfrentamento e de luta. Idealizavam uma vida melhor para seus filhos e filhas, desejosas de um mundo menos opressivo e menos desigual. A fortaleza dessas mulheres, quase todas muito pobres, rurais e pouco alfabetizadas (analfabetas algumas), chegou a mim e a muitas outras pessoas até aqui. Um bom exemplo é minha Tia Joaquina (nascida em 1936, atualmente com 88 anos), irmã mais velha de minha mãe, que transgrediu a sociedade em que estava inserida, fugindo de casa para casar-se com um homem que meus avós não aprovavam. Sofreu todo tipo de violência doméstica, sendo que me contou um dia que chegou a dormir no mato, no escuro total, carregando filhas e filhos para fugir da violência do marido. Criou 8 filhos e filhas. Tem 36 netas/os, 50 bisnetas/os e 03 trinets. Era viúva, lúcida e referência de força e de capacidade de resiliência.

Minha avó materna Izaura, era uma mulher negra de tom de pele parda, possuía longos cabelos pretos e lisos, era sertaneja e nascida em uma região erma, próxima a Serra do Arapuá, Terra Indígena Pankará em Carnaubeira da Penha-Pernambuco. Ainda muito pequena foi doada à família por razões que acredito terem sido motivadas pela dificuldade financeira. Casou-se muito cedo, com idade de 15 anos, com um viúvo sem filhos – meu avô João Moreno Nepomuceno. Ele era conhecido como João de Quinô, pertença em alusão à mãe

4 Fragmento do conto “Tudo nela de se amar”, do livro **Tudo nela de se amar**, autoria de Luciene Nascimento. Ano da publicação: 2021.

Joaquina, que criara os filhos sozinha. Minha avó Izaura criou 9 filhos, sendo 6 mulheres e 3 homens. A primeira barriga foi de gêmeos, nascidos mortos. E entre a filha mais velha, tia Joaquina, e o filho da sequência que sobreviveu, tio Damião, existe um intervalo de 5 anos. Sem gravidez?! Possivelmente não.

Criar tantos filhos e filhas, no Sertão de Pernambuco, com poucos recursos (de todos os tipos) tornou minha avó uma mulher dura no trato, cuidadosa, vigilante da moral, severa, íntegra e, ao mesmo tempo, amorosa a seu jeito, consensual e compreensiva dos “erros” das filhas, estando apta a perdoar. Como aconteceu com minha mãe, Antônia, que fugiu de casa muito jovem e foi viver uma vida muito distinta do que estava reservado para ela. Muito da minha avó Izaura está em mim.

A história da minha mãe Antonia é uma história a parte, inusitada e de rupturas radicais. Deixou tudo e caiu no mundo, terminando por encontrar pouso em Arcoverde-PE. Foi lá que conheceu meu pai, Altino. E a história dela é repleta de muitas dificuldades, enfrentamentos e transgressões. Ousou desafiar as orientações da família, pagou um preço alto e, por muitos anos, foi proscrita/banida, mal falada e ignorada. Fico pensando o que a fez tomar essa atitude, onde conseguiu coragem. Nunca falamos sobre o seu passado, é assunto tabu. Tudo que sei foi contado por minhas tias. É bem provável que fique chateada ao tomar conhecimento de que fiz este relato superficial.

A situação só mudou, gradualmente, após o meu nascimento. Minha avó ignorou as “regras” do banimento e enviou uma das minhas tias para ajudar minha mãe nos cuidados do pós-parto. E depois da primeira, as outras irmãs foram deixando a comunidade/Sítio Lagoa da Pedra, no município de Serra Talhada-PE, para morarem em Arcoverde, sob o vigoroso cuidado da minha mãe. Cuidado e rigor que se estendeu a mim e a minha irmã.

Embora pouco alfabetizada, minha mãe sempre entendeu a importância de estudar. Ainda hoje me pergunto: como uma mulher simples, nascida na zona rural do alto Sertão de Pernambuco, oriunda de uma família de pouquíssimas letras, tenha entendido o valor da educação e incentivado filhas e filhos a estudarem?

Assim, à medida que o conhecimento teórico, a pesquisa, a literatura e o ativismo pedagógico me (re)formatavam, eu descobria que todas as escolhas que fiz foram também orientadas por uma compreensão do mundo social, por uma postura e por uma atitude de enfrentamento que aprendi com todas essas

mulheres. Como no dizer de Luciene Nascimento⁵: “*A descoberta de si, depois de crescida, energiza o corpo que urge recuperar o tempo perdido de se amar. E aí descobre finalmente, antes tarde do que nunca, que tudo nela é de se amar.*”

NOTAS

5 Fragmento do conto “Tudo nela de se amar”, do livro **Tudo nela de se amar**, autoria de Luciene Nascimento. Ano da publicação: 2021.

ENEIDA CORREA DE ASSIS (1944-2015)

Denise Machado Cardoso⁶

Desde o ano de 2015 o dia 26 de maio se tornou um dia de saudades de minha querida professora Eneida Assis, pois partiu para outro plano deixando boas lembranças em minhas memórias. Para escrever sobre esta mulher e professora, inspiro-me nas leituras que nos permitem refletir sobre trajetórias que influenciam nosso caminhar profissional e pessoal. Desse modo, a memória coletiva tal como tratada por Maurice Halbwachs⁷ e as ideias de Pierre Nora⁸ que trata a memória como vida, como um elo vivido sempre no eterno presente, são inspiradoras nesse artigo.

É importante ressaltar que as narrativas sobre os fatos trazem elementos afetivos que enriquecem a descrição acerca do que foi vivenciado. Para escrever este texto aciono, além das minhas lembranças, apresento as reflexões proporcionadas por estudiosos e estudiosas da memória, sob o ponto de vista das chamadas Ciências Humanas, e de relatos apresentados por pessoas que conviveram com Eneida Assis.

Histórias entrelaçadas

Conheci Eneida Assis ainda na Especialização em Teoria Antropológica. Ela foi indicada por mim para orientar a minha monografia. O tema escolhido

6 Professora de Antropologia da Universidade Federal do Pará

7 HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

8 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História (10), PUC/SP, 1993

para a pesquisa resultou no trabalho intitulado “Um Espelho no Labirinto: O Papel do Professor da Rede Particular de Ensino”. Realizei a etnografia em uma escola católica de Belém para responder ao questionamento trazido pela minha vivência como professora em outra escola com esse mesmo perfil. Desejava saber como estudantes viam e avaliavam seus e suas professores e professoras. Queria me colocar no lugar de discente para ver a mim mesma no exercício da profissão.

A minha curiosidade epistemológica proporcionou a elaboração do projeto de pesquisa e as inquietações sobre as minhas iniciais escolhas profissionais, ainda na infância, foram formatadas para exercitar o olhar crítico pelas lentes da Antropologia e outras ciências afins. Desde a especialização, tornou-se comum para mim pensar reflexivamente sobre os caminhos percorridos, as escolhas, as imposições, as reconfigurações e tantas coisas mais que me trouxeram até o atual momento profissional.

À medida em que convivia com Eneida Assis, mais elementos vinham à tona e mais passava a gostar do tema Educação. Talvez por trazer em sua formação a influência da Psicologia e Antropologia, além de suas diversas experiências espiritualistas, ela se tornou para mim a pessoa com a qual gostava de estar junto e de conversar sobre os mais diversos temas. Com o passar dos anos, Eneida se tornou amiga, parceria de projetos e aquela que dava conselhos sem pedir licença, posto que além de “já ter idade para falar o que dava vontade”, ela já me conhecia o suficiente para ter liberdade de opinar com palavras, expressões faciais e, inclusive, com seus silêncios.

Ao ingressar como docente na UFPA, Eneida Assis foi a colega que me recebeu, dando boas-vindas. Lembro que almoçamos juntas na primeira semana de aulas na Federal. Eu já havia atuado como professora substituta nesta instituição antes de formalizar minha carreira como professora efetiva em dezembro de 1995, mas somente a partir desta data é que ela me tratou como alguém que “faz parte do clube”. Nesta oportunidade, ficamos horas conversando sobre os mais diversos assuntos, no restaurante que existia nos altos do prédio do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Ao final da tarde nos despedimos e eu me sentia feliz com aquela conversa tão acolhedora.

Nos anos seguintes Eneida foi a pessoa mais calorosa do Departamento de Antropologia. Mas, devido suas viagens de campo, ela nem sempre estava

presente nas reuniões de departamento. Embora houvesse um ambiente amigável neste grupo, nenhuma pessoa conseguia ser tão simpática quanto Eneida Assis.

Quando me tornei coordenadora do curso de Ciências Sociais (1998-2000) Eneida Assis fez uma visita de cortesia. Apresentou-se formalmente e dirigiu a palavra a mim de maneira protocolar, causou-me estranheza aquele comportamento tão rígido e formal. Sentou-se à minha frente e explicou o porquê daquela performance. Para ela, o fato de eu estar exercendo um cargo de chefia exige protocolo que a cultura organizacional demanda. Não importa se ela era mais velha e já havia me orientado na Especialização, pois naquele momento eu era sua chefe e, assim como as demais pessoas do colegiado, deveria seguir os protocolos institucionais, obedecendo as determinações que a hierarquia regimental previa. Do mesmo modo, eu estava atuando como chefe e enquanto merecesse estar no cargo, seria tratada com o devido respeito.

Desde então, nossas conversas deixaram de envolver assuntos banais e passaram a girar em torno de temas da gestão, ou a melhor maneira de ser coordenadora numa instituição pública. E assim foi ao longo de anos seguidos, a cada cargo de chefia que eu assumia, lá estava Eneida Assis para orientar e sugerir qual a atitude mais adequada a tomar.

Trajetória pessoal

Nascida em Belterra, antigo distrito do município de Santarém/Pará, era filha de mãe enfermeira e pai que trabalhava no escritório da empresa Ford. Estudou as séries iniciais na Escola Santa Clara, em Santarém. Na década de 1950, passou a morar juntamente com sua família em Belém, no bairro do Guamá, para dar prosseguimento aos estudos. Posteriormente, morou no bairro da Cremação.

Estudou no Colégio Gentil Bitencourt, realizando parte do curso científico, que foi trocado pelo curso clássico no Colégio Moderno. Essa troca de colégio ocorreu, segundo relatou a própria Eneida, porque ela percebeu que gostava mais das disciplinas de História, Geografia e Letras, áreas pouco exploradas no antigo colégio onde cursava o científico. Nesse período, atuava no teatro da igreja que frequentava e foi aí que decidiu cursar História, embora tivesse interesse, também, na Geografia e Literatura.

Em 1966 ingressou no curso de História na UFPA. Estudava e trabalhava desde o curso clássico e assim prosseguiu durante sua graduação. As suas lembranças dessa época foram relatadas em registro gravados no projeto Universidade Multicampi, coordenado pela professora Edilza Joana Oliveira Fontes⁹. Concluiu o curso de História em 1968, já atuando como professora em várias escolas de Belém do Pará.

O mestrado ficou para depois devido ao momento político do Brasil, marcado pelo “fechamento” de vários cursos de mestrado nas humanidades. Nesse período, continuou atuando na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), como bolsista de pesquisa. Era uma forma de se manter atualizada nas discussões acadêmicas enquanto aguardava a oportunidade de cursar o mestrado. Dessa maneira, foi uma experiência de trabalho e de estudo que lhe oportunizou estar no meio acadêmico e profissional.

Sua formação como professora e etnóloga

Era interessante ouvi-la contar sobre sua formação acadêmica e suas vivências durante a graduação na Licenciatura em História (1965–1968), pela Universidade Federal do Pará. Ela contava que realizou estágio no Museu Paraense Emílio Goeldi, tendo a oportunidade de conviver com pesquisadores renomados na área da Antropologia, como Eduardo Galvão, Protásio Friel e Expedito Arnaud. Nesse contexto, teve oportunidade de participar de seminários, frequentar biblioteca e estagiar em várias áreas, como por exemplo, a Arqueologia (coordenada por Mário Simões), com ênfase na cultura material (plumária, cestaria, etc.) identificando o acervo. Ela dizia que a área menos explorada durante sua experiência no Museu Goeldi foi a Linguística. Ruth Wallace era responsável por esta parte e foi morar nos Estados Unidos, fato que impossibilitou maiores estudos na área linguística.

Na UFPA, Eneida Assis teve como referência o prof. Arthur Napoleão Figueiredo, com o qual trabalhou nos seminários de leituras em que participava juntamente com Anaiza Vergolino. Além disso, realizava pesquisas de campo em

9 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Reitoria. Universidade Multicampi – 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará: Eneida Corrêa de Assis. Belém: UFPA, 2012. 1 vídeo (1 hora e 28 minutos e 39 seg). Disponível em: <http://multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1030>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

áreas indígenas com apoio e incentivo do professor Napoleão, por ele considerar importante a diversificação de experiências etnográficas. Nesse período, realizou pesquisas no Amapá, com povos Kalibi, Karipuna e Palikur. Na década de 1970, Eneida substituiu o Alberto Bordalo ministrando a disciplina de Antropologia Física e, após a vivência no Amapá passou a ministrar disciplina de antropologia Cultural, Etnologia Indígena e Folclore.

Figura 01: Denise Cardoso, Anaiza Vergolino e Eneida Assis.



Fonte: arquivo GEPI

Ainda nas décadas de 1970 e 1980 cursou Especialização em Desenvolvimento de áreas Amazônicas (FIPAM IV/1976-1976), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e em Psicologia Social (1986-1987), ambas pela Universidade Federal do Pará.

Seu Mestrado em Antropologia Social (1978-1981) foi realizado pela Universidade de Brasília (UnB). Sob a orientação do prof. Júlio César Melatti, defendeu a dissertação intitulada “Escola Indígena: Uma Frente Ideológica?”. O Doutorado em Ciências Humanas trouxe como resultado a tese intitulada “Direitos Indígenas num Contexto Interétnico: Quando a Democracia Importa?”. Doutorou-se em Ciência Política (1999–2006), pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tendo como orientador o prof. Marcelo Jasmim.

Ao transitar em diversas áreas de conhecimento desde sua graduação, a atuação profissional de Eneida Assis foi marcada pela participação como docente no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Mestrado em Ciência Política, além da participação em bancas e eventos de Psicologia, História, Direito e áreas afins.

Sempre envolvida com a temática indígena, Eneida Assis se tornou uma referência inigualável em ações promovidas pela academia, por órgãos públicos e por pessoas indígenas de vários grupos étnicos.

Eneida, querida professora e pesquisadora

Professora da UFPA desde os anos 1970, Eneida foi pioneira nas pesquisas sobre educação indígena no âmbito desta Instituição. Ao longo de sua carreira Eneida Assis formou profissionais nos cursos de História, Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e Psicologia, sempre na militância pela causa indígena.

Figura 02: Eneida Assis em trabalho etnográfico



Fonte: arquivo GEPI

Publicou vários livros e artigos científicos sobre a tema da Educação Escolar Indígena e foi uma grande defensora das pautas apresentadas por estes povos. Defendendo a educação e saúde diferenciadas, atuando como professora-pesquisadora e como militante das causas dos povos originários.

A experiência nas aulas de interiorização, no campus de Altamira, foi marcante na trajetória de Eneida Assis. Segundo seus relatos, a experiência no campus e no alojamento trouxe boas lembranças porque havia a possibilidade de ministrar aulas na beira do rio Xingu, realizar visitas técnicas em agrovilas da Transamazônica, e porque era oportunizado dialogar com colegas professores e professoras de outras áreas de conhecimento, sobre os mais diversos assuntos. Refletindo sobre o que havia sido estudado no mestrado e aprender com o que colegas que pesquisavam em seus mestrados em outras áreas.

A experiência da interiorização da UFPA proporcionou o conhecimento de lugares de Altamira, que seria inviável sem a colaboração de estudantes. A vivência com experiências com a culinária local, com povos indígenas, com a elite econômica e política da região do Xingu. De um modo geral, ela relata que a interiorização foi importante para estudantes que tiveram a oportunidade de cursar a graduação em seus próprios municípios, para docentes que estabeleciam novas amizades e tinham oportunidade de conhecer regiões e municípios para além de suas próprias pesquisas.

Em 2000 realizou o primeiro estudo de impacto ambiental condenando a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Fato que proporcionou admiração por algumas pessoas e causou-lhe inimizades com outras. Nesse aspecto, cabe mencionar o trecho escrito por Maria Lúcia Martins Pedrosa Marra, em 2015, em homenagem a Eneida Assis.

Quem nunca viu Eneida se aborrecer defendendo uma causa, nunca queira ver... Ela tem a astúcia de uma serpente e a garra de uma leoa, ou seja, coragem de sobra, como uma mulher marcada para conquistar e vencer

Por isso conquistou amigos, e centenas de “parentes” nas aldeias; daí seu nome ser passaporte de entrada onde quase ninguém ousa pisar, o nome que me abriu portas ao mesmo tempo em que me abriu esperanças.

Sempre soube que lutar por índios nesse norte do país é quase ecoar um grito no deserto das incompreensões, mas ainda assim nunca

deixou de se manifestar. Eneida Assis, amada por uns, imitada por outros, mas especialmente arrojada, porque nunca se acovardou ou calou diante das demandas desse povo que ela abraçou corajosamente e às vezes de forma solitária.

Atuou como coordenadora do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF), do Observatório de Educação Escolar Indígena do Territórios Etnoeducacionais Amazônicos (OEEI) e do Grupo de Pesquisa sobre Populações Indígenas (GEPI), que hoje lhe presta homenagem ao somar seu nome e se tornar o Grupo de Pesquisa sobre Populações Indígenas Eneida Corrêa de Assis.

A partir de 2006, quando defendeu sua tese de doutoramento, vinculou-se aos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política/PPGCP e de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Durante sua atuação como antropóloga e militante das causas indígenas trabalhou com Etnologia indígena; Educação Escolar Indígena; Políticas Indigenista; Instituições Políticas, Democracia e Direitos Indígenas.

Em 2009 fundou o primeiro Grupo de Pesquisa da UFPA voltado para os estudos sobre povos indígenas, o GEPI. Juntamente com colegas do antigo Centro de Letras e Artes (CLA, atual Instituto de Letras e Comunicação - ILC) e demais parcerias da área de Antropologia, formalizou o registro do grupo, agregando pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento, realizando eventos e promovendo ações de extensão junto aos povos originários. Nesse conjunto de colegas, destacam-se Alzerinda de Oliveira Braga, Laura Ximenes Ponte, entre outras pessoas.

No relato de Irana Bruna Calixto, a descrição de Eneida apresenta uma professora e amiga, traços percebidos por quem convivia com ela.

A personalidade alegre e comunicativa de Eneida Assis destacava-se por seu carisma e leveza de alma, sempre aquecendo os corações ao seu redor com conselhos sábios para a vida e para os desafios acadêmicos. As conversas com Eneida eram fontes constantes de soluções e direcionamentos precisos para as complexidades do cotidiano. Sua sabedoria e experiência suscitavam reflexões profundas e maduras sobre a existência.

No convívio diário, era encantador ouvir seus relatos de trabalho com os povos originários, repletos de detalhes ricos e lições valiosas acumuladas ao longo de muitos anos de dedicação ao indigenismo. Seu amor pela causa indígena era contagiante, inspirando seus

alunos, muitos dos quais seguiram seus passos e também se tornaram indigenistas.

O projeto GEPI Web 2.0¹⁰ foi o primeiro projeto de extensão na UFPA voltado para atender demandas de indígenas estudantes que ingressaram via Processo Seletivo Especial (PSE). Participei como coordenadora adjunta desse projeto, desenvolvido na UFPA com estudantes de graduação e na aldeia sede da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG).

No Observatório da Educação Escolar Indígena, realizamos várias atividades, inclusive, com produção de artigos, cartilhas e seminários. Este projeto foi importante na medida em que congregava a UFPA, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA). Sob a coordenação geral de Eneida Assis, as demais instituições eram coordenadas, respectivamente, por Carlos e Joelma Alencar. A partir do observatório surgiu a proposta de realização do Curso de Especialização em Populações Indígenas na Amazônia.

Ao reencontrar com Maria Soeli Lemoine, em evento organizado por Maria Ludetana Araújo, Marilena Loureiro e Marcia Lasmar Bieri, recordamos da felicidade de Eneida Assis em participar da banca de doutoramento de Soeli, em Strabourg, na França.

Nesta oportunidade, elas estavam planejando a criação do Instituto de Pesquisa em Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia (IPEASA) e me convidaram a compor a equipe científica deste instituto.

Sediado no município de Itaituba, região do Baixo Tapajós, o IPEASA tem proporcionado oportunidades acadêmicas das atividades que envolvem o GEPI, pois enfatiza as demandas dos povos indígenas Munduruku, Apiaká e de outros povos originários da região Amazônica. Ao mesmo tempo, propõe ações voltadas para a promoção de educação ambiental, incentivo ao protagonismo político, combate às formas de violências, defesa da saúde, incentivo aos estudos sobre a água, e diversos outros temas concernentes às pessoas que vivem nesta região.

Minha inserção neste grupo foi motivada pela minha proximidade à professora Eneida Assis. Segundo elas me relataram, a Eneida sempre me incluía

10 ASSIS, E. C. ; CARDOSO, D. M. ; MACEDO, L. V. P. ; SILVA, M. R. M. E. . Estudantes indígenas na Universidade Federal do Pará e a experiência de aplicação do Projeto Web GEPI WEB 2.0. Movendo Ideias (UNAMA), v. 17, p. 32-38, 2012.

nas suas conversas e planos futuros que levariam à criação do IPEASA. Assim, eu já era uma das pessoas do GEPI a fazer parte deste novo projeto e pude, desde então, contribuir para a continuidade do trabalho de Eneida Assis, e com todo seu legado junto aos povos da Amazônia, em especial os povos indígenas

BIOGRAFIA

Elizabete Nascimento

Desenho-me de sol,
de água e de lua,
como rascunhos deixados
na areia do mar.
Pinto-me de amarelo
para anunciar a noite,
raios de luz a dançar na escuridão...
Faço-me de água,
contorno de obstáculos,
cachoeira de sonhos
a ecoar no meu riso...
Vejo-me lua para viver minhas fases,
faces a traçar minha passagem, sempre menina.
À deriva...
embarco sem remo,
com brilho,
de escapes,
em transição.
Feita só de rabiscos
finos e leves
a bordar a solidão.
Olho emblemas,
signos e mistérios,
desenhados fio a fio,
em casulo de mariposa,

pouco depois do milagre
da transformação.
No reflexo, o nada
da menina, nos meus olhos.

UM ROSTO DE MULHER

Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues

No caminho do sonho e da realidade

Quando estamos nesta dimensão há tantas décadas, quando a vida, no decorrer deste longo percurso, já nos mostrou tanto, quando milhares de pessoas cruzaram nosso caminho, e quando entendemos que nossa existência é uma grata mescla de alegrias e tristezas, chegadas e partidas, amor e desamor, doação e recebimento, acredito que é hora de deixar um minúsculo e singelo relato dessa experiência.

Quando adolescente, muito sonhadora, só desejava da vida três coisas: viver um grande amor, viajar muito e escrever um livro. O universo me ouviu em parte, restando concretizar meu último desejo, até hoje, não materializado.

O grande amor chegou, e, de forma simples e serena, permaneceu ao meu lado por um longo e feliz tempo, se perpetuando em dois filhos, desejados e amados acima de tudo, e três netos igualmente queridos.

As viagens, lugares e regiões, as mais diversas, e pessoas e costumes diferenciados, também se aliaram, com tranquilidade, ao meu dia a dia e através de longos anos. Mudar de cidade, de casa, tornou-se uma praxe prazerosa, pois vinha ao encontro do entendimento de que a impermanência, o efêmero e a transitoriedade compõem o nosso cenário de vida.

Hoje, vivendo em Portugal, conhecer e redescobrir continua sendo uma opção prioritária e prazerosa, que vem atender ao chamado da “viajante” que, desde sempre, insiste em não me abandonar e segue andando por aí.

Quanto ao livro – se já o tivesse escrito - não tenho certeza sobre a sua abordagem; talvez um romance, uma linda história de amor com final feliz, já

que os poemas e pequenas novelas que escrevia, à época, só viam o amor sempre triunfando.

Hoje, certamente, seria um livro pragmático, discorrendo sobre lugares e pessoas, narrando fatos e eventos que, no transcorrer da vida, me transformaram na pessoa que hoje sou.

Por outro lado, acredito, os nossos sonhos e aquilo que já temos certeza de que está intrínseco em nós, nossa vocação, que não suscita qualquer dúvida que irá nos acompanhar enquanto existirmos, são enfoques diferentes, embora interligados e, juntos, são capazes de dar um sentido maior a nossa vida.

Nos meus doze anos de idade meu primeiro aluno, o qual alfabetizei, escancarou a porta para deixar entrar e emergir aquilo que haveria de ser a minha primeira e mais gratificante missão de vida: o ensinar.

Foram centenas e centenas de alunos, crianças e adultos, que, por muitos anos, me viram e ouviram, e, dessa forma, mesclando a teoria e a prática, o ensinar e o aprender, o dar e o receber me fizeram muito realizada.

Nesse universo acadêmico, na verdade o último em que transitei, cabe o registro de que foi durante o tempo em que ministrei aulas para o Programa “Parfor”, me deslocando para cidades do interior do Pará, e vivenciando as dificuldades e agruras de muitos alunos, que pude reconhecer o que é a verdadeira tenacidade e a determinação daqueles que querem alcançar seus sonhos a qualquer preço.

Mais do que ensinar aprendi a ver e reconhecer o que é ter privações, limitações, emanar solidariedade, mútua ajuda e valorizar o pouco que se tem.

Foi uma época de incontáveis lições, que me fizeram crescer e dimensionar como os menos favorecidos encaram, sem queixumes, as suas adversidades. Sou muito grata por essa experiência.

Indissociada da feição destinada a ensinar, a índole do justo e do verdadeiro também prevaleceu e floresceu em minha trajetória, e, ao concluir o Curso de Direito, tive a mesma convicção de que, como o ensinar, essa habilidade jurídica estava arraigada desde sempre em meus propósitos de vida.

Milhares de pessoas, processos, demandas, enfrentamentos e debates forenses deixaram-me convicta de que fiz o melhor, em nome do que considero ético, legítimo e humano.

Muito estudei, muito trabalhei e, na medida do possível, colaborei com tarefas em instituições sociais, onde o doar-se e a presença humana tem um sentido muito valioso àqueles que são carentes de afeto e de uma palavra reconfortante. Ao longo de décadas, vendo meu projeto de vida, pouco a pouco, cumprindo seu mister e me mostrando o quanto coisas simples podem ser gratificantes, percebi que atender ao chamado de nossa vocação nos faz ver a vida sob uma perspectiva mais fácil e amorosa.

Ainda hoje continuo buscando trilhar o caminho que leva à justiça, ao ensinamento e à doação. Nele as estradas não são planas e seu acesso é difícil, porquanto, mais e mais, vejo pessoas tentando camuflar situações, ludibriar e enganar os menos esclarecidos, corromper-se em troca de favores, e desprezar o justo, o solidário e o bem.

Felizmente há ainda muitos espaços em que posso seguir exercitando minhas missões de vida, a exemplo de um Projeto de Voluntariado na África, onde, em um Ação Social para Crianças, vivi –há menos de um mês - uma experiência gratificante e capaz de sempre despertar o melhor de mim.

Tenho certeza de que posso continuar semeando conhecimentos, valores, justiça e amor, e, mesmo que o livro de minha vida não tenha ultrapassado a esfera do desejo de uma adolescente, em mim, a minha história de vida, está editada e gravada indelevelmente na minha alma, no meu coração.

Sou imensamente feliz pela vida que criei, pelas pessoas que andaram e andam ao meu lado, e por tudo que fiz, até aqui, em nome de uma vocação nobre e inigualável, procuro sempre ver o melhor em cada pessoa.

Acredito que as sementes que fui deixando pelo caminho podem ter se transformado em bonitas e frondosas árvores, e, ainda que sejam poucas, tenho certeza de que suas raízes ficarão enterradas firmemente na terra daqueles que as cultivaram.

Agradeço àqueles que entenderam o valor de minha semeadura, cuidando e cultivando as sementes recebidas, pois, sem dúvida, essa colheita traduzir-se-á no seu crescimento moral e pessoal, capaz de tornar sua vida mais digna, mais justa e humana.

O espelho mostra que meu rosto já tem muitas rugas, embora eu não as quisesse, mas elas representam as lições que só o tempo foi capaz de me mostrar: hoje vejo que muito ensinei e que também muito me foi ensinado; constatei

que a justiça, ainda que não queiramos, por vezes fracassa, mostrando a face injusta e frágil do ser humano; sei agora que o espírito nunca envelhece, e que a mesma alegria, bom humor e leveza da juventude continuam presentes em mim; reconheço que ser grato por tudo o que temos, ainda que pouco, torna a vida mais fácil e mais serena; e, por fim, concluo que é no doar-se e no compartilhar com o nosso próximo tudo o que sabemos que o amor verdadeiro se manifesta, de modo simples, puro e sem retoques.

Um novo amor um dia ainda me pode chegar; as viagens, frequentes, continuarão a me levar por lugares incríveis e encantadores; e o livro, tão sonhado, pode, neste momento, ter este pequeno texto como prólogo, e, assim, os desejos adolescentes estarão atendidos, validando ainda mais a certeza de que a gratidão e o amor por ensinar e pela justiça tornaram minha vida muito feliz.

Quem sabe ...?

EU SOU QUILOMBO

Fabiana Vencezlau

Eu sou Fabiana Ana da Silva, popularmente conhecida como Fabiana Vencezlau.

Figura 1: Foto da autora



Fonte: acervo da autora, 2024

Nasci em Sítio Mulungu, Conceição das Crioulas, zona rural da cidade de Salgueiro/PE. Bem no pé da serra ficava a escola onde estudei de 1ª a 4ª série, mas o aprender no campo nunca ficou restrito às quatro paredes de uma sala de aula que, naquela época, era dividida para três turmas. No mesmo pé dessa

serra e, às vezes, em cima dela, ficavam as roças, onde aconteciam o preparo da terra, o plantio e a colheita.

Enquanto criança, eu não participava da primeira etapa, mas quando a roça estava localizada na serra, logo via o local escolhido, por conta da fumaça das brocas. No plantio, cabia a mim colocar e entupir as sementes nas covas que os mais velhos iam deixando. Na colheita, ia a família toda. Fazia a comida na roça, usando, na maioria das vezes, os recursos oferecidos pela própria natureza, como a catioba que servia de prato. O milho, o feijão, a melancia, a abóbora, e outras variedades, faziam parte do cardápio.

Figura 2: Fachada da Escola



Fonte: Wédson Atikum, 2023

Para mim, todas essas vivências contribuíram em minha vida. O contato com a natureza também esteve presente nas brincadeiras quando eu corria livre pelos terreiros, ou quando eu me sentava junto com outras crianças na esteira no meio do tempo em noite de lua cheia para ouvir as histórias que os nossos tios contavam ou as adivinhações feitas pela nossa avó. Os galhos dos imbuzeiros serviam de balanço, as trepadeiras serviam de casinha, os sabugos de milho, de bonecas e até as paredes dos açudes, de escorregador.

Venho de uma família de 12 irmãos, sendo cinco homens e sete mulheres. Cresci sem mãe, pois ela morreu vítima de chagas. As irmãs mais velhas moravam na cidade, em casas de famílias ricas para trabalhar e ajudar no sustento delas próprias e dos mais novos e, para também, tentar continuar os estudos.

Figura 3: Foto de parte da família



Fonte: acervo da autora, 2024

Por volta dos oito ou nove anos, meu pai, na sua viuvez, construiu uma nova união. Então, sai de casa e passei a viver perambulando junto com os irmãos mais novos na rebeira toda. Onde quer que a gente chegasse, estávamos em casa. Por conta disso, tudo ficava bem.

Porém, em determinado momento, devido às circunstâncias, mudamos para a cidade. Foi um choque de realidade. A única coisa que deu para levar da roça foi a brincadeira de bola, onde a rua era transformada em quadra e se disputava o espaço entre carros, motos e pedestres. Aquela fileira de casas, uma ao lado da outra, sem quintais e terreiros. Local em que se podia viver livremente, era, agora, a totalidade do que a gente tinha. Foi preciso reaprender.

Tudo era muito difícil. Dessa forma, aos 11 anos, comecei a trabalhar. Com isso, pulei uma etapa da minha vida, que foi a adolescência, pois passei da infância

para a fase adulta. Trabalhava como babá e estudava. Lembro como se fosse hoje o valor que inicialmente recebia: R\$ 30,00 reais por mês. Mesmo trabalhando, era dedicada aos estudos. Minha patroa, ao notar minha dedicação, disse que quando aparecesse uma vaga na empresa de gás de seu marido, iria me colocar para que pudesse ganhar mais e investir em meus estudos, pois já naquela época pensava em ser professora. E assim foi... Com o passar dos anos, a vaga surgiu e passei de babá para atendente.

Em 2005, casei, engravidei e tornei-me mãe. Meu marido era de Conceição das Crioulas; então, voltei a morar no meu lugar de origem.

Até esse momento, ainda não tinha terminado o Ensino Médio. A comunidade tinha avançado, em termos escolares. Mesmo sendo extensão, pude cursar o 3º ano do Ensino Médio na Escola Quilombola Professor José Mendes.

Figura 4: Foto da escola



Fonte: Fábila Oliveira, 2023

Defini-me quilombola. Para mim, não foi uma escolha própria, mas uma escolha da natureza que me rege e que fez definir quem eu sou. A minha identificação vem do que eu sinto ao ouvir o toque do tambor ou o som do berimbau.

Vem da ginga da capoeira que meu corpo faz sem sequer sair do lugar, ou do coco que danço sem tirar os pés do chão. Vem da revolta que sinto ao declamar cada verso, cada estrofe do poema “Navio Negreiro” e sentir no âmago do meu ser, os horrores que meu povo, a população negra, sentiu.

Minha definição vem pelo que me arrepia o corpo e estremece a alma. Todavia, entendo que indígenas e quilombolas sofrem das mesmas mazelas, enfrentam os mesmos inimigos e se assemelham nas suas lutas e especificidades. Isso se constitui como motivo de união e parceria, assim como foi no Quilombo de Palmares.

Mas, para mim, não basta apenas definir. Cada negro e cada negra tem uma dívida com seus ancestrais que cruelmente foram arrancados do seu país, dos seus tronos, das suas casas na África. Acredito que seja preciso continuar a luta travada por eles. Não se pode abster dessa guerra, em que nem uma pessoa escolheu travar, mas que tem a obrigação de continuar lutando.

Escolhi lutar através da educação.

A educação em seu sentido mais amplo, aquela que se aprende em todos os espaços. Essa educação que causa liberdade. A educação que transcende os muros das escolas. Encontrei mais uma escola – a AQCC (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas), pois não adiantava apenas assumir a identidade quilombola, era preciso estar na luta.

Figura 5: Sede da AQCC (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas)



Fonte: Luz Quilombola, 2019

Através de formações políticas, ganhei bagagem para representar o movimento quilombola enquanto jovem, o que me levou a participar do I Encontro da Rede Mocambos em São Paulo. Em esse evento, tive a oportunidade de conhecer as lideranças quilombolas nacionais. Como liderança feminina, enquanto jovem, participei do Fórum Social Mundial, em Belém do Pará. As atividades não paravam, assim como as dificuldades no casamento por conta da luta. Frases ameaçadoras como: “você não vai...”; “arrume quem cuide de seu filho, pois eu não vou cuidar...”; ou ainda: “você vai ter que escolher ou eu ou o movimento...” eram frequentes.

Apesar de todas as dificuldades, não desisti. Fiz do próprio movimento meu espaço de libertação. Como mulher, jogava bola, juntamente com todas as outras que também ousavam jogar. Todas, na maioria das vezes, tinham que ir para o embate com os homens para poderem ter esse direito.

O campo e a quadra pareciam ter nascidos para serem frequentados apenas por homens. No entanto, em Conceição, não dava para ser assim, não podia ser assim, pois muitas mulheres queriam e jogavam futsal e futebol. A luta sempre valeu a pena. A prova disso é que as mulheres sempre se destacaram no futsal em nível local, municipal, estadual e nacional, quando uma equipe feminina foi vice-campeã nos Jogos Nacionais da Juventude.

A equipe tinha homens como técnicos e para as mulheres de Conceição isso não era problema. O empecilho era quando faltava respeito, escassez de espaço por conta de machismo. Isso, sim, era motivo para ir para o embate. Essa luta, no meio esportivo, rendeu para mim o título de primeira técnica de uma equipe feminina em um campeonato que aconteceu na cidade. Resolvemos: se não nos respeitam, não servem para serem os técnicos!

Nesse ano, orgulhosamente e com total oposição ao machismo, duas equipes participaram da competição e à frente dos times estavam duas mulheres. Se foram campeãs? Não, não foram, mas o maior prêmio elas já haviam conquistado: a medalha de ouro contra o preconceito dos homens!

Atualmente, sou uma mulher que defendo a comunidade na luta pelo território, no enfrentamento a todos os tipos de violência contra a mulher, na busca dos jovens por um futuro melhor e, principalmente, na luta pela educação. Eu acredito que muitas das mudanças que se quer na comunidade passa pela

educação. Educar para informar, educar para respeitar, educar para entender, educar para sensibilizar.

Ao terminar o Ensino Médio, ingressei no Ensino Superior, em 2007. Por gostar muito de leitura e escrita, optei pelo curso de Letras. Trabalhava para pagar meus estudos e, a partir de 2012, comecei a lecionar. Apesar de estar envolvida com o meio educacional desde 2007, foi na interação estudante/educadora que descobri minha verdadeira missão. A mediação de conhecimento, seja em sala de aula ou fora dela, me realiza profundamente. Esse processo ocorre tanto através dos livros quanto na “biblioteca ambulante” dos mestres, as pessoas mais velhas, quando também me torno estudante.

Nessa troca, com os pés firmes no chão, em o território onde o aprendizado é verdadeiramente coletivo, uma vez que é vivenciado e repassado, mesmo que às vezes reformulado, a essência vai ficando. Para mim, os educandos precisam saber quem são, precisam saber contar sua própria história e, acima de tudo, entender que no quilombo a educação por si só não se sustenta.

Os educandos quilombolas precisam compreender que a educação é um alicerce para a reconquista do território. O território onde se planta, se colhe, se mora, se brinca, se tira o sustento e se consolida a história, a ancestralidade. Também, onde se vive e se luta para que de fato se tenha a tão sonhada liberdade usurpada do povo, dos ancestrais.

Fabiana Ana da Silva ou simplesmente Fabiana Vencezlau. Minha história é de luta e a luta é minha história.

Venceslau era meu pai e quando perguntada o porquê desse segundo nome eu digo sorrindo que meu pai era um homem que respeitava as mulheres, não estava nem atrás e nem à frente, mas lado a lado. Tenho 36 anos, sou professora, formada em Letras pela FACHUSC – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central –; Pós-graduada em Educação Intercultural no Pensamento Decolonial pelo Instituto Federal – Floresta –; Pós-graduada em Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco – Garanhuns. Cursei Pedagogia pela FACHUSC e, enquanto houver o que estudar, estarei estudando.

Em 2010, sofri um acidente que me impede de jogar bola. Nesse acidente, quebrei o pescoço e, por conta disso, não pude mais jogar.

Figura 6: Radiografia



Fonte: acervo da autora, 2024

Acredito que fiquei viva por um milagre de Deus, o que para mim só aumenta a responsabilidade de estar sempre levando esperança para outras pessoas.

Estou sempre disponível para contribuir quando solicitada, seja na luta pela educação, território, gênero ou quando a luta me chamar, pois eu nasci para lutar. A luta me libertou e através de minha luta levo empoderamento para que outras mulheres possam também se libertar.

O que trago agora é a minha experiência no Mestrado e no Doutorado.

Familiares e amigos sempre diziam que eu deveria ir para o Mestrado. Resisti quanto pude e ao decidir fazer, o edital que passei foi o da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após passar em todas as etapas, me perguntavam se eu iria cursar. O fato de as aulas serem na modalidade remota, me incentivou a iniciar os estudos. Fiz o primeiro semestre de forma online, mas ficava me questionando como faria com o segundo semestre, que seria presencial?

Por concepção, como não desisto do que quero, resolvi enfrentar e, com o apoio de toda a comunidade, segui para Porto Alegre. Deixar filhos, trabalho e sair do quilombo foi um grande desafio. Na primeira semana após minha chegada eu quase desisti. Minha mala nunca foi totalmente desfeita, porque qualquer

coisa já estava pronta e era somente voltar. Cheguei em um dos períodos mais frios e para quem é do sol, do calor, parecia impossível suportar tudo aquilo. Passados alguns dias, vi que a maior dificuldade que iria enfrentar era a solidão. Além disso, como imaginei que alimentos comuns no Nordeste não existiriam ali ou eram difíceis de se encontrar, como feijão verde e cusuz?

Digo que aprendi muito com os espaços, com os corpos, com as aulas, com as professoras e os professores, com as colegas e os colegas, com as amizades, com os demais espaços que conheci, com as almas que me atravessaram.

Figura 7: UFRGS



Fonte: Rodnel Dossa, 2024

Hoje, sinto emoção em falar da UFRGS, sinto-me feliz em fazer parte dela e sou grata por não ter desistido. Acredito que um dos maiores aprendizados foi entender que mais importante do que querer mudar a universidade é não mudar a nossa essência, independente do lugar que ocupamos. Além disso, florescermos onde formos plantados.

O Mestrado me fez florescer, me fez crescer, me fez não querer parar de estudar, me fez querer continuar crescendo por meio do Doutorado. Concluí o Mestrado em 10/10/2023, em uma defesa coletiva, no quilombo, como eu acreditava que deveria ser. Ainda no Mestrado, fiz processo seletivo para o Doutorado. Passei e, no dia 11/10/2023, um dia após a minha defesa de dissertação, fiz minha matrícula no Doutorado no mesmo PPG da Letras, na mesma linha de pesquisa e com a mesma orientadora.

Figura 8: Foto da capa da dissertação



Fonte: acervo da autora, 2024

Conceição das Crioulas é uma comunidade quilombola localizada no Sertão Central do município de Salgueiro, em Pernambuco. É conhecida no Brasil e no mundo por seu histórico de luta pela educação, pelo território, pela beleza e pela qualidade do seu artesanato. Contam os mais velhos, que o Quilombo teve origem no início do século 18, com a chegada de seis negras à região, fugidas do processo de escravidão.

Depois, juntou-se a elas um negro chamado Francisco José. Ele trazia uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Com a plantação, fiação e venda do algodão, as seis negras conseguiram comprar as terras e construíram uma capela em homenagem à santa. Assim, o nosso nome de origem é Conceição por conta da Santa e Crioulas por conta das Seis Negras Crioulas.

Figura 9: Capela de Conceição das Crioulas



Fonte: Fábria Oliveira, 2023

Desde a origem, lutamos muito para sair da invisibilidade, para enfrentar o preconceito e a discriminação, por dias melhores para a nossa comunidade. Uma comunidade insurgente, revolucionária e Contracolônia. Uma comunidade que já entendeu que o principal processo de liberdade é a libertação das mentes.

Somos referência na luta quilombola e quero poder continuar contribuindo não somente com minha comunidade, mas com o movimento em nível local, estadual e nacional.

É nesse lugar, no Território Sagrado do Quilombo de Conceição das Crioulas, que trago minhas narrativas de uma trajetória que não é somente minha, pois eu sou o quilombo e o quilombo sou eu.

MULHERES NO TEMPO DO SABOR E DO AMOR

Fátima Costa

Quando penso em algumas famílias de minha terra natal, Itaituba-PA, naturalmente me vem a forma como sobreviviam e/ou engordavam seus humildes ganhos financeiros. Lembro-me dos gostosos pasteis da Itahy Iracema Couto Lima e da salada de frutas que suas filhas - a bela Clarice Couto (*in memoriam*) – que com sua irmã Socorro, vendiam na Rua Hugo de Mendonça. Depois continuei a lembrar de uns pirulitos feitos por Nazaré Couto: quanta doçura e cor enfiadas num palito! Fui mais adiante e lembrei-me de Papamel com sua lata de pipocas deliciosas às quais nunca tivemos acesso à receita. A saudade me faz salivar e uma emoção teima em saltar os olhos.

Como não lembrar do melhor tempo da minha vida, da minha amada avó paterna Júlia Costa com seu munguzá maravilhoso que ajudou a criar seus oito netos?

Percorrendo meu caminho de cor e sabor, veio-me a lembrança da tia Maria Paiva com aquela canja maravilhosa, servida na Barraca da Santa, durante os festejos de nossa padroeira, a Senhora Santana. Depois saio da Hugo de Mendonça e da Presidente Vargas e subo a Tv: Victor Campos para relembrar o sabor de um picolé delicioso que nos era vendido por um senhor adorável, de voz rouca, que tinha Alho no sobrenome, mas que se chamava Manoel. São muitas lembranças onde saliva e lágrima se confundem principalmente ao lembrar-me do bolo de macaxeira de minha mãe Lalá, do Tacacá da tia Bela e principalmente do cuscuz de arroz ao leite de coco ou castanha do Pará, de minha irmã Palmira.

E os quintais? Ah! só para ilustrar, eu citaria o quintal onde nós comíamos ginja, seriguela e carambola sempre sob o olhar atento de nossa bisavó Madalena e dos tios Téofilo Furtado e Judith.

A família traz consigo grandes representantes no quesito gastronomia, que citarei nesse relato como homenagem às minhas lembranças.

Tia Maria Paiva (irmã de mamãe) e tio Teófilo Furtado (cunhado da vovó Júlia).



Foto: acervo de família.

As gostosuras de tia Bela

Durante anos, até por volta de 2015, a sua barraca foi uma das mais famosas nos festejos da nossa Padroeira, a Senhora Santana. Muito além disso, se tornou conhecida por seus dons culinários no preparo de iguarias regionais com destaque para os famosos bichos de casco (tartaruga e tracajás) que eram servidos numa época em que nos era permitido comê-los. Até hoje, tia Bela com quase 85 anos, ainda cozinha para a família, mesmo como paciente de hemodiálise a pouco mais de um ano; ela faz questão de destacar a ocasião em que cozinhou para um governador paraense que veio à Itaituba, anos atrás e, para que ninguém duvide desse feito, sempre mostra a foto impressa que guarda com carinho. Por gostar de cozinhar, já passou alguns perrengues quando tinha sua barraca de comidas nos festejos da Padroeira e recebeu a visita de um senhor que estava à procura de quitutes para desfrutar naquela noite. Sua neta, que estava lhe auxiliando a servir os clientes, depois de dizer tudo que tinha no cardápio, ingenuamente, por desconhecer que o cliente era servidor de um órgão

ambiental, lhe sussurrou ao pé do ouvido que também tinha carne de tartaruga feita pela mais conceituada cozinheira dessa iguaria. E aí foi um Deus nos acuda: minha tia, uma idosa que nunca aceitou bem as restrições da lei para comer as gostosuras do seu lugar de nascimento, quase foi presa, em frente à Matriz. Mas então chegaram as pessoas que a conheciam e, no meio da confusão, um casal de primos pediu ao senhor bom senso e que considerasse a idade dela e desse o caso por encerrado. E assim foi feito.

Tia Bela também teve, por anos, uma banca de tacacá, famosa em toda a cidade, de onde saíram tantas histórias que daria para fazer parte de um livro como esse. Ela e minha mãe Lalá ficaram órfãos bem crianças e foram criadas por madrasta. Meu avô Felipe Gomes, primeiro tabelião de Itaituba, não se demorou muito tempo viúvo e sozinho e, quando contraiu matrimônio com minha avó Palmira, já tinha um casal de filhos do primeiro relacionamento e outro de uma aventura no caminho de sua história com minha avó.

Histórias de vovó Júlia

Minha mãe Lalá, até hoje serve fervorosa de Santana, dispensa comentários no que se refere a dedicação eucarística. Como mulher, foi só mais uma da família que se casou bem cedo para logo sair de casa e construir família. Ao juntar-se ao nosso pai, já sabia cuidar de tudo que fosse produto de uma boa caçada e pescaria que o velho João das Pacas (meu pai) trouxesse de suas incursões pelo rio Tapajós e pela floresta amazônica. Lembro-me das nossas farinhadas na Lagoa dos Patinhos e aqueles momentos deixaram uma memória afetiva espetacular em mim, nas minhas irmãs e irmãos, nos nossos primos e primas e em alguns amigos da nossa doce infância da década de 1970 e 1980.

Da farinhada é preciso mostrar a grande figura de outra mulher que impregnou em nossos sentidos, com os melhores sabores da roça: nossa avó Júlia. Era de lá que vinham inúmeros produtos derivados da macaxeira e mandioca. Ao esquentar o grande forno para torrar a farinha, aproveitavam para assar o bolo de massa, beijus de diversos tipos e a farinha tapioca e ainda tinham tempo para ensinar aos mais novos sobre todo esse ritual de manipulação gastronômica perpetuando, dessa maneira, todos esses saberes ancestrais. Nossa vovó Júlia era uma mulher muito prendada em tudo o que fazia, mas de todas aqui

descritas, ela se superava no preparo de seus pratos deliciosos lembrados até os dias de hoje por mães e tias de outras famílias. Como esquecer dos seus assados, ensopados e o eterno Manjar dos Deuses enfeitado com umas ameixas enormes que dava uma certa elegância ao prato simples que ela fazia todos os anos no Ano Novo? Ela repetia as mesmas histórias e a importância desse ritual ser mantido na família.

Em seus momentos de bom humor, ela protagonizou cenas hilárias ao mobilizar toda a pequena Itaituba para achar seus animais de estimação que, vez por outra, desapareciam e faziam com que ela promettesse coisas absurdas aos anjos e santos caso seus bichinhos fossem achados.

Lembro-me que em uma dessas ocasiões de promessas, um de seus oito netos engoliu uma moeda de cinquenta centavos e começou toda história hilária: foi um corre-corre geral e um foi drama para fazer aquele curumim expelir o vil metal. Mas vovó Júlia tinha intimidade com os santos e anjos de guarda e, assim que o moleque expeliu a moeda ela, como boa promesqueira que era, imediatamente lavou-a bastante e exigiu que o menino fosse até a venda da esquina comprar uma vela pra honrar seu compromisso. Nem é preciso dizer que o moleque, além do nojo que teve ao ver o objeto expelido de seu organismo após muita lavagem, ainda teve que conviver com a gozação dos vizinhos e do pessoal da venda por muitos anos. Mas ele superou tudo e está bem, graças à promessa de vovó. Ela é minha maior saudade dos tempos de criança e a minha mais forte gargalhada ao lembrar-me de seus feitos com tantos netos que ajudou sua filha Jacira a criar.

Outra ocasião hilária é que um dos seus netos recebeu um decreto médico de que jamais procriaria porque havia nascido com apenas um testículo. Vovó nunca aceitou aquele diagnóstico e iniciou suas conversas com o mundo espiritual (nisso ela era muito boa) para que seu neto tivesse uma vida feliz e que pudesse procriar, enchendo a família com mais moleques. Mas não admitia que qualquer parte do corpo humano fosse para o lixo, então exigiu que após a cirurgia o médico mandasse aquela “parte estragada” para ser sepultada no fundo do quintal, por entre as árvores. Depois de muito disse-me-disse o médico liberou o material que foi devidamente sepultado, com suas orações e uma chuva de água benta. Acho que neste mundo não se tem notícia que um “ovo podre” tivesse recebido tanta atenção. E assim vovó seguiu rezando. Para se ter uma

ideia do poder da oração de vovó Júlia, meu primo teve quatro filhos saudáveis, contrariando todas as previsões médicas.

Meu pai João foi o único filho homem que minha avó teve, além das filhas Jacira e Jaziva. Ele foi o maior parceiro dela em tudo que faziam: na roça, eles faziam farinha, carvão e plantavam legumes e verduras; também pescavam e caçavam (na época em que isso ainda era permitido aos amazônidas). A sintonia entre Júlia e João era tanta que somente ele construía as casas em que ela habitava, fosse qual fosse o partido arquitetônico ou o material utilizado.

Em seus dez últimos anos de vida vovó, por não aceitar a cirurgia de catarata, perdeu a visão de ambos os olhos e ficou totalmente cega. Mas apesar da falta de visão, vovó era espirituosa e transformou diferentes situações - que poderiam ser constrangedoras - em situações divertidas. Ela zombava de si mesma quando se atrapalhava nas atividades do dia a dia e todos nós ríamos muito. Certamente vez ela se trancou no banheiro e não conseguia achar a fechadura. Então começou a gritar:

- Alguém abra essa porta! Estou trancada no banheiro.

A filha e as netas correram prontamente para ajudá-la. Começaram a bater na porta para orientá-la até o ferrolho. Ela conseguiu achá-lo e saiu rindo e dizendo:

- Mas olha já, eu me perdi no banheiro!

Isso foi motivo de um acesso de riso geral conduzido por ela mesma que até hoje é lembrado nas reuniões de família.

Na época das novelas de rádio vovó saía religiosamente de sua casinha, que ficava distante umas três ruas da nossa, para ir “assistir” como ela então falava, as aventuras dos folhetins apresentados pela Rádio Nacional de Brasília. Esses eram momentos sagrados pra ela que ao final das novelas ainda parava pra fazer os comentários com os demais ouvintes e assim apostar no desenrolar dos fatos novelescos, de acordo com as suas convicções em relação ao enredo apresentado pela emissora.

Vovó não chamava palavrões, porém uma palavra estava sempre presente em sua oratória: demônio ou endemoniado. Tudo era motivo para soltar, em alto e bom som, essas expressões, como se assim estivesse vingada de um malfeito. Nem seus netos escapavam deste eloquente xingamento. Bastava derrubarem

umas panelas ou fazerem um barulho mais forte ao derrubar qualquer objeto, que ela de pronto gritava:

- Mas, oh! demônio. Quem está quebrando tudo aí?

E assim vovó cumpriu sua missão nesse plano: enfrentou os desafios com sabedoria e levou sua vida com leveza até o fim dos seus dias, nos deixando grandes exemplos de superação com bom humor e muita fé.

Vovó Julinha, um dos poucos registros dos velhos álbuns de fotografias.



Foto: acervo de família.

As irmãs Lalá, Bela e Ró

Minha mãe Lalá e minhas duas tias maternas ainda estão junto de nós, graças a Deus, e elas tem muitas histórias que mereciam ser eternizadas em um livro. Depois que vovó Palmira partiu, meu avô teve algumas aventuras amorosas até conhecer dona Rosinda, a madrastra de Bela e Lalá; desse casamento nasceu tia Rosindinha (tia Ró) que reside em Belém. Tia Ró tem uma linda história de superação, mas

não é sobre isso que quero escrever, embora eu saiba que daria uma bela obra literária. Talvez tia Ró não saiba, mas ela foi responsável por me apresentar um dos sabores mais marcantes da nossa gastronomia paraense: era uma manhã da década de 1970 em que ela me serviu a espetacular combinação do açaí com o charque e farinha d'água. Um verdadeiro escândalo gastronômico que mais tarde eu entenderia o porquê daquele sabor ao estudar um pouco mais os nossos saberes e sabores.

As irmãs Lalá, Bela e Ró (da esquerda para a direita)



Foto: acervo de família.

Na época em que nós tínhamos que sair do interior da Amazônia para morar nos grandes centros em busca de melhores estudos, reencontrei minha tia na capital paraense com quem fui morar. No final dos anos de 1980 ela era uma jovem senhora desquitada que cuidava, com amor e dedicação, de suas três

filhas. Minha prima do meio, nossa querida Evinha, tinha Síndrome de Down em um tempo que pessoas como ela estavam fadadas a viver no isolamento social. Eram muitos os tabus que a sociedade imprimia e a ciência ainda deixava muitas dúvidas sobre as condições de vida daquelas crianças. Mas o zelo incondicional de tia Ró no acompanhamento da sua filha permitiu que Evinha vivesse 33 anos em condições normais de aprendizado diário (dentro da singularidade das suas limitações) e que a fazia feliz. Como mãe, minha tia se destacava em seu zelo maternal ao preparar às filhas os quitutes preferidos de cada uma, embora tenha criado as três para comer de tudo o que a culinária paraense fosse capaz de criar. As caranguejadas aos sábados são boas lembranças da época de estudos universitários. Tia Ró “arrebentava” na cozinha e as moças que trabalhavam com ela, se já eram prendadas, saiam de sua casa com os estudos em dia e sendo ótimas cozinheiras dos sabores paraenses.

Voltando à caminhada culinária de minha mãe Lalá, destaco seu inesquecível bolo de macaxeira e seu cuscuz de arroz este preparado, em tempos idos, com todo ritual: o arroz era colocado no velho pilão e pilado até transformar-se numa consistência ideal para ser transformado em cuscuz. Mas o ritual continuava no fogão quando aquela farinha pilada era colocada num guardanapo (pano de prato) branquinho e cozido no vapor até transformar-se na massa de cuscuz mais deliciosa o universo. Até hoje mamãe prepara esse cuscuz que leva a família a confraternizar-se ao redor dela, tomando um café quentinho para acompanhar sua famosa iguaria.

Mamãe, juntamente com sua irmã Bela e outras Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus conduziu, por muitos anos, a cozinha dos festejos de Santana. Elas também eram responsáveis pelo cafezinho servido após a missa dominical das sete horas da manhã, acompanhado de algumas iguarias. Era um momento especial entre os paroquianos e todos sempre paravam à saída da missa, para uma boa conversa acompanhado de café e iguarias gostosas.

Mamãe saía de casa antes das cinco horas da manhã, acompanhada de minha irmã, meu irmão e de outras senhoras paroquianas, para organizar e cozer as iguarias a serem servidas após a missa. O salão paroquial era organizado e permitia um lugar agradável àqueles que preferissem consumir ali. O saldo da venda ajudava a Igreja Matriz em suas obras e auxiliou muitos seminaristas e religiosos nas suas caminhadas. Mamãe, agora uma jovem octogenária, ainda

cozinha os mesmos sabores, mas somente em sua casa. Ela, apesar da idade, ainda se mantém ativa nas atividades da Igreja e os muitos compromissos que assume – como as peregrinações com Santana e apoiando as peregrinações de outras comunidades, no interior – não lhe permite tempo para cozinhar como antigamente. Também é Ministra da Eucaristia e participa das celebrações diárias, na Igreja, como leitora e cantora dos corais improvisados nas celebrações em que os cantores oficiais não estão presentes.

Minha mãe Lalá e sua irmã Bela (da direita para a esquerda).



Foto: acervo de família, 2023

Os quitutes de tia Maria Paiva

A memória afetiva do povo itaitubense, que viveu na cidade da década de 1930 até os dias atuais, é profundamente marcada pelos eventos religiosos e pela história da Catedral de Santana. Embora já citada inicialmente, devo aqui falar sobre nossa amada tia Maria Paiva, que hoje dá nome a um educandário

municipal. Mulher forte com participação marcante na construção de todo o potencial religioso que se instalou na ribeirinha Itaituba, ela criou seus filhos com muita luta e sofrimento, contando sempre com a ajuda de religiosos e religiosas que vinham para suas missões na cidade. É conhecido o fato de que vestia os seus filhos e filhas em algumas ocasiões com indumentária norte americana enviadas para serem doadas na Amazônia ou mesmo enviadas como presentes para suas crianças. Tia Maria se destacava na cozinha de Santana antes mesmo de tia Bela e mamãe. Seus quitutes simples e criativos eram consumidos, não só por quem podia comprar, mas também pelas crianças que ela convidava se deliciarem, nas tardes de julho, com sua canja de galinha e a farofa de miúdos dentre outros pratos deliciosos.

Minha tia Bela com nossa prima Conceição, filha de tia Maria Paiva. O tacacá foi feito e servido nas Bodas de Ouro de Conceição, em Navegantes-SC.



Foto: acervo de família.

Mulheres resilientes e de muita fé

A resiliência e a fé dessas mulheres retratadas aqui impõem, sobre as gerações seguintes, um compromisso maternal e afetivo que não tem como desviar

dessa missão. Reside sobre nós o compromisso em manter viva essas memórias, não por obrigação, mas antes como algo que nos faz bem, que nos alegra e nos permite revisitar tudo que de bom elas puderam viver e deixar para nós.

Minha mãe Lalá e eu nos festejos de São José, em Itaituba-PA.



Foto: acervo de família, 2024

Somos o resultado dessa memória de saberes e sabores, onde o amor fez morada em todos os gestos dessas mulheres; seu mundo era mais puro e ingênuo do que o nosso, talvez porque elas viveram em uma distante Amazônia cheia de encantos e possibilidades; onde tudo que se buscava (e se busca ainda), era uma felicidade que estava presente nos pequenos gestos do dia a dia de uma vida simples e satisfatória que lhes permitia SER sem necessariamente TER.

COCHICHOS ÍNTIMOS AO PÉ DA ORELHA - CHEIROS, SABORES E AFETOS

Por Gilma D'Aquino

Eu, Gilma D'Aquino, o começo de tudo

Numa linda tarde de quarta-feira, dia 02 de junho de 1959, nascia em Santarém, Pérola do Tapajós, no Hospital do SESP, a sexta filha de Maria Izabel Rêgo D'Aquino e José Santos D'Aquino, Gilma ou Didi para os irmãos e irmãs quando queriam encrencar comigo. Uma menina que chegou sem avisar, de parto normal, um ano e dois meses após o nascimento da sua quinta irmã, Gilvandra. Seu pai foi bancário do Banco do Brasil e se desdobrou para garantir o sustento de seus 9 filhos. Sua mãe, figura importante em sua criação, fruto de uma relação do patrão com a sua avó, Antônia Rêgo, foi criada na casa dos patrões e, só saiu de lá quando casou com meu pai, aos 18 anos. Sua avó Antônia era uma mulher forte, ao mesmo tempo em que, possuía uma ingenuidade e pureza raras. Tinha como características ancestrais a mistura de indígena com afrodescendente; possuía uma bagagem cultural ímpar assim como, carregava as marcas de inúmeros sofrimentos que somente as mulheres pretas e “bastardas” do início do século XX conheceram. As lembranças de sua Avó Antônia, especialmente quando ela se sentava de cócoras rodeadas pelos netos e netas para contar as suas histórias; a criançada ria da maneira como ela trocava o “v” pelo “b”, quando era provocada e riam muito quando ela dizia; “hoje vou *barrer* o terreiro” e, ainda quando era assustada com um lençol que alguns dos netos ou netas colocavam na cabeça se fingindo de assombração. A Avó Antônia acreditava na existência das assombrações. Sinto muitas saudades da minha Vó Antônia.

Sua infância foi marcada pela brusca separação do seio familiar quando sua tia Nazaré, irmã mais velha de seu pai, pediu para que ela e sua irmã Glória, a primogênita da família, fossem morar com ela em Manaus. Algumas particularidades marcaram, esses longos 5 anos, como as idas ao estádio de futebol, devidamente uniformizadas com as camisas e com as bandeiras do Nacional Futebol Clube, time que sua tia e a sua família torciam. Era uma festa, ela, a sua irmã, sua tia, seu tio e seu primo Gilvan, único filho deles. Esses momentos contrastavam com as obrigações e os castigos, oriundos de traquinagens e audácias de uma menina que tinha entre 7 e 9 anos que se intrometia nas conversas de adulto; que queria dormir tarde; que se intrometia nas brincadeiras de meninos; que fez a catequese por decisão própria, inclusive, contratou um fotógrafo para registrar a sua primeira eucaristia, sem autorização da sua tia; e, ainda informou o endereço para entrega e recebimento do pagamento das fotos. Foi em Manaus que assistiu televisão pela primeira vez, ainda em preto e branco, com um detalhe importante: era preciso colocar um bombril na antena para melhorar a imagem. Apesar dos grandes aprendizados, orientações e afetos de sua tia, ela quis voltar para Santarém; quis retornar para a casa de seus pais. Seu retorno causou um grande impacto familiar, aqueles 5 anos que morou longe de seus irmãos, fez com eles todos não a aceitassem de bom grado, afinal era mais uma pessoa pra dividir atenção com seus pais, mais uma pessoa para dividir camas, comidas, roupas, etc. Foram anos muito difíceis de readaptação. Estava ela agora com 10 anos, cheia de sonhos, com perspectivas outras para uma menina da sua idade que já tinha convicção que não queria participar da disciplina obrigatória de “educação para o lar” porque não gostava dos afazeres domésticos e resistia, a todo custo, em se inserir nesse contexto. Já queria trabalhar e, como moravam afastado da cidade, a sua casa era num sítio chamado Igarapezinho, local onde as conduções oficiais não chegavam até lá; a sua casa tinha um amplo quintal com muitas árvores frutíferas, tais como abacate, abacaxi, pupunha, muruci, caju. Sua mãe criava galinhas, peru, pato e seu pai plantava mandioca, macaxeira e criava porcos, além de seus servis bancários no Banco do Brasil. Os filhos e filhas o ajudavam na roça. Certo dia, ela resolveu vender caju e muruci no mercado de Santarém, estudava a tarde e pela manhã trabalhava porque não queria fazer parte do rodizio dos afazeres domésticos obrigatórios. Estudou numa escola pública até os 12 anos e depois ganhou uma bolsa de estudos e foi estuda no

Colégio Santa Clara junto com as outras irmãs, colégio da elite santarena, local que estudou até os 15 anos, quando fez o exame de admissão para cursar o segundo grau e, também com bolsa, migrou para o Colégio Dom Amando. Tinha paixão por esportes. Foi atleta da seleção de voleibol, de handball; medalhista de corrida de 100 metros; medalhista de natação e outras modalidades que faziam parte das olimpíadas colegiais internas e externas.

Com 16 anos teve seu primeiro emprego com carteira assinada, na época, por ser menor de idade, precisou da autorização de seu pai. Trabalhou um ano na Caderneta de Poupança VIVENDA, como recepcionista, e teve que estudar na Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, no período noturno. Aqui já adolescente, e, começaram as crises existenciais e os conflitos com seus irmãos e irmãs e com os seus pais. Não havia diálogo algum, os rigores da sua criação iam desde surrar de deixar marcas no corpo até proibições e castração de ideias, sonhos e todas as questões que iam de encontro com as ideias das instituições familiares, da igreja, cuja moral e bons costumes estavam na pauta diária e as relações de pais e filhos eram de medo, pois tudo que se fazia poderia ser castigado, ora por Deus, ora pelos pais. Essas relações conflituosas fizeram com que ela tomasse uma decisão que mudaria, por completo o rumo de sua história, fugiu de casa.



Curiosidade 1. Seu pai tinha o hábito de ler jornal todos os dias, mas pedia emprestado do seu vizinho Dr. Armando. Cada dia uma das filhas ia buscar o jornal, a título de empréstimo, na casa do vizinho. Certa vez, ela ainda muito pequena, com 4 para 5 anos, foi buscar o jornal e, ao chegar falou com o dr. Armando, que o papai mandou buscar o jornal e, ele falou pra ela que ele ainda não havia terminado de ler e disse, - venha mais tarde. Ela, sem entender, porque acreditava que o jornal era do seu pai, fez a maior birra, chorou, pois, ela precisava levar o jornal. Conclusão, seu Armando deu o jornal, mas, em seguida foi buscar para terminar a sua leitura. Mesmo assim, ela continuou em não querer dar o jornal pois o seu papai não havia lido ainda.

Curiosidade 2 – Quando da sua viagem para Manaus para morar com sua tia Nazaré, era a sua primeira vez que viajava de avião, na época a companhia era Hironelles da Paraense e, sua tia a orientou sobre o uso das sacolinhas plásticas para o caso alguma emergência de passar mal com enjoos. Disse que ela poderia utilizar a sacolinha para esse fim. Porém ela não compreendeu e acreditou que era para fazer xixi na sacolinha plástica. Num determinado momento sentiu vontade de ir ao banheiro e não “contou conversa” fez xixi na sacolinha plástica para desespero da sua tia. Foram muitos anos rindo dessa gafe.

Curiosidade 3 – Já com seus 14 anos fugia para ir ao cinema para encontrar com um namoradinho, e, num desses dias, ele lhe deu um beijo. Saiu correndo do cinema e ao chegar em casa, aos prantos, e contou pra sua irmã que era um ano mais velha que ela, dizendo que estava grávida. Ela riu muito e disse que não era assim que se engravidava e contou pra todos os outros irmãos que passaram muito tempo zombando dessa história.

Curiosidade 4 – Não tinham permissão pra levar namorado em casa, só quando completassem 18 anos, então, ela, como sempre, fugia pra namorar. Certa vez, estava no muro do cemitério aos beijos e amassos, quando seu pai passou no seu Jeep. Foi só o tempo de ela correr pra casa e ele já estar esperando com o cinto na mão. Pois, menina não podia namorar nas esquinas e, muito menos no muro do cemitério pois ficaria mal falada e perderia a chance de um bom casamento. Será que era essa a sua vontade?

2. Medos, lutas e desafios – A fuga

Nessa época, já com 17 anos, o ano era final de 1977, possuía um namorado que tinha doze anos mais idade que ela e, pela primeira vez seu pai permite o namoro na porta de casa antes dos dezoito anos. Porém, todos os dias os sermões e o rigor de dia e horários adequados para namorar e, com eles, os não aumentavam, as filhas mulheres só podiam sair se os irmãos fossem juntos. E, tinham que voltar juntos para casa, fazia parte também da exigência para que houvesse a liberação de saída para bailes e aniversários. Pela primeira vez estava, de fato, apaixonada. Foi então que ao se sentir muito sufocada, por seus pais; ela resolveu arquitetar um plano. Era final do ano, e ela tinha uma amiga,

a Sandra, que já estava morando em Belém pois seu pai, seu Jaime, havia sido transferido para a Capital.

Começa assim, a grande engenhosidade dessa adolescente, cheia de vontade própria, audaciosa e corajosa – num só dia pegou dinheiro do bolso de seu pai, comprou uma passagem de avião e, com a ajuda de amigas, e, lógico, com uma boa lábia, convenceu os amigos de seu pai que trabalhavam no aeroporto, de que tinha a autorização dele para viajar, segundo ela, de férias para Belém. Ao chegar na casa de sua amiga, o discurso foi o mesmo, foi passar umas férias; mas, havia um detalhe importante, não tinha avisado de sua decisão, nem para sua amiga nem aos pais dela. Pegou todos de surpresa, mas como os pais dessa amiga gostavam muito dela, não a questionaram.

Contou, depois de duas semanas, para a sua amiga sobre a fuga e, sua amiga, logo comunicou aos seus pais que, imediatamente comunicaram ao pai dela, pois ele estava desesperado a sua procura. O seu pai pensou que ela tinha fugido porque estava escondendo alguma coisa muito grave, talvez, uma gravidez e, viajou ao seu encontro. Ela, porém, estava com muito medo pois acreditou que seu pai iria levá-la de volta para sua casa, a força. Mas não foi o que ocorreu, ele conversou com ela e, perguntou sobre o motivo de sua saída de casa e se colocou a disposição em apoiá-la em suas decisões.

Sua estadia na casa de sua amiga durou quase um ano quando se mudou para a casa da família de seu namorado a época pois o mesmo estava cursando uma especialização no Rio de Janeiro. Foi uma época muito difícil, pois o dinheiro era curto e a convivência com a família do namorado insuportável, visto que eles não concordavam com a relação do filho, um rapaz de classe média alta, com uma “caipira-mocoronga”, vinda do interior, e, o mais grave, ainda tentando entrar numa faculdade; uma garota sem noção de etiquetas e, que sequer conhecia os pratos que eram servidos no almoço diário. Isso resultou em mais uma mudança, dessa vez para um quarto alugado numa pensão.

Essa instabilidade culminou com a decisão de seu pai em alugar uma casa e juntar quatro dos irmãos, sendo três mulheres, as duas irmãs mais velhas que ela, e um irmão, também com mais idade que ela, para virem morar juntos na Capital. Moraram juntos até a morte prematura de seu pai, em outubro de 1980, aos 53 anos. Os irmãos resolveram não voltar mais para Belém, após o velório e enterro de seu pai, mas ela resolveu ficar e, mesmo com toda a sua insegurança

e medo, ela não via esse retorno como uma possibilidade, apesar de todas as dificuldades que se apresentavam. Tinha agora, 21 anos.

Foram anos muito difíceis, sem apoio algum, nem da sua mãe, visto que ela não aceitava que a filha não retornasse para casa, em Santarém. Os comentários que corriam na sua cidade era que a filha do seu José e da dona Izabel levava uma vida indigna e, por esse motivo, sua mãe a abandonou, totalmente. Não lhe mandava nada para forçar sua volta para casa, mas de nada adiantou. Gilma, começou sua saga a procura de emprego e, logo foi trabalhar em Bancos. Passou por inúmeros deles, em diferentes cargos e, durante nove longos anos, abandonou seus estudos e, sofreu todo tipo de assédio moral e sexual nesses espaços de trabalho.

3. Divisor de Águas – Ingresso no Serviço Público Federal e a Maternidade.

Em 1988, começou a trabalhar o Museu Paraense Emílio Goeldi, e, tudo começou a fazer sentido novamente em sua vida. Fez terapia por cinco longos anos e recuperou a vontade de retomar os estudos.

Cursou Ciências Sociais e, agora tinha um emprego estável e podia fazer planos, inclusive começou a pensar em ser mãe, mas os seus exames, mostravam que seu útero estava emborcado, dificultando que esse desejo se concretizasse naquele momento.

No último ano de faculdade veio a notícia de sua gravidez, e, com ela o medo e a insegurança voltaram a fazer parte sua vida, agora como estudante de graduação e servidora pública, porém, sem nenhum apoio familiar. Foram nove meses de uma gestação cheia de medos e incertezas; mas, com o apoio de colegas de trabalho e, um plano de saúde que a tranquilizavam com o pré-natal e o com o parto, voltou a tranquilizar-se.

No dia 11 de agosto de 1993, nasce a sua filha Bianca, uma menina saudável e linda, pesando 2,450 kg e 44 cm, de cesariana, as 13horas, no Hospital São Judas Tadeu, transformando, por completo, a insegurança e o medo em força e vontade de ir em busca melhores condições para suas vidas. Bianca, lhe trouxe uma nova maneira de ver o mundo, ao mesmo tempo em que, lhe ensinava e

alegrava seus dias; indicava e sinalizava a responsabilidade a partir de então, mas agora com um sentimento novo, o amor genuíno.



Sem uma rede de apoio, suas lutas diárias contavam com sua filha lhe acompanhando não apenas nos cursos de especialização e mestrado, mas também em bares e reuniões em casa de amigos e amigas. E assim foi também, quando precisou viajar para Recife para cursar o Mestrado em História/Pré-História na Universidade Federal de Pernambuco. Viajou de ônibus com a filha e toda sua bagagem. Foram três anos entre creches, aulas e pesquisa de campo. Todos os professores conheciam a sua filha que conquistava a todos, por sua perspicácia e sua inteligência, tanto na Universidade quanto no campo, em São Raimundo Nonato, no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí.

Enquanto ela defendia sua Dissertação de Mestrado, sua preocupação agora era para onde voltar, pois não tinha casa e, sua bolsa de mestrado tinha terminado. Foi uma volta difícil: inicialmente chegou de malas e cuias no apartamento de sua irmã Gilda, mas logo sentiu que precisava cuidar de sua vida; foi morar com a filha num quarto, com 20 caixas de livro, um computador e um colchão. Aos poucos foi recuperando sua vida ao iniciar como docente numa universidade particular. Apesar de sua jornada de mais de doze horas diárias, pois saía de casa para o trabalho às oito horas da manhã e retornava às 23 horas, todos os dias, durante três anos, foi conseguindo organizar suas vidas. Nesse período conquistou seu primeiro veículo e, coordenou o curso de História - 46 turmas - por dois anos e meio, nessa mesma universidade que a contratou como professora. Trabalhou como docente nas áreas de Sociologia, História e Educação por mais de 15 anos e, até hoje, professora é como ama ser chamada.

Pôde proporcionar a sua filha boas escolas, estudo de línguas, intercâmbio em outros países e, sente que cumpriu essa tarefa com responsabilidade, cuidado e amor. Sua filha formou-se em Publicidade e Propaganda pela UFPB, e, hoje

com 31 anos, tem uma empresa em sociedade com um amigo. Sua filha Bianca é apaixonada por cinema e já dirigiu e roteirizou um curta-metragem de nome “Monteiro Lopes”, denominação de um biscoito tido como genuinamente paraense.

Curiosidade 1. Quando a sua filha Bianca tinha uns cinco anos, costumavam brincar muito e, sua mãe inventava muitas histórias. Uma delas era a de que o Papai Noel era casado com a Noela e, que, às vezes, a Noela ligava para a casa das crianças para saber sobre o seu comportamento e se a criança está indo bem na escola. Assim, vez ou outra ela ligava para sua casa e pedia para falar com a filha Bianca, se passando pela Noela, com o seguinte diálogo, Gilma/Noela - Alô, é a Bianca? Bianca, aqui é a Noela, esposa do papai Noel. Bianca – Oi Noela, olha eu não faço tolice e vou todos os dias para a escola e dizia todas as coisas boas que fazia. Gilma//Noela – Olhe, continue sendo assim, pois de vez em quando liguei para saber como você está e saber sobre como está se comportando. Beijos pra você. Bianca – Até Noela, beijos no papai Noel. Essa história durou uns três anos até a Bianca descobrir que a Noela era sua mãe. Bianca chorou muito, até se convencer que isso tudo era uma maneira da mãe dela dar leveza aos seus natais pois, o dinheiro era curto e nesses diálogos ela convencia a sua filha a pedir um presente com um preço mais em conta. Além do que, informava a dificuldade de entrega no dia de Natal de seu presente, pois o Papai Noel já estava muito velho e não tinha assistentes e, os presentes poderiam atrasar. Esse fato era e função do salário de dezembro ser pago apenas no dia dois de janeiro, ou seja, já no outro ano.

Curiosidade 2. Sempre que era possível, Gilma brincava com a filha Bianca de “morto e vivo”. MORTO – deitavam no chão. VIVO – levantavam do chão. Certa vez a mãe falou, Morto – deitaram no chão. VIVO – ela levantou, mas a mãe continuou deitada. Foi quando a Bianca, começou a gritar, VIVO, mãe, VIVO, mãe, pois achou que mãe havia morrido.



Curiosidade 3. Certa vez a Bianca viu uma barata em cima da outra e veio com essa perola, - “mãe, olha uma barata de dois andares”. A mãe concordou e transformou aquela cena numa história linda de superação, pois aquela barata estava passando mal e sua amiga a estava levando para o hospital. Depois disse sempre que ela via uma barata ela dizia que a barata está indo visitar a amiguinha no hospital. A inocência e a pureza de uma criança são surpreendentes.

4. O Ativismo e as Lutas Sociais

Esse caminho se iniciou em 1990, por convite de colega de trabalho e amiga, Graça Santana que coordenava, a época o GAF – Grupo Ambiental de Fortalezinha, comunidade pesqueira do nordeste paraense.

O trabalho de pesquisa com os Pescadores Artesanais e Industriais, junto com a Graça, também propiciou a identificação e a aproximação com as lutas ambientais. Foram mais de quinze anos entre idas e vindas para essa comunidade com o intuito de imprimir um trabalho diferenciado de educação voltada para o bem estar social, considerando o seu ambiente natural.

A participação e observação direta com a comunidade iam desde as pescarias, os avuados, as ações cotidianas, oficinas de resíduos sólidos, oficinas de higiene pessoal; rodas de conversas; fogueiras; lual, músicas, danças. Esse convívio incluía ainda a contação de histórias; cinemas para crianças e, brincadeiras.

A participação nos Conselhos e a contribuição na elaboração do Plano de Manejo junto a SEMMA/PA, foi também um grande feito das ações de que participou como ativista do GAF.

Aliada a essas lutas, a sua participação como Sindicalista junto ao Sindicato dos Servidores Públicos, nas lutas por direitos trabalhistas e, ainda pela criação de um Plano de Cargos e Salários para os servidores públicos, lutas essas que culminaram com a efetivação dessa conquista em meados de 1990.



As lutas políticas se somaram as demais a partir do Plano Collor quando as poupanças foram confiscadas e os salários dos servidores públicos congelados. Greves, passeatas, viagens a Brasília e as reuniões eram sistemáticas. Foi com a eleição de 1998, a partir do Plano Real, que as reformas se efetivaram.

5. Ainda na ATIVA – O Agora

Desde 2010 possui tempo para a aposentar-se, mas optou por continuar na ativa. Devido algumas questões políticas internas na sua instituição, iniciou uma luta para fugir do assédio moral que sofreu por mais de 15 anos, buscando se inserir e ser útil em trabalhos voltados as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, entre outras. Atravessou por muitos problemas internos, inclusive fez uma solicitação para abertura de um processo no Comitê de Ética, para assegurar sua integridade mental. O processo durou mais de 15 anos, e, foi arquivado devido as provas serem robustas e a pessoa denunciada correr o risco de sofrer severas punições, inclusive com demissão e, por ser amiga da direção, foi protegida. A partir de 2018, a convite da colega de trabalho e amiga, Lucia Santana, iniciou um trabalho voluntário no Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazonia, e também, iniciou a caminhada no Fórum de Cultura do Pará, participando das discussões acerca das políticas públicas voltadas para o setor cultural do Município de Belém, a fim de se assegurar a elaboração e a reestruturação da Lei Walmir Bispo, uma lei municipal que iria nortear e implementar o Sistema Municipal de Cultura e o CPF da Cultura - ou seja, o Conselho, o Plano e o Fundo. Essas lutas tem se estendido até o dia de hoje, visto ao ocupar a cadeira de Conselheira Municipal de Políticas Culturais, representando o segmento Museus e Espaços de Memórias, tem atuado em muitas frentes que, até o momento, não foram, de fato, implementadas.

Aliado a essas ações, atua na Coordenação do Fórum de Museus da Amazônia e no Grupo de Estudos em Museologia Social – GEMUS, do Museu Goeldi. As ações do Fórum de Museus da Amazônia se intensificaram no período da pandemia, com a realização de webinários, exposições virtuais, seminários e reuniões, também virtuais. A sua participação nas reuniões em nível nacional, estadual e municipal visam contribuir na elaboração de editais e, ainda auxílio na elaboração de projetos para captação de recursos.

Após a pandemia, a participação em grupos de trabalho para elaboração do documento para regulamentação do Fundo destinado a cultura; grupo de trabalho para elaboração de editais de fomento e de premiação; grupo de trabalho para elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais.

No Fórum de Museus da Amazonia tem atuado junto com Lúcia Santana e Graça Santana, com comunidades quilombolas, ribeirinhas e de mulheres, na divulgação e implantação do Programa Ponto de Memória, do IBRAM e ainda na Política Nacional Cultura Viva- PNCV dos Pontos e Pontões de Cultura.

A partir do incentivo e criação de mais de 20 pontos de memórias no Estado do Pará, com o apoio e auxílio do Fórum de Museus, iniciou-se um trabalho de oficinas voltadas para a elaboração do planejamento das ações de curto, médio e longo prazo para esses espaços já devidamente certificados pelo IBRAM; portanto, a partir das demandas, essas ações estão voltadas para qualificação e planejamento.

No GEMUS, participa de seminários debatendo temas pertinentes a área da Museologia, Educação Museal e afins e ações de Museologia Social demandadas por projetos do Museu Goeldi.

Em meados de 2023, pediu sua redistribuição para o MinC – Ministério da Cultura, onde está atuando na divulgação e capacitação das Políticas Públicas da PNAB – Política Nacional Aldir Blanc e PNCV – Política Nacional Cultura Viva. Sua ida para esse Ministério deu um impulso motivacional e de qualidade nas suas atividades profissionais, posto que o debate cultural, especialmente das políticas culturais, está fervilhando em suas entranhas e faz parte de seu interesse maior, neste momento.

O ativismo cultural e social tem movido a sua vida nesses últimos dez anos, e, tem apresentado possibilidades de autoconhecimento e de reconhecimento de memórias que lhe remetem a sua infância, desde o terreiro de sua casa, bem cuidado; as plantações de frutos e de hortaliças; a criação de galinhas, de porcos; o uso da lamparina e do candeeiro e a falda deles; as histórias e os cheiros da paçoca de sua Avó Antônia; os sabores deliciosos das comidas de sua mãe; as mentiras do seu Agapito até os delírios da dona Irani até as risadas gargalhadas da d. Izabel, sua mãe. Portanto, pode-se garantir que esta é a sua melhor fase profissional, pois o fazer e o querer fazer com amor é o que a move, aos 65 anos.

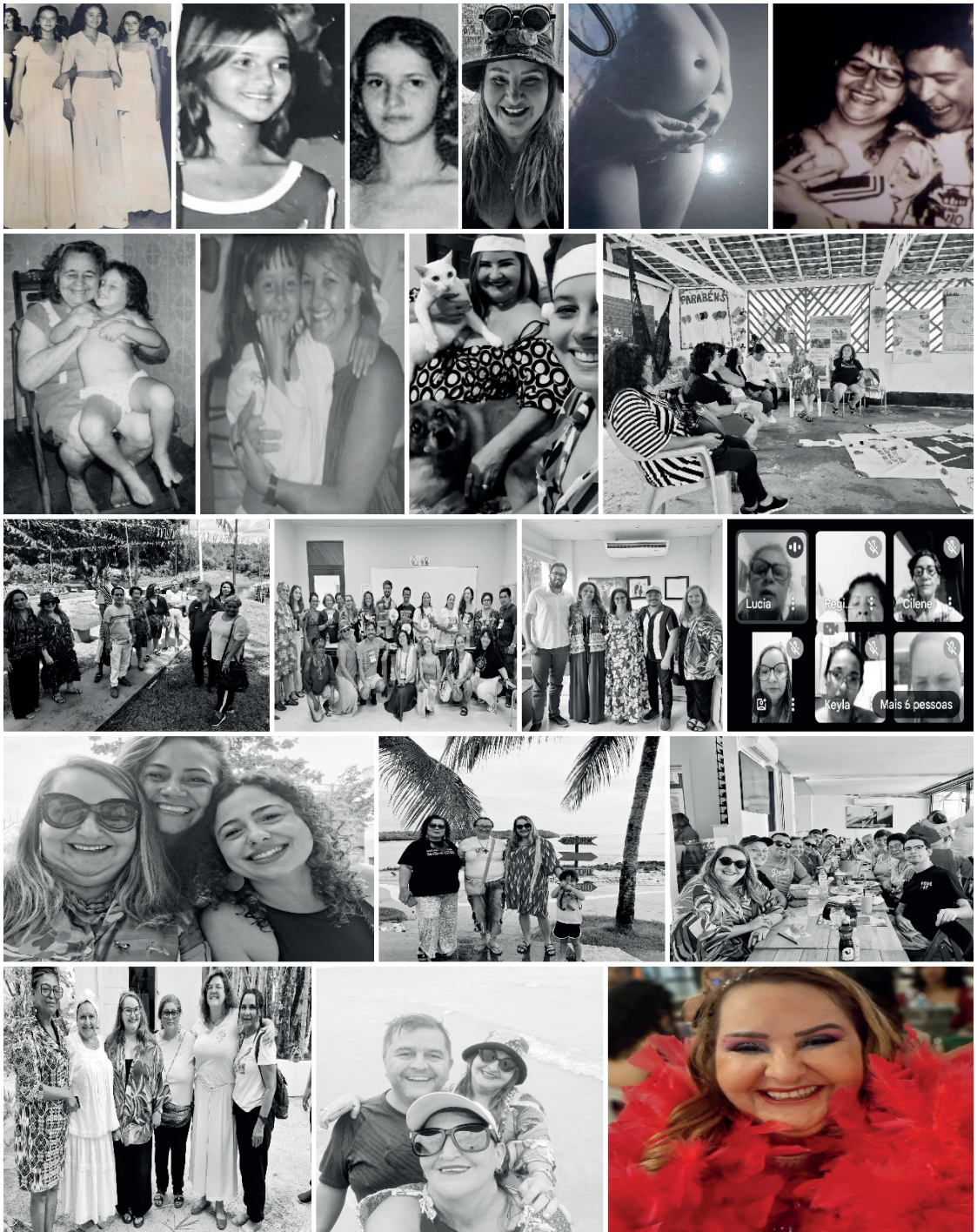
Assim,

Ah, se a vida fosse ontem
E, se os sonhos fossem hoje,
E se, a música ecoasse até agora
Se, os abraços pudessem voltar
Se, os olhares fossem fotográficos
Se, isso tudo já é passado
Se, o presente for amanhã
E, se amanhã eu não vier
Se, essa história não for real
E se, eu voltar a nascer
Ah, se eu voltar a nascer.
E, se eu merecer
Entrelace essas vidas a minha, novamente
No meu amanhecer
Traz vinho em taças de cristais
E brinda comigo
A tua, a minha, a nossa existência
A vida pulsa
Eu pulso
A alma pulsa
Teimosa vida
Viva, Vida, viva Vidqa.

Baseado em fatos reais, irreais, ficcionais, atuais e afetivos. Reais, porque tem relatos fidedignos em demasia; irreais, pois há uma mistura de ficção e realidade, recheadas de cheiros, sabores e afetos.

Homenagens – A minha Avó, Antônia Rêgo; a minha mãe Maria Izabel; a minha tia Nazaré Seixas; a minha filha Bianca, em especial; e, a todas as mulheres que me ajudaram na construção das inúmeras personalidades femininas que habitam em mim, hoje. Minha eterna gratidão por existirem e, por viverem comigo neste planeta no mesmo espaço e no mesmo tempo. Para além da eternidade, dedico todo meu amor a vocês,

Belém, 20 de maio de 2024



EU, ELAS E NÓS

Graça Santana

O artigo “Eu, Elas e Nós” que fará parte do livro Rosto de Mulher organizado pelo Instituto de Pesquisa em Estudos Culturais e Ambiental e Sustentabilidade da Amazônia – IPEASA, é fruto da experiência que tive durante a Oficina de Cartografia Social, com participação de 12 mulheres forenses, que atuam no campo museal em 4 municípios do Estado do Pará. A oficina foi promovida pelo Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, no contexto do projeto “Do Patrimônio ao Fratrimento: Cartografia Social e Práticas Culturais e Poéticas das Mulheres da Amazônia”, aprovado pelo edital Museus e Memoriais de Base Comunitárias da lei Aldir Blanc- Secretaria do Estado do Pará no ano de 2021, cujo resultado foi uma publicação em forma de encarte, denominada “Mulheres Cartografadas da Amazônia”. @forumdemuseusdaAmazônia2.

A oficina foi realizada pela professora e doutora Maria das Graças Silva da UEPA com a fotógrafa Lauriene Athaide e coordenada pela professora e doutora em Museologia Lúcia Santana do Museu Paraense Emílio Goeldi, que hoje dirige o referido Fórum, de forma voluntária, que é um Coletivo criado em 2018, com a participação de outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos, que atuam no campo museal em vários municípios do Estado do Pará.

Ressalto ainda, que quando participei da Oficina de Escrita Criativa (OEC) para o livro Rosto de Mulher, promovida pelo IPEASA, percebi que o artigo que já havia sido escrito, faltando algumas correções, podia constar nesta obra. Então, aproveitei a oportunidade e encaminhei o mesmo, para fazer parte da obra “Rosto de Mulher”.

Após esta breve introdução informo que o texto será dividido em três partes: na primeira parte que denomino de EU faço uma apresentação sobre a minha pessoa e meu engajamento quanto ativista ambiental, cultural.

A segunda parte que denomino ELAS refere-se às pesquisadoras Lourdes Gonçalves Furtado e Ivete Nascimento, mulheres homenageadas neste trabalho, onde destaco a minha relação de trabalho, afeto, admiração e gratidão pela grande importância destas mulheres na minha vida pessoal, familiar e profissional.

Encerro o artigo falando de Nós.

EU

Eu, Maria das Graças Alves Santana, nasci em Manaus –AM, depois que saí do internato Educandário Eunice Weaver (juntamente com meu irmão menor) dirigido por freiras em Manaus, vim para Belém no final da década de 1950, no navio "Lobo D 'Almada", lembro que vim junto com meu irmão aos cuidados do Comandante. Sai do colégio direto para o navio e por isso não conheço a cidade onde nasci. Espero um dia volta lá e rever se ainda existe este internato onde aprendi as primeiras letras do ABC, as cantorias de roda, as brincadeiras coletivas, as pastorinhas onde representava o anjo Gabriel com suas asas longas feitas de arame, cobertas com uma fazenda chamada tule e enfeitadas com estrelas feitas de papel dourado e prateado, para se apresentar nos festejos de Natal. Meu vestuário era vestido com gola e cinto da mesma fazenda, amarado para trás em forma de um laço, sapatos e cadarços, meias brancas. Todas as internas recebiam um número e o meu era 24, bordado com linha vermelha na gola do vestido. Ou me chamavam pelo apelido Graciete ou pelo número 24

No Educandário frequentava as missas pela manhã, de tarde e de noite e rezava o terço, aprendi a cantar os hinos "Com minha mãe estarei na santa glória um dia. No céu, no céu com minha mãe estarei... ." Fiz a primeira comunhão e pela primeira vez durante a missa vi o padre suspender no ar uma roda bem branquinha e um copo cheio de vinho e disse "este é o meu corpo e este é o meu sangue" e quando mastiguei a hóstia descobri tinha gosto de pão e por isso fiquei de castigo pois tinha pecado.

As músicas de Nelson Gonçalves, Anísio Silva, Bievenido Granda, dentre outros, se ouvia, pois vinha de longe sempre pela parte da tarde e nós íamos copiando aos pedaços até completar a música toda como: "Bohemia, aqui me tens de regresso"

O colégio ficava próximo ao Rio Negro e quando faltava água nos banheiros, descíamos uma escadaria bem comprida em direção ao rio para tomar banho. Observava os banheiros quando as canoas ou pequenos barcos passavam com toras de madeiras, ou jangadas de toras unidas umas nas outras que desciam o rio lentamente. Acredito que já era fruto do desmatamento. “as terras caídas” como é conhecido na região o desbarrancamento de longos paredões às margens dos rios amazônicos. Outras vezes as canoas vinham com famílias ou trabalhadores que se aproximavam das margens do rio, e jogavam frutas em nossa direção e nós íamos buscar nadando, diante de uma pequena distração das freiras. Foi no Rio Negro que aprendi a nadar durante os banhos. Eu sempre me perguntava de onde vem e para onde vai tanta água e porque o sol quando nasce, parece que vem de dentro da água. Respostas que só a Geografia me respondeu muitos anos depois.

Minhas grandes amigas do internato: Janice (índia Baré) Alaíde, apelidada de Pau Seco por ser muito magra e Inácia.

Como havia dito vim para Belém e fui morar com minha mãe e meus outros irmãos e uma irmã. Gostava de brincar na rua onde ficava sabendo de muitas coisas, dos cinemas, das praças, dos prédios, palacetes e os nomes das ruas

Na Livraria Conte, na rua João Alfredo com a Avenida Portugal, fazia leituras em pé pois não tinha dinheiro para comprar livros e assim fui conhecendo os grandes escritores da literatura brasileira como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, dentre outros. Lia também algumas revistas sobre artistas, manchetes de jornais e quando chegava em casa relatava tudo para minha mãe que ouvia atentamente e dizia “tenha cuidado minha filha”. Os irmãos reclamavam porque eu queria voltar aos estudos enquanto eles só pensavam em trabalhar. Era um tempo difícil e vivíamos mudando de casa, ora morávamos no centro, ora em bairros da periferia. Nesta época já ouvíamos falar da ditadura militar, pois observava a presença da cavalaria em algumas ruas e a prisão de algumas pessoas.

Hoje tenho 77 anos, aposentada, pelo Museu Goeldi, onde trabalhei trinta anos. Sou divorciada, mãe de três filhos e uma filha, 4 netos e 3 netas. Resido em Belém, na rua Pariquis, nº 81, bairro da Cremação, que recebeu este nome em alusão ao antigo forno crematório, construído na administração do Intendente Antônio Lemos (1897 – 1910).

Sou Licenciada Plena e Bacharel em Geografia, Especialista em Antropologia Social (UFPA) e Museóloga, reconhecida pela Lei N° 7267, 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo pelos trabalhos realizados em museus.

Sou ativista ambiental e minha grande contribuição foi a minha participação na criação quanto cidadã, de forma voluntária da Ong Grupo Ambiental de Fortalezinha – GAF, na APA de Algodual-Manhandeua, no município de Maracanã, Nordeste do Pará, juntamente com famílias de pescadores artesanais, mais especificamente da comunidade de Fortalezinha, onde o GAF tem sua base. Neste Grupo fui coordenadora de 1997 até 2007 período que criamos seu Estatuto legalizamos no Cartório do Município de Maracanã, quando recebeu seu CNPJ. E ainda fui Suplente representando o Museu Goeldi, no Conselho Gestor da referida UC, acima mencionada.

Preparando o almoço. Fortalezinha, Maracanã-PA



Foto: Lúcia Santana, 2008

Além da minha participação no Projeto de Pesquisa RENAS, que falaremos mais adiante, participei de projetos de outras coordenações ou de outras instituições como por exemplo: o Projeto Jovens Protagonista em 2015 do Projeto Manguezais do Brasil e a Coordenação de Educação Ambiental (COEDU/ICMBio) que promoveu o “Curso de Capacitação na metodologia Verde Perto Educação”. O curso foi uma atividade inserida na estratégia de ampliar o atendimento à

demanda de articulação da juventude em Unidades de Conservação Federais, especialmente de jovens extrativistas, no contexto da gestão pública da biodiversidade. O curso foi destinado aos gestores, parceiros e lideranças comunitárias das unidades de conservação das áreas piloto do Projeto Manguezais do Brasil, em especial as do Salgado Paraense, área tradicionalmente de pesquisas do RENAS e de outros pesquisadores do Museu Goeldi.

O principal ganho pessoal em ter participado do curso foi conhecer pessoas que estão trabalhando em prol da Educação, divulgando e realizando metodologias voltadas para preservação e conservação de territórios específicos, como por exemplo as Unidades de Conservação - UC.

Os ganhos profissionais com certeza, nos abriram novos horizontes, no que diz respeito a nossa atuação nos territórios de RESEX e nas programações voltadas para jovens no Museu Goeldi, nas comunidades e nos Conselhos.

Destaco ainda a minha atuação na equipe do “Projeto de Conservação Florestal e Educação Ambiental na Amazônia Oriental”, mais conhecido como Projeto GUMA, patrocinado pela JICA-Japão realizado pelo Museu Goeldi, SECTAM e EMBRAPA no município de Santa Barbara do Pará, sob a coordenação do zoólogo doutor Horácio Higuchi e da professora e Mestre Lucia Santana da (Coordenação de Museologia). No projeto fui responsável pelo levantamento socioeconômico do município, que gerou mais tarde, relatórios, publicações, vídeos e exposição apresentados e repassado para as comunidades e Instituições do referido município. Durante as atividades do projeto alguns pesquisadores foram ao Japão: Professora Ludetana (SECTAM), Lúcia Santana e Graça Santana (Museu Goeldi), para participarem de cursos de capacitação. No meu caso participei do Curso de Capacitação de Educação Ambiental e Patrimonial.

Em relação a minha atuação quanto ativista cultural ressalto que hoje aposentada, faço parte do Fórum de Museus de Base Comunitária e Prática Socioculturais da Amazônia, desde 2018 momento de sua criação e com foco na Museologia Social, cujo pilares está centrado na Memória, Cultura, Patrimônio e Políticas Públicas. O Coletivo hoje conta com aproximadamente 70 pessoas de várias áreas de conhecimentos que atuam no campo museal (museus, pontos de memória, de cultura, patrimônios ambientais, dentre outros) em diferentes municípios do Estado do Pará.

Neste contexto museal trabalhei de forma voluntária em 2019, representando o Fórum, no Ecomuseu da Amazônia, criado em 2007, do Centro de Referência de Educação Ambiental, Escola Bosque professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQU), sob a Coordenação da doutora Teresinha Resende, onde realizei alguns trabalhos: duas exposições com resultados de trabalhos de alunos e comunidades, participação na Semana de Museus e Primavera de Museu e pesquisa para o livro Memória Patrimonial da Ilha de Caratateua, lançado pelo IBRAM em 2023.

Em relação as minhas atividades de pesquisas no Museu Goeldi, resalto que fui Estagiária e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (1980-84), no Departamento de Ciências Humanas, na Área de Antropologia, lotada na Reserva Técnica, que na época era uma sala mais conhecida como Depósito, onde recebi treinamento para trabalhar com a Documentação e Conservação do Acervo Científico, constituído de aproximadamente de 16 mil peças, que formavam as Coleções Etnográficas de Povos Indígenas, Africana e de Populações Regionais. Como Bolsista iniciei o estudo sobre Brinquedos Indígenas e participei da mudança do Acervo Científico que se encontrava no Prédio da Rocinha, no Parque Zoobotânico, para o Depósito, que anos mais tarde, foi denominada de Reserva Técnica Curt Nimuendaju, em homenagem a este grande etnólogo.

Em 1985, fui admitida no quadro de funcionários no referido Departamento e reconhecida como Museóloga, pela Lei N 7287, 18 de dezembro de 1984 que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo, pelos trabalhos realizados que no meu caso, no Museu Paraense Emilio Goeldi. Neste período e com mais conhecimentos e experiência prossegui com a pesquisa sobre os Brinquedos Indígenas da Amazônia que gerou um Álbum para Colorir, publicado pelo Museu Goeldi.

Participei ainda, de Exposições locais, regional e internacional (em Sevilha – Espanha, durante a Expo 92). Na coordenação de Museologia as exposições eram pensadas e realizadas pelos pesquisadores da casa, com peças do Acervo Científico (antropológico, arqueológico, botânico, zoológico) no prédio da Rocinha ou outros espaços do Museu, baseada nas temáticas escritas pelas pesquisadoras e muitas das vezes, de acordo com as pesquisas que estavam realizando ou concluídas. Com o fortalecimento da Museologia começaram a inclusão de representantes de populações indígenas na equipe dos projetos como por exemplo: as Exposição “A Ciência dos mebêngôkre: alternativa contra

a destruição”, montada no Pavilhão Ferreira Penna, que segundo Denise Hamu, na época chefe do Departamento de Museologia, a exposição dava início a uma nova fase da Museologia do Museu Goeldi. Participei desta exposição na condição de curadoria de acervo. Com o avanço dos estudos de populações pesqueiras no âmbito do Projeto RENAS no Museu Goeldi, novos temas baseados pesquisas realizadas, com peças do Acervo Científicos e fotografias como por exemplo “Gente e Ambiente” que foi uma exposição itinerante realizada em Marapanim e Maracanã, área de pesquisas do Projeto RENAS.

Ainda em Marapanim realizamos exposição compartilhada com pesquisadores, professores, alunos e representantes, cujo acervo (apetrechos de pesca, casa de farinha com forno, torrador, peneiras etc.) todos feitos na comunidade por artesão e pescadores que participavam do projeto. Outros foram comprados como uma canoa à vela. A lista de exposições prossegue, porém informo aqui a minha participação e os tipos de exposição umas com o acervo científico outras com objeto feitos pelas comunidades ribeirinhas

Regressando de Sevilha a Belém em 1992 eu sabia que ainda não era momento de sair dos estudos na Reserva Técnica, mas devido alguns problemas pessoais resolvi sair e fui trabalhar com a equipe do Projeto RENAS. Em 2013, voltei a trabalhar na Reserva Técnica para concluir a pesquisa sobre Instrumentos Musicais Indígenas, junto com o músico Edir Lobato (*in memoriam*) da Fundação Carlos Gomes que foi publicada em formato de um catálogo (com textos e fotos) pelo Museu Goeldi, Fundação Carlos Gomes e Imprensa Oficial, e lançado na Feira do Livro, no Hangar em 2014.

Em 2016, com a equipe do RENAS, iniciamos o levantamento das Coleções de Populações Regionais para a elaboração de um catálogo fotográfico que se encontra em andamento.

Conclusão nesta área trabalhei durante 15 anos sob a orientação das antropólogas e doutoras Lúcia Hussak van Velthem e Cláudia Lopes Garces.

Além do trabalho na Reserva Técnica participei de várias programações do Serviço de Educação do Museu, divulgando nas oficinas, com apoio de slides e retroprojetor, o Acervo Científico (máscara, brinquedos, instrumentos musicais, dentre outros) bem como, os trabalhos realizados na Reserva Técnica. Em contato com as escolas e salas de aula, percebia-se que grande parte dos professores e alunos não tinham informações e não conheciam a cultura material destas

populações. Hoje reflito que dei os primeiros passos no campo da Educação Museal, no Museu Goeldi.

Como vimos a década de 80 foi um período de grandes mudanças em minha vida pessoal e profissional e de modo geral, para população brasileira. No Museu Goeldi acompanhava e participava de reuniões, cursos e seminários que versava sobre os resultados de pesquisas, apresentação de projetos sobre a Amazônia. Neste período, ocorriam grandes as mudanças políticas no Brasil e que anos depois, culminou com a fundação do partido dos trabalhadores, bem como, as primeiras eleições indiretas que não acontecia desde o golpe de Estado no Brasil, em 1964.

E neste contexto, a população brasileira, toma conhecimento do fim da ditadura militar, o retorno à democracia, a promulgação em 5 de outubro de 1988, da Constituição Cidadã, garantindo a todos os direitos individuais e coletivos e a redemocratização do Brasil.

Dando continuidade esta narrativa que se baseia principalmente, em minhas memórias, acontecimentos e experiências pessoais apresento das amigas, pesquisadoras Lourdes Furtado e Ivete Nascimento e agradeço suas contribuições em minha vida pessoal junto com meus familiares e bem como, em minha vida profissional.

ELAS

Quem são Elas

Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Ivete Herculano do Nascimento, ambas antropólogas e pesquisadoras do Museu Paraense Emilio Goeldi, hoje (aposentadas) que deram grandes contribuições na minha vida pessoal e na minha formação profissional, principalmente no campo da Antropologia.

Ressalto que conheci Lourdes Gonçalves Furtado, ainda na Faculdade Federal do Pará, no Curso de Bacharelado em Geografia, quando me preparava para realizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso –TCC “Sistema de Sinalização Natural dos Pescadores da Amazônia”, realizado entre os pescadores do Porto da Palha, bairro do Guamá, na cidade de Belém. Entre as bibliografias o livro “Rendeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará”, publicado em 1987, a obra continha dados sobre “usos e costumes da pesca artesanal entre

estes pescadores”. A obra foi muito importante para realização e conclusão do meu TCC, pois trazia alguns dados sobre sistemas de sinalização natural usado por estes profissionais da pesca artesanal em suas atividades de pescarias e navegação. Contamos também durante a minha análise com, as contribuições de Milton Santos e Yfu-Tuan, dentre outros geógrafos.

Com o passar dos anos já formada, fiz estágio no Núcleo de Altos Estudos Amazônico –NAEA-UFPA, e depois me candidatei para um Estágio no Museu Goeldi, quando procurei o diretor que na época era o Dr. Scarf que me recebeu e depois de ouvir o motivo da minha ida ao Museu, me encaminhou para Dra. Lourdes Furtado que na época era chefe do Departamento de Ciência Humanas. Confesso que fiquei muito nervosa pois não conhecia pessoalmente, a pesquisadora, somente através de seus livros publicados sobre a pesca artesanal na Amazônia.

Neste contato presencial Lourdes me entrevistou e perguntou sobre o meu interesse pelo Museu, pela pesquisa, solicitou meus dados pessoais, os objetivos do estágio, os autores que estava lendo no campo da Geografia e da Antropologia. À medida que ia respondendo ela por sua vez anotava tudo e falava da ética, disciplina, responsabilidade, pontualidade no campo científico e no Estágio.

Depois para “quebrar o gelo” falei como e onde realizei o meu Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, dos meus professores e das disciplinas, onde falei da minha paixão pela pesquisa e destaquei a minha grande admiração pela Antropologia que fiz durante o curso. Falei um pouco da minha vida pessoal. No final, eu não sei até hoje o que ela pensou quando ela me perguntou: você quer trabalhar comigo no projeto de Campesinato? E sem pensar, sem refletir muito eu disse que não, pois estava interessada nos estudos de Etnologia Indígenas sobre povos indígenas da Amazônia, “pois tudo que vi, ouvi e aprendi na Faculdade era pouco e precisava começar a minha vida na pesquisa científica pelo início do povoamento na região.” Então nos despedimos e ela no mesmo dia me encaminhou para pesquisadora Lúcia Hussak, e assim fui trabalhar na Reserva Técnica até 1994.

Em 1995 comecei a trabalhar com as mulheres do Projeto RENAS (Recursos Naturais e Antropologia Social em Comunidades Marítima, Ribeirinha e Marítimas da Amazônia. A equipe era formada por vários pesquisadores, dentre eles Ivete Nascimento e bolsistas de Iniciação Científica. Com Lourdes Furtado e sua equipe

acompanhei a criação do Projeto RENAS e acompanhei e participei da formação de inúmeras pessoas (desde o estágio até o doutorado) em sua maioria mulheres.

O RENAS era fruto de projetos anteriores Marapanim e Antropologia da Pesca. Era um projeto estruturante que se reproduzia e se retroalimentava com novos temas com inúmeros resultados de pesquisas que geraram vários trabalhos publicados (TCC, artigos, livros, teses de Doutorado dissertações de Mestrado, manuscritos inéditos, cadernos dirigidos as populações pesqueiras, fitas cassete, fotografias. As fotografias, formaram o Banco de Imagem – BIP-RENAS. Estes materiais formaram o Acervo do Projeto que se encontram acondicionado no Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos- LAMAq, na Coordenação de Ciências Humanas criado pela pesquisadora em 2003, que se inspirou no CETMA - do *Centre D’Etnotecnologie em Mileux Aquatiques*, quando voltou de seu estágio na França. O RENAS é inscrito como Grupo de Pesquisa do CNPq do qual eu fazia parte.

Lourdes foi orientanda de Eduardo Galvão e Oraci Nogueira e, juntamente com Isolda Maciel da Silveira, realizaram seus primeiros trabalhos na Vila da Barca na cidade de Belém.

O meu primeiro trabalho sob a orientação de Lourdes foi realizar um levantamento sobre a Pesca Industrial, no Estado do Pará, pelos impactos causados nas atividades pesca artesanal, fato diariamente publicado nos jornais, rádios e televisão. O trabalho foi realizado com a pesquisadora e arqueóloga Gilma D’Aquino que fazia parte da equipe RENAS e hoje faz parte da equipe do Fórum e do Ministério da Cultura MinC - Pará. O trabalho gerou relatórios e incentivo para outros estudos realizados pela bolsista do RENAS Adriana de Aviz.

Nunca fui em uma aldeia indígena, mas foi com Lourdes que realizei pesquisas em várias comunidades do litoral paraense e algumas do Médio Amazonas e eu sempre dizia: abram alas que eu quero passar. Viajei em pesquisa de campo e como ela dizia “entre banzeiros e maresias, entre terra e água, entre mar e terra, entre águas doces, salobras e salgadas”. Em campo nos chamava atenção para “o cheiro de terra molhada” depois da chuva durante as idas e vindas em pesquisas de campo em comunidades longínquas localizadas nas beiras de rios, nas enseadas, nas ilhas, nos apicuns, nos manguezais e no interior das florestas e nas grandes cidades.

Por meio das minhas experiências enquanto professora e geógrafa e do método etnográfico, das leituras realizadas e na pesquisa de campo, sob a coordenação e orientação das pesquisadoras, meus conhecimentos ampliaram-se no entendimento, no contato real e na descrição cultural de um povo, de uma comunidade, de um grupo social do meio rural do Estado do Pará, residentes em áreas de rios, no Médio Amazonas e de mar na Zona do Salgado.

E assim, todas as vezes que eu ia para pesquisa de campo com a equipe do RENAS, pensava nos momentos de inspiração antropológica “Ver, Ouvir e Registrar” que permeava nossas práticas sociais na hora de conhecer o campo, de aproximar do conhecimento e construir nossas teorias. Ficava muito feliz e me orgulhava do trabalho que estava realizando e do contato com novas pessoas com seu modo de vida e cultura diferente da minha. Era meu encontro como o Outro.

Equipe do Projeto RENAS em pesquisa de campo, em Curuçá Pa.



Fotos: Regiane Alves, 2013

Lourdes, no carro do Museu ou na Kombi do RENAS, dirigido pelos motoristas Calábria, Roseno, Bena e Lucivaldo, saía de Belém bem cedo e no trajeto cantava, contava coisas engraçadas e ia narrando as mudanças ocorridas nas paisagens, nas margens das estradas que se estendia para as pequenas comunidades, povoados, sentia falta das inúmeras casas de farinha, da vegetação nativa e ressaltava os empreendimentos de alvenaria nos lugares das casas de barros e assim todos momentos eram cheios de informações que nos ajudaram

a conhecer a região e alargar o nosso conhecimentos e ultrapassar os desafios, os entraves de fazer pesquisa em diferentes comunidades amazônicas.

Pesquisa de Campo, ilha São Miguel, São Caetano de Odivelas.



Foto: Ivete Nascimento, 2016

Ressalto que a rota dos estudos do Projeto foi se expandindo no Estado do Pará, atingindo vario municípios e suas respectivas comunidades localizada na planície costeira da Região Nordeste do Estado do Pará, com 500 km de extensão e situada entre as baías do Marajó, a oeste, e a de Gurupi, a leste e constituída por três setores: **Costa Atlântica do Salgado Paraense; Continental-Estuarino e Insular-Estuarino**, com 17 municípios: Vizeu, Augusto Corrêa, Bragança, Tracuateua, Salinópolis São João de Pirabas, Primavera, Santarém Novo, Maracanã, Marapanim, Curuçá, Vigia, Colares , Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta e Quatipurú e suas respectivas comunidades, área de atuação do projeto.

Na região costeira paraense participei da criação do Programa de Estudos Pesqueiros em 1997, onde atuo até hoje em suas programações. Nesta jornada a inclusão de novos parceiros de pesquisa das coordenações do museu formando um campo de pesquisas interdisciplinares, muitas viagens de campo, gerando inúmeras publicações científicas e para o grande público, principalmente voltados para as comunidades onde o Projeto RENAS e PEC atuavam e atuam. Estes estudos serviram de base para docência, o incremento de novos estudos, dissertações, teses e exposições sobre o universo pesqueiro realizado pelos pesquisadores do Museu Goeldi na Amazônia.

Ainda na região costeira realizei um estudo sobre A Percepção do Espaço Marinho na Visão dos Pescadores Artesanais de Fortalezinha, com foco na rota de pesca com saída da comunidade de Fortalezinha, município de Maracanã, nordeste paraense, até o pesqueiro Castelão (ambiente com fartura de peixes), no Marajó. A hipótese era porque estes pescadores iam pescar longe de seu município, de sua comunidade. Era só uma questão econômica ou tinha outras razões.

E assim fiz todos os preparativos para viagem (rede para dormir, água e mantimento para passar 15 dias) junto com um cinegrafista, um filho de família de pescador que recebeu treinamento de campo. E assim viajei com 5 pescadores em seu pequeno barco denominado Calypson. que iam para safra da Gó (espécie de peixe). Todos ficaram em um barraco coberto de palha, na praia, com banheiro e fogão improvisado feito com a lama do Manguezal, chamado de tijuco para fazer as refeições. Estes tipos de barcos são conhecidos na região como *pô pô pô*.

Foram dois dias de viagem e no trajeto foram reafirmando que seus antepassados viajavam para estes pesqueiros em suas pequenas canoas a remo ou a vela. Falavam do seu sistema de orientação natural (os ventos, tipos de luas, paisagem, cardumes) que observam durante as viagens. E assim, nesta travessia, apontavam na imensidão da baía do Marajó, os lugares, criatórios de peixes que eu olhava e não avistava nada, pois estavam submersos. Ao chegar no Pesqueiro Castelão, construíram o barraco, o fogão e o banheiro e logo foram pescar nas proximidades e outros na baía do Marajó que tínhamos atravessado.

Os 15 dias passaram rápido e o meu trabalho também pois estavam em território que só homens frequentam e por isso tive de cortar os cabelos bem curtos, vestir calças e camisa de mangas compridas.

Quando voltei, organizei e analisei os dados e tive como resposta: Os pescadores iam até os pesqueiro do Marajó, primeiro eles vão onde o peixe está; segundo viajam pela fartura e a presença de vários tipos peixes; terceiro vão se encontrar com amigos pescadores de outros municípios costeiros ou outros Estados da região; quarto segundo eles é um espaço de engorda e aproveitam para ajudar a tripulação e quinto vão se divertir jogar bola, baralho nos momentos de folga .

Um dos resultados da pesquisa foi um DVD intitulado “Nas voltas que o barco dá” e um Caderno de Pesca que foram apresentados e doados para a

comunidade de Fortalezinha, e ainda relatório com apresentação para o Projeto RENAS (MPEG) e MEGAM (UFPA). E ainda um chapéu de pescador que recebi do pescador dono do Calypso ressaltou a coragem, confiança e reponsabilidade pela pesquisa.

Continuando com as pesquisas e a expansão do Projeto RENAS trabalhamos no setor **Continental–Estuarino** formado por 10 municípios e suas respectivas comunidades: Limoeiro do Ajuru, Barcarena, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Marituba e Santo Antônio do Tauá e para o setor **Insular-Estuarino** com 13 municípios: Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Pontas de Pedras, Muaná, Chaves, Anajás, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Afuá, Breves e Gurupá.

Na Mesorregião do Baixo Amazonas, trabalhamos em Óbidos, Santarém, Itaituba e Monte Alegre e comunidades. Nesta região os estudos foram em menor quantidade devido à falta de recursos humanos e financeiros.

Durante suas orientações nos seminários realizados no Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos – LAMAq as reuniões eram sempre regadas com um cafezinho quente com bolachas. Nestas orientações ela nos chamava atenção sobre as leituras, sobre a ética na pesquisa, pontualidade, responsabilidade com os dados coletados e registrados nos cadernos de campo que não podia ser esquecido durante nossas viagens de campo. Ouvia atentamente as apresentações dando suas contribuições em nossas análises e sempre apresentava novas ideias, novos eventos, incentivava escrever artigos e nossa participação nas programações do Museu como “O Museu de Portas Abertas”, nas exposições dentre outros. Nos chamava atenção sobre a falta de recursos para pesquisa e educação e ressaltava que a nossa contribuição nestas áreas, era muito importante para cada um e para sociedade.

Lembro o que mais me chamava atenção até hoje é seu estilo de vestir sempre bem elegante e arrumada, seus cabelos prateados e bem penteados, sapatos fechados com cadarços e meias coloridas ou sandálias de couro trançadas. Em um dos braços um relógio de marca, objeto que as vezes comprava em lojas da comunidade onde estávamos trabalhando. Gostava de boné e seu vestuário, principalmente em campo, era calça comprida, de cor bege, solta no corpo, camiseta branca ou listada com casacos de diversas cores, mas eu tenho um preferido de cor verde musgo com diversos bolsos como os dos repórteres.

Gosto de lembrar o período de férias em que fui, por conta própria, à França com Lourdes, que ia ministrar um Seminário no qual eu participei juntamente com amiga e pesquisadora Isolda (hoje aposentada) que também fazia parte do RENAS a qual agradeço muito as suas contribuições principalmente nas pesquisas de campo.

Dando continuidade de minha atuação no campo da pesquisa antropológica com outros projetos enfatizo que participei do "Projeto de Conservação Florestal e Educação Ambiental na Amazônia Oriental, mais conhecido como Projeto GUMA", patrocinado pela JICA-Japão realizado pelo Museu Goeldi, SECTAM e EMBRAPA no município de Santa Barbara do Pará, sob a coordenação do zoólogo doutor Horácio Hilguchi e da professora e Mestre Lúcia Santana, da Coordenação de Museologia, e Graça Santana, da Coordenação de Ciências Humanas. No projeto fui responsável pelo levantamento socioeconômico do município, que gerou mais tarde relatórios, publicações e vídeos apresentados e repassado para as comunidades e Instituições do referido município. Durante as atividades do projeto alguns pesquisadores foram ao Japão: Professora Ludetana (SECTAM), Lúcia Santana e Graça Santana (Museu Goeldi), para participarem de cursos de capacitação. No meu caso participei do Curso de Capacitação de Educação Ambiental e Patrimonial.

Voltando a minha narrativa sobre Lourdes e eu, não podia deixar de fora deste trabalho as lembranças das visitas que fazia em sua casa para realizar algum trabalho ou para festejar, ocasião que observava que a mesma era decorada com quadros de família, de artesanatos, santuários e santos, demonstrando sua admiração e afetividade pela sua religião pois é católica e pelas artes populares desse Brasil a fora. Os livros sempre bem arrumados de diversos autores como se fosse uma pequena biblioteca. Música clássica e MPB são estilos musicais que aprecia.

Desde quando a conheci, Lourdes canta no coral e antes tocava violino. A música clássica e MPB são estilos que aprecia, demonstrada no texto que me enviou sobre suas atividades culturais, na cidade de Belém:

“Estudei violino (e complementos curriculares em teoria musical e solfejo) no Conservatório Carlos Gomes no período de 1955 a 1962, nas Classes das Professoras Maria das Dores Duchêne (mulher negra então Diretora), Oyimpia Cunha de Castro e Luzia Cardoso (violino); Lourdes Antunes, Sixelibia Rodrigues e Doroty Gaspar (teoria musical e solfejo).

Quanto aos Corais integrei o Coral e o Madrigal (Camerata) da UFPA (desde meu tempo de estudante nessa universidade (1963) até à dissolução do mesmo, sob a Regência do Maestro Nivaldo Santiago e do Padre Silvério Maia, seu Assistente (ao tempo do Reitor Silveira Neto. Depois o Coral da Igreja de Santana (1984-1912) até se transformar em Schola Cantorum da Catedral de Belém, ambos sob a Regência do Padre e depois Monsenhor Nelson Soares Brandão, então com a Assistência do então Seminarista José Gonçalo Vieira e Claudio Barradas. Entre 1967-1970 organizei e regi um coral de crianças - Os meninos Cantores da Igreja do perpétuo Socorro, com a Assistência da pianista Marta Brito. Todos os alunos do Colégio Orientado para o trabalho Santo Afonso, na Rodovia SNNAPP e residentes em artérias adjacentes (Vila da Barca, Passagem das Flores, Passagens da rodovia Arthur Bernardes, então Rodovia SNNAPP). Esse Coral fazia apresentações também fora do local, como cantando paras as Crianças do Educandário Eunice Weaver e outros locais.”

Em sua casa a mesa estava sempre posta como se esperasse alguém chegar. Costumeiramente servia chás, café e canapés, costume que até hoje marcam sua afetividade e atenção com seus convidados, geralmente parentes, bolsistas e amigas. Whisky e cervejas são servidos em copos específicos como “manda o figurino” durante comemorações importantes.

Na primeira vez que fui em sua casa, sua mãe Dona Eunice me serviu um prato chamado “charutinho” feito de couve e picadinho e acompanhado de arroz branco, fato que nuca mais esqueci e algumas vezes faço em casa e penso em Dona Eunice com aquele seu jeitinho afetuoso e calmo colocando a comida em meu prato, sob o olhar atento de Lourdes e de sua irmã Maria Eunice.

Por todo este jeitinho paraense, este estilo que só ela tem, na minha família ela é conhecida por “Lourdinha toda Prosa”, minha amiga e orientadora para toda vida.

Finalizo dizendo quando encaminhei o e-mail informando que ela seria uma das mulheres homenageada por mim ela me respondeu dizendo:

“Muito obrigada e que o Senhor nos proteja - Graça Santana, Belém.

Seu projeto é interessante e seu texto está muito bom e pleno de memória e emoções. Inclusive emoção pessoal por extensão a membros diletos da minha família, das sutilezas dos nossos trabalhos de campo, que devem sim, contribuir para uma cartografia que você está a fazer”.

Dando continuidade a este artigo narro aqui também baseado em minhas lembranças, vários momentos com minha amiga e irmã do coração IVETE.

Ivete

*“...E o mar se fez em nós.
Foi quase ontem
Nossa canoa se fez ao largo
Do norte ao sul de sul a norte
Sob sol e sob chuvas
Ventos, banzeiros e maresias no costado”*

A poesia de Lourdes Furtado (2002) retrata muito bem o companheirismo e a parceria com a pesquisadora Ivete Nascimento (historiadora e antropóloga) na vida e no trabalho de Lourdes e sua equipe. Tempo depois vieram outras companheiras e companheiros pois:

*Antes eram “dois na tripulação.
Trabalhando de popa à proa
De riba a baixo
De baixo a riba
No entanto,
Muito peixe caiu na malhadeira” ...*

E como dizem os pescadores “vamos viajar de companheiro”. A princípio eram só mulheres e com o tempo “nossa frota cresceu” no projeto e foi assim que passei a trabalhar e conhecer minha amiga e irmã Ivete, canceriana, mãe de Cássio, lori e Jhosa. Filha mais velha com muitos irmãs e irmãos de uma família numerosa com direito a tias e tios primas e primos, que ao “contrário de mim, nasci de pais que eram filho e filha única, eu não tinha uma tia para emprestar uma saia”.

Filha de militar levava as obrigações e a disciplina muito a sério no cumprimento dos afazeres de casa e no trabalho apreciado por mim e por seus colegas.

O que mais me chama atenção é sua capacidade de nos relatar fatos em mínimos detalhes de livros, filmes, acontecimentos do cotidiano. Seu fino trato

na cozinha, quando festejava os aniversários dos filhos ou quando preparava a “cachopa”, prato africano regado a vinho ou “caipirinha” muito apreciado por mim

No campo antropológico participou de inúmeros projetos com pesquisadores de outras instituições que eram parceiros do Projeto RENAS. Seus primeiros trabalhos se referiam ao Tempo quanto categoria do entendimento da realidade. E neste pensar realizou seu trabalho na comunidade de Fortalezinha, da APA de Algodual-Manhadeua, município de Maracanã, sobre “O Tempo na Pesca Artesanal” publicado pelo Museu Goeldi.

Sua veia poética e musical e muito forte e de grande inspiração para pessoas que apreciam a música e poesia. No (final da década de 1990) escrevi em sua homenagem a poesia quando viajamos para comunidade acima mencionada.

“Fortalezinha

De águas esverdeadas

Onde o cardume prateia de forma vitrificada

O poente de um sol que não queima”

Ivete gosta de festejar a vida e aprecia o estilo musical da MPB, tendo seu maior ídolo Chico Buarque de Holanda, quando inspirada gosta de cantar “João e Maria”, “Geni” e “Construção”. Aprecia também os trabalhos Luís Melodia, Chico Cezar, Zeca Baleiro, Seu Jorge, Rita Lee, Caetano Gil, Maria Betânia, Gal Costa, Os Tribalistas, Geraldo Azevedo, Elba Ramalho dentre outros.

Dentre os estilos de música o REGGAE, que surgiu na Jamaica em 1960, é a sua maior paixão. Acompanhei Ivete em diversos locais onde tocava este estilo de música na cidade de Belém, onde encontrava vários amigos e amigas que apreciavam e dançavam este ritmo. Bob Marley é seu ídolo que mais aprecia por sua luta pela Paz, bem como, sua irreverência sua filosofia de vida alternativa. Não só dançava, mas procurava pela origem deste estilo musical, dos rastafáris, pois é uma historiadora e teórica no campo da Antropologia, onde, arte, os costumes, crenças, diversidade, hábitos, música e aspectos físicos dos diferentes povos e de outros grupos sociais são colaboradores de estudos no fazer antropológico.

Na sua relação com *reggae* percebi grandes mudanças no seu vestuário, com uso de “capulanas”, penteado estilo “rastafári” trançados, brincos (argolas) grandes e colares coloridos.

Ivete nunca negou ser negra, fato que afirmava sempre quando questionada. Sempre sai em defesa dos povos africanos ou afrodescendentes que vivem hoje em sua maioria em Quilombos, em diversas partes do Brasil. Casou-se com um africano de Cabo Verde, artista plástico e arquiteto que vivia em Belém e grande apreciador da cultura brasileira e pai de seu filho Joshua, que hoje vive na África.

É grande apreciadora do Carimbó, estilo que é tocado nas comunidades tradicionais, no meio urbano de Belém e de outras capitais.

Pelo projeto RENAS/CPL viajou a trabalho para Portugal e África com as pesquisadoras Lourdes Furtado e Denise Adrião cujo resultado foi a publicação do livro “Olhares Cruzados sobre povos litorâneos de comunidades dos países de língua portuguesa”, publicado em 2014, onde foi autora e organizadora (pelo lado brasileiro), Lourdes Furtado, Isolda Maciel da Silveira, Denize Adrião e Ivete do Nascimento e eu. Pelo lado africano contamos com uma pesquisadora e três pesquisadoras portuguesas. Outro resultado deste projeto foram duas exposições fotográficas realizadas por Ivete, no Museu e na UFPA.

Depois que li “Na Casa de Meu Pai: a África na Filosofia da Cultura”, do escritor Kwane Anthony Appiah; e o “Espetáculo das Raças”, da pesquisadora Lilia Moritz Swarcz, desejei que tivesse dentro do Museu Goeldi uma linha de estudos africanistas.

Ivete, assim como eu, continua contribuindo com o Serviço de Educação e juntas participamos das atividades educativas do Museu Goeldi, principalmente, na programação Museu de Portas Abertas, coordenado pela professora doutora Helena Quadros (*in memoriam*), com o Programa de Estudos Costeiros -PEC hoje coordenado pela doutora Ana Harada, onde juntas apresentamos resultados de pesquisas realizadas pelo projeto RENAS-PEC.

Foi a idealizadora dos Cadernos da Pesca, informes de pesquisa com texto didático sobre resultados de pesquisa e divulgado onde o projeto atua. Alguns deste contou com a participação de representantes de comunidades do município de Curuçá-Pa após um curso ministrado pela equipe.

Congregar pessoas é uma de suas qualidades de Ivete e assim a equipe do RENAS e da Museologia, elaboraram sob a sua coordenação e de Lúcia Santana, o Projeto Exposição Compartilhada: Pesquisadores, Alunos e Professores – EXPOEC, com a minha participação, realizado em três escolas de Ensino Fundamental e Médio, no município de Marapanim, Estado do Pará. A exposição

foi denominada de “Gente e Ambiente” e contou com acervos (canao a vela, redes de pesca, forno de barro, esteira, casa de farinha) em tamanho natural feito pelos pescadores, artesãos e alunos da comunidade no contexto de várias oficinas realizadas durante o processo. Depois de inaugurada a Exposição, ficou sob a responsabilidade dos professores que participaram deste evento museal.

Lembro dos momentos literários em sua sala ou na minha, principalmente depois do almoço, com foco na poesia “O Eu profundo e os Outros Eus”, de Fernando Pessoa, livro sempre presente em sua bolsa e destacava:

*“O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.”*

Além de Fernando Pessoa, Ivete é leitora de Jorge Amado, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Mario Quintana, Manoel Bandeira, Cecilia Meireles e Clarice Lispector e Saramago dentre outros.

Nos anos de 1990 os “Encontros do Poetas Vivos” era a maior novidade em Belém, onde começamos a participar e conhecer poetas, escritores, músicos (Juraci Siqueira, Eliana Barriga, o percussionista Dimi, o poeta Marcos Magalhães ou Ona Gaia), arqueólogo e funcionário do Museu Goeldi, dentre outros. Os encontros ocorriam no período de lua cheia, nas praças de Belém, onde os escritores, poetas e poetisas declamava suas poesias como por exemplo Oceano, de minha autoria.

*Oceano
Oceano, já te chamei de Mar
De rio
Mais nunca de olhos de turquesa*

E no meio destas brincadeiras e intimidade, amizade e apreço entre amigos, Ivete, passou a ter um “reino” chamado pelo apelido de “Ivetalha”; eu, “Senhora do Lago”; Lúcia, a “Feiticeira Morgana”; e Dimi, o “Mago da Floresta”, inspirado principalmente a obra Brumas de Avalon. Anos depois Ivete sem tomar conhecimento passou a ser conhecida nas histórias que eu inventava e contava para minha neta Lourdes Maria, sobre a “Senhora X”. Lourdes, muito pequena,

ficava curiosa para conhecer a Senhora X que eu dizia que só vivia viajando. Quando Lourdes fez 15 anos disse a ela que a Senhora X estava em Belém e que viria para sua festa. Então avisei Ivete que ficou sabendo da história, e quando chegou em casa apresentei: esta é a Senhora X, Lourdes tomou um susto pois não imaginava que minha amiga que ela já conhecia e que admirava por ser historiadora, era a Senhora X.

Hoje com 21 anos, Lourdes gosta de ler e é aluna do curso de História da FIBRA, não sei se foi influenciada pela Ivete que também é historiadora. Lourdes sempre me pergunta: onde anda a Senhora X? Eu apenas dou um sorriso.

Os livros para Ivete e Lourdes são motivos ir às compras, tomar um cafezinho, comer tapioca, nas livrarias ou no Shopping, onde fazem questão de ler alguns trechos e comentar enquanto as horas passam.

Ivete gosta de ver o pôr do sol, ir à praia, viajar e fotografar. Porém me chama atenção que nestes anos de convivência com sua preciosa companhia nunca vi Ivete chorar.

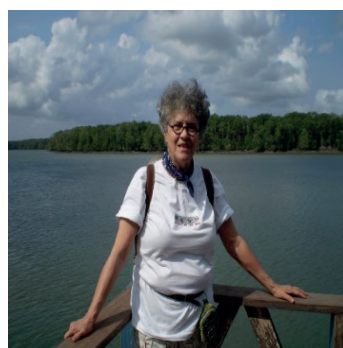
NÓS



Ivete Nascimento



Graça Santana



Lourdes Furtado

Estamos no século XXI que começou em 2020 com uma pandemia Covid-19 se instalando em nossas casas, devastando os habitantes do planeta Terra. Todos os dias com o celular na mão eu via a palavra Luto e constatava que eram pessoas conhecidas, de minha amizade, colegas de instituições e de comunidade onde realizei pesquisa.

Outro fato de natureza política foi a ameaça de um Golpe Militar no Brasil, onde tivemos apressadamente e sem nenhum treinamento, que nos inventar e enfrentar as novas estratégias de atuação e de comunicação, no campo da academia e no campo dos movimentos sociais, das instituições sobre a referida situação. Era necessária esta força, coragem para vencer os impactos destas situações de ódio, de mentiras e de barbarismo que dilaceravam nossos espaços políticos e público, diariamente divulgado principalmente, nas redes sociais.

Segundo Waldomiro Silva Filho (2021, p. 31) “E para enfrentar a grosseria o primeiro passo para começar a conversar é deixar que nossas mentes e palavras sejam ocupadas, permitindo que o presente sem maquiagem ocupe nossa experiência pessoal e comunitária e a ocupação remete ao movimento popular de ocupar espaços da cidade que estão ociosos para torná-los em espaços culturais”.

Concomitantemente os desastres ambientais com aumento do desmatamento, queimadas, cheias de rios, o acidente em Brumadinho (MG) com rompimento de barragens, a exploração indevida e os impactos dos garimpos de difícil controle, dentre outros acontecimentos que ceifam vidas como o que hoje estamos acompanhando por todos os meios de comunicação.

Segundo Waldomiro Silva Filho (2021, p. 31) “E para enfrentar a grosseria o primeiro passo para começar a conversar é deixar que nossas mentes e palavras sejam ocupadas, permitindo que o presente sem maquiagem ocupe nossa experiência pessoal e comunitária e a ocupação remete ao movimento popular de ocupar espaços da cidade que estão ociosos para torná-los em espaços culturais”.

Era preciso reunir, ser solidário para retomar nossas vidas, nosso trabalho e começar a conversar sobre as nossas demandas oriundas e presentes em diversas dimensões no campo pessoal, social, cultural, econômico, educativo e tecnológico.

Penso hoje que a equipe do Fórum de Museu de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, criado em 2018, com muita luta, audácia vem fazendo este exercício de ocupar os espaços culturais, de memória, patrimoniais, ambiental e de políticas públicas na Amazônia, enfrentando inúmeros entraves, algumas vezes falta de reconhecimento, de vontade política de alguns gestores de intuições que não se encontram e não estão preparados em contribuir com o momento político e com o desenvolvimento da região.

A equipe do Fórum reúne-se em uma sala de Museologia Social, na coordenação de Museologia e instalada no Museu Goeldi, no Parque Zoobotânico a sala é ocupada pela Dra. Lúcia Santana, museóloga com foco na Museologia Social e que é também do Fórum de Museus da Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia. As atividades do Fórum no seu cotidiano é dialogar, elabora e apresentar propostas presenciais e *on-line*, junto com membros de comunidades que fazem parte do coletivo. Participam ainda de reuniões promovidas pelas secretarias do município, do estado sobre políticas públicas, Editais. Estas experiências com gestores e outros coletivos contribuem para aprovação de projetos, que no nosso caso já aprovamos 17 projetos, realização de exposições, tanto online quanto presencial e certificação de 20 Pontos de Memória junto ao IBRAM. Hoje o Fórum é também Ponto de Memória e de Cultura, pois aproveitou as oportunidades que o momento requer.

Quando Eu e Elas, hoje estamos aposentadas, realizando, colaborando com alguns projetos, cuidando da família e algumas vezes viajando com amigos e familiares

Quando participo de atividades no campo cultural observo que muitas pessoas confundem eventos com cultura. “Evento o vento leva e cultura é raiz” aí sinto falta das calorosas, palestras dos antropólogos no Museu Goeldi, que marcaram as décadas de 1970, 1980, 1990.

Hoje observamos que há uma diversidade de grupos sociais que escrevem, falam de sua própria história, querem o poder e o direito de garantir sua representatividade, conservar seus territórios, trabalhar em prol de sua ancestralidade, memória, cultura e garantir a sua acessibilidade em um território tão diversos e desigual. Sabemos, que são nossas Lutas Políticas que cresce diariamente em todos os recantos deste país.

Referências:

Almeida, Adrielson Furtado Memoria Patrimonial da Ilha de Caratateua; pelo ecomuseu da Amazônia –Adrielson Furtado Almeida, Maria Terezinha Resende Matins. 1, ed; Belém , Pa: FUNBOSQUE, 2022

Cadernos da Pesca: Informes de Pesquisa – organização e edição Lourdes Gonçalves Furtado, Ariana de Aviz e Graça Santana. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004

Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 1992. 76 p

O PODER DA PALAVRA NA VIDA DA MULHER

Hertha Cristina Carneiro Sá

Quando criança, meu maior sonho era aprender a ler. As palavras e os desenhos, nos poucos livros que existiam em minha casa – um lar muito pobre, no interior do Ceará –, sempre me convidavam ao encontro com um mundo novo. Eu os olhava com uma vontade cheia de gula pelo dizer. Aos poucos, fui conseguindo decifrar as letras, juntar sílabas, formar palavras, entender o dito. A alegria foi imensa! A partir desse momento, minha vida ficou mais completa. Eu podia compreender melhor as coisas, porque as palavras traziam-me novas realidades. Ser alfabetizada foi o começo da construção de uma mulher plural, porque foi pela leitura que me tornei muitas mulheres em uma só. O poder da palavra foi tão gigante que eu consegui, ao longo dos anos e de muita leitura, entender que ser mulher é aceitar e compreender a diversidade que existe em mim, sem deixar morrer as muitas mulheres que vão se formando em nosso ser, enquanto a vida reserva-nos muitos obstáculos, muita dureza, muitas decepções e sofrimentos.

Assim, com a palavra escrita dominada, eu fui me apaixonando pelos livros, esses objetos mágicos que me traziam histórias de mundos distantes e novas realidades. Para dar conta dessa nova paixão, contei com a sensibilidade da minha irmã mais velha. Ela entendeu que a menina calada e tímida gostava mesmo era de livros. Então, passou a reservar um pouco do dinheiro do seu salário-mínimo para me presentear, quase todos os meses, com bons livros. E esse foi o início, ainda bem novinha, da formação do meu ser mulher.

O tempo foi passando e me reservando muitos e muitos casos de amor com os livros e suas palavras que me encantavam. Nesse passar dos anos, a maturidade

foi chegando, trazendo um novo aprendizado, o de que meu ser mulher também precisava da minha própria palavra escrita para que a minha essência fosse dita e se libertasse para o encontro com outras mulheres. Com essa convicção, comecei a acreditar que todas nós, unidas pela nossa escrita, seríamos capazes de nos conectar, sem medo das críticas, sem receio de reprovações, sem vergonha do nosso dizer. Seria um dizer plural e real, capaz de acolher a todas nós: as que sofrem, as que choram por um amor que se foi, as que sangram diante de suas perdas, as que amam incondicionalmente, as que são sensíveis a dor do outro, as que são incompreendidas, as que são invisíveis nos espaços de trabalho, as que não têm chance de falar das suas dores e suas esperanças, as que amam e são felizes, as que carregam em si a alegria, os desejos e a esperança etc. Isso porque precisamos nos alimentar de palavras, porque é pela palavra que vamos nos construindo, formando uma fortaleza capaz de nos proteger da desesperança. Sobre isso, bem dizia o escritor Rubem Alves: “O corpo é coisa encantada que precisa mais que comida para viver. Ele precisa de palavras, porque é nelas que mora a esperança”.

E foi com essa convicção de que a palavra é capaz de nutrir o ser humano que iniciei o meu processo de relação amorosa com a escrita. A menina pobre, do interior do Ceará, aprendeu que escrever pode transformar vidas; que palavra tem poder. E esse poder pode ajudar muitas mulheres a se libertarem das amarras do medo, do preconceito e da insegurança. Aprendi também que não são todas as palavras ditas que têm a capacidade de fazer essa mágica, mas sim apenas as que se tornam caminhos para que possamos, neles, construir nossa história; ou aquelas que se tornam o meio para que o dizer possa chegar até aos corações das pessoas que precisam da palavra para alimentar para sua alma. São essas palavras-alimento que me encantam, porque conseguem chegar até a mim por todos os sentidos, fazendo-me sentir seus cheiros, sua textura e seus gostos. Enquanto as leio, torno-me mais sensível, porque elas brincam com meus sonhos, materializam-se em meu corpo como se fossem mãos acariciando meu ser, fazendo-me arrepiar enquanto as leio ou chorar pelo simples fato de a emoção ter sido a florada. Assim, tenho uma eterna relação de amor com o dito. Esse dizer que desperta meu corpo para os sentimentos bons, que me transforma, tornando-me capaz de sentir o hoje, com mais humanidade e mais

emoção. Assim, desde muito pequena, vivo nesse mundo recheado de coisas ditas e com elas minha alma realiza a mágica do eterno.

E foi acreditando nessa mágica do eterno pela palavra que minha relação com a escrita se ampliou. Meus textos passaram a preencher meus vazios; tornaram-se objetos que me davam o prazer indescritível da plenitude, fazendo meu corpo e minha alma cheios de alegria, como se o simples fato do escrever valesse por toda uma vida. Pela palavra tornei meus sonhos reais, visitei, diariamente, aqueles que amo, falei das minhas histórias de amor, realizei meus desejos e estive em todos os lugares que desejei estar. Minha escrita foi a ponte para que eu pudesse me transportar para um mundo só meu, um lugar onde eu podia tudo e tudo era possível. Assim, quando dei conta, já estava impregnada pelo feitiço do poder da palavra, porque com ela eu podia evocar os sentimentos bons e as imagens em mim guardadas que me traziam felicidade. Com ela, eu podia olhar para uma vida já vivida; um olhar que está além dos olhos físicos, como uma experiência poética de felicidade. Assim é a escrita para mim. Ela é capaz de materializar em textos tudo aquilo que pode nos cativar e nos dar felicidade, porque sabe fazer muito bem o seu trabalho de sedução.

É essa escrita, que seduz e cativa, que procuro apresentar em meus textos. Mas nem sempre isso foi uma tarefa fácil de realizar, porque o medo de não saber escrever, de a minha escrita não ser suficientemente boa para criar palavras capazes de realizar o feitiço de se fazerem ser lidas como se fossem músicas que chegam acalentando os ouvidos e a alma das pessoas, sempre esteve presente em mim. Essa insegurança deixava-me triste. Por muito tempo eu escondi a minha escrita, mesmo sabendo que a vontade trazia o desejo de que meus textos saíssem mundo a fora, fazendo cada leitor sorrir, assim como uma criança inocente ao se alegrar e sorrir por ter recebido o seu brinquedo preferido.

Movida por essa convicção de incapacidade para escrever, tive medo de estar doente de “solidão da palavra”. Para curar-me desse medo, busquei fugir da secura da solidão do dizer, bebendo, cada vez mais a palavra dita, materializada em muitos e muitos livros. Assim, descobri que escrever pode ser um encontro entre palavras que se enamoram. Isto mesmo: enamoram-se. Porque enamorar é estar encantado por..., e as palavras precisam estar encantadas uma pelas outras e também pelo que deve ser dito para que o texto possa ser mensageiro

daquilo que guardamos em nós e está somente à espera de ser resgatado pelas mãos habilidosas daquele que sabe reger o bem dizer.

Pensando nisso tudo, procurei resgatar todo o percurso da história da construção de minha escrita. Descobri que aquela menina, que desde muito cedo amava os livros, também muito cedo começou a se preparar para um dia conseguir reger, habilidosamente, a orquestra de suas palavras. Para isso, exorcizei o medo que há muito me acompanhava e procurei fazer com que meus textos não saíssem do ritmo e a melodia das palavras fluísse harmoniosamente, como uma boa música aos ouvidos de quem as ler.

Ao vencer esse receio de não saber escrever, compreendi o quanto a leitura e a escrita mudaram a vida da menina que saiu do interior do Ceará para morar na capital do estado, com apenas 9 (nove) anos de idade, porque sua mãe queria que seus seis filhos tivessem a chance de dar continuidade aos seus estudos em uma boa escola. Com essa decisão de sua mãe – uma grande mulher, determinada e ciente da importância da educação para a vida das pessoas – conseguiu fazer muito com o poder da escrita, apesar de ter começado muito tarde a ler livros literários, aos nove anos de idade, e a escrever muito mais tarde ainda, apenas quando comecei o curso de Letras.

Olhando o cenário da minha vida, não deixo de me perguntar: Como é possível uma pessoa que teve pouca orientação formal e raríssimos apoios no seu processo de formação escritora conseguir gostar tanto de ler e de escrever? A resposta, creio eu, é que apesar da falta de orientação, lá no início da minha formação escolar, ter deixado em mim a danada da insegurança para produzir textos, sempre acreditei no poder da palavra, embora a escola não tenha sido, na maior parte das vezes, espaço de orientação e acolhida para minha escrita.

Com essa fé na palavra e seu poder, usei a minha escrita como instrumento para alcançar uma vida melhor, em todos os aspectos: pessoal, econômica e social. Foi ela quem me ajudou a chegar aonde estou hoje. Nasci pobre, no interior do Ceará; mudei para a capital do Estado e lá cresci na periferia da cidade. Passei em um concurso público federal e fui morar no interior do estado da Paraíba. Como menina pobre, sertaneja e sem acesso ao mundo letrado, corri o risco de não ter ido além do ensino médio, como assim aconteceu com meus irmãos e com milhares de jovens da minha época e da minha cidade natal. Mas o gosto pela leitura e, atrelado a isso, o gosto pela escrita, fizeram-me traçar um caminho

diferente para a minha vida. Posso dizer que venci, porque fiz diferente: li muito. Encantei-me pelos livros, ao ponto de hoje ter a plena convicção de que o poder da palavra é muito maior do que podemos imaginar. Tão gigante que nos arrasta para um mundo novo, diferente do lugar pequeno e opressor em que vivemos. O poder da palavra é tão forte que nos faz sair das diversas formas de miséria: a econômica, a intelectual, a social, das relações interpessoais etc.

Como eu disse no início desse texto, a palavra é tão forte que ela ajuda cada uma de nós mulheres a nos compreendermos enquanto mulher. Sabermos que nossa essência é única e particular, mas é ao mesmo tempo plural e social. É pela palavra que podemos dizer o que sentimos, mesmo que o medo de não estarmos fazendo o melhor apareça, cobrando-nos uma boa escrita. Mas esse medo não pode derrotar nossa voz, nosso desejo de mudança e nossa capacidade de transformação. Precisamos transformar o mundo que temos hoje em um mundo melhor para as mulheres, e o caminho pode ser pelo poder da palavra. Precisamos que todas as mulheres reconheçam que a escrita é um instrumento de libertação, é uma ferramenta que leva ao poder interior e exterior, proporcionando-nos diversas formas de conquistas.

Eu sou um bom exemplo do quanto a palavra pode transformar a vida de uma mulher. Cresci estudando, lendo e escrevendo. Cresci me impregnando pelos ditos de outras pessoas e com estes fui construindo um novo mundo para mim. Com a educação formal e com o poder da palavra, tive a oportunidade de “vencer na vida”, como bem assim dizia a minha mãe. A menina pobre, periférica, mas que teve uma mãe que nunca deixou de acreditar no poder da educação para que uma mulher possa ter uma vida melhor, essa menina venceu. E isso aconteceu porque ela tinha a escrita como sua aliada. Foi a escrita e seu poder quem a ajudou a passar em um concurso. Foi ela quem contribuiu para que eu passasse a entender melhor o mundo em que vivo. Foi ela quem me fez compreender que o melhor lugar para uma mulher estar é onde ela deseja e lutar para chegar.

Finalizo esse texto com um convite às mulheres, já expresso aqui no seu início: vamos nos conectar pela escrita, sem medo das críticas, sem receio de reprovações ou vergonha do como escrevemos sobre nossa história. Precisamos usar a nossa palavra para mostrar ao mundo quem somos, o que sentimos, como sentimos, o que gostamos e o que não gostamos. É importante que o mundo nos conheça pelo que a gente conta e não pelo filtro de quem não sabe o que é

ser mulher. Nossas dores e nossas alegrias, nossos sonhos e nossas realidades, só nós sabemos como são e estão. Por isso, somente nós, mulheres, podemos dizer sobre o que sentimos e como sentimos. Não podemos calar nossa palavra. Vamos usar o poder da palavra para o nosso bem.

O REI DO UATUMÃ

Julieta Monteiro

Me chamo Julieta Monteiro, tenho 70 anos, tenho a nacionalidade Brasileira e Francesa, sou Terapeuta Naturopata, formada na França e exerço minha profissão no CAPS de Presidente Figueiredo, município do interior do Estado Amazonas, no Brasil.

A história que quero lhes contar é a do REI DO UATUMA. Um jovem francês – *piéd noir*, que conheci em 1972, na Alliance Française de Belém do Pará.

Era uma bela tarde do mês de outubro de 1972. Eu estava chegando à Aliança Francesa para meu curso de “Nancy”, e encontrei meus amigos Afonso, Graça e Ivone, que estavam falando sobre o novato que tinha chegado recentemente: um rapazola que parecia muito com um ursinho Panda e que irradiava uma grande energia e muita simpatia ao seu redor.

Afonso nos dizia que ele havia feito um comentário sobre nossa colega Graça, dizendo que ela era um *Poisson* (na época um super elogio para uma garota, que significava um peixe. Hoje poderíamos comparar com “uma super gata”, o quê não deixa de ser um animal também!). Ora, eu não a achava particularmente bonita, para mim ela era muito magricela e sem “graça” justamente, e o fato dele tê-la notado e não a mim, me deixou enciumada. Como ele tinha notado a Graça e não eu, que dos altos dos meus 18 anos me achava bem mais bonita que ela? Devia ser porque ele ainda não me tinha visto.

Éramos todos muito jovens e apaixonados pela cultura Francesa que era representada em Belém pela Alliance Française, que fazia papel também de consulado da França, pois nessa época ainda não havia um em Belém.

Era lá que se reuniam todos os franceses de passagem, os bons e os piores, os sérios e os aventureiros de todos os gêneros, cooperantes, professores

e famílias que se formavam pouco a pouco com o casamento entre franceses e brasileiros que começavam a se realizar.

A Alliance Française dava a todos estes jovens apaixonados pela cultura Francesa a possibilidade de se sentir um pouco na França sem sair do país, sobretudo àqueles que não tinham muito recursos: havia sempre reuniões e outras festas que permitiam o encontro e os futuros casamentos, a possibilidade de praticar o idioma, algumas vezes até de provar certas especialidades quando as festas eram promovidas pela Marinha Mercante Francesa, e seus navios ancoravam no porto de Belém. Toda a alta sociedade belenense era convidada e os alunos e principalmente as alunas da Alliance Française também; na minha ingenuidade não havia compreendido que o convite era, sobretudo para aliviar o peso de uma longa viagem que os jovens e velhos marinheiros acabavam de fazer; algumas “moças” aceitavam esta tarefa com muito prazer...Foi nessa época que comi caviar “à *La louche*” (quantidade que cabe numa concha, e visto o preço do caviar imaginem o que o povo francês pagava na época em impostos, para manter os “pobres” marinheiros...)

Éramos todos os alunos do curso de Nancy. Um curso de nível universitário, ministrado por professores da Universidade de Nancy, na França, para alunos que viviam no estrangeiro, com um diploma no final do curso - que duravam três anos - que permitia aos alunos brasileiros de entrar no último ano de faculdade no curso de Pedagogia para obter uma Licenciatura em Letras. O que muitos de nós fizeram.

O ambiente na Alliance Française era bem animado. Dona Áurea, a secretária era como nossa mãe, nós a estimávamos muito e ela era uma das colunas que sustentavam a “casa”. Muito eficiente e fiel aos diretores da época Monsieur Marcel Le Bourisse e sua esposa Marie Thérèse, que era também nossa professora. Ela havia seguido o curso de teatro na França e algumas vezes nos dava algumas aulas de expressão oral como por exemplo pronunciar a palavra “*chat*” em diferentes tonalidades o que nos fazia rir muito.

A primeira Alliance Française que frequentamos se situava na Avenida Padre Eutíquio, em Belém, próximo à Praça Batista Campos e depois nos mudamos para a Avenida Nazaré numa casa antiga bem no estilo colonial; e com a mudança de endereço veio também à mudança de diretores.

Eu procurava uma ocasião para abordar o tal rapazola que havia ousado me ignorar. A ocasião se apresentou quando uma colega me deu uns bilhetes de entrada para uma peça de teatro que ia ser apresentada no Teatro da Paz, cuja renda serviria para fins humanitários. Prontamente me candidatei para vender as entradas, o que me permitira me aproximar do novato sem que ele desconfiasse de minhas reais intenções. Muito atrevida naquela época, fui propor uma entrada para Marcel que imediatamente aceitou; mas ele não tinha dinheiro com ele e foi pedir emprestado para Charlyne a esposa do novo diretor. Como ele não conhecia ainda muito bem a cidade, combinamos de ir juntos no dia da peça, logo depois da minha aula de “Nancy”.

Para que pudesse chegar mais tarde em casa, minha colega se responsabilizou perante meus pais em nos acompanhar e me trazer de volta. Enfim eu tinha ganhado: ele ia sair comigo e não com a Graça! Que por sinal não fazia o menor caso! Pois filha de uma grande família burguesa de Belém, não era dessas que saía com desconhecidos...

Na noite do espetáculo, formamos uma pequena “trupe”: eu, Marcel, duas irmãs e minha colega Edna que já era maior de idade, e que estava responsável por nossa segurança. A peça se chamava Simon Bolívar e como Marcel ainda não falava bem o português, eu ia traduzindo em francês, o que foi um excelente exercício de prática do idioma para mim. Não entendi nada da peça pois meu centro de interesse era bem outro. Quando saímos do teatro fomos tomar sorvete na Cairu, uma das melhores sorveterias de Belém, que mantém essa tradição até os dias de hoje ainda. No caminho tropecei num buraco (isso também ainda continua tradição em Belém!) e Marcel me segurou o que provocou em mim um calafrio. Não, não fiz de propósito! Tinha realmente um buraco!

Eu estava me sentindo o máximo, pois nunca tinha tido a ocasião de praticar tanto o meu francês, porém em dado momento pronunciei uma palavra que foi corrigida por Marcel, me dizendo que uma moça distinta não falava assim, e ele riu muito. Nos dois andávamos na frente e o resto da trupe nos seguia sem compreender nada do que falávamos; eu só tinha olhos e ouvidos para ele. O resto que seguisse... Era um dia 22 de outubro de 1972.

No dia seguinte, domingo, convidei Marcel para ir ao museu Emilio Goeldi, que na verdade é um parque botânico e zoológico. Visitamos tudo e eu me esbaldava em falar em francês explicando tudo o que sabia sobre nossa fauna e

flora e ele me corrigindo os erros em francês; parecia que já nos conhecíamos há muito tempo, tanto era flagrante a cumplicidade que se instalava entre-nos. Ele ainda não ousara me tocar, mas não perdia nenhuma ocasião em me ajudar a subir uma calçada, ou descer um degrau, ou oferecer uma flor que ele colocou carinhosamente nos meus longos cabelos castanhos. Quando nos aproximamos do parque das gazelas, o encanto entre nós era tão intenso que trocamos nosso primeiro beijo. Havia muita gente ao nosso redor, mas não vimos ninguém. Era o meu primeiro beijo, ainda não tinha tido um namoradinho apesar dos meus 18 anos, e minha emoção foi muito grande. Eu tinha sucumbido ao charme daquele “desconhecido” e desse dia em diante nunca mais nos separamos.

Marcel estava de passagem por Belém, resolvendo alguns problemas e devia voltar para a tribo dos índios onde tinha estado até então.

Nasceu na França, em Carpentras, na região do Vaucluse. Era o ano de 1948, logo após a segunda guerra mundial. Sua mãe que tinha nascido na Argélia, veio “descansar” na metrópole e ele nasceu longe do seu pai e da família. Seu pai estava cumprindo seu serviço militar na Argélia e veio somente algumas vezes visitá-los. Os tempos pós-guerra eram muito difíceis. Passaram muitas privações. Com nove meses de idade todos voltaram para a Argélia, onde ficaram até seus 14 anos, quando tiveram que voltar para a França, pois os árabes pediram sua independência e a presença dos colonos franceses na Argélia não era mais tolerada.

Marcel trabalhara com a mãe no restaurante familiar. Os pais tinham se separado e ele era seu braço direito. Mas como todo jovem, ansiava por mais liberdade e pediu à mãe que antecipasse sua maioridade para que pudesse entrar no exército.

Durante os cinco anos em que ficou no exército, Marcel se preparou para partir e viajar pelo mundo. Economizava quase tudo que ganhava, para poder financiar sua aventura. Seu sonho era conhecer a América do Sul... a Jungle Amazônica.

Foi então que ele leu um livro chamado Cure d Indiens, do Padre Caron, que havia vivido por muitos anos na tribo dos índios Xikrin, que vivem nas terras indígenas Catete e Trincheira Bacaja, no Estado do Para. Ficou entusiasmado com a experiência do padre e através do editor do livro, conheceu pessoalmente o padre Caron, que o incentivou a continuar sua missão na tribo dos Xikrin – ele

só esqueceu de dizer que no Brasil existe a FUNAI, e que a burocracia no Brasil é pior que os 12 trabalhos de Hércules de Asterix e Obelix, dos autores franceses René Goscinny e Albert Uderzo.

Foram oito dias de viagem em canoa, enfrentando corredeiras e correnteza do rio Catete, muitas vezes tendo que carregar a canoa pela margem para atravessar as corredeiras.

Chegando na tribo, ele foi recepcionado por um outro padre, que vivia em uma casa mais afastada da tribo, juntamente com uma missionária. Estes tinham do bom e do melhor enquanto os índios não tinham o que comer. Logo se criou uma antipatia entre Marcel e o “padre”, pois ele não concordava com aquela injustiça. Marcel foi morar na oca com os índios e viveu como eles durante todo o período de validade do seu visto. Caçou, pescou, comia como eles comiam, dormia na rede como eles dormiam e participava de todos os eventos da tribo.

A situação com o “padre e a missionária”, ficou muito tensa e estes o denunciaram na Funai. Ele teve que sair da tribo escoltado pelos militares e chegou em Belém, para regularizar sua situação, pois o visto de turista já estava vencendo.

Em Belém, não havia consulado francês, e a Alliance Française fazia o papel de Agência consular, acolhendo e ajudando todos os franceses de passagem, os que prestavam e os que não prestavam...

Então nos conhecemos.....foi amor à primeira vista!

Com a ajuda da esposa do brigadeiro da Aeronáutica de Belém, uma senhora francesa, Marcel começou a trabalhar no almoxarifado da aeronáutica e recuperou todos os quilos que havia perdido nos meses que passou com os xikrin (mais de 20k).

Enquanto regularizava sua situação de permanência, nós íamos vivendo nossa linda história de amor. No dia 6 de dezembro de 1972, eu me entreguei de corpo e alma para ele e isso durou 22 anos. Mas ele só pensava em voltar para a tribo dos xikrin. Eu estava disposta a ir com ele para onde ele fosse. Porém, além da burocracia, e da Funai. Havia minha família e eu ainda estava cursando a universidade.

O ano de 1973 foi intenso. Marcel trabalhava na aeronáutica, eu ministrava aulas na Alliance Française e cursava o Curso de Letras na Universidade de Nancy, que era ministrado pelo diretor da Alliance Française e sua esposa. No final de cada ano letivo, os professores da Universidade de Nancy vinham a Belém

para fazer os exames finais. Neste ano, Marcel conseguiu a carteira Modelo 19 provisória, que lhe dava direito de permanecer no Brasil, mas nem pensar em retornar para a tribo dos Xikrin. Porém, o sonho de viver na mata não morreu e quando um grupo de franceses o convidou para trabalhar na exploração de madeira no interior do estado do Amazonas, ele não pensou duas vezes e veio trabalhar com eles em Manaus. Foi no final de 1973.

No início de 1974, um grupo de professores da Alliance Française de Belém, do qual eu fazia parte, foi fazer um estágio para professores em Sevres, perto de Paris, sobre um novo método audiovisual, o método Chapelle, que seria aplicado na Alliance, no ano letivo. Foi uma experiência maravilhosa. Além das aulas, podíamos passear e conhecer os arredores de Paris e realizar aqueles nossos sonhos de adolescentes que vivíamos através do livro de G. Mauger- La famille Vincent, uma família do Quebec que vinha morar na França.

Em um de nossos passeios por Paris, lembro-me que quando subi as escadas do metrô na parada Arco do Triunfo, estava de costas para o monumento, mas quando me virei e o vi, senti uma emoção tão grande que se reverteu em lágrimas, e até hoje ainda me emociona. Não sei para minhas colegas, mas eu andava naquelas ruelas de Paris, como se nunca houvesse deixado de morar ali de tão familiarizada que eu era com aquele mundo, como se já houvesse vivido ali.

Fizemos também uma excursão pela região da Tourraine e fomos conhecer os castelos do Val de la Loire. Puro encantamento! Nos meus 19 anos me senti como uma princesa andando naqueles corredores, correndo nos jardins, vivendo um verdadeiro conto de Fadas. Conhecemos também a fábrica de cristais de Sevres.

Aproveitei para ir conhecer a família do Marcel que morava na Alsacia. Nem poderia imaginar que muitos anos depois eu voltaria a viver naquela região, que eu aprendi a amar como minha segunda pátria. A intenção era ficar um ano na França, estudando, mas a saudade do Marcel era muito grande. Ele insistia para que eu voltasse para o Brasil e fosse viver com ele na Amazônia. E eu fui...

Como o voo de volta fazia parada em Lisboa, eu troquei o trajeto Lisboa-Recife- Belém, para Lisboa-Recife-Manaus, pagando uma diferença no preço da passagem, evidentemente. E claro, sem comunicar meus familiares, que foram três vezes ao aeroporto me esperar com um belo ramalhete de flores para me dar as boas-vindas. Minhas colegas desembarcavam e eu não! Quanto desespero

para meus pais! Nunca me perdoei por tê-los feito passar por tamanha angústia. E eu já estava em Manaus com o meu amor. Mandeí uma carta para eles dizendo onde eu estava e explicando minha escolha. Pedi perdão, mas meu pai demorou muito tempo para me perdoar.

O reencontro foi maravilhoso. Marcel foi me esperar no aeroporto e fomos para um hotel que ele havia reservado, ele me carregou no colo como fazem os recém-casados, para entrar no quarto e tivemos uma noite de amor inesquecível. Tão intensa que no mês seguinte descobri que estava grávida.

Fomos enviados para Tefé, e ficamos hospedados na casa de um holandês, chamado Erik, que fornecia madeira para os franceses. O acampamento para a exploração de madeira ficava dentro do rio Uarini. Morávamos em uma tenda de camping, Marcel partia cedo para o trabalho e eu assumia a cozinha para os trabalhadores. Nesta região havia tanto carapanã (muriçoca, mosquito) que a noite se ouvia o barulho deles como se fosse um barco se aproximando. Os peões brincavam para ver quem matava mais carapanã, colocando o dedo polegar fora, para ver em quanto tempo o dedo se enchia do inseto, e eles os esmigalhavam com a outra mão e limpavam o sangue que escoria pelo dedo. Eu cozinhava com uma camisa de mangas compridas, cobrindo a cabeça com o colarinho da camisa para me proteger dos carapanãs. Era também uma região de aranhas caranguejeiras (tarântulas). Marcel as capturava e as picava com formol para colecioná-las. Eu as mantinha imóveis com a ajuda de uma forquilha enquanto ele injetava o formol. Com o avanço da gravidez, a falta de conforto (fazíamos nossas necessidades fisiológicas no mato), os riscos de picadas de insetos, de quedas (a barriga já começava a apontar) e a alimentação desequilibrada, Marcel me enviou de volta para Tefé, onde fiquei hospedada na casa da Dica, uma professora casada com um holandês chamado Cornélio. Eles tinham dois filhos e um papagaio que imitava perfeitamente o grito das crianças, a tal ponto que ninguém conseguia fazer a diferença.

Para não ficar ociosa enquanto esperava a volta do Marcel, eu fui ministrar aulas no MOBREAL para adultos, como voluntária.

Por intermédio da Dica, conheci Dona Elza uma senhora da Indonésia, e seu marido seu Teodoro, holandês também. Logo ficamos amigos. E nossa amizade continuou até quando fomos para o Uatumã e perdemos o contato. Ainda não existia o whats app.

O negócio com os franceses não deu mais certo e Marcel começou a trabalhar com seu Teodoro, sempre no ramo da madeira. Voltamos para Manaus. Marcel precisou ir até o Rio de Janeiro para regularizar sua carteira modelo 19 e obter a permanência definitiva no Brasil. Quando voltou de lá já trouxe um filhote de cão da raça pastor alemão tão fofinho que as pessoas perguntavam se era filhote de urso. Nós o chamávamos FILS, (filho em francês).

Durante o restante do ano de 1974, ficamos em Manaus. Eu ajudava o Marcel comprando argolas para as jangadas que puxavam as toras de madeira. Mesmo com o barrigão, eu ia em todos os fornecedores de argolas que ficavam nos bairros periféricos de Manaus. Muitas vezes tinha que andar em cima de tabuas sobre os alagados para chegar até os estaleiros.

Marcel trabalhava de carteira assinada e para que eu pudesse ter direito ao pré-natal pelo SUS, tínhamos que ser casados. Então nos casamos no dia 28 de agosto de 1974. Eu já estava com 5 meses de gravidez e não usei vestido de noiva. Mas ao meu lado tinha uma noiva vestida de branco com um barrigão maior que o meu. Quando o juiz chegou, ele nos olhou e disse- bom passar logo para os “finalmentes”, porque nem adianta fazer um longo discurso, já que tudo está consumado.... e só fez as perguntas de praxe – seu fulano aceita dona sicrana como esposa – dona cicrana aceita seu fulano como esposo... então eu os declaro marido e mulher....

Marcel voltou para o trabalho e eu voltei para casa. Nesta noite, fiz um jantarzinho para comemorar nosso casamento. Assei um frango inteiro, coisa rara, pois os tempos eram difíceis e enquanto preparava a mesa, nosso cão Fils, comeu o frango inteirinho. Quando voltei a cozinha, vi a assadeira limpinha em cima da pia e ainda olhei para o alto pensando que um bicho tinha levado o frango. Quanta ingenuidade! Quando olhei para o cão, vi aquele olhar de “eu juro que não fui eu” e compreendi tudo.... Nossa comemoração foi só arroz com farofa!

Nesse mundo da madeira, todo mundo se conhece. Então Marcel conheceu seu Jose Vicente, um proprietário de estaleiro de Itacoatiara, que lhe falou de um terreno no rio Uatumã, muito rico em madeira nobre, que ainda estava inexplorado. Nesta região ainda não havia nenhuma serraria.

O terreno tinha 6.000 m de frente por 2.000 m de fundos e continuava com terras devolutas da União. Para chegar lá, vinha-se no Estrela de Parintins

- barco de linha de Manaus até Itapiranga e depois, de Itapiranga mais 7 horas de barco “tof-tof” até o terreno.

Marcel ficou muito entusiasmado e fez a proposta de sociedade para nossos amigos diretores da Alliance Française de Belém – que também eram padrinhos de nosso filho Marcel Filho.

Os diretores da Alliance Française de Belém, tinham a intenção de investir no Brasil, para quando se aposentassem. Então aceitaram a proposta de sociedade e foi criada a empresa MAO Madeiras Industria e Comércio Ltda.

O contador do seu Jose Vicente, um senhor japonês, fez a abertura da firma. Enquanto aguardávamos, ficamos hospedados no hotel do Seu Jorge. Era um hotel de madeira e ouvia-se tudo que se passava nos outros quartos.

Enquanto a papelada para a abertura da firma era feita, seguimos para o Rio Uatumã para montar a serraria. Fomos num barco pequeno levando o que íamos precisar. Levamos também toda a palha necessária para a cobertura do barracão da serraria e da nossa “casa”.

O barco ia tão cheio que se podia pegar a água do rio sem precisar se debruçar nas bordas. Atei nossas redes por cima da palha e para ir para a cozinha do barco tinha que me arrastar sobre a palha, pois esta chegava quase no teto do barco.

Chegamos enfim ao terreno que ainda estava totalmente selvagem. Era preciso roçar, tirar os tocos, aplainar o terreno para poder assentar as fundações das máquinas que iriam chegar. Foi construído um barracão bem grande para abrigar o maquinário e uma “casa” toda de palha, para morarmos. Enquanto os homens trabalhavam, eu morava no barco com o bebê que tinha apenas alguns meses.

A casa era feita de palha, teto e paredes. O chão era de tábuas. Não havia sanitário nem banheiro. Tomávamos banho no rio. O sanitário era um buraco no chão com um caixote de madeira em guisa de assento. As paredes também eram de palha. Pelo menos se tinha um pouco de privacidade! A cozinha era do lado de fora da casa, o fogão era de barro para se cozinhar com lenha e o chão era de barro batido. Tinha uma grande mesa onde Marcel se reunia com os fornecedores e empregados da serraria.

Tomávamos banho no rio. Para ter uma água mais limpa, eu ia de canoa um pouco mais ao largo e mergulhava o bebe na água, depois de tê-lo ensaboado. Um boto (golfinho da Amazônia), sempre rondava os arredores da canoa. Contam

que onde tem criança, eles sempre estão por perto, caso aconteça alguma coisa com elas...então eles vêm salvá-las.

Tínhamos também um armazém para fornecer os mantimentos para os funcionários da serraria e suas famílias que vieram morar no local. Tivemos que construir mais seis casas de palha para abrigá-los. Cada família tinha no mínimo seis filhos, então fizemos também uma escola, e com o apoio da prefeitura de Itapiranga, conseguimos uma professora.

Eu assegurava a parte administrativa da empresa e também a compra de mantimentos, peças, combustível, etc...fiz várias viagens sozinha para Manaus para receber o dinheiro que nosso sócio mandava e fazer as compras que precisava levar, embarcar tudo no barco grande que fazia o trajeto Manaus- Itapiranga, desembarcar a mercadoria, controlar se tudo estava conforme e embarcar tudo novamente no barco – menor desta vez – que levaria a mercadoria de Itapiranga até a serraria.

Era o ano de 1975 e eu só tinha 21 anos!!!

AS PRIMEIRAS REMADAS DA BIBI

Kátia Munduruku

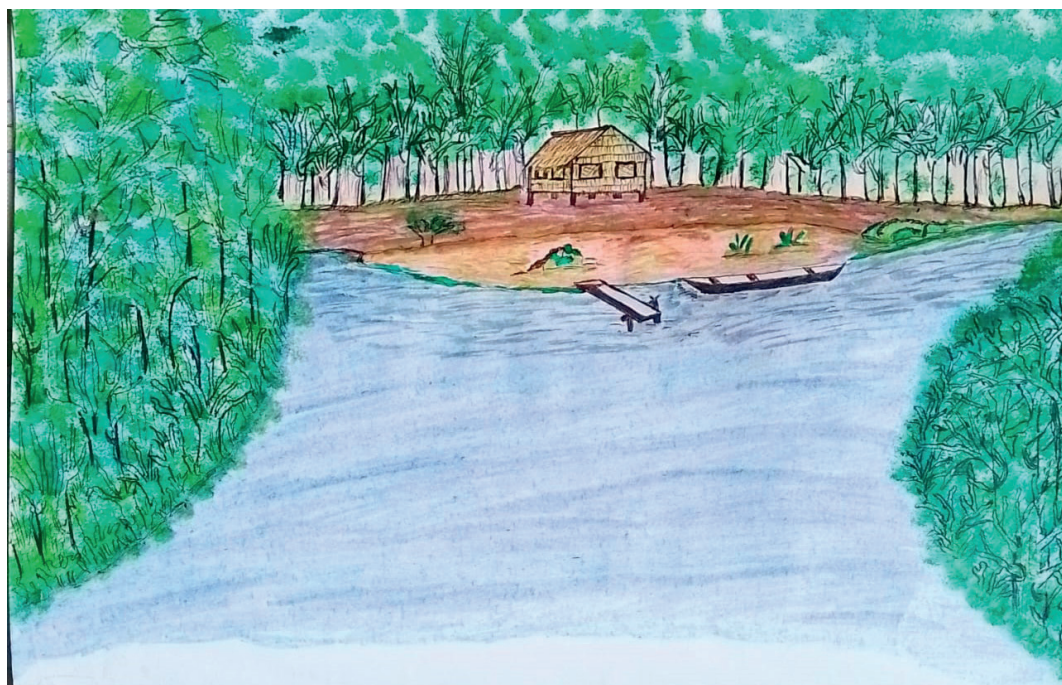


Ilustração: Nelinho Coutinho, 2024

Me chamo Kátia Barbosa Coutinho, tenho 46 anos, sou da etnia Munduruku, moro em aldeia Kwatá, Terra Indígena Kwatá-Laranjal, rio Canumã, município de Borba, Amazonas. Nasci em 29 de janeiro de 1978. Sou filha do Sr. João Cardoso e Dona Luzanira dos Santos Barbosa.

Tenho cinco irmãs e três irmãos. Sou casada há 25 anos, com o Sr. Valcimar Coutinho Pacheco, da etnia Munduruku, também. Tenho um filho que se chama Lucas Barbosa Coutinho, ele é filho único, e dois netinhos: João Emanuel Araújo Coutinho e Antonio Bénjamin Araújo Coutinho.

Durante a minha vida, dei várias remadas, cada uma mais fascinante do que a outra, cheias de aventuras e desafios pela minha terra, para manter a minha sobrevivência, de minha família e de meu povo.

Agora lhes convido a conhecer algumas delas, comigo.

– Vamos lá!

Eu sou filha de um Munduruku com uma não indígena. Meu pai trabalhava como cozinheiro em um barco pesqueiro quando conheceu a minha mãe. Então, os dois se namoraram e casaram-se. Na etnia Munduruku, não é permitido casamento de indígena com não indígena e naquela época, meu avô, Nunito Cardoso, assim chamado, era o tuxaua geral da região e não permitia esse tipo de união entre o povo. Por esta razão, eles foram morar em aldeia Parawa, a terceira do rio Canumã, e por lá, eu nasci. O tempo foi passando, meu avô foi envelhecendo, perdendo mais a sua força (guerridade), meu pai resolveu voltar para a aldeia Kwatá, ficar perto de sua família. Nesse tempo, éramos cinco irmãos: Moacir, o mais velho, Mario Cesar, o segundo, depois a Regina, Edimar, o quarto, e claro, eu.

Quando chegamos em Kwatá, construímos a nossa casa próximo ao centro da aldeia, perto de uma mangueira, tão linda, coberta e cercada de palha branca, com assoalho de tábua e paxiúba, uma espécie de palmeira muito conhecida na região. Porém, não ficamos ali por muito tempo. Um acidente trágico, marcou a minha vida e de minha família. Na época, usávamos lamparina. Quando deu 18h, como de costume, minha irmã mais velha foi acendê-la e jogou o palito de fósforo perto da parede, e acabou pegando na palha..., a nossa casa pegou fogo, perdemos praticamente tudo. Até hoje, lembro do travesseiro de cor verde que minha mãe havia feito, ela era costureira. Então, fomos morar em um local afastado do centro da aldeia. Naquele lugar, tinha muitas plantas: cafezal, cupu, bacabeiras, mangueiras, ingazeiras, muitas seringueiras, pois já haviam morado outras famílias, anteriormente. Ali eu cresci, junto de minha família, ouvindo o conselho dos meus pais, dos meus avós, dos meus tios, dos meus irmãos mais velhos. Cresci respeitando cada uma pessoa da minha aldeia e de outros lugares, também. Minha mãe falava que cada um ancião que tinha naquele lugar, era meu avô, avó, tínhamos que respeitá-los e tomar bênção, e até hoje, com os meus 4.6 anos, os tratos, assim. Essa foi a minha primeira educação, a minha primeira escola, e transmiti esses conhecimentos para o meu filho e agora, para os meus dois netinhos, aos quais os tenho como filhos. Aprendi a respeitar também, a nossa mãe natureza.

Quando vou às cabeceiras dos igarapés, dos olhos d'água, entrar na mata, enfim, tenho que pedir licença, aquele lugar não é meu, é da mãe natureza.



Ilustração: Nelinho Coutinho, 2024

Ajudava muito meus pais na roça, arrancando mandioca, capinando, plantando e participando dos trabalhos comunitários. Assim fui crescendo, internalizando todos os valores indígenas que foi transmitido pelos meus ancestrais.

Eu gostava muito de capinar roça, só tinha um problema: eu morria de medo de lagarta, e na roça, dá bastante, elas gostam de ficar grudadas na árvore da maniva, comendo as folhinhas verdinhas. Quando eu enxergava uma, saía correndo, me batendo toda, deixava terçado, enxada, ficavam todos na roça, jogados. Depois, não queria que nada tocasse em mim, pensava que tudo era o bicho verde, todo mole. Não tenho medo das lagartas pequenas, só daquelas de tamanho médio para a frente, e dessas gostam de dar nas manivas.

A vida de interior é muito boa, porém, tem seus lados difíceis, muitos obstáculos.

Meu pai gostava muito de fazer farinha, era mestre em farinhada. Quando ia torrará-la, acordava 02h da madrugada, chamava meu irmão, o nome dele é Edmar, nessa hora, eu acordava também, para ir ajudá-lo. Ele não me lavava, porque eu era muito pequena, ainda, mesmo assim, me levantava da minha rede, ainda com

sono, bocejando, ia com eles torrar farinha. Eu gostava muito de ajudar meu pai, me dava um aperto no coração, só de pensar em vê-lo trabalhando sozinho.

A casa do forno, assim denominada, até hoje, ficava longe de casa. Tínhamos que andar por um caminho, as vezes com lanterna para iluminar, outras com a lamparina acesa, posta em cima da cabeça. A madrugada era escura, fria e perigosa, pois podíamos encontrar animais peçonhentos pelo caminho, como cobras, aranhas, escorpiões. Porém, graças a Karosakaibu, nunca aconteceu nenhum acidente conosco. Eu era a responsável de peneirar a massa que secava no tipiti.

Sempre fui uma criança ativa e curiosa, gostava muito de pescar, nadar, pular n'água, na praia, subir nas árvores, brincar com outras crianças, na aldeia. Então, eu e meu irmão pegávamos os nossos caniços, linhas compridas, terçado, remo, uma cuia com farinha para tomar chibé, quando a fome aparecesse, embarcávamos em nosso casco e íamos pescar nos igarapés das adjacências do Kwatá, os nossos locais de pescaria eram o igarapé do Peixinho e o Tiririca, eram os nossos coiós. Minha mãe não gostava muito que nós saíssemos sozinhos, para longe de casa. Então, ela nos aconselhava bastante, antes de sair:

– Cuidado por aí, meus filhos. Não vão demorar. Não quero ninguém mexendo nas casas das cabas pelo igapó, nem nos ninhos dos passarinhos. Pode ter bicho, cobra, aranha, lacrau, enfim. Ela pedia muito. Nós íamos alegres, brincando, meu irmão, assoviando. Puxávamos muitos peixinhos: pacu, charuto, arari, piranha, esses eram as nossas embiaras.

Outras vezes, íamos apanhar mamão na terra preta, trazíamos o painho cheio, era o nosso café da manhã.

Quando amanhecia o dia, escolhia aqueles bem macio e depois caía de boca nos mamões.

– Huum! Uma delícia.

No porto da minha casa, tinha muitas árvores, até hoje, elas estão lá. Um local maravilhoso par tomar banho, pular n'água. Então, eu e meu irmão pedíamos de nossa mãe para tomar banho. Como a água era e é muito gostosa, deixávamos nos levar pelas suas delícias e ficávamos muitas horas pulando, pulando.

– Nossa! Que água deliciosa.

A minha mãe tinha muito cuidado conosco. Ela temia que algum bicho pudesse nos pegar, como: jacaré, sucuriju, ou ser choqueados por um poraquê. Então, ela começava nos chamar, da testa da ribanceira. Fazia aquilo umas três

vezes. Na conta da quarta vez, ela pegava o cipó. Ou subíamos, ou apanhávamos com cipó ou palmatória, isso, quando o rio estava cheio.

Na época da seca, surgem as praias, a beirada fica bonita, eu, meu irmão e mais dois primos, íamos pular pela beira da praia, brincávamos de carrinho, pira, lutávamos, passávamos horas, brincando, lutando. A minha mãe, como sempre, preocupada conosco, começava nos chamar, da testa da ribanceira:

– Edimaaar! Káaatia! Vocês não vão subir? Vou contar até três.

Ela ficava uma fera, braba conosco, que não a ouvíamos. Quando subíamos, à palmatória comia no centro. Se corrêssemos, era pior, apanhávamos o dobro. Eu apanhei muito, era muito danada. Porém, apreciei bastante a minha infância. Aprendi muitas coisas com minha mãe, tipo: tratar peixe, lavar roupa, louça, fazer comida, limpar casa. Eu era danada, mas gostava de ajudar meus pais, principalmente minha mãe, nas atividades domésticas. Quando chegava a noite, ela chamava todos nós para ficarmos pertinho dela, sentados em círculo. Ali, ela nos ensinava a rezar e contava histórias até nós dormir. Que saudade daquele tempo e daquele lugar.

Nós não tínhamos uma vida financeira muito boa. Então, quando cheguei nos meus 08 anos de idade, comecei a trabalhar em casa de família, na aldeia mesmo, fui ser babá do filho mais velho da minha professora. Eu não recebia salário, ela me pagava com vestimentas, calçados, essas coisas assim. Essa foi a minha primeira experiência.

Desde pequena, queria ser independente financeiramente, não depender dos meus pais para adquirir as minhas coisas, era uma forma de ajudá-los, também. Depois, já com os meus 11 anos de idade, fui ser babá de outra criança, mas também, não recebia salário, só roupas e calçados. Já era uma ajuda e tanto, para mim. Embora, depois, na vida adulta, descobri que aquele tipo de trabalho que eu fazia quando criança e forma de pagamento, era um tipo de escravização infantil.

Enfrentando um banheiro muito grande

No final desse ano, exatamente no mês de dezembro de 1989, quando trabalhava como babá, algo muito ruim aconteceu na minha vida, por pouco não fiquei marcada fisicamente e psicologicamente para sempre. Vou lhes contar, significa que superei e venci esse momento difícil em minha vida.

Todo ano, no mês de dezembro, o povo da minha aldeia festeja o arraial de Menino Deus, padroeiro do lugar onde moro. Naquela época, tinha poucas casas, não tinha rua, como agora. O pessoal estavam todos festejando, concentrados no centro da aldeia, meus pais, também estavam por lá. Então, eu saí do meio do povo e fui para a casa da mulher onde trabalhava, isso já era por volta das 20h mais ou menos, a casa dela não ficava distante do centro da aldeia, fui andando devagarinho, o caminho estava iluminado, de repente, aparece aquele homem na minha frente, já me cercando, puxando assunto. Eu pedi que por favor, saísse da minha frente, que deixasse-me passar, mas ele não atendia aos meus pedidos. Então, falei que gritaria, pedindo socorro. Naquele momento, ele me agarrou pelos braços, eu magrinha, tentando me soltar, não conseguia. Ele, um homem muito forte, me arrastou para fora do caminho. Eu, me puxando, tentando mordê-lo para me salvar, nada. Não tinha como, ele era muito forte e me arrastou para um caminho de porto, meio distante, ali já estava tudo escuro, me jogou no chão, rasgou as minhas roupas e tapou a minha boca com uma de suas mãos, eu taquei o dente, tentando me livrar o tempo todo, fechava as minhas pernas, resistindo o máximo possível, consegui gritar e gritar. De repente, uma luz passou por cima de mim, era o foque de uma lanterna. Alguém ia passando por ali e ouviu os meus gritos, então focou, sabendo que tinha uma pessoa em perigo. Naquele momento, ele me soltou e saiu correndo. Graças a meu bom Deus não aconteceu nada de tão monstruoso comigo. Porém, eu estava com as minhas roupas todas rasgadas, toda ralada de juquiri, meu cabelo todo sujo de lama.

Aquele foque foi se aproximando de mim, eu chorando e chorando. Quando chegou bem perto, vi que era a irmã do dito cujo. Ela me perguntou o que tinha acontecido, e eu contei. Dali, ela segurou pelos meus braços e me levou para os meus pais, minha mãe ficou com o coração na mão ao me ver daquele jeito, toda suja de lama, com a roupa toda rasgada. Meu pai ficou brabo comigo, ainda me bateu, pensando que eu estava dando confiança para alguém, nem se quer esperou eu contar. Depois que falei para eles o que tinha ocorrido comigo, ele foi entender e ficou furioso. Levou o conhecimento ao tuxaua da aldeia, todos tiveram conhecimento da agressão que eu havia sofrido. Naquele momento, o povo se reuniu, pegaram o malfeitor e o colocaram na roda para surrá-lo, iam matá-lo espancado. Então, o expulsaram da aldeia, do nosso território. Ele não era Munduruku.

Depois que a confusão acalmou mais um pouco, eu fiquei pensando:” Meu Deus! O que seria de mim, se aquele homem tivesse feito alguma coisa comigo? Eu era uma criança! Poderia ter morrido ou não? Ou iria crescer com uma infância marcada pela violência sexual.

Um presente de Karoskaybu

Os dias se passaram o arraial acabou, eu passei de série, concluí o ensino fundamental e de presente, recebi um convite que mudaria o rumo da minha vida, iria me ajudar de uma certa forma, esquecer tudo que que houve comigo, na aldeia, porque eu já estava sofrendo *bullying*, também, por algumas pessoas. Como eu era uma menina muito inteligente, esforçada nos meus estudos, a minha professora Arthemizia de Castro, perguntou de mim, se eu gostaria de dar continuidade nos meus estudos na cidade de Manaus. Nossa! Eu vibrei de tanta alegria! Naquela época, se estudava até a quarta série, em Kwatá, e eu queria muito, muito, muito continuar os meus estudos.

Então, ela conversou com os meus pais e eles aceitaram. Quando foi no dia 28 de dezembro de 1989, eu deixei a minha família, o meu povo para continuar os meus estudos em um lugar desconhecido, que eu só ouvia falar.

Iniciei os meus estudos com 8 anos de idade. Na época, só tinha uma escola na aldeia, escola indígena Kwatá. A educação escolar, estava sobre a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio-Funai. Meus pais me matricularam na 1ª série, assim chamada. Não tive muitas dificuldades para aprender a ler e nem a escrever, internalizei muito rápido os símbolos gráficos. A minha professora se chamava Arthemízia Souza de Castro. Ela era não indígena, casada com um Munduruku. Estudei muito, muito mesmo. Minha mãe nos acordava, eu e meu irmão Edimar, 04h da matina, para estudar a tabuada, caso contrário, eu apanhava dos coleguinhas ou da professora na aula de sabatina.

– Nossa! Eu tremia, quando era dia de aula de sabatina. Apanhei algumas vezes, quando era da tabuada de multiplicação e divisão, adição, eu tirava de letra. Eu tinha dó de bater nos meus colegas, mas se não batesse forte, quem pegava era eu.

Na escola, eu estudava Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais e a nossa Língua Munduruku. Era muito legal, até hoje, lembro da minha cartilha.

Quando terminava o bimestre, a professora convidava os pais para a reunião de entrega de notas, era realizado no centro social da aldeia. Então, a professora chamava aluno por aluno, dizendo em voz alta a nota de cada um. As minhas, só eram 10 (dez), 10 (dez). Meus pais ficavam felizes com o resultado dos meus trabalhos escolares.

Nós estudávamos o ano todo, quando chegava no mês de janeiro, meu pai viajava para tirar castanha. Ele tinha colocação de castanhais, no local chamado Pajurá. Quando chegava o tempo da coleta, íamos com a família toda. Levávamos cachorro, galinha, gato. Passávamos o fabrico todo. Aquele lugar, até hoje, é farto, tem muita comida: fruta silvestre, caça, peixe. Comi muita cutia e guariba no leite da castanha. Naquela época, nós não tínhamos motor rabeta, como hoje tem muito, viajávamos à remo. Meu pai arrumava as nossas coisas todas em um bote de alumínio bem grande, tecia um tecido de palha preta por nome japá e fazia a tolda da nossa canoa, para nos proteger do Sol e da chuva. Acordávamos as 03h da madrugada, meu pai se sentava na proa do bote, eu e meu irmão nas laterais, perto da popa, todos com remo, e haja no pátria amada. Minha mãe ia descansando, por enquanto. Depois que amanhecia o dia, ela nos ajudava a remar. Meus dois irmãos mais velhos, que já estavam rapazes, iam nos cascos pequenos. Lá para as 16h chegávamos em Pajurá. Eu remei muito na minha vida, quando criança. Eu gostava e até hoje, gosto. É muito legal.

O tempo que passávamos naquele lugar, era muito divertido, outras famílias ficavam ali, também. Era uma comunidade de castanheiros.

Quando chegava a noite, as pessoas mais velhas se sentavam no terreiro, faziam uma roda, colocavam a garrafa cheia de café bem ao meio e haja a contarem histórias, eu e as outras crianças, ficávamos ouvindo, prestando muita atenção: era história de juma, de curupira, de mapinguari, de Kãoera, de caçador, de cobra grande. Nossa! Era demais! Eu amava aquela vida. Tenho muita saudade daqueles tempos. Muitas lembranças boas. Vivi muitas coisas, ali. Pajurá é um lugar muito bonito e encantador, cheios de mistérios. Mesmos a minha mãe com tanto cuidado em mim, em nós, ainda conseguia encontrar umas brechinhas para fugir com meu irmão, o Dima. Nós íamos pescar por perto de casa, remar pelo igapó, ver os ninhos dos passarinhos. Tudo era muito divertido.

Meu pai nunca levava com ele para o castanhal, para coletar castanha. Ele falava que eu era muito pequena, não aguentaria Sol e nem chuva, tinha que ficar

fazendo companhia para a minha mãe, lendo os livros. Como eu amava ler, levava muitos, para lê-los. Acredito que lia uns seis ou mais livros, no dia, porque eu lia de dia e a noite. Minha mãe ficava orgulhosa, falava para todas as pessoas que apareciam por ali, que a filha dela era mito inteligente, que lia um piqueiro de livros. Eu não gostava quando ela falava daquele jeito sobre mim, para outros, ficava com vergonha. Quando chegava a noite, eu amontoava vários livros e lia-os a luz de lamparina, até chegar o sono. Eu dormia tanto que nem sentia o morcego morder o meu dedo do pé. Quando acordava, só estava o buraco, minando sangue, o maldito já tinha passado por ali, deixando a sua marquinha.

Chegou um tempo que não tinha mais livros para eu ler, todos repetidos. Sempre o padre estava visitando as igrejas católicas da região e nessas visitas, ele levava livros da Igreja para vende-los. Eu já havia escutado a história do Filho Pródigo, e para mim era e continua sendo uma história bíblica, linda. Mas eu só ouvia na Igreja, quando o padre celebrava a missa. Eu era louca por um livro daquele e meu pai não tinha dinheiro para comprá-lo. Quando foi um dia, o padre chegou em Kwatá, veio visitar a aldeia e celebrar a missa. Ele trouxe vários livros, como sempre, e fez uma exposição. Eu, curiosa, fui olhar, vi livro por livro e no meio deles, estava aquele que tanto eu gostava. Meus pais sabiam que eu gostava muito daquele livro. Então, me fizeram uma surpresa. Meu pai comprou aquela obra para me presentear, sem eu saber.

Eu estava brincando com minhas coleguinhas quando ele me chamou:

– Minha filha, tenho um presente para lhe dar!

Nem passava pela minha cabeça que era o livro que eu tanto queria. Quando meu pai me entregou a surpresa, que vi na capa o nome da obra, nossa, vibrei de tanta alegria. Fiquei muito, muito, mais muito feliz. Nossa! Foi o melhor presente que ganhei na minha vida, do meu pai e nunca esqueci, lembro até hoje.

Ficávamos por ali até ao final de março, depois voltávamos para o Kwata. Até porque as aulas já começavam novamente. Todo ano, nós íamos para o Pajurá, tirar castanha. Tinha ano que dava muita castanha, mas em alguns, não. Teve um ano que foi escasso, não deu muito. Então, meu pai e seus parceiros, dono de castanhal, também, resolveram subir o rio Mapiá, na esperança de encontrar castanhas por ali, pelas redondezas, e nada. Quando foi um dia, nós e outras famílias fomos até ao Céu, um lugar que fica para o centro da mata, muito longe. Fomos atrás de castanha, todos a remo, remando contra a conrreteza. Quando

chegamos naquele lugar, eu não consegui dormir sozinha, na minha rede, parecia que tinha alguém me olhando. Comecei a aperrear o meu pai, chamando-o:

– Papai! Papai! Papai!

Ele me respondia:

– Vai dormir, minha filha. O que você quer?

Fui dormir depois que me deitei com ele, na rede dele. Nas outras noites, o medo já tinha passado, então eu já dormi sozinha na minha rede, tranquila.

Não ficamos muito dias naquele lugar, não tinha nada de castanha, então retornamos para nossas casas, a remo.

Todo ano nós íamos para o Pajurá tirar castanha. Depois voltávamos para o Kwatá, pois tínhamos que estudar.

Estudei até a antiga quarta série na escola indígena Kwatá. Em dezembro de 1989 continuei os estudos na cidade de Manaus, capital do Amazonas - Brasil.

Quando cheguei em Manaus, fui primeiro para a casa de conhecidos, cunhada de Dona Arthemizia. Ela morava no bairro do Coroado. Ali fiquei uns dias. Por enquanto, estava tudo bem, mas depois que ela foi me deixar na casa da outra cunhada, eu fiquei muito triste, porque não conhecia ninguém. Lembrava muito da minha família, chorava, mas as minhas aulas já tinham começado. Então fui conhecendo vários colegas, me enturmando e adeus tristeza.

Quando me matricularam no colégio, eu tive que repetir a 4ª série, pois a diretora achava que eu não tinha condições de fazer a 5ª série, pela minha idade e pelo fato de ser indígena e interiorana, só pode, porque não existia outra explicação, causa ou razão.

Eu estudava pela manhã, aula normal e a tarde, fazia curso de pintura em tecido e cuidava das plantas, em um colégio próximo. O nome do primeiro colégio que estudei, era Diana Pinheiro. Ali conheci muitas pessoas. Todos gostavam de mim e me respeitavam muito. Não sofri nenhum tipo de preconceito por ser indígena. Estudei, estudei, só tirava notas boas e passei de série. Fiquei muito feliz. Não fazia outra coisa, a não ser estudar. Amizades, nem em pensamento. Saía para passear só na companhia da cunhada da Dona Teca, ou da irmã dela. Eles eram umas pessoas muito legais. Não demorou muito para me familiarizar.

Quando chegou as minhas férias, em janeiro, retornei para a minha aldeia, para visitar meus pais e meu povo. Eu já era quase uma moça, me aproximando dos meus 13 anos de idade. Aquela menina magrinha já não existia mais. Meus

pais ficaram muito felizes, com o meu retorno. Trouxe comigo, todos os meus tecidos que havia pintado durante o curso. Dei uns de lembrança par a minha avó, a Dona Ester Caldeira. Ela ficou muito feliz com o presente que havia ganhado de mim. Ela sempre dizia para meus pais que quando eu concluísse os meus estudos, iria ser a escritã dela. Fiquei apenas alguns dias com minha família e meu povo. No início de fevereiro tive que retornar para Manaus, novamente, para continuar os meus estudos. Agora, eu já era uma moça completa.

Durante alguns anos, a minha vida foi assim: estudar na cidade, trabalhar e voltar no início do outro ano para minha terra, ficar com minha família e meu povo. Ali, junto deles, eu os ajudava na roça, capinando, arrancando mandioca, fazendo farinha, beiju, pescando, aprendendo a tratar peixe, caça e ajudar nos trabalhos comunitários. Não tive mais oportunidade de acompanhar meus pais quando iam para o Pajurá, tirar castanha. Só me restavam as boas lembranças daquele tempo, de minha infância.

A canoa sem a quilha

Quando cheguei aos meus 18 anos de idade, eu estudava e trabalhava como vendedora em uma loja de confecções de um Turco, no centro da cidade de Manaus. Nessa época, eu engravidei do meu filho, o único que Deus me deu. Nossa! Ser mãe naquele momento para mim, era a gota d'água, o fim da trilha. Fazer o quê? Eu tinha que ser corajosa. Enfrentar a família que eu morava, eles me tinham como uma filha. Tudo que menos queriam, era ver eu grávida. Mas Karosakaybu teve compaixão de mim, tive muito apoio dos meus colegas, da família que morava. Foi uma época difícil? Sim. Com certeza. Depois que o meu filho nasceu, eu tive que fazer uma escolha. Afinal de contas, a nossa vida é feita de escolhas. Não tinha como conciliar estudo, trabalho e cuidar do meu filhote. Então, tive que abandonar os meus estudos, até ele chegar aos seus 2 aninhos de idade.

Durante esse tempo, também não fui visitar os meus pais, na aldeia, era difícil viajar com o meu filho ainda pequeno. Deixei-o crescer, primeiro. Apesar, de ter abandonado os meus estudos, por um tempo, foi uma época muito boa na minha vida. Curti bastante o meu filho, fui mãe e pai para ele. Até que ser mãe solteira não é ruim. Essa fase de minha vida, amadureci psicologicamente e

espiritualmente, bastante. Depois deixei o trabalho na loja, eu precisava conciliar o trabalho e cuidar do meu filho. Então, Karosakaybu mais uma vez foi bom comigo. Encontrei um trabalho onde eu pudesse cuidar do meu filho, também. Fui cuidar de uma Senhora de 75 anos. Ela era diabética, tinha depressão, não falava e nem andava, então, eu cuidava de duas crianças: de meu filho e de Dona Maria. Ela era um amor de pessoa. Ali, naquela família, também, nós encontramos um lar, segurança, amor, respeito. Eu e Dona Maria havíamos construído uma relação de mãe e filha. Eles tinham meu filho como um neto. O Lucas cresceu, com muita saúde e Dona Maria voltou a falar, a andar, deu adeus a depressão. Nesse meio tempo, já tinha meus 2.0 de idade, ainda tentei voltar para a escola, mas não deu certo, eu ficava muito cansada, durante o dia, era puxado para mim.

Passaram-se mais alguns meses. Eu lembrava muito de minha família. A saudade gritava dentro mim. Então, falei para mim mesmo:

– Kátia, está na hora de você ver seus pais, seu povo. O Lucas precisa conhecer a família dele. Chamei meus patrões, a Dona Maria, e os comuniquei que iria visitar os meus pais. Eles me deram 15 dias, por causa dela. Quando eu a comuniquei da minha viagem, ela olhou para mim e disse:

– Minha filha, quando você sair dessa casa, eu vou morrer.

Nossa! Aquilo me deu uma tristeza tão grande, no meu coração. Então, tentei acalmá-la, dizendo:

– Não fale isso, Dona Maria. A Senhora vai ficar bem! Prometo, que volto logo. São apenas 15 dias.

Quando foi no dia 24 do mês de junho de 1998, eu e meu filhote retornamos à minha aldeia de origem. Uma alegria tão grande tomou conta do meu coração. Estava com muita saudade da minha família. Ver as praias, os rios, tocar os meus pés na água canumaense, comer aquele peixe fresquinho, era tudo que eu queria.

O chamado da mãe natureza

Viajar de barco, por muitas horas, com uma criança pequena, de 02 aninhos, é meio difícil, mesmo assim, busquei forças com meu Karosakaybu e cheguei ao meu destino, a minha terra querida.

Cheguei na casa de meus pais no dia 26 de junho por volta das meia-noite. Eles não esperavam pelo meu retorno, nem se quer imaginavam que era a filha

deles que havia retornado, descobriram quando os chamei. Eles estavam dormindo. Minha mãe não se conteve de tanta alegria, quando me viu. Me abraçou e chorou muito. Ela pensava que eu tinha esquecido deles. Depois meu pai foi me contar o que pensaram quando ouviram o barulho do motor, chegando aquelas horas da noite e parando no porto deles. Quando ele ouviu o barulho do barco chegando, ele falou para si mesmo: “Mais isso é um barco! Chegando por aqui a essa hora? Quem será? E está parando aqui, no porto de casa”. Então, ele chamou a minha mãe:

– Velha! Velha! Acorda! Tem um barco parando no porto de casa. Quem será?

Meu pai se levantou da rede e acendeu a lamparina. Ficou prestando atenção no barulho e, disse para minha mãe:

– É alguém que chegou! Veio nesse barco. Vamos dormir, velha.

De repente, ouviram aquela voz chamando:

– Mamãe! Mamãe!

Meu pai falou para ela:

– É a voz da Kátia, velha. Será que foi ela que chegou?

Minha mãe, nervosa, pensou:

– Será?

Então, meu pai saiu para ver se era a filha dele, mesmo.

Quando me viu, ficou muito feliz. Há quanto tempo estavam me esperando. Eu pedi a sua bênção, ele me abençoou, me abraçou e ficou muito feliz com a chegada do novo netinho, meu único filho.

Depois, todo mundo acordou. Eu abracei todo mundo. Foi aquele barulho, deixando os vizinhos curiosos. Amanhecemos, praticamente, conversando. O mais engraçado, nisso tudo, é que meu filhote não sabia andar na paxiúba. O assoalho da casa de meus pais, metade era de paxiúba e tábua.

Quantos dias, quantas noites, minha mãe chorou, em suas orações, pedindo a Karosakaybu para eu retornar. A partir daquele dia, foi só alegria. Fui a roça, arrancar mandioca para fazer farinha, beiju, fui pescar. Nessa época, meus pais já moravam em aldeia Fronteira. Ela fica do outro lado do rio, quase em frente ao kwatá. Passados alguns dias, fui visitar minha avó, Ester Caldeira, tios e amigos, em Kwatá e naqueles dias estava acontecendo um arraial, na aldeia.

Nessa visita, encontrei uma pessoa que nem sequer passava pela minha cabeça, muito menos, daquele jeito, separado, o homem que seria o meu futuro esposo, o jovem Valcimar Coutinho Pacheco. Eu era apaixonada por ele desde

criança. Só tinha olhos para aquele Munduruku. Mas ele não sabia, até mesmo quando eu fiquei moça. Tinha medo de declarar o meu amor a ele. Poderia pensar que eu era uma oferecida e, eu passar vergonha. Então, o destino mais uma vez foi cruel comigo. A minha chance de viver aquele grande amor com meu grande e único amor, daquele lugar e região, havia se acabado quando ele se casou com minha prima. Eu fiquei, é claro, revoltada! Quem não fica? E quando o reencontro separado, sem mulher, não desperdicei a chance. Era a minha vez, agora. Se ela não soube prender o bofe, eu sei e, como sei. Ele já estava há um ano separado da primeira esposa. Eu, solteirona, bonita, com tudo em cima, pensei:

– Essa é a minha chance. Não irei desperdiçá-la. Vou casar-me com esse homem. Ele tinha 24 anos de idade e eu 20 anos, eu era tão nova! Então, conversa vai e conversa vem, começamos a namorar.



Quando foi no dia 05 do mês de julho de 1998, O Valcimar me pediu em casamento a meus pais. Eles aceitaram e ficaram muito felizes. Meu pai ficou um pouquinho triste, porque ele iria levar a melhor cozinheira dele. Ele gostava muito das minhas comidas. Depois de um ano de convivência, nos casamos no dia 24 de dezembro de 1999, na aldeia Kwatá, no Posto Indígena da Funai. Esse foi o nosso primeiro casório, civil administrativo. Quando foi em julho de 2021, no pós-pandemia do COVID, realizamos a nossa segunda

união, civil efeito religioso, na cidade de Nova Olinda do Norte, ou seja, me casei três vezes. Estamos mais do que amarrados. E com as bênçãos de Karosakaybu, estamos vivendo até hoje, com 25 anos de casados.

Meu filho cresceu, ficou um belo rapaz e nos deu as alegrias de nossas vidas, nosso segundo e terceiro filho, os quais não tivemos juntos: João Emanuel e Antônio Benjamin. Meu esposo, já era professor, quando nos casamos, trabalhava com multisseriado, de 1ª a 4ª série. Então somei forças com ele, apoiando-o em seu trabalho, com as crianças, da época. Não retornei à Manaus, nem para morar e nem para trabalhar. Mantinha comunicação com a família de Dona Maria, através de um orelhão que já tinha em Kwatá. Com um ano depois, ela faleceu,

como havia dito, antes de eu deixá-la, sem me despedir. Restando apenas as boas lembranças do tempo em que vivemos juntas

Quando o Valcimar se ausentava, do trabalho escolar, por alguma razão, eu o substituí na escola, até que me tornei a suplente do meu esposo. Participava de uma reunião aqui, outra ali, na aldeia, fui me enturmando devagar no movimento.

Naquela época, já se discutia a educação escolar indígena diferenciada e, em breve iria acontecer o curso de formação para professores indígenas, como eu era a suplente do meu esposo, tinha a oportunidade de ingressar junto com ele, no curso. Fiquei muito feliz com o novo trajeto que estava projetando para mim. A partir dali uma nova caminhada se iniciava em minha vida, cheias de desafios.

O despertar de um novo amanhã: construindo o meu legado

Quando foi no mês de abril de 1999, foi realizado a primeira etapa do Curso de Formação de Professores Indígenas Munduruku, Sateré e Mura, em aldeia Kwatá, município de Borba- Am, do Projeto Pirayawara, ofertado pela Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino, do Estado do Amazonas – SEDUC. Tive a chance de dar continuidade aos meus estudos e concluir o Ensino Médio/ Magistério Indígena.

O curso era por etapas intensivas, passávamos dois meses estudando. Uma etapa era em minha aldeia, a outra, em aldeia Laranjal, ambas são polos. Estudamos muito nessa época, mas fiquei muito



feliz com a nova escolha que tinha feito e continuei dando apoio ao trabalho do meu esposo, como professora suplente. Nessa mesma época, entrei, também no movimento Indígena e estou até hoje. Participei de muitas e muitas reuniões,

encontros, Assembleias, Conferências, voltadas para a saúde, educação, territorialidade, movimento das mulheres indígenas Munduruku e Sateré-mawé, as quais me fortaleceram intelectualmente como cidadã, como educadora e como ativista Munduruku.

Junto com outros colegas professores, caciques e aldeados conseguimos a implantação do Ensino Fundamental 2, de 5ª a 8ª série, assim chamado, na época em aldeia Kwatá, pois os pais não queriam mais mandar os seus filhos para a cidade, estudar. Foi uma vitória, uma conquista muito importante para nós, povo Munduruku da T.I. Kwatá-Laranjal, município de Borba/Am. Logo, logo iríamos ter uma escola estadual indígena funcionando, em nossa aldeia.

Então, nós nos mobilizamos, nos reunimos em Assembleia e realizamos dois seminários para discutir, debater como queríamos o novo ensino de educação escolar, em nossa aldeia, em nossa terra, ou seja, o ensino de educação escolar indígena construído por nós, Munduruku.



Quando foi no início de 2005, saiu o Edital da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas - SEDUC, garantindo vagas para professores indígenas concorrerem ao Processo Seletivo Indígena para atuarem como professor em escolas indígenas. Como meu nome já tinha sido indicado pelo povo para trabalhar como professora de 5ª a 8ª série, me inscrevi e fui classificada para ser umas das primeiras professoras do novo ensino, em minha aldeia kwatá. Fiquei muito feliz. Pois era resultado de muita luta, nossa. Então, no mês de maio de 2005, iniciei a minha carreira como professora de alunos de 5ª série do Ensino Fundamental 2, na Escola Estadual Indígena Ester Caldeira Cardoso, localizada em aldeia Kwatá, rio Canumã, na época, ela funcionou como uma sala de aula, anexo do Colégio Estadual Conego Bento José de Souza, localizado em sede de Borba – Am, Brasil.

Nesses anos, a luta pela implantação da educação escolar indígena diferenciada em nossas aldeias, foram intensas. A luta pela Licenciatura Intercultural e Específica dos professores, Munduruku, Sateré-mawé e mura, também foi árdua. Mas graças ao nosso karosakaybu, um dos nossos sonhos foi alcançado. Conseguimos o Ensino Superior para nós com o apoio de duas pessoas muito importante em nossa luta: Professora, Doutora Romy Guimarães Cabral e o Professor Amarido dos Santos Maciel. Primeiro, aconteceu os Fóruns em aldeia Kwatá, Laranjal e, depois na UFAM, para organizar o construir o currículo da Licenciatura. Eu acompanhei passo a passo, pois já tinha sido indicada para ser uma das representantes de turma, do curso.

Em fevereiro de 2011, iniciamos a nossa Graduação em Licenciatura Específica Intercultural, ofertada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Quando comecei a minha graduação, já trabalhava como professora. A primeira etapa do nossa Licenciatura, foi na cidade de Borba. Eu, meu esposo e os demais colegas, deixávamos as nossas casas, famílias, trabalhos para fazer a faculdade em Borba. Passávamos dois meses no ano, estudando. Depois, retornávamos à aldeia para trabalhar. Durante 2 anos a nossa vida foi assim. Depois, foi mais difícil, porque tivemos que estudar em Manaus, capital do Amazonas. A Universidade Federal do Amazonas tem uma Fazenda Experimental-Faexp, que fica no Km 38 da BR 174, Manaus/Boa Vista. Ali, tem um Centro de Estudo para alunos não indígenas e outro para alunos indígenas. É muito distante de nossas aldeias.

Então, eu, meu esposo e colegas, saíamos de nossas aldeias de barco até um lugar conhecido como Fontenelle, que dá acesso à cidade de Nova Olinda do Norte. Ali, pegávamos carro, uns 5 ou 10 minutos para chegar em Nova Olinda do Norte. Dali, pegávamos barco, para chegar até Manaus, às vezes, íamos que nem sardinha em lata, todos espremidos, um por cima do outro, não tinha nem onde atar as redes, mas chegávamos. No porto de Manaus, o ônibus da UFAM, já estava nos aguardando, pronto para nos levar para o Centro de Estudo dos Indígenas.

A primeira vez que fomos, todos nós choramos, praticamente, lembrávamos muito de nossas famílias, filhos, pais, foram umas três semanas de tristeza. Quanto a mim, quando o ônibus chegou a uma certa parte da estrada e vi que ela não acabava mais, de tão longe, meu deu uma tristeza desesperadora no meu coração que foi tomando conta de mim. Queria voltar para minha casa naquele mesmo

instante, mas busquei forças em Karosakaybu e, me tornei uma psicóloga de mim mesmo, aquele desespero foi saindo do meu coração. Eu tinha que ser forte, os meus colegas precisavam da minha ajuda. Semanas depois, fomos conhecendo o lugar, a tristeza foi embora. Ali, é um lugar muito bonito, tem muita planta, frutas, de todo tipo, criação de animais, aves, peixes, animais silvestres, como guariba, cutia, porco do mato, macacos de vários tipos, éramos cercados pela mãe natureza. Eu enlouquecia com os peixes. Tinha tambaqui, jaraqui, matrinxã, pirarucu, piaba, tilápia. Mas sentia muita falta de um rio ou igarapé para tomar banho, cair n'água, mergulhar. Quando chegava os finais de semana, sábado, pela tarde, íamos passear em Manaus, comprar alguma coisa, ir ao shopping, eu sou mulher-shopping e, retornávamos para a Faexp, ao domingo, pela tardinha. Ali, tinha horário para sair e entrar. Tínhamos que obedecer às regras do lugar.

Durante 4 anos, (2013-2016), eu, meu esposo e demais colegas, passamos a nossa vida dessa forma, viajando para a Faexp, Km 38 da BR 174 para fazer o ensino superior e retornando à aldeia para trabalhar nas escolas e, numa dessas viagens, roubaram o meu porta notebook com tudo dentro: notebook, caderno, apostila, Bíblia, enfim. Eu fiquei tão triste, revoltada. Procurei tanto, mas já era, não os encontrei. Não fazia questão do aparelho, mas dos meus arquivos, documentos, aulas que estavam na memória do computador, do meu caderno que tinha todas as minhas anotações. Quando eu estudo, registro até a fala do professor. Apostila, Bíblia, eu ganharia, outro no lugar, como ganhei, de fato. Então, mais uma vez o destino foi bom comigo. Ganhamos as nossas bolsas e aproveitei para comprar outro notebook e um data show. “Olha que legal!”

Nós éramos uma turma de 40 professores discente, com mais 8 parentes professores Munduruku do Tapajó, município de Jacareacanga, Pará. Tínhamos como objetivo resgatar a Língua Munduruku. Por isso, eles fizeram a faculdade conosco. Nas primeiras etapas, estudávamos conhecimentos gerais, depois, nos dividimos em três turmas, por área de conhecimento: Letras e Artes, a minha, Exatas e Biológicas e Ciências Sociais e Humanas, a do meu esposo. Quando tínhamos trabalho para apresentar ou participar de seminários no Campus da UFAM ou em outras Instituições Educacionais, acordávamos as 03h da madrugada, porque era muito longe da fazenda para o Campus da universidade. Passávamos o dia inteiro estudando, o nosso intervalo era só na hora do almoço. O nosso retorno, era a partir das 17h ou 16h. Chegávamos lá para a meia-noite, mais do

que cansados, com sono. A vezes, os seminários duravam 03 dias, a pisada era boa. Mas em compensação, concluímos o Ensino Superior, que é o sonho de muitos, assim como era o meu.

Hoje, estou com 19 anos de trabalho como professora Munduruku, Licenciada em Letras e Artes pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Ministro aula de Língua Portuguesa, Arte, Língua Munduruku. Já fui professora do Ensino Mediado por Tecnologia e Educação de Jovens e Adultos-EJA, também. Porém, não parei por aqui, ainda. Estou lutando para fazer a Especialização e Mestrado e, se Deus permitir, o Doutorado. Porque para nós, professores que moramos em aldeia, longe da cidade, se torna muito difícil ter acesso aos estudos, ou seja, fazer a nossa pós-graduação.

Estou muito feliz em estar lutando e contribuindo com a melhoria da educação escolar indígena do meu povo. Estou somando forças com outros professores, companheiros de luta por mais uma nova graduação em Licenciatura Específica Intercultural para novos professores Munduruku.



A minha participação nas Assembleias, Conferências, encontros pedagógicos, Colóquios, reuniões comunitárias interna e externa, se intensificou, ainda mais. Já fui membro do Conselho Fiscal da nossa organização indígena, União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré-Mawé, Presidente da Associação de Pais e Mestre da escola na qual trabalho, fui a primeira mesária da eleição contra o uso de armas no Brasil, da primeira urna a funcionar em minha aldeia kwatá.

Atualmente, sou secretária da Associação dos Profissionais de Educação Escolar Indígena Munduruku e Sateré-Mawé, município de Borba/Am, Líder da Pastoral da criança, desde 2010, Vice-Presidente do Instituto de Pesquisa em Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazonia-IPEASA, localizado no município de Itaituba/PA, Ativista do Movimento Indígena e professora de

Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais. Ministro aula para alunos de 9º ano e Ensino Médio.

Já fiz vários cursos para aprimorar mais os meus conhecimentos. Antes de ser professora, fiz curso de Primeiros Socorros, Doenças Sexualmente Transmissíveis. Depois de ser professora, fiz curso de Viveiros de Mudas, Compostagem, informática Básica,



Líder da Pastoral da Criança, Formação Continuada, Trilhas do Saber e Literatura Indígena. Pretendo ser uma escritora de Literatura Munduruku, do meu povo. Já escrevi um conto, cujo título é: “Os Irmãos Igarapés,” duas crônicas: “A Caçada Inesperada no Castanhal da Vovó Antônia e A Pescaria no Igarapé Açu,” e um poema: “O Caçador Munduruku.”

Atualmente, estou fazendo o curso de Língua Munduruku, parceria Funai/ Brasília, Gestão, Associativismo e Cooperativismo do Projeto Raízes da Terra, desenvolvido pela Associação Nacional de Ação Indigenista-ANAÍ e do projeto Multiplicadores para o Fortalecimento das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas, apoio Fundo CASA e parceria com o Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas-FOREEIA.

Durante todos esses anos da minha vida, tive muito apoio de meus pais, meu esposo, meu filho, amigos (as), professores (as) e meu povo em minha caminhada como professora e ativista do Movimento Indígena. Fiz várias viagens para Manaus para participar de Conferências voltadas para a Educação Escolar Indígena e Saúde Indígena. Nunca tinha participado de nenhum evento educacional em outro estado ou país. Porém, nem tudo nessa nossa vida é um mar de rosas. Sempre o destino nos prega uma surpresa e essa veio a cavalo, me deixando totalmente sem chão. Em 31 de dezembro de 2020, o Covid levou um lado meu, tirou a vida de meu querido pai, me tirando totalmente a vontade

de viver. Eu era o porto seguro dele e ele foi tirado de mim de uma forma tão cruel, sem ter o direito de tê-lo perto de mim nos últimos fôlegos de vida. Mas busquei forças em karosakaybu, em meus ancestrais, amigos e hoje estou quase 100% espiritualmente recuperada. Ainda lembro muito dele. E Continuo a buscar forças a minha Mãe Terra para que cada dia ela nos deixe ver e viver nesse paraíso, que é a nossa Terra Indígena Kwatá-Laranjal.

Quando foi em 2022, eu fui convidada a participar de um evento internacional, na França, na cidade de Issenheim, voltado para os povos originários do Brasil e da Floresta Amazônica, do III Colóquio Internacional do IPEASA. Nossa! Se quer passava pela minha cabeça de sair um dia do meu país, muito menos para tão longe. Ainda, nenhum indígena havia participado desse evento fora de nosso país, eu e mais outras parentas, seríamos as pioneiras. Veja quanta responsabilidade surgindo em minha vida profissional. Não deixei o medo, o nervosismo tomar conta de meus pensamentos. Comecei pensar positivo.

Dividi a notícia com meu esposo, meu filho, com duas professoras que me ajudam bastante em meu trabalho, como professora. Eles me deram muito apoio. Depois que tudo se confirmou, reuni os anciãos da minha aldeia e os comuniquei, primeiro. Eles, também me deram muito apoio. Então, reuni meu povo e os informei da tamanha responsabilidade que havia surgido em minha vida, representar meu povo Munduruku e demais etnias indígenas brasileiras em um evento internacional. Não medi esforços. Comecei a me preparar. Foram intensas reuniões *on line* para organizar todo meu trabalho, que iria apresentar: banners mostrando elementos da minha cultura, educação, gravações de documentários, confecções de artesanatos, cerâmicas, enfim. Mas graças a Karosakaybu, consegui organizar todo o meu trabalho. No dia 19 de junho de 2022, viajei para a França, só eu e Deus, a colega que iria me acompanhar havia desistido. Mas deu tudo certo.

A viagem foi maravilhosa. Foi uma experiência gigantesca em minha vida. Depois, no final do mês de novembro, pegando início de dezembro, viajei para Brasília, responsável da delegação que iria representar o povo Munduruku da T. I. Kwatá-Laranjal, Borba/Am e mais outras delegações indígenas do Amazonas. Fomos participar do VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena-FNEEL, somando forças com várias delegações indígenas do Brasil, para reivindicar os nossos direitos por educação de qualidade do nosso povo.

Em fevereiro de 2023, fui convidada para participar do primeiro evento do GT das Décadas das Línguas Indígenas Brasileiras, que iria ser realizado no mês de agosto, na cidade de Manaus, capital do Amazonas e, logo em seguida, mês de setembro, fui participar do IV Colóquio Internacional do IPEASA, realizado em Belém-PA. Foi outro avanço muito importante na minha vida profissional. Mais uma vez, tive a oportunidade de mostrar um pouco da ciência e cosmologia do meu povo. Fiz uma palestra sobre a medicina tradicional do povo Mnduruku, na Universidade Federal do Pará-UFPA e, também adquiri muitos conhecimentos de outros palestrantes.



Muitas coisas boas aconteceram na minha vida e todas me ajudaram a crescer intelectualmente e profissionalmente. Hoje, sou uma mulher guerreira, determinada e me sinto ainda mais capaz para exercer outras funções que irão trazer melhorias significativas para o meu povo, a ajudá-lo a lutar pelos nossos direitos, principalmente pela defesa de nossa mãe natureza, dando continuidade e significado nas lutas conquistadas pelos nossos ancestrais e seus legados deixados por séculos e séculos de nossas vidas.

Xipat cicã. Sawe! Sawe! Sawe!

Kwatá/2024

FUXICOS DA MINHA INFÂNCIA: AS MARIAS DA MINHA VIDA – PARTE I.

Liz Carmem Silva-Pereira

Fuxicando

Fuxicar no Nordeste, tem duas concepções: a primeira é fazer fofoca; e a segunda é costurar pequenos círculos franzidos, formando pequenas bolsinhas graciosas, que quando unidas, podem formar, desde um simples porta-copos, até colchas de cama imensas. Com esse entendimento, iniciamos a contação da história da minha vida, em forma de fofoca, mas com a mesma riqueza do artesanato de fuxicos, onde cada pedacinho vai ser unido para formar a grande colcha de fuxicos que é a minha vida, sempre acompanhada por mulheres maravilhosas que me colocaram onde estou hoje.

Para respeitar o direito de proteção da identidade da pessoa, todas os trechos da minha história, onde aparecem as mulheres que me formaram, eu as chamarei de Maria: as Marias da minha vida, mesmo que os seus nomes sejam outros, todas serão assim chamadas de Maria. Quando cada uma delas ler essa história, se encontrará através da identidade com as descrições aqui apresentadas.

Então, vamos fuxicar e fazer fuxicos?

Do ventre de Maria para os braços das cinco Marias

Maria, minha mãe, engravidou e precisou seguir a sua vida, sozinha e trabalhando para garantir o meu futuro. Apenas as quatro irmãs dela, as tias Marias, sabiam da gravidez. Elas providenciaram, cada uma do seu jeito, o meu enxoval. As duas Marias, minhas tias, ainda moravam em casa da minha avó Maria, e por

isso, bordavam, teciam, escondiam e omitiam tudo sobre essa aventura que se iniciara no ventre da minha mãe. Minha vida sempre foi marcada pela cumplicidade das Marias, ao logo da minha trajetória até aqui.

As outras duas tias Marias moravam em Natal, e, cada uma da sua maneira, prepararam a minha chegada. Uma delas, casada, de vida simples, com três filhos pequenos, e prestes a engravidar do quarto filho. Foi na casa dela que minha mãe Maria passou o final da gestação. A outra tia Maria, solteira, sem filhos, e muito trabalhadora, independente, era a confidente da minha mãe Maria. Sabia de tudo e me amava como se filha dela eu fosse.

Chegou o grande dia de nascer, levaram minha mãe foi Maria para a maternidade, onde teve grande dificuldade durante o parto, tendo rompido a bolsa das águas e passados mais de quarenta horas num trabalho de parto improdutivo, onde todos já acreditavam que eu estaria morta, mas ela sabia que não. Para a nossa sorte, no dia vinte e quatro de maio de mil, novecentos e setenta, às dezessete horas, a Maria, médica, preta, inteligente e amorosa, assume o plantão e ao avaliar a situação, conduziu-nos imediatamente para o centro cirúrgico, e eu vim à vida. Gente, eu nasci na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Maternidade Escola Januário Cicco! Eu já nasci na Universidade, onde eu faria toda a minha formação profissional, futuramente (Esse capítulo da história virá em outro livro, certamente. Minha vida é muito intensa e tem coisas demais para contar a vocês!).

Essa Maria, médica, salvou as nossas vidas, mas Mainha estava fraca demais e teve que ficar muitos dias em recuperação e não podia me ver, por que estava com infecção grave na cirurgia. Imagina, você gerar uma filha, quase morrer num trabalho de parto extenso, sair da sala de cirurgia direto para um isolamento por estar com infecção, não poder conhecer a sua filha, e nem amamentar.

Minha tia Maria, solteira, de Natal, foi a primeira da família que me conheceu, mesmo antes de Mainha. Foi no colo dela que eu aprendi o significado de família. A nossa relação nasce de uma forma doce e carinhosa, e assim, segue-se por todo o nosso caminho juntas.

Na maternidade, devido à doença da minha mãe (infecção pós-cirúrgica), ela não podia me amamentar. Eu era amamentada por uma senhora que pariu no mesmo dia que Mainha e tinha muito leite, e dividiu o peito dela comigo e o filho dela. Eu nunca conheci essa Maria que me deu o peito, antes mesmo da minha

mãe, a quem sou eternamente grata pela vida e dedicação dela. Mainha dizia que ela era uma mulher preta, de seios fartos, com um sorriso muito bonito e mãos bem grandes, onde eu era acolhida carinhosamente e alimentada a cada três horas.

Mainha sobreviveu à infecção e pode, enfim, me conhecer. Ela conta que estava com os braços cheios de hematomas de tantas furadas que tinha levado para tomar soro e remédios, e que não tinha forças nenhuma para mover-se, mas que, quando me viu nos braços da enfermeira, ergueu os braços e me abraçou. Foi nosso primeiro encontro após o parto cesariana complicado.

A minha tia, a Maria que tinha os três filhos, veio à maternidade nos visitar. Mainha passou vinte e um dias na maternidade, e ainda nem estava bem recuperada, pediu para sair assim mesmo, porque eu já estava apresentando sinais de adoecimento, depois de tanto tempo no berçário. Numa das visitas com essa Maria, a das três crianças, ela disse que queria ir embora. E logo depois, a kombi do hospital foi nos deixar em casa de minha tia. Na saída da maternidade, Mainha foi com a roupa do hospital, e chegando em casa, trocou de roupa e devolveu a roupa ao motorista da kombi. Assim, saímos da maternidade escola da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Januário Cicco”: a minha mãe, uma trouxa e eu. Esse será o tema do livro que ainda irei escrever sobre a minha vida todinha. Aguardem!

Cheguei na minha primeira casa. A tia Maria, seu esposo e os três primos, que todos chamavam Mainha de madrinha. Logo na chegada, o mais velho veio conversar com Mainha e contar-lhe dos acontecimentos ocorridos enquanto ela estava na maternidade. Ele disse à Mainha: - Madrinha, é verdade que a senhora estava vendo um bode? E Mainha, sorrindo, perguntou-lhe o porquê. Ele lhe respondeu: - É que eu perguntei à minha mãe onde a senhora estava e ela me disse que a senhora estava vendo um bode! (Risos). Ver um bode é uma expressão nordestina que significa aperreio. Aperreio quer dizer: passar perrengues. Enfim, todas essas expressões no Nordeste, remetem-se a passar por dificuldades.

Meu primo, mais velho, um verdadeiro irmão até hoje, Mano, meu mano mais velho. A família de minha tia cresceu e ela teve mais dois filhos, totalizando cinco filhos. Uma mulher de olhos azuis lindíssimos, perseverante, religiosa, a primeira evangélica que conheci na vida. Mulher de muita fé e bondade no coração. A Maria que sempre me colocou junto no seu ninho, como mais uma, dos seus filhos. E assim, éramos seis, sempre que eu estava na casa dela. O único lugar do planeta onde eu tomava sopa e chá, na infância, sem reclamar.

Naquela casa simples, do bairro de Nova Descoberta, eu viro cidadã natalense, no ano de mil novecentos e setenta. Foram dias muito difíceis para a minha mãe. Mas tudo foi superado. Ele recuperou-se bem, e voltou a trabalhar. Mainha era empregada doméstica, na época em que eu nasci. E quando eu estava com menos de seis meses, ela voltou a trabalhar, para nos sustentar. Até então, meus avós sequer sabiam da gravidez de Mainha, e nem tampouco do meu nascimento.

O tempo passou e eu fui crescendo, era um bebê muito fofo!!! (Figura 1).

Figura 1. Minha primeira foto aos seis meses de idade.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Campelo, 1970.

Na época morávamos na casa de um fotógrafo, que se tornou amigo da família, e o meu maior conselheiro durante a minha vida. Ele tinha um carinho muito especial por mim. Mainha fala que ele fez um carrinho de madeira para eu me sentar, quando eu tinha cinco meses. Todas as vezes que ele chegava em casa, trazia um resto de filme na máquina fotográfica e dizia que precisava terminar o filme, e assim ia registrando a minha primeira infância (Figura 2).

Aos um ano e cinco meses de idade, viria a minha primeira mudança. Eu crescia, e já andava e era muito sapeca. Eu mexia em tudo na casa, e as coisas foram ficando difíceis de controlar, na relação de trabalho da minha mãe e a patroa dela. Mainha chegou ao ponto de arrumar uns panos no chão da cozinha,

embaixo da mesa, e amarrar uma fralda de pano na minha cintura e outra fralda da minha cintura para a perna da mesa, para que eu ficasse brincando embaixo da mesa, enquanto ela trabalhava. Ela não tinha dinheiro para comprar um cercadinho para eu ficar dentro, e nem a patroa oferecia tal “luxo” à sua empregada.

Figura 2. Eu, dando os primeiros passos, com um ano e três meses de idade.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Campelo, 1971.

As minhas tias Marias que eram solteiras, e moravam na casa de minha avó, em Ceará-Mirim, receberam uma carta de minha tia Maria solteira, que lhes contou o que estava acontecendo comigo e Mainha, em Natal. De imediato, elas decidiram conversar com a minha avó e lhe contar toda a história. Foi aquela confusão familiar: minha mãe, solteira, do nada, já está com uma filha de mais de um ano nos braços, e precisando de ajuda. Minha avó, bem chateada com a ausência de informações, ainda assim, em conversa com uma das Marias solteiras, a que se tornou minha madrinha querida, decidiram me buscar em Natal, para que eu fosse morar com elas, em Ceará-Mirim, e ter uma vida mais humana, mesmo longe de Mainha.

Chega o grande dia, de minha avó conversar com Mainha. Nem imagino a dor dessas duas mulheres, cada qual na sua posição de mães, filha e avó. As

minhas tias Marias de Ceará-Mirim, comprometeram-se em ajudar a minha avó nos meus cuidados. E como elas fizeram isso com tanto amor.

Mainha me levou para Ceará-Mirim, com a minha tia Maria, solteira de Natal. E lá chegou a mais nova bebê da casa, para mudar as rotinas de todos, ali. Madrinha, tinha dezessete anos e tia Maria, também solteira, tinha dezoito anos. Elas cuidaram de mim como a uma filha amada. Até hoje, são mães de mais uma menina. Se tem uma coisa que eu tive de montão, recebido delas, foi amor, amor e amor.

Minha avó, no auge da menopausa, aos cinquenta e quatro anos, a idade que tenho hoje, com todas as dificuldades da época, analfabeta, do lar, me recebeu em seu lar e assumiu a minha educação, de um modo ímpar. Não consigo imaginar a insegurança dela, naquele momento; mas vejo o grande amor de mãe e avó que havia em seu coração, para tomar tamanha atitude.

A minha mãe vinha me visitar todos os finais de semana. Ela morava a vinte e sete quilômetros de mim. Coloco-me no lugar de minha mãe, neste momento, como mãe, tendo que distanciar-se do seu bebê, ainda amamentando, para que eu pudesse ter uma vida segura e digna, e tornar-me uma adulta feliz.

Essa foi a primeira etapa da minha vida, meus primeiros dois anos, onde muita coisa aconteceu, boas e não muito boas. As mudanças passariam a fazer parte da minha vida, a partir dali. Mas as Marias, as seis Marias da minha vida estavam sempre lá, do meu lado, em todos os momentos. Tenho tanta coisa para contar para vocês! Eu decidi, com essa escrita, deste capítulo, que é um fragmento de menos de apenas dois anos de minha vida, escrever um livro completo, detalhado, com todas as Marias, até os meus cinquenta anos. Isso vem depois! Talvez, eu tenha esquecido algumas coisas, mas são momentos muito intensos da minha vida, que por vezes me enchem de muita emoção.

Hoje, estou com cinquenta e quatro anos, sou casada e sou mãe de dois filhos, o Manoel e a Maria. Manoel, mora com Deus e Maria, aos dezoito anos, mora comigo. Decidi ser professora, e ser a Maria de adolescentes, que por minhas mãos, passam, anualmente, no Instituto Federal do Pará.

Finalizo este capítulo com uma narrativa da minha mãe. Ela me dizia que quando eu nasci, falavam que menina, filha de mãe solteira, na década de setenta, só seria prostituta, porque não tem pai. A minha mãe conduziu a minha jornada, junto com mais cinco mulheres, as minhas seis Marias, para que eu chegasse

aqui, adulta, quase idosa, e dissesse para vocês, que mulheres juntas, conduzem vidas e vencem todas as atrocidades na busca do crescimento humano.

Eu tornei-me doutora em neurociências e biologia celular, servidora pública federal, imortal da Academia Itaitubense de Letras, com minha família equilibrada, mãe, estudiosa, cientista, mulher independente, pessoa pública, e uma Maria para apoiar outras meninas e mulheres que de mim venham a precisar.

É indizível, não existem palavras nas linguagens da humanidade para descrever a minha gratidão a todas estas Marias da minha vida. Em breve eu continuo essa jornada das “Marias da minha vida”, com um livro autoral, para contar o restante da história para vocês. Se quiserem, após a leitura, fazer algum comentário, segue o meu e-mail: profalizpereira@gmail.com.

Não é fim, é: depois tem mais!!! Um cheiro no coração de vocês!!!

A BAILARINA NEGRA

Luciene Tavares da Silva Lima

Eu sou a bailarina que sonhou com o palco;
Alcançou o topo entre tombos e quedas doloridas;
Mas não me permitiram estrear;
Interromperam os meus sonhos no Alto do topo;
Fizeram dos meus olhos lágrimas derramar.

Atormentaram minha mente;
Minhas forças fizeram diminuir;
Estou na beira do Abismo;
Segurando firme para o vento não me fazer cair.

Estacionei!
Giro em círculos procurando a porta por onde possa adentrar;
Tudo confuso a minha volta;
E olho do alto meu lugar!

Chuvas, ventanias.
Dias ensolarados, noite de luar;
Aprecio o som do universo;
Enquanto horas do relógio do tempo, põe-se a passar!

Tudo com mais intensidade;
Tentando um salto para o voo continuar;
Estacionaram em minha frente;
Impedindo o meu caminhar.

Até quando eu não sei...
Sigo tentando me reorganizar;
Segurando firme o galho de uma árvore;
Que a cada Ventania tenta desmoronar!

Eu sou aquela bailarina...
Que quando pequenina era sorridente;
Cresceu forte e Sonhadora;
Por um caminho mais decente!

Lutou por tudo e por todos;
Por um futuro diferente;
Pois sabia que era possível;
Ter uma passagem efervescente!

Não soltarei o galho!
Vou conseguir me erguer!
As minhas mãos machucadas;
Com peso do corpo a tremer.

O vento vai amenizar;
E soprará a favor;
Quando a superfície pisar;
Meus pés fortes e seguros;
Ultrapassarão e seguirá!

Sou a bela bailarina;
E pensastes em quebrar;
Que nasceu para ser estrela;
E quisestes acorrentar;
Dizendo que a minha origem;
No palco não pode estar!

Que o retinto da minha pele;
Me impede de evoluir;
E quando ultrapassei seus pensamentos;
Tu me impediste prosseguir!

Mas aqui estou, de volta!
Livre para continuar;
Quando me fingir de morta;
No topo daquele abismo;
Era para mostrar como uma guerreira;
Pode vencer o inimigo.

E que sirva de lição;
A todos que riram, quando a ventania passava em direção ao abismo;
Quando voltamos, estamos blindadas e fortalecidos;
Onde o medo e o perigo são meras coisas;
E estas para nós já não fazem mais sentido!

Sigo com a leveza na alma;
Com a força dos meus ancestrais;
Sempre com a cabeça erguida;
Lutando por meus ideais.
Por natureza elevada;

Meu cabelo é minha coroa;
Por onde passo, minha voz ecoar;
Trago leveza na alma...
Voa bailarina! Voa!

Treze de maio

Dizem que a escravidão passou;
Dizem que o preconceito acabou.

Será?

Será?

Se sim, então porque somos invisibilizados?
Se sim, me diz por que nossa população negra, é a que mais morre?
Basta! Parem de nos matar!
Querem acabar conosco, mas nosso povo resistirá!

Me trouxeram de lá...
Por aqui eu fiquei;
Minhas origens tranquei;
Mas deixar, não deixei!

Somos Pura resistência!
Na luta na dor ou na crença;
Esse chão é meu lugar!

A luta pela abolição;
Teve toda uma construção;
Porém a real história;
Nunca nos contaram irmão.

O objetivo era apagá-la;
E nos apagar também;
Mas combinamos de não morrer;
A resistência nos mantém!

Enalteceram uma princesa;
Como bondosa, pela assinatura da abolição;
Mas esqueceram das nossas lutas;
Pela causa em ação.

Livres? Que nada!
Que liberdade foi esta?
Não nos deram condição;
De permanência nem de direitos;
No que chamam de Nação!

O trabalho nos foi negado;
A gente não foi valorizado;
No ambiente escolarizado;
Não pudemos ser matriculados!

Então, antes de qualquer coisa;
Conheça a real história;
É preciso aprender e também compreender;
O conhecimento salva;
Valorize esse saber!

Nossos passos vêm de longe;
Nossa luta e resistência;
Faz parte da nossa ancestralidade;
Respeitar a Diversidade!

MULHERES DA VILA

Lucinha Siva

Eu sou Lucinha Silva, de Belém do Pará, moradora do Bairro da Cremação que fica no Distrito DAGUA, porque é um bairro que fica localizado a Bacia da Quintino e tem um canal denominado canal da 14 de março, portanto moro na Vila Luzitana, quando há o inverno amazônico ficamos com a vila cheia e quando há o verão amazônico a vila fica sequinha e aparece a sua pavimentação que data do final da década de 80, quando as casas ainda eram de madeira.

Mulheres da Vila é parte de dois projetos que fiz parte no período da Pandemia. O Primeiro foi o Projeto Do **“Patrimônio ao Fratrimônio. Cartografia das Mulheres na Amazônia”**, que foi coordenado por mim no âmbito do coletivo que faço parte Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia, coletivo criado em 2018 para discussão de políticas culturais na Amazônia. E o segundo projeto foi o de Vídeos-Carta do Projeto **Mulheres Transformam Museus** promovido pelas Universidades de São Paulo, Universidade COMPLUTENSE de Madrid, Universidade de Buenos Aires e com o Sistema Estadual de Museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo. Ambos os projetos propunham escritas sobre autobiografia e Etno-biografia de mulheres que atuam com Memórias, Educação e práticas culturais e colaborativas com comunidades.

O primeiro projeto resultou em um ebook **Mulheres Cartografadas da Amazônia** que contextualiza a biografia de várias mulheres que compõem o Coletivo e pode ser acessado no Instagram @forumdemuseusdaamazonia 2 e o segundo já resultou numa produção audiovisual com mais de 30 vídeos-cartas que envolveram mulheres de diferentes nacionalidades que pode ser acessado na plataforma www.sissemsp.org.br.

No ano de 2024 recebi o convite do Instituto de Pesquisa em Estudos culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia (IPEASA) e resolvi dar continuidade aos meus escritos da Vila Lusitana com uma nova proposta.

Em trânsito

É uma narrativa que objetiva mostrar um recorte de passagens de minha vida, quando poetizo sem rimas, são pensamentos expressos no meu Instagram do futuro, de ontem e de hoje, quando me expesso em prosa, conto uma crônica, parte da minha memória de uma moradora de uma vila que teve vivências com mulheres, algumas encantadas, outras aladas que voam por aí e algumas estão em suas moradas fazendo a vida correr.

Em trânsito

@rainhalucia

Não há cronologias definidas, só palavras e atos.

Não há tempo de explicar, só pensamentos

Não há instantes, de um para dois, outros passam

Não há prosa, só retalhos de um dia

Não há o que se opor, só reticências

Não há linhas, só lembranças

Não há ponto final, a vida é o seu próprio ponteiro.

05/03/2028

Eu cresci na Vila Luzitana no Bairro da Cremação em Belém do Pará. Já sai pra vários lugares do mundo, mas eu sempre retorno para a minha vila. A minha casa de infância era de cor amarela e ocupava a parte frontal da vila que vem pela rua dos Pariquis e entra para a nossa vila que tem o formato de L. Durante a minha adolescência eu conheci várias mulheres interessantes Dona Odete, Dona Julita, Vovó Cega, Dona Crivia, Dona Cici. Essas mulheres cuidavam de todos que moravam na vila Luzitana. Dona Julita, era de Goiás, rezava nas crianças e mulheres grávidas. Eu costumava ter muito quebranto e ela usava o amor crescido e a vassourinha. Fazia sempre o sinal da cruz quando iniciava e terminava a reza. E a dona Odete, a dona Odete, tinha os cabelos pretinhos e encaracolados e costumava usar vestido de chita, todos os mijacões, as rachaduras nas costas e as fraturas da meninada, todo mundo corria com a Dona Odete e ela curava.

A Dona Crivia, uma mulher preta, gorda, usava colares, turbantes, ela me contou as históricas das plantas, protetoras, ela sempre dizia que o Tajá e a

espada de São Jorge, eram plantas da parte frontal das casas e que todo mundo deveria ter por que afastava o mal olhado, os roubos ou qualquer coisa ruim que poderia ser encomendada as casas. A vila antes de ser asfaltada tinha muitos tajás, roseiras e principalmente a Espada de São Jorge.

A mais famosa destas mulheres era a vovó cega, negra, alta e suas vestes, ela sempre usava calças compridas de linho e camisas de mangas compridas, muita gente, políticos e artistas e o pessoal também da igreja católica, os umbandistas visitavam a vovó cega. Para mim ela era a mulher mais importante da vila, a casa dela era de madeira, tinha os santos católicos e os santos da umbanda. Ela carregava sempre consigo um guia no seu pescoço e um terço com pontas largas, sempre entrelaçados em suas mãos. Toda vez que era dia de São Cosme e Damião corríamos para a casa da Vovó Cega para pegar bombons. Eu sempre achava que ela não me via, quando chegava lá para pegar as guloseimas ela já dizia: “*Lá vem a menina da casa Amarela, filha do pé de pato, que é o seu João; lá vem a Menina da Casa Amarela, filha do Pé de Pato, que é o Seu João*”.

Desenho de Lúcia Santana. Vó Cega, Dona Cici, Dona Julita, Dona Odete, 2024



Em trânsito @rainhalucia

A criação nos salva

A tinta nos pinta

A Gracinha nos avisa

Que Natal é todo dia!

24/12/2024

Na Vila Lusitana ainda temos moradoras que vivem até hoje e foram pioneiras nas Artes, na Educação e na Preparação de Comidas Tradicionais. Nos anos 80, Graça Santana, moradora da casa amarela e minha genitora alfabetizou várias crianças e realizou vários desfiles de bonecas e o primeiro teatro de rua com a participação de crianças no palco improvisado na frente da nossa casa. Lembro perfeitamente que o teatro era composto de personagens que representavam flores, como papoulas, rosas, zinhas, girassóis e eu era o Amor Perfeito com a presença de padres, cachorros e um arco-íris todo colorido. Naquele momento já falávamos da importância dos jardins na cidade.

Outro momento de arte colaborativa foi a exposição **Cada Casa é um Círio** feito no final da pandemia. Personagens nas paredes representavam as romeiras, brinquedos de miriti e barcos de papel que ficavam nas calçadas das casas. Toda noite, os que saíam de casa, se reuniam na exposição para lembrar dos momentos festivos da vila.

Dona Marina já passa dos 70 anos e continua levando a santinha de Nazaré para poucas casas que solicitam a presença da imagem. Aos poucos dona Marina vai deixando o legado para uma mulher mais jovem. As novenas são com poucos cânticos e se restringem à animadora e os moradores da casa.

Dona Rouxinha é minha madrinha, especialista em pastéis, tacacá e aluá, mas resolveu ser moradora da Avenida Primeiro de Dezembro e até 2023 vinha cá conosco cobrar o aluguel do vizinho que mora ao lado de casa.

Em trânsito

@rainhalucia

Janelar é um verbo inventado

Infiltrado de perspectivas de diferentes achados

Os ângulos não são sinais isolados

Janelai vc, janelai vós

*O ato é contemplado
Quando o beijo roubado
É um desejo correspondido pelos amados.
Janelar é um verbo inventado
Aí daquele que não tem uma janela
O Coração fica despedaçado.
22/10/2021*

Desenho de Lúcia Santana. Dona Rouxinha, Menina nova que faz a novena, mãe Graça e Dona Marina, 2024



Guimarães Rosa inaugurou o verbo encantar e muitas destas mulheres já estão em outras dimensões, outras ainda estão por cá em diferentes moradas.

Fico aqui na Luzitana, minha vila em Formato L. Aqui brinquei, namorei, briguei, me casei, andei na lama, descasei, me desapaixonei, fiz filhas, me apaixonei, trabalho e continuo na minha janela vendo o tempo do tempo ser...

ESPINHA EM CHAMAS OU EM BUSCA DE CONTORNOS

Luísa Tapajós

A missa

Estou sofrendo profundamente de dor na lombar!

Escrever cada palavra aqui é um desafio, começo o texto deitada, sem saber se terei forças para sentar. A ideia de me acomodar em uma cadeira na frente do computador me gela a espinha.

Ontem fui a uma nova fisioterapeuta, ela me contou que minhas dores são fruto da hiperflexibilidade dos meus joelhos para trás e do excesso de retidão da parte superior da minha coluna. Preciso de curvas!

Durante a consulta lembrei da minha primeira dor na lombar: era novembro de 1995, o calor em Santarém nos fazia pingar dentro do excesso de pano que as roupas adequadas para igreja exigem, eu tinha oito anos e estava fazendo catequese. Minha família nuclear era de católicos não praticantes, meu pai um ateu fervoroso e minha mãe uma mulher de pouca fé, muita fibra, olhos inteligentes e boa educação. Minhas duas avós católicas convictas, de modo que se era esperado que nós cumpríssemos com todos os sacramentos. Naquele domingo, meu irmão e eu fomos a pé à missa há duas quadras de nossa casa, na saída meus pais estariam nos esperando de carro, para ir almoçar na casa da vovó. A igreja era a mesma que meus pais casaram e nós fomos batizados. Desavisadamente, descobri que aquele era o dia da primeira comunhão de uma colega da escola, a Paulinha, uma menina negra que foi capaz de sustentar um lindo *black* nos cabelos, durante os horrores dos anos 90, momento histórico em que alisamentos e “relaxamentos” eram obrigatórios até para meninas brancas

de cachos largos como os meus. A igreja estava cheia e como “criança educada” acabei ficando de pé, para dar lugar a uma senhora sentar-se. Ao longo da missa, o arrependimento foi batendo, as costas ardendo e meu irmão foi ficando cada vez mais inconformado com minhas queixas. O padre, apaixonado pelo poder do seu lugar de fala, se estendia no microfone enquanto os muitos ouvintes se abanavam e as pobres crianças aguardavam sua primeira comunhão derretendo junto com as velas brancas que carregavam nas mãos. Duas horas depois escutamos o ansiado “Por Cristo, com Cristo e em Cristo, a vós, Deus Pai Todo-Poderoso, na unidade do Espírito Santo, toda honra e toda a glória, agora e para sempre!”. Em seguida, exclamei o mais esperado “Amém” de minha vida. Aos prantos saí da igreja com uma dor atroz, que me visitou pela primeira vez naquele dia, e que voltou como hóspede indesejada em outros tantos momentos de excesso que encontrei na vida.

Já fora da igreja, ouvimos as reclamações do meu pai e minha mãe que nos esperavam no calor dos tempos em que os carros não tinham ar-condicionado e que as crianças não tinham celular para avisar se estavam prontas. Eles haviam chegado há uma hora e jamais imaginaram que a missa demoraria tanto, ninguém contava sofrer tanto e levar todo aquele tempo para proclamar um amém!

Faculdade

Eu tinha 18 anos, já havia me tornado atea desde os 12 e fazia duas faculdades: direito e psicologia. Um excesso de menina branca cheia de privilégios que não precisava trabalhar para sustentar a vida de estudante na capital, morando longe da família, dividindo um apê com outres universitários. Mesmo assim, sustentar a vida não tava fácil e ali eu conheci minha primeira crise de coluna. Acordava já cansada e travei bem na época da bienal do livro, evento que levava à Belém os grandes autores e autoras que lemos ou gostaríamos de ter lido na vida. Eu tinha um convite para ver Ariano Suassuna naquela noite, mas me sentia mais miserável que o Chicó porque sabia que não iria conseguir chegar ao final do dia inteira ao ponto de sair do segundo turno de faculdade e ir pro Centro de Convenções.

De manhã era a aula de Direito Penal e eu estava revoltada com o professor Hugo, que não conhecia estratégia didática alguma e havia dito que tinha pena

dos seus alunos, por terem tanto tempo livre, sem aproveitar disso para estudar. Eu que enfiava leituras em cada trajeto de ônibus e estava com a lombar em chamas pela falta de tempo de sono, me enchi de raiva contra aquele homem. Quando olhava ao redor me sentia sozinha naquele sentimento, em uma universidade pré sistema de cotas, as cadeiras do curso de Direito da UFPA eram ocupadas majoritariamente pela elite branca paraense que acreditava piamente na meritocracia. Uma vez o Samuel e eu chegamos à conclusão que éramos os únicos alunos que vinham do interior, ele do Marajó e eu do Tapajós.

Depois da aula na Psicologia, eu tinha terapia. Eu pagava R\$20,00 reais por sessão e era escutada por uma recém-formada que trabalha na clínica escola da faculdade com alunos que precisassem de “atendimento social”. Acho que devido minha arrogância e as poucas leituras de Marx, eu me incomodava quando sentia que ela preferia escutar os dilemas na relação com minha mãe, do que a angústia que eu sentia por não conseguir largar toda aquela vida e ir pra um acampamento do MST.

O fato é que naquele dia, por não suportar mais ficar sentada, minha lombar ordenava que eu deitasse e assim eu conheci pela primeira vez a experiência do divã. Na posição horizontal, eu entendi o quanto era absurdo eu achar meu irmão “não lá muito estudioso”, sendo ele que ele também fazia duas faculdades e cursinho de alemão nas horas vagas. Eu entendi o quanto uma história de abuso sexual provocada por um macho velho escroto pode pesar na vida de uma mulher e afundar sua relação com as outras mulheres de sua família, naquele dia eu comecei a investigar os efeitos devastos da retidão em minha vida e acho que até hoje sigo de divã em divã, tentando não esperar na vida até a hora do Amém.

Saí da sessão com a coluna destravada e corri para rir das jocosas histórias que só Ariano Suassuna era capaz de contar.

Meu próprio consultório

Era 2018, eu já tinha sido capaz de terminar um doutorado, mesmo tendo passado por um doloroso golpe que atentou contra a única presidenta mulher que foi eleita no Brasil. Eram tempos de desemprego, crise econômica neoliberal e as discussões decoloniais ainda não tinham chegado de forma tão robusta na psicologia. Escrever e defender minha tese foi uma experiência de confronto

duro, direto e repetido com a censura acadêmica. Eu era uma mulher lésbica amazonida que vivia no Rio de Janeiro e enfrentava toda sorte de discriminação na busca por vagas de emprego, mas andava muito bem acompanhada num bonde pesado de travestis e sapatonas que fazia parte de muitos coletivos de resistência.

No ano anterior, tínhamos inventado uma página de facebook chamada “indique uma sapa”. Era uma tendência feminista na época, buscar espaços virtuais de divulgação de serviços, construindo redes de economia solidária. Antes do “indique uma sapa”, eu tinha três pacientes e as atendia nos parques e cafés da cidade, por não ter grana pra pagar por um consultório. No início de 2018, eu tinha dez pacientes e comecei a avaliar que eu tava pagando grana demais sublocando consultórios. Comecei a sonhar em ter meu próprio espaço, meu pai garantiu que me ajudaria a pagar pela mobília e a Cris, minha mulher, era incansável na busca incessante que fazíamos por um imóvel no centro do Rio que coubesse nos nossos infinitos cálculos de orçamento atual e especulação de ganhos futuros.

Fomos à festa de noivado de duas amigas, Raquel e Roberta. A Kátia, mãe da Rô, taróloga, abriu as cartas e me disse que eu deveria esperar dois ou três meses para instalar o consultório. Fiquei um pouco chateada e segui nas buscas.

...

14 de março de 2018 ficou conhecido como o PIOR DIA DA VIDA, era noite e eu estava deitada na rede em casa conversando com a Cely, uma amiga que vinha do Ceará e estava hospedada no corredor da minha sala, ela queria me apresentar uma outra amiga, psicóloga cearense que também estava querendo abrir um consultório no centro do Rio e a conversa fluía por aí, quando Cely pegou o celular e me perguntou: Marielle morreu? Em tempos de *fake news*, “Kit gay” e “mamadeira de piroca”, eu respondi automaticamente: “se ela tivesse morrido, teria mil mensagens no meu celular”. Peguei o celular e 1657 mensagens não haviam sido lidas. Gritei pra Cris que estudava na varanda, ela entrou assustada com meu berro e eu lhe disse “Marielle morreu”.

Naquela noite lansã mandou raios e vendaval, ninguém dormiu e o céu vermelho no Rio de Janeiro chorou. Medo era um sentimento atroz, não sabíamos

com que cor de roupa ir ao velório, a única coisa certa é que cada militante lésbica, feminista, preta, trans, de favela, cada uma de nós sentia um medo que tensionava nossa espinha. Uma fratura coletiva, cada um dos treze disparos que foram deferidos ao carro onde o motorista Anderson Gomes levava a vereadora Marielle Franco para casa, atingiram nossa rede coletiva e nossa resistência se sentia esburacada.

No dia seguinte, na praça da Cinelândia, em frente à Câmara Municipal, enquanto esperávamos pelo corpo de nossa companheira e chorávamos a cada abraço, naquela escadaria onde tantas vezes eu havia abraçado Marielle, num cumprimento caloroso que precedia aquele sorriso largo de nossa querida vereadora, com os pés fincados naqueles tão conhecidos degraus, Cely me apresentou a Gabi. Destruídas pela perda, Gabi e eu combinamos uma conversa futura sobre nosso sonho de construir um espaço de escuta e de trabalhos coletivos e singulares que sustentasse nossas vidas migrantes no RJ.

Um mês depois nos reunimos, com cara de luto e punho de luta, na casa da Gabi, cinco mulheres com um mesmo sonho, seguimos na busca de um espaço e no final nos dividimos, duas para um lado, três para o outro. Maíra, Gabi e eu encontramos nosso lugar em um edifício chamado Darke, bem perto da Câmara onde velamos Marielle e tantas e tantas vezes lutamos em manifestações contra a diminuição da maioria penal, contra os cortes no orçamento para educação, pela vida das mulheres no 8 de março, pelo orgulho trans ou no ocupa sapatão.

Aquela sensação de ter encontrado um espaço que tinha algo de escuro, que tava sendo feito à seis mãos e que chegava em minha vida bem no tempo que a Kátia havia lido nas cartas, tudo aquilo me dava a real impressão de estar dando um grande passo e aí, mais uma vez, minhas costas travaram, minha lombar encurtava o movimento das pernas e meus pés seguiram, mesmo com dor.

O sucesso

Estou impactada com as notícias que chegam do Sul do Brasil, enchentes, chuvas incessantes e bueiros transbordantes. Porto Alegre está inundada, as comportas da cidade tentam resistir, mesmo com tantos anos de falta de manutenção, as bombas de água que poderiam resolver muitos problemas da cidade funcionam precariamente e o governador e o prefeito sabiam disso. Tudo revolta,

as imagens das crianças e dos bichos sendo resgatados comovem tantos corações e eu estou preocupada com a Cris, que foi visitar a família e teve o voo de volta pra casa cancelado, porque o aeroporto Salgado Filho está debaixo d'água.

Ela estava hospedada na casa da Ju, mas aí cortaram a luz e logo faltou água na torneira e sobrou água demais na esquina, subindo a rua e alagando a calçada. Elas se mudaram pra casa da Paula, levando malas, cachorros e uma guitarra. Na Paula, também faltou luz e elas começaram a racionar na descarga e nos copos de água, não necessariamente nos de vinho, porque a ansiedade e o medo tavam transbordando.

A Cris e a Paula pegaram um transporte clandestino com uma mulher e um bebê e foram até Florianópolis. A Ju e a Camila pegaram o carro, os cachorros e a guitarra e seguiram pro litoral gaúcho, a tia ficou em casa, o primo perdeu a casa e a outra prima o juízo. Todes seguindo vives com perdas e danos, mas se sentindo muito privilegiades por algum motivo.

A Cris e Paula chegaram depois de mais de um dia de viagem, fedorentas e com sede de água, cerveja e mar. Não aguentavam mais comer pão e vibravam a cada descarga que podiam dar no vaso sanitário, dando tchau às suas fezes com a mesma alegria que meu sobrinho Mateus tinha ao dar tchau pro seu cocô aos três anos de idade. Eu abracei a Cris com um alívio infinito. Ela estava viva e ao meu lado, eu só não sabia que ela não estava inteira. Algo tinha sido levado na enchente, algo de paz, algo de alegria.

Aquele abraço gerou uma foto linda, que a Paula colocou nas redes sociais e se tornou uma imagem digna de final feliz de filme de fim do mundo, mas depois da pandemia do COVID-19, entendi que a gente às vezes sobrevive ao fim do mundo, mas não consegue necessariamente representar o que passou.

Durante a pandemia, fechamos o consultório. Aquele espaço que tinha sido tão amado, sonhado, tão usado e tão fundamental, aquele lugar em que duas dezenas de mulheres trabalharam e construíram o sustento de suas casas, aquela sala comercial onde tantas pessoas depositaram seus sofrimentos e outras fizeram cursos. A estante onde os jogos e bonecas estavam alinhadas e até os tapetes, escolhidos carinhosamente, se tornaram obsoletos, com a enxurrada de atendimentos on-line que lotou nossas agendas. Decorridos mais de três anos da declaração inicial, da pandemia, em razão do novo cenário epidemiológico e do amplo programa de vacinação, a Organização Mundial de Saúde, em 5 de

maio de 2023, extinguiu o alerta para a Covid-19, mas mesmo que possamos tirar as máscaras e abraçar pacientes depois de um atendimento difícil, o trabalho remoto segue sendo majoritário e hoje eu passo 8, 9, 10 e muito raramente 11 horas do dia em um consultório pequeno, improvisado em casa, onde atendo pacientes dos mais distantes lugares desse planeta. A pequenez do meu consultório, conta mais do medo em relação ao meu próprio tamanho do que dos 6,26m² do cômodo. Ali, sento-me em minha poltrona e sofro como uma senhora de 90 anos, a cada vez que levanto para buscar um copo d'água, ao final dos 50 minutos de sessão.

Quando a Cris e a Paula chegaram em casa eu estava atendendo no meu pequeno consultório domiciliar. Pude ouvir o barulho da chave na porta, as vozes excitadas de cada uma delas penetrando a sala, pude escutar o familiar e o profundamente estranho som dos passos daquela mulher com quem eu divido a cama e a vida. Todos os pelos do meu corpo se arrepiaram, eu senti medo a cada segundo daquela volta dela pra casa, tudo em mim sentia forte, flor da pele, mas eu sustentava impávida a cara de psicóloga na tela. Levei o atendimento até o final, quase como quem espera o amém depois de uma missa de duas horas. Ao desligar a chamada, levantei com uma rapidez que há 6 meses não me era possível. Chorei e beijei a boca, o nariz, o rosto e o pescoço daquela mulher que é tão minha. Minhas mãos escorreram pela sua silhueta e minha vontade era despir seu corpo inteiro e fazer amor na sala, urrar de prazer e gozar molhando o belíssimo taco que decora nosso apartamento neste prédio decadente que foi erguido há mais de cem anos.

Ela tirou as minhas mãos da sua cintura, eu cumprimentei a Paula e em poucos minutos entendi que aquela não seria uma tarde de amor. Voltei ao consultório e atendi mais duas pacientes. Depois, fomos almoçar na beira do mar e elas estavam lá prestando testemunho de uma catástrofe. Escutei e na medida que a prosa se estendia eu ia compreendendo que na bagagem, junto com a roupa suja elas trouxeram mágoas.

Já fazia algumas semanas que as meninas tinham chegado em casa e em uma noite de terça feira, depois de ter atendido 11 pessoas naquele dia, Paula me chamou para uma cerveja na rua. Cris estava na faculdade e saíamos as duas passando antes pela farmácia, hábito que vai se tornando recorrente aos 37 anos de idade. No bar, conversamos sobre minhas dores nas costas, nossos

abaulamentos de L2, L3, L4 e L5, nossos problemas de discos e todo esse técnico linguajar de quem tem frequentado consultórios de ortopedistas e tubos de ressonância magnética. Cris matou a última aula e se juntou à nós no bar. Chegou e pediu um petisco enquanto eu ia ao banheiro. Na volta, Paula falava sobre sucesso. O quanto é difícil uma mulher lidar com o sucesso profissional! Paula é cabeleireira e contava que já se viu passar domingos fazendo mechas e secando cabelos por não saber como organizar a agenda e principalmente por medo de dizer não para um trabalho. Quando a gente consegue um reconhecimento profissional, tem muito medo de perdê-lo e acaba se sujeitando ao chicote do mercado, alimentando um capitalismo cruel que tritura nossas estruturas ósseas e resseca toda lubrificação de nosso corpo.

Voltamos pra casa e no dia seguinte, as primeiras palavras da Cris na cama para mim foram, “tu tens que pensar naquilo que a Paula falou ontem”. Eu perguntei “o que?”, ela respondeu levemente indignada com minha amnésia alcoólica: “Tu tens que pensar na sustentação do teu sucesso e como isso se relaciona com essa crise de coluna que se arrasta há meses”, num fôlego matinal raro, ela continuou: “tu tens que procurar uma fisioterapeuta foda, vai na fisioterapeuta da Maria, vai buscar alguém que te ajude a sustentar o teu sucesso”.

Eu ri um pouco debochada, um pouco interrogativa: “a Paula me acha uma mulher de sucesso?” Cris respondeu rápido: “e ela se acha uma mulher de sucesso também e sabe o quanto é difícil sustentar isso, a palavra é sustentação!” Na segunda feira seguinte eu escrevi para a Emília e paguei uma pequena fortuna em uma consulta, quando entrei no consultório da Emília, reconheci aquele espaço lindo, todo seu conhecimento e a precisão de um saber e de uma segurança de alguém que pediu que eu me despisse e não teve medo de me olhar, reconhecer minhas dores e identificar minha falta de curvas e também as curvas que estou forçando desde muito pequena.

A consulta da Emília durou um pouco menos que a missa da catequese da Paulinha, mas ressignificou uma vida inteira. Eu tendo a ser hiper flexível e rígida ao mesmo tempo em lugares diferentes, preciso urgentemente colocar tônus nas pernas e transformar meu corpo em uma mola que me impulse para cima e enfrente a gravidade. A memória de tantas vezes que eu esgarcei minha flexibilidade me encheu os olhos e lágrimas que não caíram. Os tantos abusos que vivi na vida e toda a retidão que criei para me esquivar deles me

mantiveram em pé e me fazem estar onde estou, com a agenda lotada, trabalho abundante, apartamento confortável e muita dor. Preciso colocar a bacia no lugar, preciso flexionar os joelhos e abrir menos o peito, preciso realinhar o corpo e redimensionar meu tamanho e o que é sucesso.

Minha espinha está em chamas e eu como boa ariana sei o quanto o fogo é transformador, fogo cozinha, mas também queima e destrói. Tudo que eu aprendi sobre sucesso está diretamente ligado a um modo de vida capitalista que é depredador das florestas, dos rios, dos encantados e dos nossos corpos. O sucesso mais banal e vulgar, costuma ocupar corpos tão diferentes do meu. O planeta parece estar nos expulsando enquanto espécie da sua superfície. Mas essa espécie humana não é toda igual, e eu sigo por aqui apostando nas diferenças e dissidências, buscando aprender a navegar nos dilúvios que se apresentam, cuidando de como lidar coletivamente com a sedução dos espelhos coloniais, lembrando de não viver a espera de um amém.

EDITH BIERI – GASS: UM TRABALHO PIONEIRO DE AMOR E DEDICAÇÃO NO ALTO TAPAJÓS – PA

Márcia Lasmar Bieri

A humanidade, ao longo do tempo, se modifica, sem macular os princípios do verdadeiro, do justo, do ético, apesar do caleidoscópio de ideias, ações e decisões que nos fazem sofrer. Esse pensamento hegeliano vem da ideia do SER em contradição com a VIDA. Desse modo, é também um pensamento de Hegel que “o que é nobre, justo e verdadeiro hoje, o foi ontem, e será amanhã, porque participam da eternidade de Deus, que está fora do tempo”. Essa filosofia tem origem no pensamento grego, e inspirou Descartes em sua dialética.

Nessa perspectiva todos nós somos frutos de nossas próprias escolhas, se a escolha for ética e fraterna será sempre boa e evolutiva. A resposta de cada escolha sempre estará dentro de cada ser individualmente.

A busca de aprendizado e a coragem de evoluir como ser humano foi um exemplo deixado pela Edith Bieri - Gass, que deixou para trás seu lugar de origem, família, emprego e amigos para realizar um trabalho missionário no Brasil junto a um dos povos indígenas mais isolados da Amazonia.

Edith Bieri - Gass na Suíça exercia a profissão de Contabilista de uma Empresa de Exportação em Basel, recebia um salário compatível com a responsabilidade que requeria sua profissão, tinha uma vida adequada a sua condição salarial. Mas, num determinado momento de sua vida, com certeza algo diferente aconteceu e que a fez parar e perguntar a si mesma: Se suas atividades, de fato estavam lhe trazendo satisfação? E, ainda, qual o propósito de sua vida?

Dessa forma, Edith Bieri - Gass deve ter pensado sobre quais as atividades, de fato lhe trariam satisfação. E, o que seria prioridade para sua elevação como ser humano, e sobre seu autoconhecimento.

Observou a sociedade ao seu redor, e constatou que aquele tipo de sociedade não iria mudar, e que ela mesma tinha que aprender a ser feliz, e decidir os rumos de sua vida. Rever seus valores pessoais e entender que existem inúmeras diferenças de padrões entre as pessoas num mundo pluriétnico e pluricultural.

A consciência dos fatos tem o poder de transcender e recodificar o passado. Assim, Edith pede para sair do emprego como Contabilista em Basel, e viaja para a Inglaterra em 1958 fazer um curso de Linguística para Missões num Instituto Religioso. Lá na Inglaterra conhece seu esposo e companheiro de vida Johann Bieri também suíço, e que tinham as mesmas inquietações e o desejo de servir ao próximo, dedicando suas vidas no campo missionário. Os dois decidem trabalhar como missionários no Brasil onde se casam em Novo Hamburgo – RJ e iniciam um trabalho junto ao povo indígena Guarani em Parati - RJ.

No geral, tomadas de decisões nunca são fáceis, ainda mais decisões extremas. Certamente, não foi fácil para Edith desistir de um emprego que lhe dava estabilidade profissional, e desistir de morar num país com elevados padrões de qualidade de vida como a Suíça, foi necessário coragem e determinação para seguir em frente na busca dos interesses de sua alma e a reprogramação de sua existência. Caso o contrário, estaria atada a uma vida de conformismo.

De todo modo, Edith superou os temores, os medos e as dúvidas e seguiu em frente na sua busca espiritual, procurando a razão de estar aqui, e a necessidade de evoluir como ser humano e evidentemente ser mais feliz. Ela não pensou somente no mercado de trabalho, mas do que de fato gostaria de fazer com a energia e vibração de sua alma e coração, pois lá seria sim uma excelente profissional, e para esse trabalho se dedicou por 50 anos.

No campo missionário Edith juntamente com o seu esposo Johann Bieri optaram por trabalhar no interior do Estado do Rio de Janeiro na cidade de Parati com a população indígena Guarani. Passaram 03 (três) anos junto a esse povo, que de certo modo foi um estágio, e posteriormente decidiram depois vir para a Amazonia a convite da Junta de Missões Nacionais das Igrejas Batista do Brasil trabalhar com o povo Munduruku no oeste do Estado do Pará município de Jacareacanga.

O casal Edith e Johann Bieri chegam na Terra indígena Munduruku em 1964, e se estabelecem numa beirada do rio Tapajós, a terra indígena não era demarcada, nessa localidade moravam ribeirinhos e umas poucas famílias indígenas o nome já era Sai Cinza (FIGURA 1). Eles aprenderam primeiramente a língua indígena e o modo de viver dos indígenas e dos ribeirinhos durante 2 ou 3 anos. Com o passar do tempo fizeram uma parceria com a Wykliff Mission e iniciaram nessa parceria a tradução da Bíblia para a língua Munduruku.



Figura 1 – Johann e alguns indígenas na Aldeia Sai Cinza

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1968

Desse trabalho de parceria com a Wykliff Mission eles entregam ao povo Munduruku toda a tradução do Novo Testamento, uma Gramática em Munduruku, um dicionário bilingue Munduruku – Português, uma coletânea de 4 livros de contos e histórias indígenas, o livro de Salmo em Munduruku, várias horas de gravação com as lendas, histórias e cultura contada pelos antigos caciques (esse material foi remasterizados e distribuído em cartão de memória para todas as aldeias) e, ainda um livro de história Bíblicas infantil na língua Munduruku com 180 histórias que atualmente está sendo revisado pelo Missionário Harold Bieri, em breve será concluída a revisão para ser entregue a população Munduruku.

Edith e Johann construíram uma casa, e lá atendiam as pessoas da comunidade com medicamentos, alimentação e ensinavam a ler e escrever (FIGURA

2 e 3). Depois a demanda por tratamento de saúde aumentou, na década de 1960, o acesso a região era somente através de voos mensais da Força Aérea Brasileira - FAB que mantinha uma base em Jacareacanga. E, não existia a estrada Transamazônica que foi aberta em 1973, assim como não existia a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação da Saúde Indígena – FUNASA, existia apenas o Serviço de Proteção ao Índio SPI, que dificilmente comparecia na região.

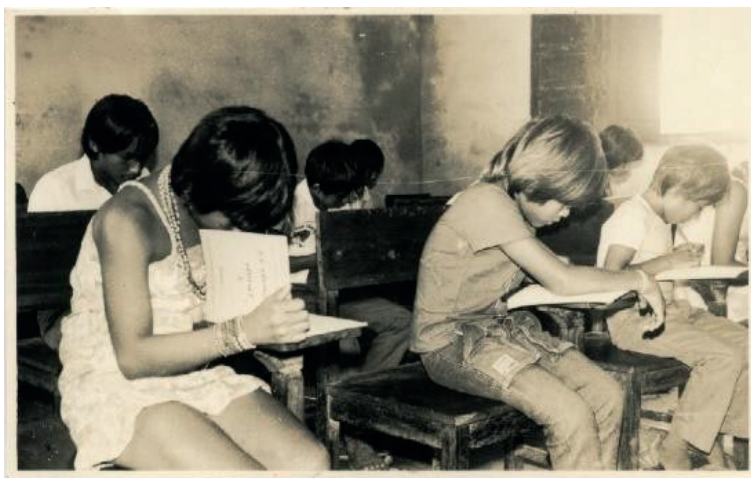


Figura 2 – Escola de Alfabetização na Língua Munduruku – aldeia Sai cinza

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1975



Figura 3: Johann juntamente com o Cacique Geral Biboy Kaba, e outra liderança Munduruku. Ao fundo a casa da família Bieri construída por Johann

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1976

Devido o aumento da demanda por saúde, Edith e Johann convidam a enfermeira Antoinette Gass, irmã de Edith para trabalhar como enfermeira missionaria na aldeia, que trabalhou com eles durante 07 anos, foi um grande avanço para a região a criação desse polo de apoio a saúde, tanto que aumentou consideravelmente o número de famílias indígenas na região do Sai Cinza, pois o atendimento era satisfatório.

No ambulatório tinham desde soro antiofídico, faziam lâmina de malária e combate a verminose, inclusive pequenas cirurgias, e os medicamento usado vinha uma parte da Suíça e outra parte era comprado em Manaus, e transportado nos aviões de carga da Força Aérea Brasileira.

Em todo esse tempo Edith atendeu pessoas, falou do amor de Deus, e da imortalidade da alma como boas novas num mundo distante de tudo. Edith se alegrou e chorou junto com os indígenas. Dedicou grande parte de sua vida e de seu coração a esse povo. Criou seus dois filhos Elisabeth Beer – Bieri e Harold Bieri junto aos Munduruku, as crianças cresceram aprendendo a língua Munduruku, alemão e Português, aprenderam o costume dos indígenas bem como a dividir, e a viver entre dois mundos extremos entre a multiculturalidade e especialidades do mundo. (FIGURA 4 e 5).



Figura 4 – Edith com sua filha Elisabeth na aldeia Sai cinza

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1966



Figura 5 – Família Bieri

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1984

Após o falecimento de seu amado companheiro Johann Bieri em 1985 em Belém, foi um tempo muito difícil de luto para todos os familiares. Aos poucos Edith retornou suas atividades na Aldeia Sai Cinza. Seus filhos Elisabeth e Harold decidem ficar na Suíça. Edith, a pedido dos indígenas constrói uma igreja na Aldeia Sai Cinza ainda não demarcada.

No final da década de 1990 inicia a luta pelo processo de demarcação do território Munduruku e Edith participa ativamente do movimento participando e apoiando os indígenas nas diversas assembleias gerais (FIGURA 6) para reivindicar junto ao Governo Federal providencias quanto a demarcação. Nesse tempo seu filho Harold Bieri retorna para o campo missionário, já formado em aviação, e compra um avião para o trabalho missionário.

Harold e Edith participam ativamente com os indígenas de toda a demarcação da Terra Indígena Munduruku. Harold Bieri junto com os indígenas e a FUNAI executa todos os voos de reconhecimento dos pontos a serem demarcados, e entrega de alimento para as equipes de terras nos pontos demarcados (FIGURA 7).

Em 2009 já com avançada idade e doente Edith retorna para a Suíça (FIGURA 8), mas antes de sair da área definitivamente Edith participa de sua última assembleia do povo Munduruku que foi realizada na aldeia da Missão cururu. Nessa Assembleia Geral ela entra de braço dados em reconhecimento como uma igual com o Cacique Geral Biboy Kaba Munduruku perante toda a congregação

de guerreiros e indígenas. Em sua fala final Edith agradece ao povo Munduruku por tanto acolhimento e amor durante todos esses 50 anos, e pede a eles uma última coisa que jamais se esqueçam do amor de Deus pois isso é o único que fica e pediu para ler em Munduruku 1 Coríntios Capítulo 13: 3 “Ainda que eu distribua todos os meus bens entre os pobres e ainda que eu entregue o meu próprio corpo para ser queimado, se não tiver AMOR nada disso me aproveitará”



Figura 6 – Participação em Assembleia Geral, na aldeia Sai cinza

Fonte: Arquivo Família Bieri, 1998



Figura 7 Edith e Harold Bieri nos voos da demarcação da T. I. Munduruku

Fonte: Arquivo Família Bieri

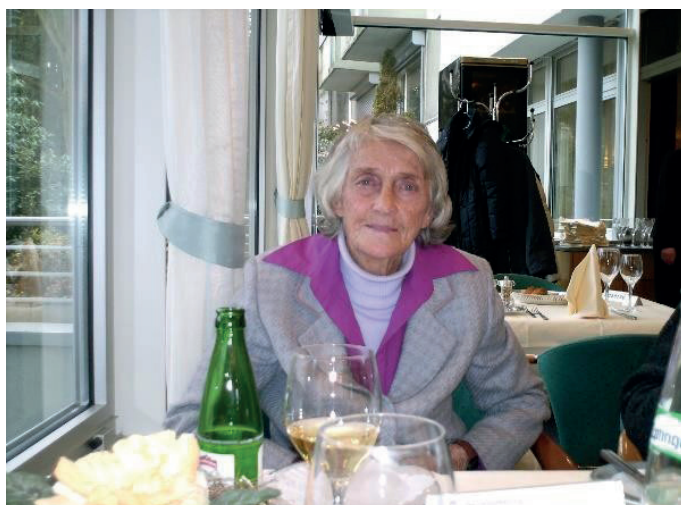


Figura 8 - Edith retorna para a Suíça

Fonte: Arquivo Família Bieri

Edith faleceu de causas naturais e com um leve sorriso no rosto, rodeada por seus irmãos e a filha querida Elisabeth em 2016 no Hospital em Basel, no dia em que partiu amorosamente um Arco Iris foi visto em cima do hospital por muitas pessoas na hora de sua partida.

A SAGA DOS BIERI foi um texto em homenagem ao trabalho de Edith Bieri elaborado por Walter Tertulino, e publicado em seu Blog Rastilho de Pólvora em 2016. Walter foi administrador regional da ADR – FUNAI em Itaituba por mais de 10 anos, e conheceu muito de perto o trabalho de Edith junto ao povo Munduruku. Em várias situações, decorrentes de conflitos, D. Edith, como todos a chamavam na região, era constantemente chamada para intervir devido ao respeito aos seus posicionamentos firmes, mas sempre com muita gentileza e educação que era sua marca registrada.

A saga dos Bieri – uma história de amor imenso pelos índios do Alto Tapajós – a história que nunca foi contada

Os Bieri na Suíça

Johanns Bieri originário de uma família com vocação Agropastoril, composta dos pais (Eduard e Klara Bieri) e cinco irmãos (Dorli, Katrin, Christian, Kurt e

Johanns) desenvolvia junto com a família criação de bovinos, porcos e plantação de batatas, maçãs e legumes em Bütschwill (Shüpfen/ Berna). Os Bieri são originários de *Schangnau (Berna)* coração da Suíça região de Emmenthal, e paralelo a essa atividade sempre revelando humildade uma característica marcante da família, alternava o árduo trabalho de campo com sua devoção piedosa Cristã;

Desde sua infância o pequeno Johanns tinha uma inclinação absoluta para propagar os ensinamentos bíblicos, e ainda em tenra idade manifestava o desejo de pregar a Palavra de Deus, sonhando anunciar o evangelho nos quatro cantos da terra ou onde se fizesse necessário, esse declarado interesse enchia de orgulho seus familiares e principalmente Chistiano (falecido) que continuou morando no mesmo local onde Johanns nascera e dera seus primeiros passos para ser considerado um benfeitor para o povo indígena do Alto Tapajós, Pará, Brasil.

A vida da família Bieri naquela época, em que rumores de guerras se anunciavam não tirava o ímpeto e ousadia do menino Johanns em realizar seus sonhos, e junto com os irmãos continuava o árduo trabalho no campo, e todos eram prósperos dentro do meio social em que viviam. Verdadeiramente o que fazia diferença para mostrarem-se felizes, era o desmesurado apego à vida Cristã.

A saga da família Bieri

O jovem Bieri, desde cedo com uma vida espiritual sólida, sonhava com a maioridade para pregar o evangelho na América do Sul, mas só tinha ainda 15 anos. Esse desejo fruto de seu coração era conhecer o Brasil e se internar na Amazônia em trabalhos missionários junto aos povos da floresta, mesmo que fossem coletores, extratores, de preferência os índios, que deveriam ser os mais necessitados por uma palavra de fé.

Finalmente chegara o momento de preparar-se para alçar os voos que tanto sonhara. Já atingira sua maioridade civil e poderia colocar seu plano em ação; mas, para tanto faltava- lhe conhecimento específico na área de evangelização e para implementar o início de sua jornada. Aos 22 anos seguiu para o seminário *Saint Chrijona em Basel/Suíça*, onde foi formado Pastor Evangélico. Depois de 04 anos assumiu seu primeiro pastorado em sua terra natal. Mas o desejo do jovem servo era trabalhar para Jesus, num lugar onde ninguém jamais tinha proclamado o evangelho.

E Deus o atendeu e lhe mostrou pelo mapa o interior do Brasil. Após ser ordenado Pastor, e já exercendo o pastorado, posteriormente Johann viajou para Inglaterra participar de um curso de linguística promovido pela Wilkliffmission lá conheceu a jovem **Edith Sonja Gass** natural de Genebra/Suíça que firmaram amizade, tempos depois, devido terem objetivos específicos na arte da evangelização. Ela, após fazer um seminário em *Beatenberg no Kanton Berna*, foi para a Inglaterra, onde conheceu o jovem Pastor Bieri, um aplicado homem de Deus que lhe chamou a atenção por sua postura de um jovem sério, e porque era o único suíço da turma. Logo passaram a se identificar por seus objetivos afins, esses seres que nunca tinham se visto, e daí começaram a se cortejar culminando com o casamento no ano de 1963 na cidade de Nova Friburgo no Rio de Janeiro no exercício de seus trabalhos de missões.

A entrada no Tapajós / as primeiras dificuldades/ o poderio católico / regime militar

Edith também muito apegada à religiosidade pertencia a uma família classe média; o pai era comerciante de obras de arte e artista plástico (restauração de moveis, relógios, etc.) sendo ela, a mais velha de seis irmãos (2 já falecidos, 2 moram em Basel-Antoinette Gass e Peter Gass e outro mora na Dinamarca chamado Werner Gass). Antes da chamada missionária Edith era formada em Contabilidade e exercia suas funções numa empresa multinacional em Basel, tinha um cargo elevado era Tesoureira responsável pelo pagamento de todos os funcionários. O exercício da profissão também exigia que falasse fluentemente inglês devido as negociações e correspondências serem em inglês.

Não foi tão fácil convencer sua família e seus amigos do seu desejo missionário, como jogar tudo para o alto com uma vida social e financeira equilibrada? Mas quando Deus chama... e em pouco tempo depois conheceu Johann e seus objetivos afins, e seus familiares aceitaram a jovem Edith unir-se à missão do Pastor Johann.

O casal Bieri veio ao Brasil em 1958, a princípio desenvolveram um eficiente trabalho junto aos Guarani em Paratí, para depois por iniciativa do Pastor Johann e a convite da Junta de Missões Nacionais da convenção Batista brasileiras para atuar na Mundurukania, e se internaram na tão desejada Amazônia, na ocasião da

abertura da Estrada Transamazônica e Santarém–Cuiabá, onde vidas indígenas foram ceifadas em nome da colonização e do progresso.

Nessa época o Serviço de Proteção ao Índio/SPI, hoje Fundação Nacional do Índio/FUNAI, tinha iniciado ações indigenistas no Alto Tapajós. Tempo difícil confessava sempre o Pastor Johanns foi aquele, em que as dificuldades eram frequentes ao subir o Tapajós com a declarada, documentada intenção de fazer missões através do evangelho. Ocorreram diversas situações que qualquer outra pessoa teria desistido do trabalho; os efeitos disseminados do regime totalitário que norteava a política do Brasil em que os militares ditavam regras com a força dos cassetetes, um regime que torturava, trucidava, engessava, limitava a ação do cidadão e principalmente dos estrangeiros; dominação e marco do poderio da Igreja Católica, que deixava o campo hermeticamente fechado para a evangelização.

O tempo de dominação do Colonizador Português de 1500 voltava como um vídeo tape em que o poderio católico para não querer perder espaço dificultava o trabalho da verdadeira evangelização. Os desafios interpostos nos caminhos dos Bieri eram imensos, no entanto gigantesca era a vontade de fazer missões. Foram anos de alegria e realizações, mas também de muita luta, decepções, perseguições, muitas vezes enfrentando ameaças de morte, passando perigos em avião, voadeiras e ataques de malária. Mas o Senhor deu a vitória para o seu servo que depositava sua fé constantemente nele. Não temia ameaças, mas prossegui sempre para o alvo. Segundo Edith o pastor Johann dizia sempre...” O ofício que tenho foi me dado pelo chefe superior, o Deus vivo, e o conteúdo do ofício era: Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda criatura.

Duas lutas paralelas eram desenvolvidas pelos missionários, a evangelização propriamente dita, e a perseverança para que a luta fosse gloriosa e não fracassasse já que havia sempre condições para essa desistência: A cortina católica, doenças endêmicas da região, recursos financeiros reduzidíssimos para a ação de trabalho.

Decorreram sete anos desde o início do efetivo trabalho para que a primeira pessoa conscientemente se convertesse, imagino a felicidade dos Bieri em ter ganho aquela alma para Cristo sabendo que muitas outras viriam; finalmente a vitória para Cristo e o amor pelo trabalho de evangelizar revigorou-se, nessa primeira conversão indígena que voluntariamente aconteceu, Nezinho Saw, Capitão da Aldeia Sai Cinza, que constituiu-se em um grande alicerce no início

da obra missionária. Foram necessárias muitas orações, perseverança e vontade intensa para não se retroceder com obra de Deus, pois as dificuldades foram muitas, perseguições, mentiras, invencionices...

O Pastor Johann nunca sentia saudade da Suíça, de cidades ou conforto; sentia-se muito feliz com os índios, caçava e pescava com eles e os índios o consideravam como um pai, chamando-o de Hansi. O Hansi gostava das matas da Amazônia, alegrava-se com o canto dos pássaros, admirava as plantas e suas variedades, dando louvor ou seu criador. A única saudade que sentia era de estar com Jesus e sua maior alegria era a palavra de Deus.

A tradução do Novo Testamento / Antoinette salva vidas

Felizmente depois de tantas dificuldades serem suplantadas, Deus sempre envia seus anjos, um reforço no campo missionário ocorreu com a chegada de duas missionárias norte-americanas da **Wikliff Mission, Marjorie Kroft e Marje Shaffer** que além do auxílio na evangelização, realizaram um brilhante trabalho de tradução do Novo Testamento e do livro de Salmos compilado para a língua Munduruku, e ainda traduziram a gramática na língua materna do Grupo Tribal, e outros trabalhos como registro fonográfico de histórias e várias cartilhas.

Sempre se lamentam os Bieri que esse imensurável trabalho dessas benfeitoras missionárias linguísticas, é quase esquecido e ninguém tem memória para lembrar o quão é importante para o enriquecimento do idioma Munduruku foi o legado deixado pelas americanas. Ressaltando ainda que apesar do avanço do evangelho, poucas etnias indígenas no Brasil têm este privilégio de possuir os livros sagrados em suas línguas maternas, bem como uma gramática. As queridas missionárias já com avançada idade física estão em sua pátria para descansarem através da aposentadoria.

O trabalho missionário da família foi intenso, cheio de perseverança, a luta diária teria que ser feita com eficiência, mas, se questionavam sempre como levariam as boas novas de um Cristo Misericordioso, se os indígenas passavam necessidades básicas, muitas crianças morriam de doenças endêmicas que assolavam a região, malária, hepatites, verminoses, devido isso paralelamente a assistência espiritual viria outra assistência, a contribuição decidida em saúde, com métodos de reeducação de higienização e limpeza.

Houve ainda o investimento na educação escolar, muito embora a atividade precípua da Missão ser o espiritual, foi necessário dar condições de sobrevivência àquele povo principalmente do conglomerado de Sai Cinza que reunia em seu entorno vários aldeamentos, para que cressem que haveria um salvador para todos os males que assolavam o grupo Tribal. Como anunciar Bênçãos de um Deus misericordioso, que supriria todas as dificuldades se o povo passava fome, frio e padecia de outros males? - Foi necessário em ato contínuo a Missionária Edith trazer da Suíça, Antoinette Gass (enfermeira parteira) sua irmã biológica e espiritual, que contribuiu com a nobre obra por cinco anos consecutivos no apoio à promoção de saúde na região indígena, já que nessa época a promoção de saúde por parte do estado inexistia no vale do Tapajós;

Antoinette Gass, salvou inúmeras vidas até por necessidade absoluta fazendo pequenas intervenções cirúrgicas dentro da Aldeia. Nessa época as atendentes de enfermagem, conhecida como enfermeiras, contratadas pelos missionários dormiam nas casas dos doentes atentas a qualquer problema, e andavam de casa em casa fazendo levantamento dos problemas; procedimento extinto ou esquecido nos dias atuais da prática de enfermagem, não por estar suplantada tal atenção e sim por falta de compromisso mesmo.

Pessoas daquela época em Jacareacanga ainda recordam do trabalho dessa personagem em promoção de saúde que contribuiu por cinco anos com a vida dos silvícolas, salvando-lhes a vida e levando em seu trabalho sua missão paralela: O Anúncio do Evangelho. Todos os medicamentos eram conseguidos na Suíça que vinham em tonéis obrigando o Pastor Johanns a fazer uma pequena enfermaria que ainda hoje se mantém de pé e é usada pela estrutura da Funasa, alguns não sabem e outros já esqueceram que quatro décadas se passaram e ali estava a estrutura física edificada por um homem que veio de tão distante para tornar menos difícil a vida dos Índios Munduruku.

Fundação em Santarém e região de congregações e igrejas / a chamada para a glória do Pastor Johann

O Pastor Johann, porém, não se dedicou somente aos índios, enquanto ao seu redor milhares estavam a perecer. Evangelizou o vale do Tapajós e os moradores ao longo da recém- construída Transamazônica. O casal Bieri que foi o pioneiro

na região Santarém/Jacareacanga, levou seu amor e destemor naquela cidade aos pontos mais vulneráveis e pobres daquela cidade e fundaram inúmeras congregações Batistas bem como as Igrejas da Floresta, Santarenzinho, Urumarie, Alter do chão.

Em Jacareacanga foi fundada por responsabilidade do casal a Igreja Batista bem como a Igreja da comunidade garimpeira de Mamãe-anã onde se estabeleciam muitos índios. Sempre o custeio para compra de terrenos e edificação dessas obras físicas, como não havia donativos dos comunitários eram sempre com recursos próprios do casal, que para isso acionavam os parentes na Suíça.

O Pastor Johann era asmático e talvez a mudança de clima da Europa para este país tropical, e trabalhando em locais insalubres andando de aldeia em aldeia, fez o nobre Pastor contrair insuficiência respiratória que elevou-se para o estado de cronicidade, e o fez ser contumaz em usar medicamentos para inibir as fortes crises que lhe faziam ir sempre à Santarém para receber tratamento médico; numa dessas idas, em sua casa naquela cidade sempre se movimentando por ser extremamente trabalhador, ao subir em uma árvore para podá-la, sofrera uma queda e fraturou o fêmur, que em decorrência o obrigou a ser transportado para Belém e submetido a uma intervenção cirúrgica na clínica dos acidentados no ano de 1.985. Foi a óbito na mesa cirúrgica com a causa apontada para choque anafilático.

A família Bieri contrariada com a imensurável perda culpou o médico já que fora avisado nos exames pré-operatório que o paciente padecia de asma crônica. O Grande benfeitor, talvez o maior ícone da história da verdadeira assistência aos Índios do Vale do Tapajós, jazia inerte com a aplicação da anestesia. A comoção total do povo indígena foi imensa, amigos, irmãos espirituais na Europa todos sofreram muito pela perda irreparável do Pastor e temiam que seu trabalho sofresse solução de continuidade. Johann Bieri sai da vida dos indígenas da Amazônia prematuramente já que ansiava desde sua juventude em trabalhar na assistência e evangelizar todos que tivessem necessidade.

Johanns saiu da história para ficar na memória do povo indígena, que até os dias atuais recordam com saudade e ternura a imagem do “Homem de Deus” que com coragem deixou sua pátria para servir ao povo indígena. Mesmo traumatizada, pela imensa perda, a esposa agora viúva, desprotegida da presença física

e decidida do esposo, estando acompanhada somente de seu filho de dezessete anos Harold, de livre vontade após as exéquias do marido, decidiu o inesperado:

O prosseguimento da obra / entra em cena Harold Bieri

A Obra de meu esposo não pode parar, era o que ele tanto queria, Harold e eu com ajuda de Deus, continuaremos essa obra maravilhosa que é anunciar as boas novas do Reino de Deus! - Harold com 17 anos nesse dia estava em Belém se preparando para prestar vestibular em ciências agrárias. Era o projeto de Johann se configurando em formar Harold para contribuir em capacitar-se e trazer novos métodos e tecnologias para substituir o rudimentar trabalho em roças de subsistência dos Munduruku.

O Pastor Johanns não queria que os índios produzissem somente para consumo, deseja que praticassem excedentes para comercialização, somente assim poderiam comprar produtos industrializados como facas, facões, panelas; enquanto isso, mesmo tendo a mesma vocação dos pais e irmão, Elizabeth Bieri estava na Suíça estudando, Serviço Social, era portanto outro vértice de apoio aos Munduruku que Johanns estava preparando.

Elisabeth Beer Bieri, não teve a chamada missionária para o trabalho com os índios, mas também é missionária, hoje é viúva mora na Suíça e mantém financeiramente o trabalho missionário Munduruku, e mantém uma instituição fundada por ela e pelo marido um belíssimo trabalho na periferia de Belém com menores que sofreram violência e abuso sexual bem como outros trabalhos de ajuda humanitária.

Com a morte do pai, Harold sofreu sobremaneira da ausência e companhia do pai, pastor e amigo e entrou em profunda depressão. Até os dias de hoje ao recordar do “velho Bieri” se emociona. Visita sempre o seu túmulo no Recanto da Saudade em Belém, onde exprime toda saudade emocionando-se.

Harold Bieri nasceu e viveu sua infância na Aldeia Sai Cinza onde teve que sair para estudar em Santarém onde cursou o ensino fundamental e médio no colégio Dom Amando, e posteriormente entrar em uma escola de aviação, da qual formou-se primeiramente em mecânica aeronáutica e depois propriamente em piloto, e hoje é um dos pilotos mais experientes da região amazônica, tendo a

marca prudência como marco de seu trabalho que mesmo assim não o livraram de dois acidentes aéreos.

A infância de Harold e Beth em Jacareacanga/ os amigos / a catalina

Os Missionários tiveram dois filhos biológicos Harold nascido na Aldeia Sai Cinza e Elizabeth, nascida em Belém no ano de 1966, deram seus primeiros passos falando a língua Munduruku, e depois o alemão dos pais, inglês. Ambos recordam da infância na Aldeia, brincando brincadeiras de índio, nadando, pescando, comendo saúva, e também recordam dos amigos contemporâneos da época em Jacareacanga onde brincavam de roda ciranda, lembram com ternura e saudades de algumas pessoas de suas infâncias, entre as quais **Branca, Chiquinha, Jairo, Vivi, Nequinho, Getulio, Erli, Negatutuca, lourinha**, e outros que perderam de contato para a vida ou para a morte.

Um marco na infância dos filhos dos Bieri além da relação com os amigos nacionais, sem duvida foi o lamentável acidente com um avião da “**catalina**” da FAB que de tão devagar em vôos tinha o *slogan* “**Devagar, mas chega lá**” que iniciou-se um incêndio e todos pularam do avião, padres, freiras e Harold e Beth com 8 e 10 anos, permaneceram presos ao cinto quietos esperando ajuda, felizmente de passagem tentando apagar o fogo, o comandante viu e retirou as duas crianças que mesmo não se apavorando estavam em risco.

O serviço militar/curso de mecânica e aviação

Após o falecimento do Pai e os duros momentos em estado depressivo, a mãe Edith, teve que mandar para a Europa seu filho para sair um pouco do cenário em que viveu com a figura paterna, já que sentia profunda saudade, e mandou Harold para a Suíça, e depois com a manutenção da família após servir o exército na cidade de **Sion Kanton Wallis** no batalhão de artilharia foi para Inglaterra estudar inglês. Após dominar essa língua fluentemente, para prosseguir com a obra missionária de seus pais, cursou o seminário Bíblico em **Beatenberg (Berna)** onde estudou por três anos.

Como a saudade da mãe, do Brasil e em particular dos trabalhos com os Munduruku falaram mais alto, retornou ao Brasil, mas antes, vendo que os

trabalhos da ação missionária dos Bieri tinham limitações devido a falta de um transporte aéreo, e com promessa de seus familiares na Suíça de comprarem uma aeronave monomotor, entrou em uma escola de aviação conseguindo a habilitação de piloto privado, e depois comercial além do curso de mecânica. Por breve tempo estendeu sua habilidade como missionário em outros estados brasileiros como São Luis, Acre e em outros lugares; não poderia viver longe dos Munduruku, se considerava um desses, já que nasceu entre eles, vivendo como índio na selva amazônica.

Harold com a aeronave de sua propriedade contribuiu abundantemente com a saúde e educação indígena, fazendo retiradas de emergência, transportando funcionários da Funai, seduc, funasa; numa dessas viagens conheceu a responsável pelo Núcleo de Saúde Indígena no Pará, Márcia Lasmar que viria ser sua esposa e um elo de ligação para a continuidade da missão evangelizadora entre os Povos Indígenas do Alto Tapajós.

A atividade principal da aeronave seria para visitas de evangelização na imensa terra indígena entre as aldeias que tivessem campo de pouso, como Missão Cururu, Posto Munduruku, Teles Pires, Katô, Kaburuá, Rio das Tropas já que por via fluvial os trechos encachoeirados, os pequenos tributários do Rio Tapajós e seus afluentes tornam difícil e muitas vezes impossível a navegação. Muitas vezes o trabalho da Missão Batista sofria solução de continuidade vez que não existia recursos para abastecimento e manutenção da Aeronave o que obrigou o comandante Harold, a fazer vôos particulares integrando a região.

O filho adotivo que fez história na Europa /o recuo de cena de Edith

O casal Bieri adotou em seu coração e legalmente um menor indígena, neto do Cacique Joaquinzinho Kabá, fruto de um relacionamento entre uma de suas filhas, e um não índio conhecido como Jacinto Pessoa. A criança adotada recebeu o nome de Edmar Caetano Kaba, e foi educada por familiares da Missionária Edith na Suíça. Márcia Lasmar sempre diz que o Edmar é o estereótipo do índio que deu certo, pois nunca viu índio brasileiro formado no exterior. Hoje o filho adotivo dos Bieri, é formado em Engenharia de Alimentos, fala fluentemente além do português, alemão e Frances e a única frustração da família é que o Doutor Edmar hoje que deveria empregar seus conhecimentos junto ao seu povo de

origem, esqueceu-se desses, e até de sua família adotiva. Em hipótese alguma aceita prestar seus conhecimentos aos parentes no Tapajós.

A corajosa, perseverante, atuante e inesquecível Edith Bieri, lentamente se retira da cena missionária da região pela avançada idade que está alcançando e por males da idade, mesmo deixando o legado de seus longos anos de trabalho para o Pastor, piloto e coordenador da Organização Não Governamental a qual pertencem, Harold e sua nora Márcia Lasmar; a missionária ressentiu-se que do imenso trabalho da missão evangélica que rendeu muitos frutos, muitas almas para Cristo, no campo do progresso indígena com a cultura nacional, essa relação entrega o índio a sua própria sorte, sem direcionamento, sem preparo, muitas vezes participando do exercício de uma política de maus costumes.

Missão cumprida/descanso merecido

Sobre Edith Bieri, a nora Márcia fazendo citação Bíblica em II Tm. 4:7 que diz: **Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé** - acrescenta: **-ela, cumpriu a sua missão, como o apóstolo Paulo, ela combateu o bom combate durante esses 40 anos junto aos índios e tem guardado a fé, ela aguentou o que pode, bravamente os desertos que se apresentaram em sua vida. Mas agora ela merece descanso, sua saúde requer cuidados especiais.**

Para Walter Tertulino que foi administrador Regional da Funai- Itaituba na década de 1990 ele escreve: Meu desejo de escrever algo sobre essa família, não é por troca de favores, nunca Edith foi de presentear, se bem que, o melhor presente que tinha guardado para mim recebi, que foi o trabalho que faz junto aos índios e ainda uma palavra de conforto quando sofri com os demais funcionários da Funai sorte de perseguições para ampliarmos e demarcarmos a Terra Indígena Munduruku. Outro presente foi sempre as boas orientações espirituais que num futuro próximo me seriam importantes. Guardo um significativo presente recebido em 1994, com uma linda dedicatória dessa mestra e de seu filho Harold: Uma Bíblia, com certeza esse é o presente que contempla aos amigos e que são muitos.

Para mim foi um privilégio trabalhar bem próximo desse pessoal de alma e coração nobre por doze anos que trabalhei na Funai e acompanhei a ação de trabalhos da figura insubstituível de Edith e Harold em seus trabalhos espirituais

e assistenciais, lembro a grande contribuição que deu nos trabalhos de se garantir a Terra demarcada, as várias reuniões, as assembleias onde em todas que participou, exigia um momento de reflexão e recolhimento na presença de Cristo.

Recordo problemas de relacionamento de índio contra índio, em que duas famílias em litígio por credices relacionada à cultura, quase se matam; ocorreu emboscada de uma família sobre a outra no Rio das Tropas, três pessoas conseguiram embrenhar-se nas matas feridas, recordo a reunião no Sai Cinza, com as principais lideranças uns querendo que os índios agressores fossem punidos com a morte outros querendo que os feridos que se refugiaram em outra aldeia distante fossem socorridos, e aí depois de muitas horas de discussão, para que fosse dada um ideia para a resolução pediram a presença de Dona Edith que viera junto com Harold, que com sua voz diplomática, seu encantamento aplicando os conselhos com regras bíblicas, depois de sua sugestão ficou resolvido que não haveria vingança e o caso deveria ser encerrado, e que os feridos fossem imediatamente resgatados.

Dona Edith mesmo revelando sempre a doçura da humildade disse autoritária: O avião está aí abastecido... o piloto está aqui ao meu lado, e ele já irá decolar temos que salvar os feridos. Duas horas depois Harold e eu, trouxemos três pessoas gravemente feridas com saraivada de marcas de chumbo pelos corpos. Todos se salvaram, aliás mais uma vez Edith e Harold seriam importantes na vida dos indígenas. Se naquele dia, e hora aquele anjo tutelar não estivesse presente ali, na certa os feridos morreriam já que estavam refugiados aguardando duas coisas para salvar-lhes a vida, cuidados médicos, e que os retirassem de onde estavam refugiados pois já sabiam que os seus agressores viriam para completar o serviço...

Harold e Márcia, primeiros contatos

Com os sucessivos vôos que fazia além das viagens de evangelização, Harold certa vez foi contratado para trazer de Itaituba para o Sai Cinza uma equipe de pedagogos da Secretaria Estadual de Educação, para fazer um diagnóstico da educação escolar indígena; entre essas pessoas, destacava-se a Chefe da Educação Indígena do Estado do Pará, Marcia Lasmar, que ficara impressionada com a educação, o porte elegante de Harold, que mesmo introspectivo de pouca

conversa, reservou um pouco de tempo para os técnicos conversando sobre suas atividades na Organização e outros assuntos amenos.

Todos ficaram encantados com o trabalho e em especial Márcia com o indígena de sangue europeu. Como sempre acontecia quando chegavam autoridades na Aldeia, dona Edith com as lideranças iam recepcionar, e nessas ocasiões oferecia farás refeições além de delinear as acomodações na estrutura paroquial, de um lado para as mulheres de outro aos homens, e nas apresentações procurava fazer-se conhecer melhor bem como a especificidade de seu trabalho, apresentava as atribuições de cada membro, e quando era chegada a hora de apresentar o piloto e também evangelizador da Missão, tinha o devido cuidado de prevenir o assédio mostrando que o mesmo tinha compromisso pois era noivo; esse revelando sólida formação familiar não contrariava a mãe, e aceitava as pequenas cenas de exagerado cuidado para não dizer ciúmes.

Quando a equipe da SEDUC chegou e após as acomodações de praxe, durante o almoço, Edith um pouco intrigada como boa observadora via Márcia insistentemente olhar para seu filho; o que não vira era que Harold também se inquietava com aquela jovem de traços finos, e educada que falava com desenvoltura sobre diversos assuntos.

Márcia Lasmar sobre o esposo Harold dizia que, *conhecer o Harold no meio da floresta amazônica numa tribo de índios é de fato uma coisa idílica e sobrenatural, Deus sempre sabe o que faz e porque faz, nada é por acaso.* Márcia é Pedagoga e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/ UFPA) e Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uúmido, com contribuição fantástica de apoio a Educação Indígena por toda a extensão da Terra Indígena Munduruku, no Posto Sai Cinza além do apoio a evangelização, coordenada pelo esposo, coordena o grupo “**feliz idade**” com as idosas, além de coordenar a escola dominical e o trabalho com as costureiras, executar outras atividades paralelas no gerenciamento da ONG, criação de associações indígenas visando projetos de auto-sustentação que considera de extrema importância a produção familiar indígena.

Márcia o trabalho vocacional / grupo comunitário em servir

Márcia revelando o mesmo dom em servir tal qual a família do esposo, diz que sempre teve vontade de fazer trabalhos de solidariedade humana, já em

Belém desde adolescente participava do centro comunitário de sua comunidade (Pedreira), participou também de um grupo que todas sextas feiras a noite saía pelas vias públicas alimentando pessoas em risco de exclusão social em estado de necessidades, principalmente no centro da cidade e Praça da República em locais comprovadamente violento, levando além da alimentação uma palavra de conforto.

Enfim, desde cedo manifestou desejo de servir, não imaginando que essa vocação iria dar oportunidade de unir sua vida a uma família que fazia esse mesmo gesto como uma devoção de fé. Tantas foram as atividades de Márcia nesse aspecto social que estudou o ensino médio no colégio Salesiano do Carmo e se integrou a um grupo feminino de vocacionadas pessoas pela causa humanitária; por pouco Harold não a perdeu para o convento.

Presentemente na ONG que dá prosseguimento à Saga dos Bieri, Márcia tem suas responsabilidades, além de ser esposa e mãe dos filhos de Harold o Coordenador, desenvolve sempre com a participação da comunidade e que pretende estender para outros Postos Indígenas, a divulgação do evangelho e esse já é também propagado pelos próprios índios, mas que necessitam sempre de um assessoramento, complementa Márcia Bieri.

Na aldeia que coordenada o Grupo Feliz Idade, junto aos idosos e a escola dominical, além dos trabalhos de corte e costura que estende capacitação às índias, quer implementar outras atividades, mas que haja iniciativa dos indígenas.

Capacitação dos indígenas em trabalhos industriais / marco de amor e dedicação à causa indígena

O Trabalho dos Bieri, tem despertado muito nos indígenas a responsabilidade para investirem em autossustentação, tendo cuidado com a preservação do meio ambiente. Alguns iniciam habilidades em marcenaria e pequenos móveis já são fabricados pelos próprios índios com orientação da Coordenação da ONG, já existem alguns equipamentos e há projeção da aquisição de outros, a intenção é a confecção de mobiliários para ser vendido entre os próprios comunitários para que seja produzida renda e emprego entre os Munduruku.

Um dos apoios também de grande importância, foi a capacitação que a missão deu para a confecção de pães, criando de forma inédita no seio da

comunidade indígena uma padaria que já está se estendendo para outras aldeia do Rio Cururu, além de contribuir na dieta alimentar dos indígenas serve para a distribuição de renda, e mesmo que criticamente por muitas vezes ocorrer favorecimento a parentes as padarias estão se mantendo.

Outras atividades de economia também são incentivadas e muitas vezes custeadas pela Missão, como por exemplo, a pequena olaria para a fabricação tijolos, casas de farinha, criação de peixes; conta Márcia que o acompanhamento pela Coordenação tem que ser in-loco, diário, pois sempre os indígenas distanciam-se de suas atividades, e por esquecimento, imprudência, descaso, as vezes abandonam suas responsabilidades. Mesmo assim com falta de interesse de alguns índios, a falta de apoio de outras organizações que deveriam apoiar a causa indígena, o crônico estado de dificuldades que a Funai sempre apresenta, torna o trabalho da missão mais difícil.

Perguntada sobre qual o ponto forte do trabalho missionário, Márcia prontamente responde revelando emoção na voz: Cristo! O Evangelho de Cristo... e nosso trabalho tem multiplicadores, os indígenas que em nossa ausência desenvolvem os trabalhos de cultos e outras atividades correlatas.

Não foi necessário se ater sobre pontos fracos desse trabalho, pois se mais recursos financeiros existissem com certeza os Bieri fariam muitos mais da imensidão do que fizeram quer no trato espiritual quanto material, pregando disciplina, ordem e respeito pelo ser humano e meio ambiente.

O reconhecimento de Biboy Kabá / a recomendação emocionada / não se esqueçam de Deus!

A missionária Edith está deixando como legado aos índios Munduruku, Kayabi, e Apiaká, e ainda aos evangélicos principalmente das Igrejas Batista que ajudou a edificar, um marco de trabalho com amor e dedicação incondicional, e sempre que questionada sobre o futuro desse povo diz que está fazendo a parte dela esperando que os índios façam a deles, já que são pessoas sensíveis para se trabalhar.

Muitas vezes Edith, mostrava-se desiludida com a infestação de bebedeiras entre os índios, que deixam todos os parentes perante a sociedade envolvente, mais discriminados ainda, noutras horas, tirava ensino daquela fragilidade e

fortalecia seus assistidos e assim viveu nesses quarenta anos. Manifesta-se com o sentimento do dever cumprido e não espera gratidão de ninguém, fez e faz a Obra que se propôs quando conheceu seu esposo e vieram para a Amazônia.

Recorda com carinho que em uma das últimas assembleias que o povo Munduruku faz anualmente e que sempre colaborou para realizá-las fornecendo apoio em transportes e alimentação, o Cacique Geral Biboy Kabá foi buscá-la pelo braço já que estava pelo lado de fora do casarão onde se realizava os debates, e depois de belas palavras de agradecimento à missionária por tudo que essa fez, pela vida de seus parentes que ajudou a salvar, ao final o Cacique pediu que Edith se pronunciasse ante a assembléia reunida. Dona Edith revelando incontida emoção que levou às lágrimas vários convidados, falando em Munduruku, depois em português, rememorou o trabalho de sua responsabilidade vocacional em fazer o bem, e depois de estímulos como sempre fazia, para aplauso, e emoção dos presentes, disse: ***“O tempo passou...quando meu esposo Pastor Joahanns e eu chegamos aqui, tinham poucas aldeias, poucas pessoas, mas agora vocês tornaram-se muitos cresceram, se transformaram além de um povo forte, em fortes guerreiros e eu queria pedir só uma coisa a vocês... por favor, não se esqueçam de Deus!”***



A autora Márcia Eloísa Lasmar Bieri, em foto recente

CARTAS PARA MIM OU PARA VOCÊ

Marcilana Pinheiro Moraes

É sobre os sabores.

Será que são apenas esses? Me diga. Da adolescência ...

Das amizades ... Dos namoricos... Ah!

Tínhamos entre 12 e 13 anos, era audacioso o que fazíamos.

Agora, já depois de algum tempo, fica tão ridículo, fingir que isso não foi vivido

E querer ser “puritano” (único papel que jamais aceitaríamos)

Já não basta pra essa geração, que não apenas aprendeu a ler, mas que consegue INTERPRETAR o que está lendo

Rosto e alma de mulher, estamos aqui para ensinar/aprender

Você que agora está lendo, é igual a mim, que estou escrevendo.

Jorrámos sentimentos, somos movidos por paixões; você sabe que sim, senão não estaríamos aqui.

Te provoca

Tenta te conhecer mulher.

Só descobrimos que somos, ou onde queremos ou podemos chegar, se ousarmos

Não tenha medo. Claro que tu terás medo.

Claro que tu deves ter piquena;

É o natural

Coragem pra viver

Coragem pra falar

Coragem pra fazer e principalmente

Coragem pra acreditar e realizar

E sobre os sabores?

Descobri que o melhor deles, é o conhecimento.

Liga das amigas

Hoje, já passando um pouquinho dos quarenta (não vou entregar as idades, não) afinal mulher tem dessas coisas, e é uma vaidade que além de ser permitida, deve ser cultivada, afinal gera curiosidade.

lara

Lui

Lourdes, vocês ajudaram na minha construção, como: adolescente, jovem, mãe, filha, empreendedora, enfim se hoje sou a mulher que me tornei o mérito (e a culpa, rrsrs) também é de vocês.

E acho que se hoje cultivo a benevolência e a paciência (ainda que seja pouca) devo isso a vocês.

Escrever sobre as minhas amoras é um grande prazer e também um enorme privilégio, afinal vocês me dão forças sempre.

Mesmo, quando passamos um ano inteiro sem nos falarmos, eu sei no meu coração que vocês estão bem próximas, e ao meu primeiro chamado responderão.

Pensei muito, e agora mesmo revivo as inúmeras coisas que vivemos juntas, e todas, e cada uma dessas coisas me tornaram forte, e sei que também de alguma forma também vocês se fortaleceram. Falar de uma é falar da outra, as qualidades são inúmeras; os defeitos eu relevo todos, pois eles são um freio na bondade ou ingenuidade excessivas.

Minhas meninas amorosas, fortes, inteligentes e prestativas. De riso frouxo e de alegria genuína, mas também de uma firmeza total nas decisões mais importantes da vida.

Não poderia ousar escrever qualquer coisa sobre minha vida sem incluir vocês, afinal são mais de 3 décadas de amizade, cumplicidade, respeito e muito amor.

Obrigada por tanto, minhas amoras.

Mãe/ Filha

O ano era 2000. Juventude eufórica, auge dos 18 anos; todas as informações aí, mas...

Teste feito, confirmação veio, positivo (claro!). E agora? Esperar, e isso, simples assim.

Pode ser assim para o pai

Pode ser assim para os amigos

Pode ser assim pra todo mundo.

Menos pra dona do ventre, pra ela tudo é diferente, transformador e geralmente muito assustador.

Calma, moça. Você não é culpada; mas te ensinaram que sim.

A responsabilidade não é só sua; mas não só te ensinaram e também permitem que seja.

Mãe...

Minhas Raízes

Um pé de: Mandioca Roseira

Sou roseira mandioca, sempre viva sempre forte. Sempre linda e necessária

Eu maniçoba: alimento, sacio, deixo todos a lambar os beijos. Ainda que antes tenham me achado feia.

Com um pouco de relutância

Com um pouco de indicação (vai lá, come e gostoso)

Com um pouco de aventura.

Cada um que prova meu sabor (conteúdo) jamais esquece.

Daí, podemos compreender que beleza é magnífico e faz bem, mas não sacia por completo

Vamos lá, precisamos escrever, levar esse conhecimento/ sentimento adiante.

Amando minha terra, meus quintais e igarapés, quero conhecer o mundo, talvez apenas por pavulagem dizer, não! É isso?

Afirmar que aqui é muito melhor.

Motivos? Ah! Não me peça, pois passaria horas descrevendo um a um.

A TRAJETÓRIA DE VIDA DA MULHER INDÍGENA

Graça Atikum



Sou Maria das Graças da Silva (Graça Atikum), pertencente ao povo indígena Atikum-Umã, do município de Salgueiro, Pernambuco, Brasil.

*Sou a luta
a resistência presente na fibra do caroá que é símbolo do meu povo.
a história
o corpo
o território*

*Sou memória
Sou fruto da coletividade
Minha descendência é Atikum
Eu sou...
os troncos velhos
aqueles e aquelas que já tombaram
o fruto dos que aqui estão
a semente dos que estão para chegar
a semente do mucunã que saciou a fome dos mais velhos e mais velhas
as narrativas carregadas de mistérios
No tecer do artesanato sou o talo, a palha, a madeira, o cipó, sou as
penas
Sou o barro moldado pelas mãos da sabedoria
Sou a cabaça da ciência movida pelas cosmologias dos meus ancestrais
Sou os sinais emitidos pelos cânticos dos animais
Eu sou...
A meishinha que cura as dores
A encantaria presente no ritual do toré
A jurema sagrada que me aproxima da força encantada
A fumaça do guia que espalha energias positivas
Os versos e rimas que embalam o coco de toré, o coco de roda e a
dança da palma
Sou os passos sincronizados da Pisada Indígena da Juventude
Kyrimbaus
Sou o cocar, o brinco, a saia e o colar que fortalecem minha identidade
Eu sou...
A água dos caldeirões, da grotta do pinga e dos riachos que saciam a
sede de quem ali vive
Sou os segredos e o aconchego dos lugares sagrados
Sou a pintura corporal que me veste e me protege
Essa sou eu... essas são as minhas entrefaces. Intitulei esta seção dessa
maneira porque, como disse, faço parte de uma coletividade: sou a
diversidade Atikum.*

Nasci e me criei numa comunidade por nome de Mulungu. Consta nos relatos orais que, na região onde está inserida a aldeia, existiam muitos pés dessa árvore. Seu caule era utilizado na fabricação de gamelas (utensílio doméstico), sendo útil também na medicina tradicional. Sobre este aspecto pretendo me aprofundar logo adiante.

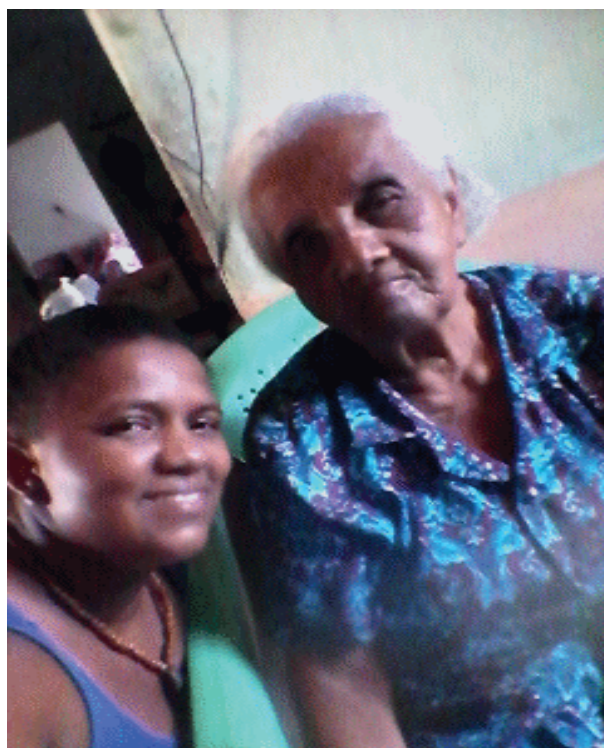
*Eu amo a terra onde eu nasci
Pois tudo que consegui
Eu agradeço a ela... Obrigada ô mãe terra!
Foi nela que eu nasci e me criei
Uma guerreira eu me tornei
Pra defender a terra. Obrigada ô mãe terra!
Na veia corre o sangue
Dos meus antepassados
Que morreram fuzilados
Pra defender a terra... Obrigada ô mãe terra!*

Hoje resido com a minha família na Aldeia Garrote Morto, que é vizinha à aldeia Mulungu onde nasci. Essas duas comunidades separaram-se apenas por um córrego, localizadas no II Distrito de Conceição das Crioulas. Sou uma das filhas mais novas de um casal de agricultores, Ana Maria da Silva e Venceslau José da Silva, ambos em memória. Minha mãe uma mulher simples e humilde. Eu era muito nova quando ela partiu para o outro plano da vida. Levava o seu tempo desenvolvendo os seus afazeres diários, ao mesmo tempo em que cuidava de mim e de meus irmãos (cinco homens e sete mulheres). Meu pai, que também já tombou, era um homem íntegro, grande conselheiro. Um agricultor honesto que com sua humildade trabalhava para manter a nossa sobrevivência. Além de agricultor era também tocador de pífano (espécie de flauta feita de madeira). Meus pais não tiveram a oportunidade de terminar os estudos na escola formal: o pouco que aprenderam foi o suficiente para escreverem seus nomes.

Mesmo com todas as dificuldades, eles nunca nos obrigaram a afastar dos estudos, pois sabiam que era uma das armas que iríamos usar para — que nem dizem os mais velhos — “ser alguém na vida”. Foi tomada por essa orientação que eu aprendi com meus pais, e, com a ajuda da força encantada e do

pai do ar, serei uma das primeiras mestras da família e do meu povo Atikum. Essa informação não me faz mais importante de que os outros; contudo é uma forma de lutar e encorajar aqueles e aquelas que porventura pretendem seguir academicamente. Sabemos que não é fácil, mas, se queremos fazer a diferença, precisamos urgentemente ocupar as universidades para produzir mais conhecimentos e materiais a partir da ótica Atikum.

Carrego dentro de mim um desejo dos/as mais velhos e velhas, inclusive dos meus pais e minhas avós materna, Maria Ana da Conceição, e paterna, Alzira Maria da Silva, ambas em memória. Eles e elas não conseguiram se prolongar nos estudos por muitos motivos: as condições eram precárias e precisavam trabalhar para sustentar a família.



Maria Ana: avó paterna

Foto: acervo da família

Estudei as séries iniciais na minha comunidade e terminei o ensino médio na cidade de Salgueiro, em Pernambuco, porque o ensino que se apresentava naquele momento era somente até a 8ª série, hoje o atual 9º ano do ensino

fundamental. Ingressei no ensino médio em 2005 e consegui o diploma dentro de quatro anos; me formei num ensino chamado de Normal Médio e me habilitei para assumir as turmas da educação infantil ao 5º ano. Foi a minha primeira formação para assumir uma sala de aula como professora. Minha família já me dizia que eu tinha jeito de ser professora.



Maria Ana: avó paterna

Foto: acervo da família

Passaram-se quatro anos depois da minha formação no ensino médio, e eu resolvi enfrentar uma faculdade. A mais próxima se encontra no município de Salgueiro: a Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC), que é uma autarquia municipal e pública. De início eu estava em dúvida entre três licenciaturas: Letras, Ciências Biológicas e História. Escolhi História por vários motivos: por exemplo, eu queria difundir a história do meu povo, queria ver como uma pessoa que se autoafirma indígena seria tratada pelos não-indígenas, e queria analisar se por acaso, entre os conteúdos curriculares oferecidos, tinha pelo menos algum destinado às populações originárias.

O primeiro contato foi tranquilo. Nesse ambiente de ensino-aprendizagem eu compartilhei meus saberes e aprendi bastante sobre outras culturas e formas de viver. Além dos conhecimentos que eu já tinha comigo, eu precisava mostrar para a academia que nós também podemos construir ao nosso modo, pensar nossas potencialidades. O meu objeto de estudo, estava evidente que seria o meu povo Atikum; mas era preciso pensar que aspecto eu iria estudar na minha monografia.

O tempo passou, e as pesquisas giraram em torno das organizações presentes no povo. Em 2015 defendi a minha monografia com o título *A organização social como forma de fortalecimento da cultura indígena do povo Atikum/Salgueiro*. O foco da pesquisa foi justamente estudar as organizações internas que me formaram enquanto sujeito político de direito, pois somos um povo que produzimos nossa própria epistemologia¹¹. A problematização enfrentada foi: como as organizações internas do povo promoviam a preservação dos saberes ancestrais para o fortalecimento da história e cultura do povo? Nessa pesquisa pude mostrar que, embora as memórias ancestrais Atikum se assemelhem às de outras etnias do País, nós temos também as nossas histórias com particularidades próprias.

Quanto mais eu estudava, mais eu tomava gosto pelo conhecimento. Foi aí que, em 2018, iniciei a minha pós-graduação em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pela Universidade Internacional (Uninter). A sua sede fica em Curitiba, Paraná, mas ela possui uma filial no município onde moro, que é Salgueiro. O trabalho final teve como título *Etnicidade e saberes tradicionais do povo indígena Atikum*. Concluí a pós em 2020.

E de onde vem essa vontade de estudar? A resposta é simples: vem dos ensinamentos dos meus pais, que, enquanto estiveram comigo fisicamente, me aconselharam para que eu pudesse aproveitar essa chance que eles não tiveram. Além de mim, há dois irmãos que estudaram: um é formado em Letras e outro em Pedagogia. E três irmãs: duas formadas em Pedagogia e outra formada em Direito. Então, posso garantir que o gosto pelos estudos é de família.

11 Sobre o próprio jeito de produzir epistemologias, ver os parentes indígenas Davi Kopenawa (2015) e Eliane Potiguara (2004).

Quando soube pelas redes sociais que havia um edital com uma vaga de mestrado pelas políticas afirmativas, não pensei duas vezes e logo organizei os meus documentos para enviar. Em poucos dias recebi a boa notícia de que havia sido selecionada. A primeira coisa que fiz foi avisar a minha família, e a segunda foi avisar as lideranças do meu povo. Fiquei feliz, mesmo sabendo que ia enfrentar um dos meus maiores desafios; mas também seria um momento de grandes trocas e possibilidades, de dizer que nós indígenas estamos cada vez mais ocupando um espaço que é nosso por direito. Então, adentrei a Universidade Federal do Ceará em 2021, com o propósito também de ser uma das agentes na descolonização das mentes e corpos e mostrar que também podemos, por meio da academia, apresentar outras concepções de modos de vida plurais que foram estrategicamente silenciados. Quando falo em descolonizar mentes e corpos, é no sentido de transformar o espaço acadêmico, levando para o seu interior outras narrativas dos povos indígenas; e esse caminhar coletivo nos dá oportunidade e autonomia de também poder contar a nossa versão da história.

Diante disso, apresento, nesta pesquisa, as relações intergeracionais entre os mais velhos e mais novos como forma de potencializar esses diálogos que são extremamente importantes para a preservação das memórias, e que em muito contribuem para o conhecimento histórico.



Ao assumir esse protagonismo da indígena universitária, posso afirmar que a conquista dessa vaga não é minha, e sim do meu povo Atikum. Quando uma membra do povo se forma, todo o povo se forma com ela; pois o título de mestra não é só meu, é da resistência, da luta e do movimento indígena. Estou aqui pelos meus ancestrais que já tombaram, pelos sujeitos que vieram antes de mim e por todas e todos que permanecem aqui neste plano terrestre.

Ocupo alguns lugares de destaque na minha comunidade que permitem diálogos outros. Sou indígena professora da rede pública estadual de ensino. Como voluntária, fui indicada pelas pessoas do meu povo para ocupar as funções de liderança tradicional, de conselheira indígena de saúde local e de ativista do movimento de juventude. E, durante seis anos, atuei como membra da diretoria executiva (Conselheira Fiscal e Vice-Presidenta) da Associação Indígena dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra (AIPAPP)¹², a primeira de Pernambuco. Observamos abaixo a foto da atual sede da AIPAPP.

E como e quando foi que tomei gosto para me incluir nas pautas coletivas aqui da minha comunidade? Assim como a maioria das crianças, eu sempre fui curiosa: onde tinha algumas pessoas conversando, eu estava lá. Mas foi aos 15 anos que comecei a participar das reuniões na minha comunidade por meio da associação. Contudo afirmo que, muito antes da construção da sede, a própria natureza favorecia esses encontros: as árvores eram locais de encontros e reencontros das pessoas, e ali gerações inteiras compartilhavam um jeito peculiar de estar junto.

Quando eu sabia de alguma roda de conversa, procurava me fazer presente. E há um detalhe: no início eu me apropriava, por meio da escuta, daquilo que os mais velhos repassavam; mas depois eu vi que, para algumas falas, seria necessário documentar. Então, perguntei às pessoas presentes se no próximo encontro eu poderia escrever algumas linhas. A partir daquele momento, não me despartava de um caderno e um lápis ou uma caneta, pois sempre escutava algo importante que merecia anotar.

12 A Associação Indígena dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra (AIPAPP) é uma instituição jurídica sem fins lucrativos que está organizada com os membros e membras do povo. É a primeira do município de Salgueiro, Pernambuco. A sua fundação foi em 1989. Ela reúne sócios e sócias de quatro comunidades vizinhas: Mulungu, Poço da Pedra, Lagoinha e Garrote Morto. Esta última é, por sinal, o meu lugar de fala. Essa entidade é muito importante porque desempenha várias atividades de cunho coletivo na área social, política e cultural.

Uma das curiosidades anotadas é que uma senhora chamada de Josefa Maria da Silva¹³, uma grande mestra do saber tradicional, e minha tia, irmã da minha mãe, lá no início do ano 2000 já dizia que estava ali, mas não era eterna, e que os mais novos precisavam participar mais, porque em breve seríamos nós que teríamos que tomar de conta das organizações dentro e fora do povo. Eu ficava ali pensando comigo mesma: “Será”? Como se não acreditasse que um dia fosse possível assumir essas funções. Observamos a seguir a foto de Dona Zefinha.



Quando falo em mestra do saber tradicional, me refiro a todas as mulheres que conhecem o poder das plantas e ervas que a mãe natureza oferece para fins medicinais e os seus rituais de cura. Esse saber também é passado de geração em geração, seja pela minha tia Zefinha, como é carinhosamente chamada aqui

13 Josefa Maria da Silva (tia Zefinha) tem 76 anos de idade. Ela mora na aldeia Garrote Morto, município de Salgueiro, Pernambuco. É uma grande mestra do saber milenar, conhece boa parte das ervas e plantas, é uma das nossas principais mestras de ofício, referência do saber da medicina tradicional, sendo participativa também em outros aspectos sociais. Foi dela que herdei a função de liderança e de Conselheira Local de Saúde Indígena (CLSI).

na aldeia, seja por Dona Luzia Vieira, outra mezinheira de “mão cheia”. Elas já foram apresentadas anteriormente.

Convém lembrar que outros jovens também participavam desses momentos. Foi aí que, em maio de 2005, resolvemos criar um grupo de jovens que nomeamos de Jovens Kyrimbaus Atikum (JKA)¹⁴, com aproximadamente 40 integrantes, entre homens e mulheres, a saber: Jeane, Ione, Graça, Neta, Eliane Oliveira, Josinaldo, Iziene, José Bento, Gustavo, Adriana, Sedivan, Pedro Pilé, José Oliveira, Messias, Neto Umbelino, Alsandro, Eliane Dionísio, Gildivan, Sandra, Samara, Jacksom, Antonio Marcionílio, Orlando, Ana Célia, Aparecida, Flávio, Fábio, Filho, Edimilson, Fernanda, Vitória, Mateus, Érika, Solange, Caroline, Humberto (em memória), Magna, Gilvaneide. Essa organização tem como principal objetivo fortalecer os laços ancestrais existentes dentro do povo, concentrando sua atuação principalmente na área cultural, além de encurtar o diálogo com os mais velhos, de modo que uma organização fortalece a outra.

Para estreitar o diálogo, entendo por ancestralidade aqueles e aquelas que vieram antes de mim. Meu parentíssimo indígena Ailton Krenak (2020a, p. 28) também confirma que

[...] os nossos ancestrais não são só a geração que nos antecedeu agora, do nosso avô, do nosso bisavô. É uma grande corrente de seres que já passaram por aqui, que, no caso da nossa cultura, foram os continuadores de ritos, de práticas, da nossa tradição. [...] Até hoje nós entendemos que estamos nesse mesmo contínuo de interação com a memória do nosso povo, com a memória da nossa cultura. Nós temos uma origem, sabemos de onde somos, amamos esse lugar, nós o reverenciamos.

Motivada pelas palavras de Ailton Krenak e encorajada por tia Zefinha, me tornei ativista jovem de maneira mais assídua no movimento, e ajudo efetivamente o meu povo e a minha comunidade. Embora meus primeiros passos no movimento tenham sido observando os mais velhos nas suas organizações, foi dentro da juventude Kyrimbaus que comecei a perceber o meu lugar no mundo. Posso dizer que foi onde aprendi o que é ser indígena. O grupo de jovens permanece em funcionamento, cultivando práticas cada vez mais fortalecidas.

14 A palavra kyrimbaus é de origem tupi e significa corajosos e corajosas.



Mosaico de fotos do grupo de jovens kyrimbaus

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A cada momento que passava, eu me empolgava mais. Percebi que a caminhada estava somente começando. No ano de 2010, recebi a indicação para fazer parte da diretoria da AIPAPP, e observei o reconhecimento dos mais velhos quando, lá no ano 2000, dei os meus primeiros passos na questão organizativa. O que eu tinha que fazer? Apenas aceitar. Quem já vinha havia mais tempo na organização me ensinava como seguir. Assim, de forma tímida, continuei na luta. Nessa passagem fiquei durante oito anos, chegando a atuar na vice-presidência, dentre outras funções.

Mais tarde, mais precisamente em 2014, tia Zefinha falou que já estava cansada e que precisava de pessoas mais novas para ocupar a sua função. Durante a roda de conversa ela disse:

Quando eu era mais nova, sempre participei das coisas aqui na comunidade, tenho pouca leitura, mas o suficiente para entender o que é melhor para todo mundo. Venho nessas funções há muito tempo e agora tô precisando deixar o espaço aberto pra outros tomarem de conta. Mas não quero que esses espaços fiquem sem ninguém, há de aparecer alguém que queira ficar. Aprendi com as matas a fazer as meisinhas pra ajudar na cura das doenças. Vou continuar ajudando, vou continuar acompanhando.

Dona Zefinha, logo em seguida, fez também a sua indicação e mencionou o meu nome. Como ela atuava nas duas funções, a de liderança tradicional e a de conselheira local, e como eu não tive como recusar o seu pedido, acabei ocupando esses dois espaços. E foi dessa maneira que me vi influenciada a participar politicamente, fortalecer a base e ajudar o meu povo no movimento indígena.

Entendo como movimento todas as articulações feitas pelas comunidades indígenas em prol da coletividade. Esse movimento começa desde cedo, a partir do chão dos nossos territórios. O movimento é encabeçado por homens e mulheres, sendo eles e elas lideranças, caciques, pajés, numa relação intergeracional, e dele participam os/as velhos/as e novos/as. Essas elaborações acerca dos movimentos já existiam e existem sobretudo nas bases indígenas, e alcançaram ainda mais respaldo — no mundo dos brancos, sobretudo — por volta dos anos de 1980, com o avanço das organizações históricas e de caráter étnico lideradas pelos próprios indígenas.

Essas poucas linhas sobre a minha trajetória de vida merecem destaque, porque as abordagens feitas são oriundas dos meus, dos nossos ancestrais Atikum e é uma grande satisfação mostrar para a sociedade que mesmo com tantas dificuldades, as lutas de nós indígenas pela permanência no nosso território sagrado estão merecidamente sendo vencidas.

Viva as matas! Viva os nossos mais velhos e mais velhas! Viva a nossa ancestralidade! Viva o povo indígena Atikum! Viva os nossos encantados de luz!

MARIA GERMANA DIAS PACHECO

**Maria do Carmo Dias Pacheco Pettenon
Terezinha de Jesus Dias Pacheco**

Maria Germana Dias Pacheco, filha de Fermino Gomes Dias e Luiza Justa Dias, apesar de muito virtuosa, já nasceu guerreira, no dia 11 de outubro de 1930 na Freguesia de Vigia, interior do Pará. Ela tinha um irmão que se chamava Benedito Gomes Dias. Ainda bebê foi separada da sua mãe, porque ela adoeceu e não pode cuidar de Germana. Contudo, aos 5 anos de idade voltou para o seio da família ficou muito doente de asma, quase morreu. Com 6 anos sua família deixou a Freguesia de Vigia e foi residir em Belém. Lá ainda viveu 4 anos com a sua família. Quando ela tinha 10 anos, sua mãe faleceu e por isso ela foi entregue para uma família de brancos que estavam procurando uma menina negra para brincar com a filha deles. Cresceu nessa família sendo tratada como doméstica, enfrentando o racismo, sofrendo o preconceito na casa, na escola, na rua, em todos os lugares. O tempo que morou nessa casa trabalhou muito, fazendo todos os serviços domésticos, afinal de contas foi para isso que ela foi criada. Em meio aos seus trabalhos, ela sempre tinha tempo para se dedicar a religião católica. Suas orações foram fortalecendo a sua espiritualidade e acreditava que fortificando a sua alma, poderia suportar o racismo, pois muito cedo aprendeu e entendeu que ser negra era muito difícil em uma sociedade brasileira. Por esse motivo, procurou um homem branco para casar-se, para que seus descendentes, ao nascerem miscigenados, tivessem mais oportunidades de trabalhos mais dignos na vida. Ela teve 8 filhos, entre eles 2 abortos, 1 faleceu recém-nascido, 4 filhas nasceram e sobreviveram e adotou uma neta e dessa forma criou 5 filhas. Ela sempre cobria a sua cabeça com um lenço para esconder o cabelo afro e das filhas mandava-os alisar. Sempre que podia engajava as filhas dentro dos movimentos da igreja católica. Essa foi uma forma de proteger suas filhas das

grandes perseguições que havia sofrido. Aconselhava-as que fossem sempre fortes de corpo e de alma, que estudassem para trabalhar e também para se realizarem como cidadãs brasileiras, sem, contudo, depender de marido ou de outra pessoa para sobreviver. Germana procurou fazer sempre o bem, era sensível as necessidades das outras pessoas, partilhava sempre de tudo que tinha, era muito asseada, dizia que os anjos estavam na limpeza e sempre primou por isso, tinha uma infinidade de comadres, a sua casa sempre cheia delas e seus afilhados, as filhas aprenderam cedo a escutar e não falar nada para ninguém de fora, o que se escutava das pessoas era sagrado, não podia ser propalado. Germana gostava de aconselhar e acompanhar todos que a procuravam. Sofreu muito com os tempos de penúria, tendo que racionar alimentos para garantir o pão de cada dia das filhas. Em alguns momentos o companheiro de 56 anos de vivência foi alcólatra e dificultou a vida da família, mas depois ele se engajou no A.A. e Germana viu a situação melhorar bastante. Ela viu todas as filhas se formarem e também quatro netos. Tinha os olhos brilhantes a cada conquista da família, zelava por tudo o que se referia ao bem comum, mulher de fé, mulher de oração, rezava por todos, dizia sempre que a oração era o alimento da alma e que a Eucaristia nos fortalecia a cada instante. Faleceu aos 92 anos, já viúva, rodeada por filhas, netos e bisnetos, foi para junto do Pai Eterno com a plena consciência do dever cumprido.



Maria Germana Dias Pacheco

Foto: acervo de família, 1990

MARIA JANE, MULHER CIGANA E SUA TRAJETÓRIA DE VIDA, FAMÍLIA, LUTA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Maria Jane Soares Targino Cavalcante

Meu nome é Maria Jane Soares Targino Cavalcante, contudo sou mais conhecida como Maria Jane Soares. Sou cigana, da etnia Calon; sou pedagoga e atualmente faço mestrado na área de Educação, e resido na cidade de Condado, no estado da Paraíba. Nasci nas barracas do povo cigano Calon e vivi, até o ano de 1991, andando com minha família em comboio de grupos de famílias ciganas. Chegamos no município de Condado, na Paraíba, e nos estabelecemos. Vivemos ainda como semi-sedentários, por precisarmos viajar para trabalhar em feiras populares do Estado, como também em feiras de estados vizinhos da Paraíba, pois o mercado de trabalho não inclui os povos ciganos em função do racismo e da exclusão milenar que ainda existe. Buscamos, portanto, essa reparação por parte do Estado e dos órgãos responsáveis, através de nossa luta e resistência para que haja inclusão dos povos ciganos nos estados brasileiros.

Vou falar um pouco de minhas recordações de infância e os motivos pelos quais levo a vida que caminho hoje. Tenho lembranças de quando eu era criança, que a minha mãe ao me escutar ficava admirada; isto porque quando eu lhe relato algumas de minhas lembranças ela diz: “você era tão pequena neste tempo minha filha, como se lembra disso? Como?! Como pode minha filha você lembrar-se disto? Você neste tempo era tão pequenina, só tinha três anos!” Ela sempre fica surpresa pela maneira como eu consigo recordar tantas histórias sofridas pois em algumas delas eu tinha apenas esta idade.

Tenho saudades de minha avó paterna, lembro-me como se fosse hoje, que ela gostava de usar um lenço amarrado em sua cabeça, era muito limpa e

varria seu rancho logo cedo. Era tida como sinônimo de limpeza, o que dava para enxergar de longe em seus caprichos. Despertava cedo da manhã e fazia o café de seus filhos e netos, que moravam com ela ou que vinham visitá-la quando por ali passavam em mais uma de suas viagens em busca de seu sustento e sobrevivência. As jornadas nas viagens nômades dos povos ciganos eram algo que se fazia necessário porque eles eram forçados a não terem paradeiro, para que não conseguissem “pousar” em lugar nenhum.

Logo que nos alimentávamos com o café da manhã, à base de tapioca, pão e cuscuz cozinhado num pano de prato, colocávamos as panelas no fogo a lenha, providenciando a comida (almoço) para que sempre nos alimentássemos cedo, pois sabíamos, todas as mulheres ciganas, que nós ciganos éramos e somos uns povos perseguidos, discriminados e que a qualquer momento poderíamos ter uma surpresa e sermos atacados pelas autoridades dos municípios nos quais nos encontrávamos e que não queriam, nem deixavam ciganos se aproximarem dos ambientes sociais, tais como municípios ou até mesmo onde existissem pessoas, moradias, locais públicos...

As “surpresas” desagradáveis eram e são constantes na caminhada da vida do povo cigano. Minha avó Dendê, como era conhecida, era uma senhora cuidadora trabalhadeira e que adorava plantar para ter o alimento de sua família. O cuidado com suas bacias de zinco, onde plantava suas lindas rosas de boa noite, fazia parte de seu dia a dia. Ela gostava de cuidar de mim, conversar comigo e tinha muito carinho por mim. Eu estava sempre ao seu lado e lhe admirava. Essa é uma de minhas lembranças dela. Minha mãe disse que eu só tinha três anos de idade, na época, mas consigo me lembrar dela.

Lembro-me ainda de minha bisavó, que era mais conhecida por cigana Batata, uma senhora disposta, corajosa, destemida e audaciosa, que não temia as dificuldades que enfrentava junto com sua família. Lembro que ela não se apartava de uma mala que tinha. Nessa mala tinha uma arma, um 32 com cabo branco. Nossa bisavó Batata, como era conhecida pelos povos e famílias ciganas, era uma cigana que liderava os ranchos com a presença de seu marido, nosso bisavô Malaquias, e junto com seus filhos e parentes. Quando o marido e os filhos não estavam presentes, ela mesma liderava o rancho: falava com as autoridades e resolvia o que fosse referente a seu comboio, de seus familiares ciganos que estavam arranchados, que quer dizer acampados em barracas.

O comboio de nosso povo seguia seu destino e tudo eu observava atenta, e tinha uma sensibilidade incrível para com nosso modo de vida cigana. Eu sempre ficava junto de nossos pais e mais velhos, via e sentia suas preocupações com o comboio de seu povo. Eu compreendia o que eles conversavam, tanto no português como em nossa língua, chibé, que é o idioma falado pelo cigano Calon.

Meus pais, dia após dia, trabalhavam para buscar o alimento, o sustento de seus cinco filhos, pois sou a mais velha das mulheres, tendo mais duas mulheres e dois homens. Eles também se preocupavam com seus parceiros ciganos, que sempre estavam juntos e se ajudavam, não deixando nada faltar para suas famílias. Nossos pais trabalhavam com comércio de vendas e trocas de animais, e nossas mães, as mulheres ciganas, trabalhavam em parceria umas das outras através do trabalho cultural de leitura de mão e também jogando cartas. As mulheres sempre tiveram, na cultura cigana, seu trabalho: o *drabe* cultural. Ele foi reconhecido pela Lei 9.521, uma tradição de um povo com uma história milenar. Mas as mulheres ciganas sempre foram e são perseguidas e desrespeitadas por oferecerem seu trabalho (*drabe*).

Muitas vezes as pessoas que as discriminavam vinham à procura das mesmas, escondido, em busca de seus trabalhos de oração e reza. Eu era uma criança, mas já tinha pensamento e atitudes de um adulto, e nos meus cinco anos de idade já tomava conta de fazer a comida de meus irmão e primos de nossa idade, para que os nossos mais velhos e pais fossem trabalhar para buscar o nosso sustento.

Muitos ciganos, principalmente os mais velhos, prestavam atenção ao meu jeito de ser, de estar sempre presente no que se referia ao povo cigano. Mesmo eu ainda criança era procurada para aconselhar e ajudar com orientação em pensamentos, do que eu sentia e ouvia dos murmuros em meus ouvidos... (coisa de ciganos). A reposta sempre me vinha para o que eu estava a procurar de saber.

Lembro-me que certa vez um de nossos ciganos estava comunicando aos seus pais e irmãos sua intenção de se juntar com uma jovem mais ou menos da idade dele, eu tinha uns oito anos na época. Ele me abraçou, onde estava sentado no chão (como se sentavam os ciganos quando viviam nas barracas, e até hoje mesmo) e me perguntou o que eu diria a ele sobre essa decisão dele se juntar com essa moça que não era uma cigana e por este motivo estava causando muitos conflitos na época.

A família dela não gostava de ciganos, mesmo eles sendo vítimas de preconceitos por serem pessoas que viviam em circo, atividade essa que faz parte de povos de uma cultura itinerante também. Outra razão dos conflitos era a família não querer uma não cigana na família, pois segundo a cultura cigana, dos nossos mais velhos, esse tipo de união não dava certo por causa das culturas de ambos serem diferentes (ciganos e não ciganos).

Então, a minha resposta, o que me veio para falar em minha santa “inocência”, foi: você viverá com ela uns trinta anos e depois desse tempo irão se separar”. Ele não gostou de minha afirmação, mas foi o que me veio para dizer depois que ele me fez a pergunta. Isso aconteceu na cidade de Santa Luzia, Paraíba, na década de 1980, e há pouco tempo, aconteceu a separação, no tempo que falei. Sempre tive uma sensibilidade forte comigo.

Passaram-se alguns anos e me casei, com meus quatorze anos. Essa sempre era a idade das ciganas casarem: treze, quatorze anos. E minha trajetória seguiu, sempre junto com nosso povo cigano fui caminhando, mesmo tão jovem, com idade de adolescente já tinha uma boa experiência com nossa vida e cultura cigana, pois já tinha sentido na pele situações e problemas de racismo, preconceito, discriminação e, o pior, presenciado, como criança, várias cenas de violências e injustiças que nosso povo, mulheres ciganas e homens ciganos sofriam. Então quando tínhamos um dia de paz e de sossego em nossos ranchos, podíamos nos alimentar e deitar um pouco para descansar, sem sermos molestados por quem não gostava e não confiava em nosso povo. Sentíamos uma tranquilidade na alma e no coração, que nos fortalecia para os dias seguintes de nossas batalhas.

Depois de casada, as responsabilidades só aumentaram, pois se ampliava o leque das minhas funções dentro dos ranchos de nossa família. Fui acompanhando nosso povo cigano nas suas lutas e dificuldades. O que eles passavam ou vinham me chamar para seguir com eles para resolvermos juntos, eu ia e resolvia. Em nossas festas tradicionais, me colocavam para administrar os eventos, e organizava tudo para festejarmos com muita alegria, felicidade e fartura, todos juntos e unidos.

Quando adocece um do nosso povo sempre vinham me buscar, ou eu ia para cuidar e agir o que fosse preciso (quando um dos nossos adoecem, nos colocamos um do lado do outro para dar apoio). As autoridades vinham em nossos ranchos, e era eu quem sempre conversava com eles com respeito, e pedia pelo mesmo.

O povo cigano tem uma sensibilidade forte com a natureza e tem avisos através dos sonhos, e do clima, do tempo ao seu redor, e eu não passo por despercebida nesse dom que Deus nos deu, em uns mais que em outros. Um dos acontecimentos se deu através de um sonho meu foi um fato que também lembro muito bem, que ocorreu no ano de 1998, quando eu e minha família, o marido Antônio e meu filho mais velho, Indiano, estávamos passando uma temporada com nossa família que mora em Natal-RN. À Noite eu soube de uma notícia muito desagradável: minha mãe estava internada no hospital de Patos, muito doente, e tinham feito exames nela, um ultrassom e um exame de sangue, e precisava fazer uma cirurgia de apendicite urgente. Fiquei apavorada, pois não entendíamos do que se tratava, ainda mais que o povo cigano tem pânico de hospital, cirurgia...

Essa noite para mim foi muito longa, me peguei com Deus e meu padrinho Frei Damião e fiz uma prece com ele em oração, que ele operasse minha mãe sem ela precisar ir para as mãos de doutor da terra... Desde criança que sonho com meu padrinho Frei Damião, e nessa noite ele veio mais uma vez ao meu encontro para fazer sua obra, seu milagre de cura... Sonhei que eu ia atravessar a estrada que ficava na avenida que atravessava para outra rua, estrada essa que era a mesma para voltarmos nosso destino, a Paraíba. E ao chegar à ponta da estrada, eu via a estátua de Frei Damião na beira da pista, alta e bem fixada no chão, do lado que eu me encontrava, eu me aproximava da estátua, ele mexia com os olhos e com sua mão esquerda puxava uma tripa do cantinho de minha barriga (eu não sabia o que era apêndice, não entendia nada, nunca tinha ouvido falar de tal). Então ao amanhecer, cheguei na cidade de Patos, onde minha mãe estava internada no Hospital Regional, pedi o que foi me dado pelo toque no coração: que ela fizesse os exames novamente.

Ao serem repetidos os exames dela, nada mais constou, e pagamos: eu tinha feito a prece e prometido a Frei Damião que minha mãe vestisse a cor do manto dele (marrom), de meu padrinho Frei Damião, por um mês, e assim foi feito!

Tive outros sonhos com ele, um deles foi bem próximo a esse do milagre que aconteceu com minha mãe: ele veio abrir a porta da cela de uma cadeia para soltar um cigano parente nosso que se encontrava preso, e depois de quatro dias do sonho ele foi solto.... Muitos milagres foram alcançados pelos povos ciganos e sua fé em Frei Damião.

Seguindo o destino de nossas vidas ciganas, sigo meu caminho, sempre preservando nossa cultura cigana, maior tesouro do nosso povo cigano: nossa cultura, idioma e tradições. Fui observando com muita atenção que as mulheres ciganas sempre estavam de prontidão para cooperar com suas famílias ciganas, com seu marido, dando seu apoio dentro das comunidades ciganas para que nada os faltasse: o que comer, o que beber e o que vestir. Sempre muito atenta na luta de nosso povo, prestava atenção nos papéis das jovens, como também das mulheres ciganas que em sua grande maioria são mulheres valentes, que por muitas vezes desempenhavam o papel de liderança dentro da comunidade, como também enfrentavam os problemas que vinham e apareciam para com os nossos homens (como procurar saber do que se tratava quando a polícia vinha prender nossos homens ciganos).

De muitas coisas que sinto e acompanhava dentro de nosso povo, umas delas é o contato que o povo cigano tem com a natureza; um contato profundo no qual a natureza transmite mensagens para os povos: tanto o nosso povo cigano sentia, como cismava do que ia acontecer, e os homens por prevenção se ocultavam do rancho, deixando muitas vezes só o mais velho dos homens da família junto com as mulheres ciganas, atentos ao que estava por vir.

O que mais atinge os ranchos dos ciganos são as falsidades e as calúnias que levantam contra nosso povo, e as injustiças, uma vez é sobre roubo na região onde se encontravam ciganos arranchados, outra vez é que as mulheres ciganas tinham roubado quando praticavam seu trabalho que pertence à cultura cigana, o *drabe*...

Eu comecei a desenvolver para os não ciganos minha sensibilidade do nosso trabalho, o *drabe*, com a idade de quinze anos, conversando com uma senhora em uma casa próxima ao hospital de Patos - Paraíba, onde se encontrava uma de nossas crianças doentes no hospital. Pedi para uma senhora para usar o banheiro e ela atentamente não fez nenhuma questão. Depois de sair do banheiro, olhei para ela e comecei a conversar sobre o que estava vendo ao olhar para ela, fui falando e falando e ela se prontificou a me olhar e gostar.... Depois que falei e fiz as orientações do que senti, fiz nela uma prece que nossa mãe usa até hoje, e ela simplesmente perguntou: “minha filha, quanto li devo?” E eu falei o valor, que não tinha me passado nada disso na minha cabeça de pedir nenhum

valor para ela, mas era como se o pensamento tivesse comandado para que eu o fizesse, como um impulso.

Hoje entendo com mais clareza o que aconteceu, minha sensibilidade se expandia para a área de nosso trabalho, o *drabe*, e eu fiz o que seria meu destino, meu sustento, sustento de minha família e a prática de preservar nossa cultura que estava ganhando espaço dentro de mim.

Muitos dos não ciganos, ao fazer sua consulta com as mulheres ciganas, depois se arrependiam do que elas davam com suas mãos e não honravam os seus atos, querendo delas ouvir o que buscavam, mas como forma de ingrati-dão, queriam de volta o que deram de gosto para se satisfazer com suas ânsias, como querendo que as ciganas fizessem seu trabalho de graça, como se elas não precisassem, como se não fosse o trabalho das mulheres ciganas para contribuir com o sustento da sua família cigana...

Essas senhoras que se arrependiam pelo que pagavam às mulheres ciganas pelo *drabe*, ainda colocavam a polícia dentro dos ranchos ciganos e faziam suas denúncias contra as mulheres ciganas, como se elas as tivessem roubado. Fui vítima como criança, jovem e mulher já casada, de episódios traumatizantes quando seguia com minha mãe para ela ir trabalhar, dos descasos que nos tratavam como: “vão trabalhar vagabundas, cadê os homens de vocês”... Sem falar dos maus tratos nas portas das casas e nas ruas. Eu presenciava nossas mulheres ciganas mais velhas sofrerem, até chegavam a bater nelas. Muitas vezes as mulheres ciganas ocultavam de seus homens muitas coisas que ocorriam com elas para não complicar a vida de seus homens, pois um cigano nunca tinha o direito de defesa, de ser vítima, de ter voz e vez, eram sempre os culpados... Como não bastasse o preconceito e racismo que as mulheres ciganas vem sofrendo há séculos, hoje temos, no meio da luta dos povos ciganos, indivíduos não ciganos que se titulam como ciganos, e que estão incentivando esse racismo que as mulheres ciganas já sofrem há milênios ...

Os mais velhos sempre evitavam falar na presença das crianças e jovens ciganos sobre os problemas que nosso povo passam de constrangimentos por serem ciganos e os ataques ao povo cigano, , pois todos choram quando sabem, pois todos sentem a angústia que seu povo sofre e passa, coisa essa que senti nos filmes do Hitler (ao assistir os vídeos e filmes do nazista Hitler e nossos povos ciganos cantando para acalantar a dor de seu povo cigano que morria

aos poucos, entendo o porquê que está impregnado em nossos sentimentos a proteção que nosso povo tem para que nós, ciganos, não sentíssemos as dores que eles passavam ao ver sua família cigana serem destruídas injustamente pelo racismo sofrido).

Nós, povo cigano de Condado- Paraíba, andamos de comboio em grupos com nossas famílias ciganas a lombo de animais até os anos de 1991, mais conhecidos como comboio dos povos ciganos. Aonde chegávamos meu pai, junto com nossos mais velhos, pediam rancho nos sítios ou fazendas para que as crianças ciganas, os animais descansassem e fossem alimentados para continuarem seu trajeto, o qual eram forçados a viverem perambulando pelo mundo sem destino, sem paradeiro, mundo afora.

Muitas cenas de violência e medo presenciei e senti em nossas comunidades quando nossos ranchos eram invadidos pela polícia. Nosso povo evitava ao máximo ficar visível aos olhos e conhecimentos da sociedade, eu sempre ao lado dos nossos mais velhos, que sempre tinham cuidado pelas crianças ciganas e ficavam de sobreaviso para nos proteger. Todos os ciganos do comboio têm atenção e proteção uns com os outros nos ocorridos e acontecimentos; eu sabia que nosso povo não devia, pois, sempre tivemos cuidado para não cairmos em contradições.

No nosso povo, os homens trocavam, nos sítios mesmo, seus animais, e o que pegavam em dinheiro um ia à cidade comprar alimentos (farinha, arroz, rapadura, bolacha) para o sustento de todos. As mulheres ciganas andavam nos sítios também, arrumavam galinhas (um dos alimentos indispensáveis para povo cigano até hoje), feiras, dinheiro e até ouro, assim os não ciganos os dessem com suas mãos, pois os mesmos faziam com muito gosto. Alguns dos que davam se arrependiam, chamavam a polícia, os mesmos chegavam a nossos ranchos de surpresa e praticavam de abuso de autoridade, não nos escutavam, batiam nos nossos pais e irmãos, na nossa família, na presença das crianças, o que ainda não deixou de acontecer nos ranchos ciganos.

Minhas lembranças são de pânico quando ouvíamos gritos de desespero e angústia de todo povo cigano; ao ver nosso povo sofrer, homens serem espancados e levados humilhados para as delegacias, onde primeiro as autoridades levavam os ciganos para um local para espancarem sem dó. Eu via e ouvia tudo, junto com as demais crianças ciganas, que sempre estávamos nos “pés”

de nossos mais velhos: ouvia seus lamentos, seus choros seus sofrimentos dos acontecidos com nosso povo cigano. Sabia eu que tudo aquilo estava errado. Fui crescendo e algo se manifestava dentro de mim: a necessidade de fazer algo, de buscar uma solução para que a marginalidade para com nosso povo acabasse, force combatida!

Meu pai fazia parte dos três ciganos dos ranchos que sabiam ler, aprenderam a ler nas latas de óleo, sardinhas. Minha mãe, sempre muito sábia, mesmo sendo analfabeta, colocou o nome de seus filhos com as letras G e J, e mesmo sem eles terem muito conhecimento na educação, as letras do nome de seus filhos tinham o mesmo som, mas com escritas diferentes de cada nome, a exemplo de George, Jane, Jeane, Junior e Janete (meus quatro irmãos e eu). Então, mesmo sem entender naquele tempo, eu tinha uma tendência de querer aprender a ler, e essa necessidade não vinha só de nosso povo cigano, que são pessoas sábias, mas, de meus pais também. Foram se passando os anos, fomos nos aproximando das cidades e eu admirava muito ter conhecimento de algo que me chamava a atenção: os jovens e crianças que passavam de branco e cadernos nas mãos.

Algo me chamava a atenção e me identificava com eles e, ao procurar saber quem eram e o que faziam e descobrir que eram alunos, que estudavam para serem alguém na vida, também queria estudar, mesmo sem entender muito, mas sabia que era o que nosso povo cigano precisava, saber mais, aprender. Queria estudar para buscar entender, ter conhecimentos na educação para ajudar nosso povo cigano. Esse era o caminho pois por ali entendi, com meu intuito cigano, que era a saída para mudar o pensamento da sociedade para com o povo cigano, para que nos conhecessem, nos respeitassem e deixassem de nos discriminar erroneamente, pois só queríamos passar e parar uns dias, ter um momento para alimentar nossa família e depois seguir, nunca pedimos nada mais que isso.

Os dias foram se passando, nossos mais velhos foram nos deixando sempre com suas profecias, que iríamos nos “misturar” e que sofreríamos muito, mas que nunca deixássemos nosso povo cigano, nossa cultura morrer, e que sempre continuássemos em família. Fui crescendo no meio dos mais velhos, tomando responsabilidades por nossas barracas e crianças ciganas. Com cinco anos de idade eu já cozinhava para meus irmãos e demais crianças.

Na minha adolescência já tinha uma bagagem de adulto dentro dos ranchos ciganos, não abandonava nosso povo, estava e estou sempre presente para agir

com eles e proteger nossos ranchos. A ideia de estudar foi se fortalecendo dentro de mim e minha mãe matriculou meu irmão e eu na cidade de Santa Luzia- Paraíba, onde só eu fiquei, pois, meu irmão não aguentava o preconceito que sofriamos e sempre entrava em confusão por não aguentar desaforos maldosos para com nossa etnia, nosso povo cigano.

Devido ao fato de viver pouco tempo em um determinado lugar, saí da escola, coisa essa que já tinha tomado mais gosto. Daí nada mais me segurou, onde chegávamos mesmo sem meus pais quererem, eu buscava as escolas e falava de minha situação de ser cigana, de vivermos viajando, mas que eu queria, precisava estudar, procurava a “dona” (assim eu tinha na cabeça, por não sabermos o que era diretor) da escola e conversava com eles ou elas, nessas conversas obtive sucesso na cidade de Arara-PB, onde uma pessoa conhecia a família de meu pai através do marido dela, aceitou o desafio de me colocar na escola.

A senhora Maria de Nego Lopes, diretora da escola, que ouviu minha história de querer estudar, me aceitou mesmo sabendo ela que estava por enfrentar vários problemas, pois nosso povo cigano não queria que estudássemos, e um dos motivos era por medo que perdêssemos nossa cultura, que nos envolvêssemos com os não ciganos e saíssemos de nosso povo. Só que minha intenção era buscar saída para ser uma advogada para intervir por nosso povo: ajudar. Hoje finalizada a faculdade de Pedagogia, finalizei minha Pós-Graduação em Gestão, Coordenação e Supervisão Educacional, com o intuito de seguir meu objetivo.

No ano de 1989 insisti em continuar a estudar. Busquei como estudar nesse ano, que nos sedentarizamos por um tempo, em busca de alguém que me ajudasse. Certo dia ao ir pegar água num chafariz na cidade de Juazeirinho-PB, vi numa casa uma placa, com nome ‘AULAS PARTICULARES’. Me aproximei, mas a senhora que ensinava não se encontrava, fui “escondido” várias vezes lá até o dia que a encontrei. Ela, dona Bernadete, me ouviu atentamente, que eu precisava, queria estudar, mas meus pais, por causa de nossa cultura e meio de vida que vivíamos viajando não queriam. Ela, certo dia, foi no nosso rancho e conseguiu convencer meus pais, que no princípio ficaram com raiva de mim por tamanho atrevimento.

Nesse mesmo ano consegui iniciar dois cursos: um de datilografia, quando recebi o certificado meu pai sorria de felicidade, era tipo uma realização por minha capacidade e vontade de querer saber e aprender; o outro, de administrador de

empresas, pelos correios (Instituto Universal Brasileiro) esse não consegui finalizar. Ela, dona Bernadete, era professora na cidade de Juazeirinho - Paraíba, e ao precisarmos viajar para cidade de Currais Novos, no estado do Rio Grande do Norte, para nossa festa tradicional de Natal com a família cigana, fui conversar com ela e ela prontamente me deu um histórico que rezava minha quarta série completa, que guardo com muito carinho.

Até que no ano de 2010 resolvi finalizar meu sonho de concluir meus estudos. Iniciei, na cidade de Condado- Paraíba, o Ensino Médio, na intenção avançar na educação e de ajudar nosso povo cigano. Na escola fiz amizade com um moço por nome de Leandro, e conversava sempre com ele. Certa vez ele me disse: Maria Jane, porque você não abre uma associação, já que tem o sonho de ajudar seu povo cigano? E pedi as orientações a ele e fundamos a nossa Associação Comunitária dos Ciganos de Condado-PB – ASCOCIC, que foi oficializada no dia 29 de junho de 2010 e até hoje vem trabalhando em vários estados do Brasil para a inclusão nas políticas públicas sociais de nosso povo cigano, em busca de respeito e dos nossos direitos como cidadãos brasileiros que somos! Ressalto ainda aqui que a finalidade da ASCOCIC é que os povos ciganos sejam reconhecidos, ocupem seus espaços de direito, busquem por oportunidade e inclusão, com foco em incentivar nossas crianças e jovens ciganos para não deixar a cultura do povo cigano morrer, e sim preservá-la, de geração em geração, não tendo, até a data de hoje, se envolvido em cargos e partidos políticos ou recebido dinheiro dos mesmos ou de projetos para a associação.

Aqui inicia nossa jornada!...

Ao longo de seus anos de existência, a Associação Comunitária dos Ciganos do Condado (ASCOCIC) vem desenvolvendo trabalhos de inclusão social para os povos ciganos de todo o Brasil e também encontrando várias barreiras e dificuldades para esse objetivo, um deles é garantir que os espaços que são destinados ao povo cigano sejam ocupados de fato por eles, onde os mesmos possam falar de sua realidade e de seus anseios dentro dos ranchos ciganos, para seu povo cigano, evitando, assim, a intervenção de pessoas oportunistas que fingem ser ciganas, que tem interesses pessoais para se fazerem representantes desse povo que tem uma existência e resistência milenar, enfrentado a discriminação nas piores de suas formas e demonstrações! Esse é uns dos motivos que fazem

a ASCOCIC ter interesse nos espaços dos conselhos que dizem respeito aos povos ciganos.

A ASCOCIC busca para os povos ciganos o avanço nas políticas públicas sociais e tem, com todo cuidado e respeito, feito essa representação nos Conselhos Estaduais e Nacionais. Além da Paraíba, a ASCOCIC tem conseguido em estados vizinhos, por meio de convites, seja de lideranças ciganas, seja de secretarias, prefeituras ou governo dos estados do Nordeste, construir, junto com os ciganos de cada região, seu direito de participação nos calendários culturais dos seus respectivos municípios e estados, garantindo suas participações nas políticas sociais que demandam a inclusão dos mesmos no que se refere aos direitos de povos e comunidades tradicionais, como no ano de 2010, em que a ASCOCIC tramitava a regularização de sua fundação, em homenagem ao dia 24 de maio de 2010, e foi dado início à comemoração do dia do cigano, em que os familiares dos ciganos de Condado vieram de toda região do Nordeste prestigiar, todos juntos, com direito a barracas, fogo, animais, danças, músicas, convidados de toda região, **não ciganos, como também autoridades da cidade de Condado e de cidades vizinhas.**

No mês de outubro de 2013, os ciganos de Patos e Condado, Paraíba, participaram de uma audiência com doutor Luciano Mariz Maia e doutor João Raphael, do Ministério Público Federal, onde foi discutido e colocado em pauta a busca pelos direitos dos povos ciganos e sua caminhada pelo respeito desta população.

No ano de 2014 foi sancionada a Lei 2014/420 Maria Jane, voltada para a educação e para as políticas públicas sociais para o povo cigano, para que hajam atividades e publicações **dentro das escolas do Estado** para levar o conhecimento ao público da educação e à sociedade sobre a cultura do povo cigano e sua busca pelo respeito. Isso levou em consideração que os povos ciganos são reconhecidos como um povo 80% analfabeto e necessitam de incentivos para mudar esse índice de analfabetismo.

No ano de 2014, se articulou para que o Projeto Mova-Brasil tivesse início no rancho de Condado- Paraíba. Através dele o educador Indiano, um jovem cigano, pela primeira vez na história promoveu uma sala de aula itinerante, só com a comunidade cigana onde, em mais uma das viagens da comunidade cigana de Condado, o professor e seus alunos ciganos viajaram para a cidade de São Rafael, no Rio Grande do Norte, e o feito foi motivo de orgulho e desafio para a

história da educação, para que os educandos ciganos não fossem prejudicados por suas necessidades de viajar para trabalhar não perderem aula.

Em 2015, a sala de aula Mova-Brasil deu continuidade e a jovem cigana Janete foi quem prosseguiu, dessa vez com uma sala com diversidade, com educandos ciganos e não ciganos, não dando lugar aos preconceitos de ciganos estudarem separados dos não ciganos e buscando melhorias e avanço para dentro das comunidades. Observação: para ser um educador do Mova-Brasil era solicitado o currículo do educador com seu Ensino Médio completo.

No ano de 2015 houveram eleições do Conselho Estadual CEPPIR-PB Biênio 2016/2017, em que a ASCOCIC entrou como suplente e finalizou o mandato no Conselho como titular, por se fazer presente em todas as reuniões dos anos letivos.

A mobilização se fez também nos programas de governo estaduais, tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que a partir do dia 02 de junho de 2016 até o presente momento, vem conhecer de perto a realidade do povo cigano e sua sustentabilidade, a miséria que povo cigano vive, sem segurança alimentar para suas famílias e comunidades. Também o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial-PB, por meio da ASCOCIC, que integra o conselho de 2016 até o presente momento, atua para observar a realidade de perto e buscar as melhorias para a sustentabilidade desse povo, que não tem sua alimentação adequada garantida.

A partir do dia 22 de maio de 2016, a ASCOCIC e toda comunidade cigana comemoram o Dia Municipal do Cigano, criado pela Lei Municipal 420/2014 (Lei Maria Jane). Essa Lei foi sancionada e voltada para incentivar a educação para as crianças e jovens ciganos, fazendo parte do calendário municipal e garantindo o desenvolvimento da mesma nas celebrações culturais. Continuando os trabalhos de inclusão dos povos ciganos, a ASCOCIC também festeja o dia 24 de maio, o Dia Nacional do Povo Cigano, uma homenagem feita todos os anos nesta data, que é um marco para o povo cigano e sua inclusão nacional.

A ASCOCIC participou, em 25 de novembro de 2016, da última reunião do CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural), levando as pautas de interesse para seu povo e comunidades tradicionais, como também representando seu povo cigano e suas reivindicações, como a inclusão dos povos ciganos nos conselhos municipais, estaduais e no governo federal, para que o povo cigano busque a garantia de participação nos órgãos da sociedade civil para a sua inclusão nos

espaços que lhe dizem respeito, para que sejam discutidas e ampliadas as políticas públicas sociais que abrangem suas etnias.

Final do ano de 2017 houve eleição do Conselho CEPPIR do Estado da Paraíba, que ocorreu no município de Condado-PB, onde a ASCOCIC ficou com a representação de titular, na pessoa de sua representante Maria Jane Soares, que assumiu mais uma vez a cadeira do Conselho para o biênio de 2018/2019 e, conquistou também a suplência no Conselho da CEPPIR, com a senhora Janete Clea Soares Targino.

No dia 28 de março de 2017, a ASCOCIC, em sua busca incansável pelo respeito e inclusão do povo cigano na sociedade, conseguiu que uma comitiva do MPF visitasse a comunidade cigana de Condado-PB de perto, como era um de seus anseios, demonstrados sempre que se encontrava com doutor Luciano Mariz Maia, Vice Procurador Geral da República, para ver a realidade de perto do que se dizia do enfrentamento do povo cigano não só de Condado-PB, como de todo Estado da Paraíba referente à educação, saúde, moradia, segurança, mercado de trabalho e suas exclusões e discriminações sofridas na pele.

No dia 29 de março de 2017, o doutor Luciano Mariz Maia promoveu uma Audiência Pública Federal em prol do povo cigano para que seus direitos como cidadão brasileiros sejam garantidos dentro das pautas de inclusão nos municípios e estados e estas sejam desenvolvidas. Essa audiência contou com a forte participação da ASCOCIC, que apresentou reivindicações e realizou diversos pronunciamentos durante o evento.

O projeto de extensão “Assessoria Jurídica Universitária Popular, Povos Tradicionais e Direitos Humanos” vinculado ao curso de direito das Faculdades Integradas de Patos, também é uma conquista da ASCOCIC. Esse projeto de extensão é parceiro da ASCOCIC desde o ano de 2014 até o presente momento, oferecendo ao povo cigano a construção de atividades, oficinas e conhecimentos para com seus direitos de igualdade social na sociedade. A família da FIP tem acompanhado a ASCOCIC, que tem feito um papel sem igual pela comunidade de Condado-PB, como o empoderamento de aprendizagens e conhecimentos dentro da educação e atividades de educação e respeito dentro do município.

Entre os anos de 2017 e 2018, a presidenta da ASCOCIC coordenou o Projeto Brasil Alfabetizado, que promoveu dez turmas de alfabetização com professores e professoras ciganas, voltadas para pessoas ciganas e não ciganas dos

municípios da Paraíba: Imaculada, duas salas de aula com professoras ciganas; Sousa, quatro professores ciganos, um jovem cigano e três jovens ciganas e em Condado, quatro salas de aulas com professoras ciganas.

No dia 7 de outubro de 2017, a ASCOCIC participou de uma mesa organizada pelo Ministério da Cultura durante a Bienal Internacional do Livro, na cidade de Olinda, Pernambuco. Na ocasião Maria Jane, presidenta da ASCOCIC, ministrou uma palestra sobre a luta dos povos ciganos por direito.

A ASCOCIC participou, no dia 23 de maio de 2017, do I Seminário de Acolhimento aos Povos e Comunidades Tradicionais de Floresta - PE, onde o prefeito Ricardo Ferraz promoveu uma palestra junto a todos os envolvidos, inclusive a ASCOCIC e representantes de secretarias do estado do Pernambuco. Vários trabalhos de inclusão dos povos ciganos foram feitos no estado de Pernambuco pela ASCOCIC, inclusive em Tabira-PE, no dia 13 de agosto de 2017 onde era discutido um possível II Encontro Povos Ciganos do Nordeste que se encontra em pauta.

A ASCOCIC, em reunião com o doutor José Godoy Bezerra de Sousa, do MPF, no dia 08 de abril de 2018, levou a seu conhecimento o que vem dando certo dentro das comunidades ciganas e o que está para ser dado como contrapartida para sua realização dentro dos municípios, que sempre deixam a desejar. Num trabalho árduo e vigilante, a ASCOCIC se reuniu novamente com doutor José Godoy Bezerra de Souza e lhe repassou informes do que foi agendado com a Prefeitura Municipal de Condado-PB e que a mesma ainda não tinha realizado, como compactuado na audiência pública que aconteceu na cidade de Patos-PB, e esta foi orientada a procurar seus colegas do MPF de Patos-PB, por recomendação dele.

No dia 24 e 25 de maio de 2018 aconteceu o I Encontro dos Povos Ciganos do Ceará, e a ASCOCIC atendeu a mais um convite no estado do Ceará e aceitou a missão de ser parceira da associação ASPRECCEC e dar apoio ao evento que serviu de marco para os povos ciganos do Ceará.

Dando continuidade aos seus trabalhos, a ASCOCIC recebeu convite para a homenagem feita para o povo cigano, promovida pelo MPF no dia 29 de maio de 2018, na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília. O evento estava nominado “Maio Cigano 2018”, uma homenagem para os povos ciganos, referente ao Dia Nacional do Cigano comemorado em 24 de maio.

Nos dias 27 a 30 de maio, a ASCOCIC também marcou presença na IV CONAPIR, em Brasília, tendo Maria Jane atuado como delegada, trabalhando nos eixos e garantindo seus espaços nas políticas sociais, tendo a oportunidade de participar, junto aos demais ciganos presentes de vários estados do Brasil, de uma reunião com a senhora diretora da saúde, Vanessa, sobre as melhorias no atendimento da saúde dos povos ciganos.

Aproveitando o ensejo das reuniões e convites feito aos povos ciganos e à ASCOCIC, que estavam em Brasília para participar do IV CONAPIR, ainda participamos da sessão especial do Senado Federal, que tinha como propósito discutir o projeto de lei “Estatuto dos Ciganos”. Durante esta sessão, Maria Jane fez um pronunciamento sobre a realidade dos ciganos e, por meio do assessor jurídico, encaminhou uma nota técnica com sugestões ao Projeto de Lei. A ASCOCIC participou de uma reunião no início de mês de julho de 2018 com governador Camilo Santana de Fortaleza- CE, onde os povos ciganos do Ceará conquistaram, entre muitas vitórias no Estado, a inclusão da questão cigana no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP-CE) para trabalhar as especialidades dos povos ciganos do Estado do Ceará e suas demandas.

Sem perder o foco das atividades e trabalhos para a visibilidade do povo cigano, no dia 12 a 15 de julho de 2018 aconteceu, em Cajazeiras-PB, a 31ª Assembleia da Pastoral dos Nômades e a ASCOCIC se fez presentes no dia 13 de julho.

A ASCOCIC foi convidada para compartilhar, juntamente com demais povos e comunidades tradicionais, no dia 17 de agosto de 2018, de uma homenagem realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, onde o senhor doutor José Godoy Bezerra de Souza recebeu o título de Cidadão Paraibano.

Dia 13 de agosto de 2018, a ASCOCIC participou, a convite, do III Painel de Gênero, Etnia-Racial, Geração e Diversidade Cultural na UECCG.

Dia 19 de agosto a ASCOCIC é convidada para fazer parte da reunião da Associação das Mulheres Urbanas e Ruralistas de Tabira, Pernambuco (AMURT).

Dia 26 de agosto de 2018, a ASCOCIC participou, juntamente com associação ASPRECCEC, do Estado do Ceará, do Encontro Herança Nativa.

A ASCOCIC, juntamente com a ASPRECCEC, participaram do Seminário Estadual: Agricultura Familiar, Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável e solidário do Estado do Ceará, realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2018.

Nos dias 18 a 21 de setembro de 2018, a FIP promoveu o 2º Congresso Regional do Serviço Social e convidou a ASCOCIC para participar com uma palestra e um momento cultural do grupo de jovens Fantasia Cigana, e os mesmos participaram com muito orgulho, sendo uma honra para todos que se fizeram presentes.

Dia 20 de novembro de 2018, a ASCOCIC, juntamente com a associação ASPRECCEC do estado do Ceará, participaram da posse do Conselho Estadual Políticas de Igualdade Racial – COEPIR-CE.

Nos dias 04 a 08 de dezembro DE 2018, a ASCOCIC participou do Seminário e da posse do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, onde estavam em pauta a agenda do biênio 2019- 2020 e as reivindicações dos segmentos referentes à continuidade dos trabalhos já apresentados e garantias das mesmas.

Nos dias 18 a 20 de dezembro de 2018 a ASCOCIC participou da posse do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.

Os trabalhos da ASCOCIC são voltados para os povos ciganos e seu avanço em busca das melhorias para um povo que está na luta para a igualdade racial seus direitos, respeito na sociedade, para a preservação de sua cultura, costumes, tradição e para que as políticas públicas cheguem a esse povo, que está à mercê do preconceito e quer que essa realidade mude, e suas participações nos conselhos e em nível nacional fazem toda diferença para essa luta desigual de direitos negados para as tão conhecidas minorias.

Maria Jane Soares Targino Cavalcante, cigana da etnia Calon, pedagoga, mestranda no Mestrado Ciências da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade da Fust University. É fundadora e representante da Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba (ASCOCIC) e conselheira do Conselho Estadual de Políticas da Igualdade Racial da Paraíba (CEPIR-PB), do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Ceará (COEPIR-CE), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Condado, Paraíba, 07 de junho de 2024.

TALVEZ TENHA DESEJADO SER ALGUÉM DIFERENTE

Maria Luiza Lapa de Souza

Não posso escrever sobre mim sem relatar as festas de carnaval e os banhos de mar da minha infância e adolescência, eles deveriam ser a base da minha carreira profissional, mas a vida me levou a fazer outras escolhas.

Eu nasci em um dia de maio, na cidade de Olinda, e fui criada em Recife. Meus primeiros anos de vida foram marcados pelo som vibrante do frevo, pelas cores intensas dos pastoris, maracatus, pelas danças misteriosas dos bum-bas-meu-boi e as histórias dos mamulengos que víamos nos finais de ano me fascinavam. Estes momentos me acompanharam por onde fui; sempre os lembro com muito carinho.

Durante o carnaval, nas ruas por onde passava, via com curiosidade famílias colocando cadeiras nas calçadas para receber vizinhos, amigos e familiares. Juntos, eles apreciavam os músicos que passavam, as fantasias excêntricas e os mascarados atrevidos que animavam as ruas decoradas. Todos os anos, na época do carnaval, as calçadas se transformavam nas salas das casas das grandes e humildes famílias. As salas se confundiam com as ruas decoradas, e era lá onde o grande baile de carnaval acontecia. Na tarde do sábado de “Zé Pereira”, até hoje não sei quem foi “Zé Pereira”, a folia começava e ia até a madrugada da quarta-feira seguinte, dita de cinzas. Luiz Bandeira, compositor de frevos, imortalizou numa conhecida música que diz, “oh quarta-feira ingrata, chega tão depressa só para contrariar...”. Ela finaliza o carnaval e inicia a época da Quaresma, “purificando” os pecados do carnaval.

Nestes dias de festa e de ordem afrouxada, as classes menos favorecidas viviam cada momento do carnaval com muita irreverência, invertendo a ordem

estabelecida dentro de limites bem definidos pela presença expressiva da polícia repressora, que não hesitava em exercer seu poder sempre que uma oportunidade se apresentasse, o que não era muito raro. Na maior parte do tempo, o consumo exagerado de álcool favorecia as tensões e agressões.

No momento do carnaval, tudo era permitido naquela sociedade patriarcal e misógina. O pobre se transformava em rico, o homem se fantasiava de mulher, os políticos eram ridicularizados e a batina do padre se transformava em fantasia. O comportamento transgressor de quem usava as máscaras dava a sensação de liberdade para criticar e ridicularizar de todas as formas um personagem escolhido, um rico ou um político. Os índios eram lembrados apenas na época do carnaval.

O carnaval tinha um rei, o “Rei Momo”, e a rainha do carnaval, eleitos no sábado, que, no momento da “coroação”, recebiam simbolicamente, das mãos de um agente da prefeitura, a chave da cidade. Criança, eu e minhas primas adorávamos ser maquiadas, fantasiadas e jogar confetes na cabeça dos amigos e de passantes, gostávamos também de jogar serpentinas coloridas, quem as recebiam vezes muitas retribuía. A cidade era, durante quatro dias, tomada pelo espírito subversivo do povo e por uma liberdade que era inexplicável para mim. A festa do carnaval não podia durar muito tempo, porque seu caráter subversivo não podia se prolongar.

Em Pernambuco, o carnaval continua a ser um importante espaço de memória e expressão de culturas. Neste espetáculo da vida cheia de cores, danças coreografadas e músicas, os blocos de caboclinhos exprimem os conflitos entre índios. Os maracatus nação e os maracatus rurais, também chamados de baque solto, traduzem as revoltas dos escravos à opressão vivida durante a colonização portuguesa. A música e a dança foram meios de resistir às violências da colonização e dos conflitos entre povos, contribuindo de forma determinante para a formação da expressão cultural do Nordeste do Brasil.

Também compreendi muito cedo, por meio dessas festas, os conflitos de classe. As classes menos favorecidas exigiam participar das festividades que expressavam suas tradições e reivindicações, enquanto as classes dominantes resistiam em liberar seus empregados domésticos para que estes pudessem participar, ameaçando-os de cortar salários ou de demissão.

Aquelas festas tinham também seu lado poético. Ninguém descreveu tão bem esses momentos festivos como Edu Lobo, na letra da música “O Cordão

da Saideira”. Nela, ele materializou a saudade das noites de lua à beira do mar e o cheiro de cravo e canela dos mungunzás. Edu Lobo conhecia bem a vida cultural de Pernambuco porque na sua infância e adolescência passava férias com a família do pai, que era pernambucano.

Guardo também com carinho as lembranças dos banhos de mar de Olinda e Recife – os banhos salgados, como dizia meu padrinho, eram mais ou menos como Clarice Lispector mencionou sobre seu pai em “Banhos de Mar - Crônicas”. Ele acreditava que o banho de mar era realmente benéfico quando tomado cedo. Meu padrinho acreditava também que era melhor deixar o sal na pele por um bom tempo antes de tomar banho de água “doce” logo após o mergulho salgado. Este era um ritual que meus primos e eu seguíamos com rigor quando estávamos em sua companhia tomando banho salgado. Esses momentos resumiam a essência dos breves instantes que antecederam o conhecimento de minha própria existência. Esta consciência vinha sentindo o coração pulsar com o vai e vem das ondas do mar, intercalados pela brisa morna do vento marinho que soprava no rosto. Era aquele sentimento indefinido de que tudo se resumia a esses momentos. Algo muito presente no universo de Clarice Lispector – a sensação de querer ser talvez outra coisa, mas sem saber como levar tudo isso para o futuro, para a vida que estava se desenhando, tomando forma, fazendo parte da transição para a vida adulta. Uma vida de mulher moldada pelos momentos dos banhos de mar em Olinda e Recife, entremeados pela cultura local que não se limitava apenas ao carnaval.

Eu não soube como incluir na vida profissional as imagens das manifestações culturais tão coloridas da minha infância e juventude, nem as sensações que os banhos de mar me provocaram. Ainda hoje, em momentos de incerteza e insegurança, lembro daqueles simples banhos de mar, da sensação que os choques das ondas produziam no meu corpo e dos mergulhos que pareciam dissolver as primeiras melancolias. Sempre sinto vontade de mergulhar no mar em momentos de impasses e tristezas, como se procurasse ser protegida pelas águas do mar.

Nos anos 60, entrei na escola. Naquela época as bases da educação em Recife foram influenciadas pelo Movimento de Cultura Popular, que teve o método de alfabetização de Paulo Freire como uma das maiores contribuições. Tratava-se de um projeto político-cultural do então Prefeito de Recife, Miguel Arraes, que

tinha como objetivo maior a valorização das culturas populares e a alfabetização articulada com a organização política na perspectiva da transformação social local e, talvez numa etapa posterior, estender para um projeto nacional. Neste sentido, artistas, intelectuais e profissionais da educação se mobilizaram para tirar Recife do atraso econômico-social histórico imposto pelas classes dominantes, principalmente representadas pelas elites açucareira.

Os primeiros anos desta década foram importantes para o desenvolvimento e consolidação da cultura pernambucana como símbolo da identidade de seu povo. Arraes, homem de esquerda, foi muito implicado na melhoria da vida do povo pernambucano. Ele apoiou as reivindicações das Ligas Camponesas para os agricultores em sua breve passagem como governador do estado em 1963: auxílio funeral (a música de Chico Buarque “Funeral de um lavrador”, baseada no poema “Morte e vida Severina” de João Cabral de Melo Neto, denuncia a condição do lavrador nordestino desta época, denunciando a vida miserável do trabalhador agrícola diante da morte). Outras reivindicações foram a assistência médica para o trabalhador do campo e a formação de cooperativas de crédito visando emancipar o camponês do domínio dos donos de terras. Documentos desta época retratam jornais da televisão americana dizendo que o Nordeste do Brasil concentrava ingredientes suficientes para levar o Brasil a seguir o mesmo destino de Cuba: tinha as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, o método de alfabetização de massa de Paulo Freire, um arcebispo comunista, Don Helder Câmara e um governo agitador, Miguel Arraes.

Quando entrei na escola aos 6 anos de idade, já conhecia as letras e o bê-á-bá, porque tinha começado a ser alfabetizada por minha mãe, que, apesar de não ter feito grandes estudos, me ensinou as bases da leitura, da escrita e os números. Descobri a escola e não quis mais sair; de estudante, passei a ser professora.

Nesta época, via da grade da escola, localizada numa avenida central de Recife, grandes passeatas estudantis reprimidas por policiais, muitos montados a cavalo, me entristecia vê-los cair quando bolas de gudes eram jogadas nos seus pés sem compreender a realidade dos fatos. Não gostava dos dias que ficava em casa por causa das greves de transportes e nem quando estava doente.

Sou filha única, sem irmãos nem irmãs. Fui criada entre primas e primos maternos e paternos; éramos 16, com 13 do lado materno, de quem ainda sou muito

próxima. Minha mãe era uma mulher corajosa e rigorosa nas ações e opiniões, mas de grande generosidade. Ela passava a vida bordando; o avesso e o direito de seus bordados se confundiam. Tenho poucas lembranças dela que não seja debruçada diante de um pedaço de tecido com riscos de flores e arabescos; ela não sabia costurar, uma atividade que lhe interessava. Nas minhas lembranças, todos os gestos da vida cotidiana dela se expressavam através de um fio branco que se movia sobre um tecido, normalmente linho, conduzido por uma agulha que definia, sem hesitar, a direção a seguir. Mamãe tinha 7 irmãs, todas mulheres muito fortes e determinadas, exercendo profissões diversas. Com meus primos, costumávamos dizer que tivemos 8 mães, porque todas as tias, de uma forma ou de outra, uma mais que outra, sempre estiveram muito presentes em nossas infâncias, orientando e impondo regras.

Mamãe esteve muito presente na vida de alguns de seus sobrinhos que nasceram antes de mim. Eles frequentemente, durante as férias, visitavam nossa casa. Ela tinha o hábito de acalmar as tensões e os conflitos entre eles durante as brincadeiras, sentados todos à mesa ao lado dela e distribuindo para cada um folhas de papel de pão, que ela colecionava cuidadosamente para os riscos de seus bordados, e para estes momentos. Nas folhas de papel, ela escrevia extensas contas de multiplicação e de divisão e dava para eles calcularem. Todos obedeciam e resolviam em silêncio as tais contas; isto ela fazia também com a filha da senhora que ajudava a passar roupas. Ainda hoje não sei o que a motivava a agir desta forma, talvez influenciada pelo momento e pelas irmãs professoras. O fato é que via ao meu redor muita solidariedade de sua parte e da família em geral.

Minha avó materna está também foi muito presente na minha vida; passei os últimos dois anos de sua vida na casa dela. Era uma mulher muito elegante, sempre rodeada pelas netas e netos. Gostava de contar histórias, de ler e também de cantar; apreciava ouvir Chiquinha Gonzaga. Sempre rindo das situações do dia a dia, constantemente dizia: “a gente tem é que rir destas coisinhas, se não vai para o cinema e o teatro”.

Mamãe era muito ligada ao pai, um português, que tinha vários membros de sua família vivendo no Brasil, morando em Recife e no Rio de Janeiro. Tinha uma irmã e um irmão que moravam no Rio. A maior parte de sua família encontrava-se em Portugal; tias e primos daqui e de lá estavam sempre presentes, por

cartas ou de passagem, as notícias circulavam. Convivi pouco com ele; morreu quando eu tinha 4 anos.

Como filha única, os livros foram minha companhia. Estava sempre lendo, tomando emprestado os livros da pequena biblioteca do colégio primário, que pertencia a duas tias, e posteriormente os da biblioteca de uma outra que era professora universitária. Enquanto meus professores de português viam em mim uma futura escritora, por conta da minha paixão pelas palavras, por poesias, as aulas de minha professora de matemática também me interessavam e foram preciosas e me ajudaram decidir por uma carreira científica.

Meu pai, de quem fui muito próxima, foi também muito implicado na minha educação, apesar de ter sido mais ausente que presente. Morreu quando eu tinha 17 anos, o que foi um grande choque na minha vida. Essa triste realidade me obrigou a fazer escolhas definitivas muito cedo, que foram decisivas para o meu futuro, como estudar matemática, decisão que me levou a traçar minha trajetória de professora e pesquisadora.

Destemida e de espírito independente, fiz da facilidade que tinha em aprender matemática o eixo principal que conduziu meus estudos e minha vida profissional. Esta facilidade me foi dada essencialmente por duas mulheres que muito me inspiraram: minha mãe com o que já falei sobre ela e minha professora de Matemática, Cianes Menezes, durante os 4 anos que estive no ensino fundamental. Dona Cianes era uma pessoa discreta, não gostava de conversas e era muito distante dos estudantes, sendo detestada pela maioria de minhas colegas do Colégio Padre Félix que era feminino à tarde, tendo apenas no último ano admitido um camarada masculino entre nós. Eu apreciava a determinação dela, fascinava-me ver como manuseava a grande régua e o compasso de madeira que regularmente trazia embaixo do braço. Nunca abriu um livro na sala de aula para ler. Pela segurança que demonstrava, certamente se dizia que o que escrevia no quadro negro não se comparava com o que estava no livro. No quadro negro, desenhava as figuras geométricas que iriam ilustrar as explicações das aulas. Curiosamente, sentia-me muito bem assistindo suas aulas, apreciando tudo que se passava nestes momentos: o silêncio das colegas, a precisão das explicações e também de resolver os exercícios propostos por ela. As provas eram quase sempre acompanhadas de boas notas, o que me enchia de alegria. Sentia-me segura com ela na sala de aula e ouvindo as explicações que fazia. Certamente

foram estes momentos que me guiaram na vida, conduzindo-me a ser também matemática. Vivi os momentos de colégio com muita intensidade; foi o momento mais importante para a minha formação emocional, sem conflitos maiores com professores e camaradas e sem preocupações maiores, foi o momento que antecedeu a doença de meu pai que o deixou incapacitado por causa de uma lesão cerebral por 3 anos antes de partir definitivamente.

Na década de 1970, o Movimento Armorial, idealizado por Ariano Suassuna, buscava uma estética que unisse o erudito e o popular, integrando instrumentos clássicos de origem portuguesa às tradições nordestinas. Foi o momento de minha adolescência, do ensino fundamental, das descobertas, das amizades e da descoberta de novos sentimentos e interesses. Este momento trouxe uma nova dimensão ao meu entendimento sobre a arte e a cultura, estávamos em plena ditadura. “Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna, e “Morte e Vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, eram encenados na sacristia da Igreja do Rosário, perto da casa de minha avó, onde se encontram os restos mortais de Filipe Camarão. Estes momentos eram seguidos de debates que compreendia de forma limitada.

Depois do colégio integrei a Escola Técnica Federal de Pernambuco. Desta época, guardo lembranças de poucos camaradas, alguns professores me influenciaram muito, sobretudo o de matemática, o assassinato da professora de Português pelo marido nos chocou bastante. Era a época da Banda de pau e corda e do Quinteto violado, algo de inesperado começava a nos surpreender apesar de saber que alguns colegas tinham misteriosamente deixado de frequentar as aulas.

Na segunda metade da década de 70, cursei o bacharelado de matemática na UFPE e, nesta mesma época, frequentava reuniões de diretório estudantil. Para mim, foi natural ser de esquerda; acho que nasci para me indignar e reagir às injustiças que via em torno de mim, que me atingia direta ou indiretamente.

Terminei a graduação, bacharelado em matemática, em 1979, quando já se desenhava a abertura para a democracia e a emergência dos movimentos sociais pedindo a instalação de uma Assembleia Constituinte e reivindicando anistia ampla e irrestrita. Neste ano, também foi a volta de Paulo Freire e de Gregório Bezerra ao Brasil, que acolhemos, professores e estudantes, como heróis, no pátio da Faculdade de Filosofia da UFPE.

Minha implicação política aumentou quando ingressei na UFBA como professora em 1983, ano em que também terminei o Mestrado em Matemática, na UFPE. Os movimentos de greve desta época me levaram também a participar da criação da CUT e do Andes. Nas universidades, os movimentos desta época contribuíram para a estruturação da carreira do magistério superior.

Meu caminho acadêmico me levou a viver em outros países, com passagens por Portugal e França. Concluí meu doutorado em Paris, após ter feito graduação e mestrado na UFPE, e passei a boa parte da minha carreira como professora universitária na Universidade Federal da Bahia.

Na UFBA, pude desenvolver alguns projetos significativos. O mais importante foi o LED, Laboratório de Ensino a Distância, financiado pelo CNPq, em colaboração com os professores da UFBA Anna Friedericka Schwarzelmuller (Departamento de Informática) e Wilton Oliver (Departamento de Matemática). Este projeto consistiu em desenvolver ambientes digitais para o aprendizado da matemática, destinado à formação de professores de matemática da rede pública do estado da Bahia. Ele contribuiu para a implantação da Licenciatura Noturna de Matemática da UFBA. Na UFBA, tive vários estudantes de iniciação científica e de mestrado, e participei da organização de encontros de matemática.

Na França, atuei no domínio de Matemática Aplicada à Economia e Finanças, essencialmente em análise de dados; também orientei várias teses de mestrado. Publiquei artigos no domínio da minha tese de doutorado, topologia algébrica, e também em Economia e Finanças.

Como professora de Matemática, estive confrontada com a questão sobre a importância da matemática para a vida em sociedade. Todos merecem a oportunidade de estudar matemática e de compreender suas principais aplicações, que pertencem ao patrimônio da humanidade. Ela é necessária para todas as profissões e também estrutura o pensamento e modela fenômenos da natureza. Os desafios de ensinar matemática foram grandes, mesmo para alunos que já estavam na universidade e tinham ultrapassado as primeiras dificuldades. Para esses alunos, outras dificuldades se apresentavam e eram sempre as mesmas: pensar matematicamente, saber interpretar a teoria num contexto apropriado (saber formular uma equação) e resolver uma equação dentro dos princípios formais da matemática. A compreensão de que a matemática deveria ser acessível a todos foi o fio condutor de minha carreira.

Minha mãe e minha professora de Matemática dos 4 anos do ensino fundamental foram mulheres que me inspiraram bastante, assim como muitas outras que estiveram particularmente presentes e me acompanharam durante a vida, contribuindo para minha formação emocional e profissional, consolidando valores e estruturando minha carreira. Penso particularmente na minha tia Auxiliadora e na minha prima e comadre Judith que sempre me segurou pela mão mostrando os caminhos mais interessantes a seguir; penso também em Socorro, minha amiga de sempre. Conheci Socorro no momento de fazer minha primeira inscrição na UFPE, e desde então não nos separamos. Essas amizades se ampliaram com os novos amigos que fizemos aqui e lá, com os filhos e os companheiros da vida. Fui casada duas vezes, tenho duas filhas maravilhosas, que são fontes constantes de inspiração, atualização e renovação de ideias. Sem elas, a vida seria certamente sem o valor que tem.

Vivi em ambientes acadêmicos dominados por homens, o que me trouxe inúmeros desafios ao longo da vida profissional. A luta contra a violência de gênero foi constante, tanto no Brasil quanto na França, onde fiz um doutorado em matemática na Universidade de Paris 7 entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, e também em Portugal, onde ensinei na Universidade do Minho. Em cada país, percebi particularidades nas práticas machistas e nos jogos de poder que envolviam colegas e estudantes. Apreciei particularmente o tempo que vivi em Portugal, pois pude conviver com a família do meu avô materno.

Perdi muito tempo na compreensão e tomada de consciência de que estava sendo vítima de uma lógica patriarcal; isso foi o maior empecilho na minha vida e na minha carreira. Estive, na minha vida profissional, na maior parte do tempo, completamente desarmada para enfrentar a violência de gênero. Ser mãe e mulher não eram condições para competir com os homens estando no mesmo nível profissional; eles sempre tinham as vantagens para ir além. Foi também parte de minha militância como cidadã e professora encorajar as raras estudantes mulheres que tive, incentivando-as a ultrapassar as dificuldades nas disciplinas que ensinei.

Hoje, vivo em Paris e atuo como coordenadora do Núcleo do PT de Paris e sou membro do Movimento de Brasileiros Emigrados. Estas duas estruturas se articulam para defender mais direitos para os brasileiros que vivem fora do Brasil. Nossas principais reivindicações são: a proteção da mulher e de suas

crianças que estão sendo vítimas de violência doméstica; recursos para ensino da língua portuguesa como língua de herança e também para a cultura; respeito aos direitos humanos para os brasileiros que se encontram em situação de indocumentados.

Quando me lembro hoje da minha infância e juventude, sinto que suas lembranças foram a proteção que tive e tenho na vida, e que foram elas que me defenderam do peso dos momentos de inseguranças e desalentos.

MARAJOARAS, MALUNGAS, MARIAS... OU SOBRE AQUEL@S QUE VIERAM ANTES DE MIM...

Maria Páscoa Sarmiento

[...] agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova, um dia, escreveria a fala de seu povo (Conceição Evaristo).

Peço licença aos mais velhos, às mais velhas e à geração presente! E peço licença à Ancestralidade para contar nossa história, pois “*nossos passos vêm de longe*” e não sei e nem posso falar sobre mim sem falar daquel@s que me antecederam e criaram caminhos para eu chegar até aqui!

Sou **tataraneta** de anônimas mulheres africanas vivendo livres na África pré-colonial e de igualmente não-nomeadas mulheres pindorâmicas, existindo em liberdade na ancestral *Ilha Grande dos Iuóianos/Joannes* (a Ilha do Marajó) ou *Analáu Ychynháku*¹⁵ do povo *Aruã*, antes da invasão lusa. Também sou **pentaneta** e **tetraneta** de **Tapanhunus**¹⁶, africanas diaspóricas, sequestradas em África e

15 Nome atribuído pelo povo Aruan/Aruã à ilha que habitavam, conforme descrito por Domingos Ferreira Penna (1881) em “*Algumas palavras da língua dos Aruans*”, termos linguísticos coletados a partir da entrevista deste pesquisador com o indígena aruan/aruã Anselmo José, na ótica de Penna, o “único representante vivo da formosa e hoje extinta nação dos Aruans”, realizada na então povoação do Afuá, no Distrito de Chaves, em 1877.

16 No Grão-Pará e Maranhão os textos históricos referem-se aos primeiros cativos e cativas africanas como Tapanhunus da Guiné ou Tapanhunus D’Angola.

trazidas à força para *Abya Yala*¹⁷ como mão de obra cativa dos portugueses, obrigadas a trabalhar nas fazendas das missões religiosas colonizadoras da *Ilha Grande dos Luioanas* a partir de 1658 e de igualmente inominadas **Ingaibas**¹⁸ nativas-cativas marajoaras obrigadas também a trabalhar para o colonizador europeu.

Sou, ainda, trineta de **Augusta Dias** e **Ana Teixeira** (negras *refugiadas/quilombolas*), bisneta de **Maria Bela Dias** (negra liberta) e **Cândida Sarmento** (*tapuia* marajoara livre), neta da preta **Zenelzila (Tia Ana) Dias Sarmento** e filha de **Darlinda (Rosa) Dias Sarmento**. Represento a descendência e a desobediência de mulheres que viveram, existiram, resistiram e reexistem na Amazônia ao longo de, mais ou menos, 400 anos.

Eu nasci bem gitita e chorona, numa chuvosa madrugada de abril de um domingo de Páscoa. Quarta filha da “*professora Rosa*” e do seu *Maurício “Branco”*¹⁹, vim ao mundo pelas experientes mãos de “Mãe” **Marcionila Gonçalves**, parteira do Barro Alto²⁰, parida e aparada sobre uma esteira de guarumã no único quarto de nossa casinha de palha. Em homenagem ao dia santo, batizaram-me **Maria Páscoa**. Ainda não sabia, mas eu era mais uma malunga de uma linhagem insurgente e desobediente territorializada por aquelas bandas desde que **Ana, Augusta** e **Miguel Arcanjo** resolveram aquilombar/amocambar, juntamente com outros malungus e malungas, no antigo município de Monsarás, a leste da Ilha do Marajó, mais ou menos, em meados do século XIX.

17 Termo do povo Kuna/Guna para referir-se ao continente que habitavam antes da invasão europeia, significando “terra madura”.

18 *Ingaiba* ou *Nheengaiba* era a designação genérica atribuída pelos colonizadores portugueses aos povos indígenas marajoaras falantes de idiomas diferentes do tupi-guarani e, também diferentes da língua geral amazônica, o *nheengatu*, no período colonial. *Nheengaiba* significa de *língua ruim* ou de *língua travada* (Bettendorff, 1990), diferente do *nheengatu*, a *língua boa*, falada pelos povos do continente.

19 Papai, **Maurício Pereira de Sousa**, nasceu no município de Soure, mas sua família é originária da região do Nordeste Paraense, radicada nos municípios de Vigia e Santo Antônio do Tauá.

20 O nome de nosso território quilombola é derivado do apelido de meu trisavô **Miguel Arcanjo Sarmento**, chamado *Barro Alto*, um *tapuiú livre*, provavelmente um indígena luioana ou Aruã. **Bairro Alto** ou **Barro Alto** é o nome oficial do conjunto de nove (9) unidades sociais familiares que conformam no presente este quilombo, a saber: *Passagem São Luiz, Santa Maria, Ilha Cocal, Barro Alto, Marinquara, Vila Calvão, Bom Jardim, Valentim e Caçador*. Nos documentos compulsados (em cartórios e em arquivos familiares) e nas memórias coletivas locais chegamos a dados que situam a chegada de Miguel Arcanjo ao território por volta de 1860, mais ou menos. Documentos de terrenos indicam que em 1896 Miguel e seus familiares já habitavam o local. Em honra à memória do avô uso **Barro Alto**.

Criei-me por ali, ribeirinha, as margens do *Igarapé-Açu*, afluente do rio *Matupirituba*, tomando banho de maré nos “portos” da *Mangueira* e da *Corticeira*, próximos à *Tororomba*: a encantada nascente onde a *Sapa Branca de Olhos Azuis* ainda protege e abençoa, desde o *Mundo do Fundo* ou *Mundo dos Caruanas*, as vidas de quem nasce por ali. Crescendo e ouvindo os meus mais velhos – ou como diz Antônio Nêgo Bispo, minhas gerações avó e mãe -, fui aprendendo as “coisas” e as “histórias” do quilombo e que constituem tudo aquilo que viabiliza o Existir e o Reexistir naquele lugar desde tempos imemoriais.

Foram vovô **Miguel** e vó **Zenelzila**, tia **Estelina**, meu **Padrinho Tio Miga** (Miguel), tia **Anézia** (Maria de Jesus), tio **Pedro**, tia **Conci** (Maria da Conceição) e **mamãe** que me contaram quase tudo aquilo que vou lhes contar... Entre outras coisas, disseram-me os nomes e origens daquel@s que vieram antes de mim, contaram-me as histórias de “dantes” das gerações avós.

Quem chegou primeiro a mim, pelas palavras de avó Zenelzila, Tia Estelina, Tia Conceição e mamãe, foi bisavó **Maria Bela Dias**, “*uma negra do tempo da escravidão*” vinda de outro século, a qual nascera para a Ancestralidade aos 105 anos, em 1975, dois anos antes de eu chegar aqui. Quando me entendi, bisa Bela ainda era bastante referida nas conversas familiares. E mais grandinha, por volta dos 7, 8 anos, acompanhava meu padrinho Tio Miga “abrir letras” na cruz de vó Bela pelo Dia de Finados. Data antiga marcava sua ancianidade: nasceu em 1870. Tio Miga me disse que, ainda jovem, Bela mudou-se do Bacabal pro Barro Alto, pois ‘se juntou’ a **Antônio (Guará) Teixeira**, um músico do Marinquara (unidade social familiar do TQ Barro Alto), com quem gerou **Joana**, **Januário**, **Carmem**, **Pureza Dias (Macedo)** e **Zenelzila Dias (Sarmiento)**. Já adolescente, na época de Finados, fui encarregada da tarefa de abrir letras nas cruces em memória d@s finad@s da família, curiosa indagava sobre aqueles nomes de gente que eu não conhecia: Cândida, Honorato, Raimunda, Antônio, Joana, Pureza...

Após conhecer bisa Bela, naturalmente conheci trisavó **Augusta Dias**, vinda de muito “dantes” pelas histórias e memórias de Tia Estelina, que me disse um dia durante uma de nossas conversas:

Augusta Dias, minha bisavó, escrava refugiada, morava nesse lugar Jutuba, c’os filhos libertos: Maria Bela, Joaquim, Domingas, Eliziário e José Dias, o mais novo. Quando chegavo prá pegá rapazes prá ir

prá Guerra do Paraguai, aí ela escondia os filhos. Vinha as cavalaria entrá nas casas prá levá os mininus prá lutá na guerra.

Imaginem o terror vivido por Augusta diante das ameaças do recrutamento militar. Tia **Conceição** recorda sua avó, **Bela Dias** contando que, quando o *pega-pega* chegava, sua mãe **Augusta** escondia os homens no mato e dizia: “*Vão se embora, suas desgraças, aqui num tem mais homem, não!! Daí eles ficavam rondando, vinham de noite, todo dia vinham*”. Assim, por não aceitar que seus meninos fossem capturados como “voluntários da pátria” para morrer numa guerra entre seus senhores, Augusta fugiu de fazendas nas margens do rio *Camará* (município de Cachoeira do Arari), embrenhou-se com a filharada nos rios, igarapés, campos e matas marajoaras, vindo refugiar-se muitos quilômetros depois no que hoje constitui o quilombo Bacabal. Ali territorializaram e, em malungagens com outr@s “*refugiad@s*”, viveram livres, alimentando-se daquilo que a Mãe Terra lhes provia, plantando roças, pescando, caçando e colecionando os “frutos da Natureza”. No legado de Augusta constam dois quilombos: Bacabal e Barro Alto.

Ana Teixeira, minha outra trisavó, conheci através de tio **Pedro Sarmento** (94 anos) durante a pesquisa de doutoramento, e sua trajetória de vida é marcada também pela condição e experiências como mulher escravizada em fazenda do Cabo Maguari, no norte da Ilha do Marajó:

Meu avô, pai da minha mãe, era filho de escrava com pai branco, um francês da fazenda do Maguari. Ana fugiu com um ex-escravo pra cá, pró Marinquara, trouxe os meninos Djalma e Antônio [seu avô], filhos de Ana, enteados do Brício Teixeira. [...] Os dois filhos eram claros [brancos], porque eles eram escravos e a Ana teve filhos com um francês, aí eles saíram claros.

Contaram-me que **Ana**, não mais suportando as condições abjetas do cativo, evadira-se do Maguari com seu companheiro, um ex-escravo chamado **Brício Teixeira**, trazendo em sua ilharga os filhos **Djalma** e **Antônio**, frutos de estupros perpetrados por seu(s) senhor(es). Então, Ana, em movências pelos rios e campos e sob a égide de Nonhon²¹, terminou por estabelecer-se, centenas

21 **Nonhon** é deidade feminina, guardiã de todos os segredos e tesouros da Terra que, na cosmogonia marajoara imaginada por Eneida de Moraes (1954), foi castigada pelo portentoso deus Tungurágua, que ordenou a Capú – a deusa da justiça – transformar o belo corpo de Nonhon na Ilha do Marajó,

de quilômetros depois, com seus ‘pirralhos’ e seu companheiro de fugas, no *Marinquara Velho*.

Lá, forjaram um lar, vivendo livres sob a proteção das matas, em companhia de outros refugiados, compartilhando histórias, proteção, trabalhos e destinos, cultivando a Mãe Terra e tirando dela os itens necessários à existência. Seus filhos ‘claros’ foram apelidados ‘Guarás’, devido à tez avermelhada pelo sol marajoara. Em *Marinquara*, Ana retracou destinos, entremeando sua vida com as vidas que ali já estavam e foram chegando. Seus descendentes ajudaram a povoar o *Barro Alto* e outros quilombos, espalhando Teixeiras por Salvaterra.

As teias d@ sagrad@ Ananse, de quem nos fala Zélia Amador de Deus, emaranharam os caminhos de Ana e Augusta no *Encruzo do Bacabal*, quando Bela Dias e Antônio Teixeira encontram-se e resolvem ‘se juntar’ e formar família, passando Bela a morar com Antônio nas terras de sua sogra no *Marinquara Velho*. Desta união nasceu vovô **Zenelzila Dias**, um dos poucos frutos vingados desta relação, porque, mesmo morando nas terras de herança do marido, **Bela** viveu as agruras de ter que sustentar os cinco filhos, sobreviventes de várias gravidezes, quase sem apoio do companheiro músico andarilho, sempre ausente por manter outras duas famílias no território: uma no *Caçador* e outra na *Beirada* (TQ Caldeirão).

Diante das necessidades de reexistir apenas daquilo que a terra lhes provia, Bela viu-se compelida a “dar” a filha **Carmem**, ainda criança, para morar e servir uma “*família de Belém que depois se mudou para o Rio de Janeiro*”. Conta-se que, até morrer, Bela esperou notícias desta filha perdida para as terras da Guanabara. As demais meninas, **Joana** e **Pureza**, “empregou” em “*casas de famílias*” onde passaram parte da vida em servidão consentida, destino comum de muitas jovens afroindígenas e periféricas das Amazônias, como retrata Dalcídio Jurandir na personagem *Libânia* no romance *Belém do Grão-Pará*, prática referida também na autobiografia da Pajé Zeneida Lima em *Mundo Místico dos Caruanas da Ilha do Marajó*. Por fim, casou a caçula **Zenelzila**, aos 15 anos, com o jovem vizinho **Miguel Evaristo Sarmiento**, pois esperançava outros destinos para sua menina.

depois desta transgredir normas e interditos ao apaixonar-se pelo deus Surnizuno - o rio Amazonas - e beijá-lo sem consentimento.

Mas, pela magia de Sankofa, preciso retornar! Porque antes disso tudo acontecer, vinda de muito *dantes*, envolvida nas brumas do esquecimento em tênues fios da memória, bisavó **Cândida Sarmento**, chegou a mim pelos passos e laços de vô Miguel. Mas, antes de bisa Cândida e do avô Miguel, houve outro, o **Miguel Arcanjo Sarmento**, o *Barro Alto*, tapuiu²² livre, que chegara à região por volta de 1860 e pedira de **Joaquim Marinho dos Santos**²³ um “*pedaço de terra pra fazer um barraco e uma roça*” às margens do *Igarapé-Açu*, e desde então, “*foi ficando, foi ficando*”, como recorda um bisneto de Joaquim, ressentindo-se ainda pelo fato de ter-se ‘tomado’ parte das terras do *Sítio São Luiz*. Uma vez instalado, Miguel Arcanjo casou-se (ou já era casado, mas a família não resguarda o nome desta trisavó) e ali criou **Honorato, Manoel e Cândida**.

Desvelada por tia Estelina, bisa Cândida surge jovem, morena, de longos cabelos lisos, cuidando do “*velho Barro Arto*”, “*vivendo numa casinha ali por detrás da escola, mais prá lá um pouquinho, pras bandas do poço velho*”, até se juntar a **João Lopes Teixeira Maciel**, “*do pessar do Marinquara*”. Mas este bisavô viveu pouco e não deixou nem mesmo sobrenome aos herdeiros **Miguel, Antônio, Conceição, Raimunda e João da Mata Sarmento**. E este **Miguel**, primogênito de **Cândida Sarmento**, aos 19 anos, terminou por encontrar-se com uma parenta de seu pai, “*lá do Marinquara*”, a menina ‘**Ana**’, minha avó **Zenelzila**, filha de **Bela e Antônio**, neta de **Augusta Dias** e de **Ana Teixeira**, entremeando, por fim, as teias da vida e histórias das mulheres de minha vida pela linhagem materna.

Avó **Zenelzila Dias**²⁴, por sua vez, teve treze filhos, destes viu viver até a idade adulta apenas 11, perdendo 2 para o impaludismo (febre amarela), sarampo

22 Tapuiu(s)/tapuia(s) são termos genéricos usado antigamente aqui no Marajó para referir-se aos indígenas que tinham sido espoliados de suas identidades étnicas durante o domínio colonial e imperial, também referidos como índio(a)s manso(a)s que conviviam em meio a sociedade dos “brancos”.

23 A memória coletiva da comunidade dá conta que **Joaquim Marinho dos Santos**, e seus irmãos e/ou companheiros de fugas, foi um dos primeiros *negros refugiados* a estabelecer-se no território do quilombo Barro Alto, nas décadas iniciais ou meados do século XIX, estabelecendo-se no *sítio São Luis* (Acevedo Marin, 2005).

24 Vó **Zenelzila Dias** nasceu no *sítio Marinquara Velho* no ano de 1911, nas terras de seu avô **Bricio Teixeira** onde viveu até a adolescência. Cassou-se em 1926 com **Miguel Evaristo Sarmento**, tempos após o casamento e já com três filhos, mudou-se para as terras do marido, o *sítio Barro Alto*, onde criou filhos e filhas: **Estelina, Pedro, Miguel, Ferdinando, Antônio, Maria José, Maria da Conceição, Maria Célia, Maria de Jesus, Darlinda e João de Deus Dias Sarmento**. Ancestralizou em 18/10/1988, aos 77 anos, deixando extensa descendência.

e diarreia. **Tia Ana**, como era conhecida, lutou ao lado do marido para criar e educar a ampla prole. Conta-se que acompanhava o marido nas lidas diárias nas roças e pescarias, deixando os filhos menores aos cuidados da mãe e levando os maiores para ajudar nas tarefas. Resistia veementemente à ideia de “empregar” as filhas em “casas de famílias” devido às agruras vivenciadas por suas irmãs em decorrência desta prática, portanto, mesmo analfabeta, insistiu em ter filhos e filhas *letradas*, pois os queria *gente*, por isso *pelejou* até convencer seu marido a contratar, com a ajuda de outros vizinhos, um professor particular para dar aulas aos jovens, sendo responsável pela criação da primeira escola da comunidade, em 1943: a **Escola Bom Jesus da Campina**.

A resistência de vovó, juntamente com outras mulheres e homens destes lugares, na luta para garantir a escolarização dos seus descendentes, é expressiva da mundivisão destas pessoas sobre a educação também como um processo de libertação, ou como prática emancipatória, como assevera a professora Nilma Lino Gomes (2017). Entendiam, naquele então, que este direito negado a eles e elas, o saber ler e escrever, poderia tornar-se o elemento que os ajudaria e aos seus herdeiros e herdeiras a sobreviverem naquele mundo pós-abolição que os havia jogado nas margens da sociedade brasileira.

Esta agência viabilizou que as filhas e filhos de **Zenelzila** tivessem a oportunidade de escolarização, pois, “*no tempo de dantes, preto num estudava*”, como recordava sempre sua filha **Estelina Sarmiento**²⁵, a mais velha e única que não pode estudar, mas Zenelzila sustentou a educação básica (5ª Série Ginásial) dos demais fazendo farinha de mandioca e vendendo. A luta valeu a pena! Sua filha **Maria da Conceição (Tia Conci)**, aos 16 anos, tornou-se a primeira professora da comunidade, em 1954; três outras filhas tornaram-se também professoras²⁶,

25 Tia **Estelina** nasceu no sítio *Marinquara Velho*, nas terras de sua mãe, em 21/02/1928, onde morou até os 6 anos de idade. Depois a família mudou-se para o sítio *Barro Alto*, terras de herança de seu pai. Após casar-se, foi viver no sítio *São Sabá*, terras da família de seu esposo **Manoel Marinho dos Santos** (tio *Vera Cruz*). Depois de certo tempo, retornou ao *Barro Alto*, indo viver em suas terras de herança, onde ancestralizou em 27/08/2018, aos 90 anos. Infelizmente, não teve a oportunidade da escolarização, mas foi uma das nossas principais guardiãs da história ancestral, tinha uma memória prodigiosa, sendo uma narradora maravilhosa e a reconhecemos como uma *Conhecedora Griôte*.

26 Além de Conceição, **Maria José**, **Maria de Jesus** e **Darlinda Dias Sarmiento** foram professoras na Escola Estadual de Barro Alto, sendo que estas duas últimas se tornaram servidoras efetivas do estado e hoje são aposentadas como Professoras Auxiliares.

dentre as quais minha mãe. Graças à agência afrocentrada de vovó, suas meninas driblaram o destino de muitas outras jovens negras da comunidade e do Brasil: não se tornaram empregadas domésticas, amas ou babás, foram exceção à regra, tornando-se professoras.

Nos anos 1950, resistiu, com o marido, familiares e vizinhos, às expropriações do território ancestral perpetrada pelo Estado brasileiro através do Ministério da Agricultura, permanecendo ali, enquanto vizinhos e parentes mudavam-se para outros lugares e perdiam suas *heranças*. Também viveu a alegria de ver a primeira geração de netas concluindo o 2º Grau e entrando na Universidade na década de 1980. Suas netas constituem exceção à regra.

Mamãe **Darlinda Dias Sarmiento**, caçula de Zenelzila e Miguel, teve educação “*esmerada*” porque, além da escolarização formal até a 5ª Série Ginásial, recebeu aulas de *Corte e Costura* e estudou *Prendas do Lar* na Escola Doméstica em Soure, onde foi morar nos anos finais da década de 1960, lugar onde conheceu papai e *juntou-se*, aos 22 anos, tendo treze filhos, oito mulheres e cinco homens²⁷. *Professora Rosa*, como é mais conhecida, foi professora no povoado por 25 anos, lidando com as roças, ocupada na criação da ampla prole e nos afazeres domésticos, arranjou tempo para ser Presidenta da *Sociedade de Santa Maria*, sócia do *Clube de Mães*, costureira e estudar até o 1º ano do Ensino Médio.

Momentos de sofrimentos vieram quando mamãe se viu obrigada a separar-se de seis de seus filhos e filhas tão logo completavam 9 ou 10 anos e concluíam a 4ª Série do 1º Grau, uma vez que a escola local não ofertava outras séries da Educação Básica. Mesmo sofrendo, mas por querer filha(o)s *bem estudada(o)s*, mandava-nos morar com familiares nas cidades de Soure, Belém, Santo Antônio do Tauá e até Guarulhos. Hoje, comemora as agruras passadas ao ver sete de suas “*meninas*” graduadas como professoras e pesquisadoras em áreas como Letras e Literatura, Tecnologia de Alimentos, História, Geografia e Pedagogia. Uma técnica em Enfermagem e estudante de Ciências Biológicas. Quatro delas pós-graduadas. A maioria bem “*encaminhada na vida*”. As trinetas de Ana e Augusta são exceção à regra, romperam parte da bolha do racismo que nos cerceia

27 Aqui os 13 filhos de Darlinda e Maurício Pereira de Sousa: Rosa, Mauro, Cláudia, Páscoa, Darlinda, Marília, Maurício, Miguel, Denise, Débora, Daniele, Daniel e Murilo. Atualmente, possuem 28 netos e netas e 1 bisneta.

escolher presentes e futuros. As tataranetas das Ingaibas e das Tapanhunus performatizam reexistências na Ilha do Marajó.

Quanto a mim, resultado possível das agências e insurgências das gerações avós, no século XXI, sigo ativista do movimento quilombola, no qual fui envolvida pelas teias de Ananse em 2003, quando, após quase 15 anos afastada do território para estudar e trabalhar, voltei para ser professora alfabetizadora numa turma de EJA na escola local. A essa altura já estava “amigada” com Waldo²⁸, meu Miguel tinha 1 ano e meio e me esforçava para criá-lo e concluir a graduação em Letras Língua Portuguesa. Nesta época de aperreios, fui contratada pela prefeitura de Salvaterra para trabalhar num projeto chamado BBeducar, em parceria com a Fundação Banco do Brasil.

De volta a Barro Alto, na sala de aula da velha escola, reencontrei antigos colegas, parentes, amigas e vizinhos a quem eu deveria alfabetizar, realfabetizar os analfabetos funcionais ou simplesmente melhorar a leitura e escrita de alguns. Ali também o quilombo me chamou para a luta após três meses de trabalho, pois tia Conceição, uma das lideranças locais, convocou-me a realizar uma reunião com os estudantes para falar sobre o autorreconhecimento daquela comunidade negra ancestral como remanescente de quilombo e reivindicar o direito assegurado na Constituição Federal de 1988 através do Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e nos dispositivos legais complementares, como o Decreto 4887/2003, que regulamentou o Artigo 68.

Um desafio e tanto! Pois, até então, eu só conhecia o significado colonial e imperial dos quilombos históricos narrados pela historiografia oficial eurocentrada e nada sabia sobre quilombos contemporâneos. Querendo conhecer mais, recorri à **Tia Conci** que foi me informando o que era esse movimento e falou-me sobre a necessidade de criação de uma associação de remanescentes de quilombos para defender os interesses da comunidade em busca do direito a titulação do território e assegurar o legado d@s ancestrais às gerações futuras.

Desde aí, como herdeira de Ananse, me vi cada vez mais envolvida pelas teias do anansiar e passei a atuar como intelectual orgânica junto ao movimento quilombola local, estadual e nacional, em especial após tornar-me servidora

28 Meu malungu da vida com quem compartilho, há 23 anos, amor, sonhos e a criação de dois filhos, Miguel e William, e dois enteados, Wander (Guto) e Thiago, além do neto Wallace e da neta Dominique.

técnica administrativa na Universidade Federal do Pará lotada no Campus de Soure, em 2004, sendo que em 2006 fui indicada pela coordenação do campus para coordenar localmente o Programa Conexões de Saberes (SECADI/MEC), o qual estava encarregado de realizar pesquisas e extensão universitária tendo como enfoque o levantamento de dados e informações para subsidiar a futura política de cotas desta IFES, concretizada em 2008. Neste íterim tomei conhecimento da proposta de ação afirmativa para inclusão de quilombolas na UFPA, sob iniciativa da Prof^a Zélia Amador de Deus, do CEDENPA, instituição que vinha ajudando na organização política dos quilombolas do Pará desde meados da década de 1990.

Durante as pesquisas do mestrado (2009-2011), cujo objeto eram as políticas públicas REUNI e EXPANDIR na UFPA, deparei-me novamente com a temática das cotas e outras ações afirmativas, como a reserva de vagas para indígenas (aprovada em 2009) e para quilombolas (aprovada em 2012) em discussão nos conselhos universitários, ainda debatendo-se os dados das pesquisas do Conexões de Saberes, mas que geravam muitas polêmicas no interior da universidade, em decorrência do racismo estrutural e institucional que não permitia a alguns conselheiros enxergarem a importância da inclusão deste grupos no espaço universitário.

Já mestra, em 2012, propus projetos de extensão e pesquisa com enfoque nas comunidades quilombolas de Salvaterra e envolvi-me cada vez mais no movimento local junto a **Regional Marajó da Malungu**²⁹, compartilhando informações sobre os processos seletivos especiais para quilombolas e indígenas a partir de 2012 e organizando cursos e palestras preparatórias para o PSS IQ. Desde 2015 faço parte da organização dos Jogos de Identidade Quilombola de Salvaterra. Esperando cada vez mais aprender para poder agir junto ao meu coletivo étnico, fiz doutorado em Antropologia (2017-2022) com enfoque sobre as agências sociopolíticas das mulheres quilombolas de Salvaterra em defesa dos mais de 7.000 quilombolas dos 17 territórios, especialmente durante a pandemia de COVID 19. E agora, na pós-pandemia, luta-se para defender os TQs do crescente avanço do agronegócio sobre os territórios, especialmente a monocultura do

29 Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará – Malungu é a instituição que representa as mais de 500 comunidades quilombolas paraenses nos planos estadual e nacional. A entidade é composta por associações quilombolas de diversas regiões do Pará

arroz e todas as violências e violações de direitos que isso acarreta, em ativismos cotidianos em defesa dos nossos corpos-territórios e vidas.

Neste meio tempo, em malungagens com quilombolas professor@s de todo o Brasil, em 2019, ajudei a criar e co-coordeno o **Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas** – CONAQ, instituição que está presente, hoje, na SECADI/MEC através da **Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola** – CONEEQ³⁰ e onde estou comissionada, representando o povo quilombola da Região Norte em suas demandas pelo direito à educação. Neste sentido, vou seguindo as pegadas daquel@s que me ajudaram a chegar aqui e que me legaram um território de existência.

Ao longo dos anos, fui reconhecendo aquel@s que me trouxeram até aqui. Sigo nas pegadas e nas desobediências daquelas afrontosas pessoas que ousaram desafiar o sistema escravocrata, aquilombaram e esperançaram lugares de vida-liberdade para si e para as gerações vindouras, escolhendo as matas, campos e rios marajoaras para compartilhar vidas e experiências, estruturando um território que constitui suas heranças para nossa geração e para aquel@s que ainda são um devir.

Adupé, malung@s ancestrais! Kwekatú reté, se anama! Obrigada, parentes e malung@s!

30 Criada em 17 de julho de 2023, por meio da Portaria Nº 1.356/2023, a CONEEQ é composta, além das secretarias do MEC, por mais nove instituições representativas, entre elas movimento quilombola, entidades representativas, conselhos e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A MENINA QUE NASCEU NA MAROMBA

Maria Sóeli dos Anjos Farias Lemoine

Rio Cachoeiry, assim chamado pelos que nasceram às margens desse grande acidente geográfico fluvial da Amazônia brasileira, está localizado no Pará, com nascentes entre rio Amazonas e talvez a desembocadura no Nhamundá. É um rio que faz parte da microrregião do médio Amazonas, oficialmente pertencente ao município de Oriximiná, como um dos furos³¹ mais famosos para a prática da pesca e do cultivo de legumes de estação dentre outros, como os rios Boto, o rio Trombetas, o Lago Erepecuru, o Nhamundá – todos no Estado do Para, embora já na fronteira com o Estado do Amazonas.

Os que nasceram às margens do rio Cachoeiry são apelidados de “língua-branca”. Isto significa dizer que eu sou uma língua-branca, mesmo se a cor da língua dos cachiroaras não tem nada a ver com a cor da água do rio (que tem a cor amarelada em função do subsolo aquático ser barrento amarelado). No imaginário e no humor dos autóctones a cor da língua é a mesma que a cor da água.

Na *internet* ou nas revistas científicas não vamos encontrar esse rio como eu costumo chamar rio Cachoeiry, porque, na terminologia dos geógrafos ele é considerado um furo. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o furo é o termo regional característico da rede fluvial da Região Amazônica. Furos são “braços fluviais que interligam os cursos de água, formando rede de labirintos fluviais, apresentando características de anastomose”, quer dizer, os furos são como fios elétricos uns ligados aos outros, fazendo conexões, criando

31 Livro_GEOGRAFIA__TERRITORIO__E_SOCIEDADE_NA_AMAZÔNIA_1011653768.pdf (unir.br)

canais e formando tranças que dão origem às ilhotas, e que nos levam até os lagos ou a outros furos menores³².

O nosso rio Cachoeiry é identificado como furo porque também guarda o seu percurso natural, sem ser desviado pela mão do homem, mesmo quando os moradores vão criando passagens para encurtar os caminhos, particularmente com as canoas. As vezes esses caminhos são corriqueiros aos pescadores que criam caminhos cortados por suas canoas, e que por sua vez cortam as canaranas e as jurubebas quando se vai pescar ou se volta da pesca. São verdadeiros furos criados pelos moradores e que são denominados pelo caboclo de “furos”.

Para nós, língua-branca, o rio Cachoeiry é um rio tanto pela sua largura, como pela sua extensão. Ele é tão largo, que nem o vizinho do outro lado podemos ver, e só podemos reconhecer se tem alguém do outro lado do rio pelo grito. Meu pai ou minha avó gritavam lá de casa: “compadre Barbosa, tem gente aí?” E depois de uns três ou mais gritos com essa frase, aguardávamos uma resposta que se recebe com bastante eco, trazido pelo vento e pela distância e largura do rio Cachoeiry. Nesse sentido, para nós que nascemos no rio Cachoeiry, ele será sempre um rio, muito embora na geografia é reconhecido como um “furo”.

Esse rio é de tamanha importância para os moradores, talvez porque, nos anos em que eu vivi na beira desse rio com a minha família (1961 até 1968), dele tirávamos todos os meios de subsistência e de sobrevivência, sem muito necessitar dos produtos da cidade. Tínhamos acesso fácil ao peixe fresco, à água do rio para beber, à caça (seja a carne de capivara ou de aves selvagens, como o pato do mato, o papagaio); tínhamos acesso ao bicho de casco, como o tracajá, a tartaruga, o jabuti (este último era mais abundante na terra firme); também tínhamos acesso à carne de o boi, embora fosse mais rara, e também às hortaliças que vinham da horta das minhas tias ou, na época da vazante, ao cação, ao cupuaçu, à laranja, à manga, à goiaba, ao ingá, ao capim pro gado, à juta, à madeira pro curral (vara) e pra maromba dos animais e à madeira e à palha para as nossas casas.

O transporte mais comum, que todo morador podia ter, seja ela pequena, média ou grande, era a canoa. Barco era mais raro. Somente quem tinha barco era o seu José Lima, dono de um comércio mais intensivo, pois sua plantação e

32 Tópicos_em_Ciências_Sociais_Volume_1.pdf (poisson.com.br)

criação de gado eram mais intensivas, e sua família era também mais abastada, como se dizia na nossa terra. Canoas grandes ou canoas médias (meia água) ou pequenas, geralmente, eram encomendadas no lago Iripixi, no rio Sapucúá ou no rio Nhamundá, pois eram regiões de terras mais altas (e que a enchente não engolia completamente a terra) ou eram adquiridas na cidade de Oriximiná por intermédio dos donos de serrarias ou pelos fabricantes de barco que geralmente também eram fabricantes de canoa em Oriximiná. Eram raros os artesãos de canoas naquela região onde morávamos, pois precisava-se de madeira boa e de terra firme.

Talvez a única coisa que o papai trocava ou comprava como recurso de primeira necessidade fora do Rio Cachoeiry, mas particularmente nas serrarias de Oriximiná, era uma boa grossa de madeira (tabuas largas) pra fazer o assoalho da nossa casa de maromba. Até porque a casa de maromba deve ser uma casa bem segura para enfrentar a enchente (tanto a enchente baixa, a média ou a mais alta, dependendo do ano) até a vazante do rio (de um ano para outro). Se a casa de assoalho alto ou a maromba for malfeita ou somente amarrada com cipó, a família provavelmente vai ter que desmanchar a casa às pressas já com a água cobrindo o assoalho e refazê-la mais alta (dependendo da força e da altura da enchente naquele ano).

A casa de maromba deve ser bem alta (com pilares aproximadamente de 4 a 6 metros de altura) com assoalho de madeira de alta qualidade para receber a água montante dos rios. Se a cheia for grande e passar do assoalho, a madeira deve suportar a água. Às vezes a força da água é tão forte que pode desmontar a casa. Daí a importância da casa de maromba ser construída na parte mais alta do terreno e com os pilares fortes e sólidos de madeira de uma boa qualidade. As varas podem servir para ajudar nos cercados dos animais. Mas a casa de maromba não se sustenta com varas. Se por acaso a cheia for muito intensa, o assoalho deve ser igual para abrigar homens, animais e a suportar o peso da lenha e de todos os apetrechos da família.

No nosso caso, não tínhamos fogão a gás. Tínhamos fogão à lenha feito de uma estrutura de madeira e barro em que se preparam os alimentos depois que o fogo está aceso com pedaços de lenha, estes colocados na lareira de barro ou com carvão. Os sacos de alimentos devem estar bem protegidos de insetos, mas também da água (arroz, feijão, farinha, milho etc.). Sempre na casa tínhamos um

lugar chamado de “dispensa”. Uma espécie de quartinho onde só quem poderia entrar eram os adultos (nossas avós ou nossos pais), pois a ração deveria ser controlada para não acabar antes do final da cheia. Tínhamos de reserva, alimentos como: a carne seca, o peixe seco, o café torrado, cachos com banana, a banha de tartaruga (com a carne preparada em forma de mixira), o paio (linguiça feita de peixe-boi), o milho seco para alimentar as galinhas e os patos, a farinha e os temperos como a pimenta do reino e o cominho, que eram muito caros e comprados na cidade.

A farinha era guardada no paiol de madeira. Como não se tinha uma boa proteção contra os insetos, quando se abria o paiol para retirar a farinha, as paredes e a tampa pelo lado interior do paiol estavam infestadas de barata. E mesmo assim sem farinha não se podia comer nem o almoço e nem a janta. Imaginemos as doenças que adquiríamos comendo a farinha que dormia com os insetos..., mas a noção de higiene era quase inexistente. Eu tinha um horror às baratas, mas não lembro que recusava a farinha na hora da comida. O “paio” ou linguiças preparadas de carne de peixe-boi eram penduradas na dispensa, quer dizer, uma parte da cozinha coberta de palha destinada para conservar os alimentos para o inverno, que na Amazônia significa a estação das chuvas. No rio Cachoeiry, não conhecíamos geladeira e nem frigorífico. A conservação de alimentos era a base de alimentos secados no sol como peixes ou carnes salgadas ou de restos de alimentos assados que poderiam ser comidos no dia seguinte (peixe assado, carne assada, banana assada etc.).

O estrado para os animais era uma extensão da casa de maromba. Era como se fosse um quarto somente para a morada dos animais. Nesse estrado, viviam as galinhas e os patos. Às vezes, esse espaço era dividido com o porco. Papai comprava um leitãozinho para engordar. E assim que a água subia muito alta, e não tínhamos reserva alimentar, então chegava a vez do “capado” como era chamado o porquinho. Era capado para poder engordar. Às vezes, o porco, peru ou a tartaruga grande fazia o banquete de festa no dia do santo padroeiro. O santo padroeiro do Rio Cachoeiry é Santo Antônio. Não lembro se é de Pádua, de Lisboa ou outro lugar dos colonizadores europeus.

Na época das grandes cheias, como denominamos as enchentes ou as inundações, a água e as correntezas passavam debaixo do assoalho das nossas casas. Além de arrastar terras caídas, traziam também troncos de árvores,

moitas de canaranas, moitas de jurubebas, galhos quebrados, aves de hábitos aquáticos, como patos do mato, galinhas d'água, marrecos, bem como outros tipos de fauna e flora típicos do rio Amazonas e seus afluentes.

Entre peixes pequenos e grandes, apareciam uma vez ou outra, as cobras grandes. Eram raras de serem avistadas, mas na época da cheia essas cobras eram rebocadas pela força das águas do rio Amazonas, que ao descer das Cordilheiras dos Andes, onde nasce, vem arrancando tudo o que tem pela frente e arrastando tudo (animais, arvores, casas, terras, gente, enfim...) provocando catástrofes, e ao se estender na Bacia Amazônica vai se acalmando e se desdobrando em furos, como é o caso do nosso furo Cachoeiry.

Além de trazidas pela força das águas dos rios maiores, as cobras *sucuri* ou *sucuriju* (do tupi) eram também atraídas pelas galinhas e patos que a vovó Palmira criava no alto da maromba, e que serviriam de uma boa refeição nos dias de domingo ou quando estávamos doentes. A gente até fingia que adoecia para poder ter direito à canja de galinha ou, na falta desta, até ovos de pato servia, pois a alimentação contava muito no regime alimentar quando adoecíamos, particularmente se a doença era contagiosa (sarampo, rubéola, tosse de guariba, pneumonia etc.).

Outro momento em que tínhamos direito a famosa canja da vovó, era quando uma parturiente ganhava uma criança, pois a minha avó Palmira, além de ser a matriarca da família, ainda era parteira e isso dava crédito a receber uma ou duas galinhas de presente do pai da criança para que logo depois que a parturiente “desse a luz”, era alimentada com uma canja preparada pela minha avó. A criança ficava de olhos e ouvidos bem abertos para o grito do recém-nascido, pois sabíamos que logo, logo teríamos direito ao resto da canja de galinha servida a parturiente. Que deliciosa era a canja da vovó!

Ao entardecer, os animais se recolhiam para dormir como as pessoas. Creio que é de lá que vem a expressão “dormir com as galinhas”. Minha avó Palmira fazia a vistoria para ver se todos os animais estavam bem e se nenhum havia caído da maromba abaixo, quer dizer, na água que passava alguns milímetros do assoalho. Logo acima da água estavam as nossas redes.

O que não se esperava era que alguma cobra *sucuriju* (*Eunectes akayima*, mais comum na bacia norte da Amazônia, em comparação com a tradicional *Eunectes murinus*) estivesse de olho nos animais domésticos. Quando estas

alcançavam uma das galinhas, só ouvíamos os gritos destas pobres galinhas. Mas nada poderíamos fazer pois já estavam enroladas como tranças no corpo da sortuda sucuriçu, que imediatamente desaparecia levando a presa para o seu jantar. A sucuriçu dos nossos rios, além de apreciar aves, aprecia também as capivaras que são presas fáceis nos lagos quando elas vêm pra se alimentar de capim.

Da nossa rede, nós costumávamos gritar:

– Vovó, a sucuriçu está pegando as galinhas!!!

Minha avó respondia:

– É melhor ser as galinhas que vocês, crianças!

E acrescentava:

– Vamos rezar e dormir! Vamos esquecer as galinhas! Amanhã veremos qual foi...

E minha avó pedia socorro para os cachorros:

– Arriba! arriba! arriba!

Os cães latiam, mas também nada podiam fazer, pois sabiam que podiam ser eles a presa da cobra sucuriçu!

A sucuriçu também era transformada em cobra-grande. Particularmente, nas “estórias contadas” por moradores do rio Cachoeiry. Contava-se que quando os ribeirinhos vinham em direção a nossa casa, particularmente quando já era noite, via-se olhos grandes soltando fogos tão incandescentes que ofuscavam a direção do remador. Era ela, a cobra-grande. Os atravessadores do rio tinham que rezar muito para a canoa virasse e não serem lançados ao rio. Às vezes, a cobra-grande lhes paralisava. Eles não sabiam mais em qual direção remar. O vento ficava mais forte e as ondas das águas do rio cobriam as canoas de tanta força que o animal tinha quando nadava. Eles só se salvavam depois de se benzer várias vezes, pedindo em oração à Santo Antônio do Cachoeiry que os livrasse daquela imensa cobra.

Outro fato que ocorria era o mistério do encantamento. A cobra-grande também podia encantar um dos atravessadores do rio Cachoeiry que desafiassem a cobra. Quando não era a sua época de aparecer no meio dos rios, fazendo

ofuscar a visão dos remadores, era outro mistério, as sereias. Estas sempre apareciam às 6 horas da manhã, ou ao meio-dia ou as 6 horas da tarde. Nesses horários, nós não éramos autorizados a tomar banho na ponte de árvore gigante. Pois era ali que as sereias apareciam pra assustar a gente. Mesmo se as pontes eram bentas pela minha avó Palmira, que dizia umas rezas secretas e que nós não entendíamos, pois eram ditas de costas com as crianças. Somente depois que estas rezas eram feitas na ponte, para espantar os maus espíritos, é que era autorizado o banho, a lavagem de roupa ou cuidar no peixe para o almoço ou jantar. Porém, uma coisa era certa: não se podia tomar banho e nem estar na ponte (ou na beira como se dizia para o porto da casa) às 6 horas da tarde. Pois também se podia receber a “judiaria dos botos”. Os botos sempre vinham acompanhar as canoas navegando no rio Cachoeiry. Mas se uma menina estivesse em período menstrual, ela atraía os botos até o porto e, como extensão da atração, até dentro de casa. Não sei até hoje se uma das minhas primas, que se chamava Tereza, foi judiada pelo boto. O certo é que estávamos tomando banho no porto da casa do tio Antônio e da tia Florinda. E já era 18 horas. Todos saímos da água e começamos a nos enxugar com a própria roupa, pois naquela época não conhecíamos toalha de banho. Porém uma de nós não quis obedecer a tradição, quer dizer, deixar o rio antes de dar as ditas 6 horas da tarde/noite. E foi aí que começou o drama da prima Tereza. Ela pulava n’água como um peixe e não ouvia os mais velhos que gritavam para ela voltar pra casa. Já quase 7 horas da noite meus tios foram buscá-la à força. Foi lá que eles observaram que ela estava lisa como um peixe e que nenhum homem forte poderia tirá-la de dentro d’água. Num momento dado, meu tio Antônio teve que ir chamar o curandeiro que habitava quase na cidade de Óbidos, quer dizer, mais ou menos 12 horas de viagem de canos grande e remando sem parar. Finalmente, quando o curandeiro chegou, benzeu a prima Tereza, defumou o seu corpo com tabaco e folhas de ervas queimadas e envirataia, e diagnosticou que ela estava possuída pelo espírito das águas. Devia ficar em repouso, sempre recebendo a defumação e banho de folhas de vindica na cabeça. Depois de 7 dias de tratamento, é que a prima Tereza pode sair do quarto e começar uma vida de menina normal, porém com várias restrições. A Tereza era a mais velha entre nós, então o fato de ela estar receber suas regras menstruais antes de outras primas, ela serviu de exemplo para nós, que ficamos todas à escuta do sofrimento da nossa prima judiada pelo

boto e seguimos fielmente o conselho dos idosos até irmos de mudança para a cidade de Oriximiná.

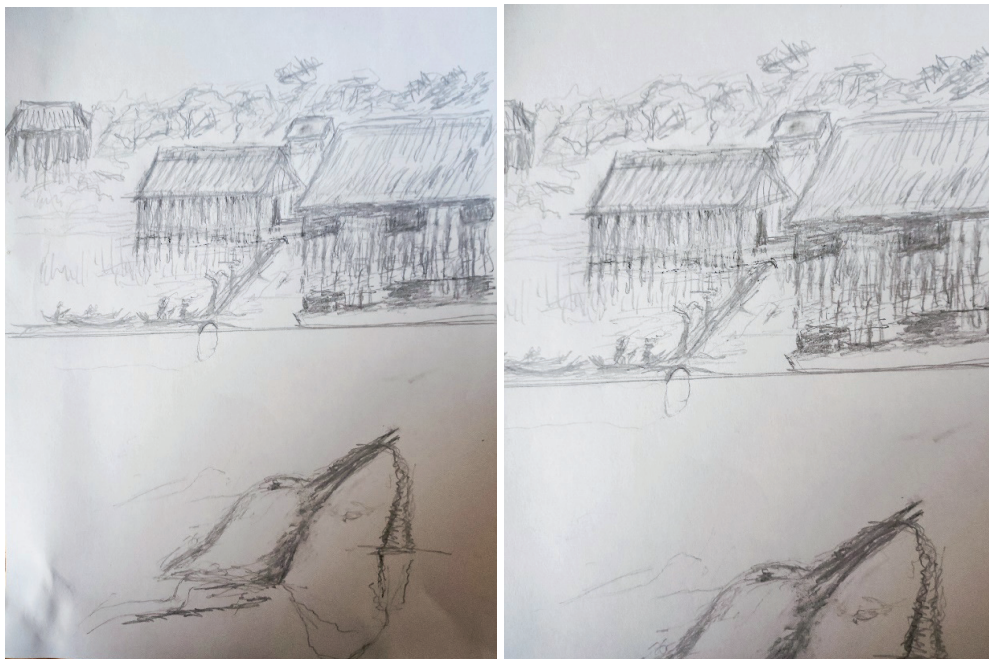


Ilustração: Paul Lemoine, 2024

Pois é...a vida na maromba não é tão fácil nem para os homens e nem para os animais. Todos estamos à mercê da mãe natureza. Na região do rio Cachoeiry, em agosto e setembro inicia-se a vazante, onde o nível do rio começa a descer. Os meses de novembro a janeiro é o período de seca, quer dizer, o período em que teríamos que buscar a água pra beber e cozinhar mais longe das nossas casas. Era necessário irmos de canoas. Sempre em frente às casas tinham uma ou duas canoas para o abastecimento de água, a troca de algum alimento de primeira necessidade, como a farinha.

Eu nasci no mês de setembro, em plena estação da fartura. O termo fartura pra nós quer dizer: muito peixe, muita capivara, papagaio à vontade no cacoad; muito tracajá nas praias botando seus ovos; plantação de hortaliças nas hortas; plantio de mandioca; safra do feijão e colheitas de frutas. O inverno nesta região se materializa em chuvas torrenciais a partir de novembro. A água começa a subir e as casas deverão também seguir o mesmo destino, ou seja, deverão ser desconstruídas e reconstruídas em terras mais altas.

O rio Cachoeiry é um rio longo, uma espécie de pequena ramificação do famoso rio Amazonas. É um furo, mas serve de passagem de barcos e navios para a capital do Estado do Amazonas, Manaus e que, ao se desviar do rio Amazonas, cruza o rio Trombetas e mais longe, o rio Nhamundá, o Igarapé dos Currais, a região do Sapucua e vai embora até a sua desembocadura. De águas amarelas claras tornando o bioma subaquático quase invisível pelo acúmulo de barro mole também de cor amarelada clara no subsolo aquático deste rio, e que, para a geografia regional, é um acidente geográfico conhecido na literatura como um “furo”.

Este aspecto da cor amarelada branca da água do furo do Cachoeiry permite aos não-cachiroaras de más línguas, (como dizia a minha avó Palmira, nascida e criada no Cachoeiry e moradora de maromba) de nos apelidarem de “língua branca”. Mas nenhum cachiroara fica zangado, somente se o tom for de insultos ou até mesmo de humilhação voluntária ou de discriminação em relação aos que são da cidade de Óbidos ou de Oriximiná (cidades mais próximas do rio Cachoeiry). Se alguém de Oriximiná insultar o cachiroara da expressão “língua branca”, a pessoa vai logo receber uma resposta atrevida: “é melhor ser língua branca do que ser espoca-bode!” Espoca-bode é o povo nascido em Oriximiná. Porque segundo os mais antigos, houve uma grande seca em Oriximiná e nos seus arredores nos tempos passados. E os animais só acharam farinha nas canoas dos pescadores para se alimentarem. Depois que encheram a pança com vários paneiros de farinha, foram tomar água. Mas a sede era tanta que só pararam de tomar água quando suas barrigas espocaram. Já o povo nascido em Óbidos, caso se atrevesse ao insulto, poderia levar uma resposta mais dura ainda: “é melhor ser “língua-branca” do que ser “chupa-osso”!

Como eu nasci no mês de setembro, sendo a terceira filha depois de minha irmã Graça (a mais velha de todos) e meu irmão Eliezer (o segundo filho), meu pai dizia:

– Esta menina nasceu em setembro, no tempo de muita fartura!

E neste período tem peixe de sobra, ovos de tracajá, tartaruga de reserva no buraco do cacoad, leite de gado que vem lá de cima (alguns quilômetros da nossa casa, o papai tinha uma outra casa onde moravam meus tios Antônia e Raimundinho, e era o lugar onde o papai tinha uma pequena criação de gado), leite de cabra, leite de égua, além de que, com a água descendo, poderíamos começar

à plantar melancia, melão, verduras como quiabo, tomate, beringela, além das frutas selvagens como: ingá, mari-mari, camapu, maracujá da várzea, mangas etc.

Papai dizia:

– Oh menina de sorte! Vai ganhar uma vaca de presente pois ela promete sorte. A vaca vai dar cria e assim esta menina apode se tornar uma grande fazendeira!

Papai devia ter no curral umas 7 vacas e uns 2 garrotes. Mas para quem começou com uma vaca, já era sinônimo de um “fazendeiro” próspero. Para alguém que sonhava com uma fazenda no futuro, 7 cabeças de gado já era um bom número de animais para começar. E papai era um grande sonhador de prosperidade. A terceira filha tinha nascida no mês da fartura, e que essa fartura iria se materializar em riqueza, ele nos levou todos ao curral e disse:

– Tragam a menina no curral para ela escolher a vaca!
– Aquela que ela olhar e mostrar com seu dedo indicador, é essa que ela vai ganhar!

O que o papai não previu é que, dias depois, a vaca veio a adoecer e morreu.

Mas para meu pai isso não foi motivo de desanimar e nem de imaginar que a má sorte da menina da maromba havia chegado. Com ar um pouco pálido, disse:

– Agora ela vai ganhar uma cabra!

Com poucos dias a cabra caiu num buraco e ninguém sabia do paradeiro da bichinha. Com muitos meses depois encontraram os ossos da cabra em um buraco. Certamente que o animal caiu e não pôde sair sem ajuda.

Mas meus tios que souberam da infelicidade, vieram logo com vários presentes preciosos: um trouxe 4 ovos de galinha, que ainda estavam quentinhos, tirados debaixo da galinha que pretendia chocar e criar seus filhotes; outro com uma cuiapéua cheia de manguinha daquela doce até parece que tinha mel; já um terceiro veio com meio panela de farinha, um quatro com castanhas, um quinto com um cacho de banana, um sexto com geleia de cacau feita pela tia Mundica; outra tia, a tia Antônia veio com uma lata de doce de leite, pois era ela e o tio Raimundinho quem tomavam conta do gado do papai. Raramente o leite sobrava pra fazer o doce. Mas a sorte da menina era tão grande que até leite sobrou e deu pra fazer o doce.

O papai na verdade nunca teve jeito para cuidar de gado. O negócio dele era encher uma canoa grande de produtos de troca e ir até o comércio de Oriximiná fazer negócios. Trocava-se fardos de juta por arrobas de tabaco; trocava-se feixes enormes de peixe seco ou coró de jacaré por açúcar e café; trocava-se sacos de sementes de cacau por querosene, sal, arroz, macarrão entre outros produtos industrializados como sardinhas enlatadas, carne em conserva, salsichas enlatadas etc. Esses produtos que eram adquiridos no comércio de Oriximiná ou Óbidos, eram revendidos mais caros no pequeno comércio que o papai mantinha na nossa casa da maromba no rio Cachoeiry.

Com o passar dos anos, economizando daqui e dali, papai veio a comprar um barco-motor, o que facilitaria a ida na cidade, com mais rapidez e trocar ou até vender seus produtos adquiridos no rio Cachoeiry ou no Trombetas com mais frequência. A mamãe e a minha avó eram quem cuidavam de nós e nos protegiam das intempéries da maromba. Quando era a cheia, corríamos riscos de cair na água, sermos engolidos por sucuri, sermos picados por insetos peçonhentos etc. Na época da vazante, os riscos não eram menores. Os barrancos ficavam escorregadios e tínhamos que ir buscar água par beber e cozinhar longe de casa. Descer e subir os barrancos com baldes feitos de cuia (calabaças) cheios de água e não deixar cair, pois os baldes eram feitos a mão e as cuieiras não davam cuias fora da estação. Além de que deixar cair um balde cheio de água e rachar, era sinal de falta de atenção e trabalho malfeito. Mesmo morando na maromba e já com três crianças, mamãe aprendeu a costurar e vestia todos os membros da família. Desde as roupas das minhas duas avós, a roupa do papai, a roupa dos filhos, das tias e das sobrinhas. Mas nunca era visto como se fosse trabalho. A visão que era transmitida e aceita pelas mulheres de casa (avó, tias, mamãe), e que era somente o meu pai trabalhava para o sustento da família. E essa ideia era repetida por todas as mulheres, muito embora elas trabalhassem sem salários, de domingo a domingo, e desde que o sol nascia até o escurecer. Mas *somente* o homem trazia o sustento pra casa.

Foi assim que o meu pai (com o trabalho das minhas avós, das tias e de minha mãe) conseguiu comprar uma casinha de barro em Oriximiná para que nos mudássemos para a cidade para podermos frequentar a escola, pois naquela época não havia escolas no rio Cachoeiry. Muito diferente de hoje em que os barcos vão apanhar as crianças nas casas para levarem para a escola!

Quando o papai viajava para o rio Trombetas, trazia o barco-motor cheio de castanhas do Pará. E como era proibido pela fiscalização federal transportar tracajás e tartarugas ou qualquer outro bicho de casco, papai costumava esconder os animais no meio da castanha. Era uma atividade muito arriscada. Se fosse pego teria que pagar uma fiança muito além do que ele ganhava e poderia ainda ser preso. Se por acaso, qualquer dono de embarcação dos rios Cachoeiry ou Trombetas, avistasse de longe, o barco da polícia federal que geralmente vinha da cidade de Oriximiná ou da cidade de Óbidos, e estivessem transportando algum bicho de casco, pequeno, médio ou grande, teria que soltar os animais lá onde ele estivesse navegando, pois não era somente uma contravenção, mas ainda passavam vergonha na cidade ou no seu local de origem. Ouvia-se dizer também que quando prendiam os animais as autoridades levavam para o leilão de Santo Antônio. Era menos pecado levar o bicho de casco pro santo que deixar os pobres coitados dos trabalhadores levarem e comerem junto com a família ou venderem para conseguir algum ganho pro seu sustento. Mas esse assunto não era de bom tom falar em público.

Lembro que uma ou duas vezes papai foi surpreendido pela fiscalização da polícia federal e teve que devolver pra água toda a sua mercadoria “proibida”, e ainda pagar a fiança pro governo. E claro, ao chegar de volta pra casa, estava arrasado e tremendo de medo das autoridades, ficando pensativo por dias, pois nós, os filhos, ficaríamos um tempo sem nada pra comer. Papai então saía de porto em porto pra ver os vizinhos (Seu Barbosa, Seu Picoto, Doma Maria Orfã, A Amélia e o Diquito) ou meus tios (Antônio e tia Florinda, tio Ciloca e tia Pretinha), para ver se os compadres e parentes haviam trazido do lago, alguma boia para dividir conosco (pesca ou a caça). E essa empreitada acontecia a qualquer hora do dia ou da noite. Às vezes não dávamos muita sorte. Uma das vezes papai teve que viajar mais longe no rio Cachoeiry até chegar numa casa que tivesse alguém. Encostou o barco moto A-4 no porto da casa do Seu Milton e da Dona Biteca. Mas estes não estavam lá. Tinham ido para as suas roças que ficavam muito longe, e nós, que estávamos de férias escolares, acompanhávamos o papai no barco. E era assim que sobrevivíamos no rio Cachoeiry. Ninguém negava um peixe, uma farinha, um pedaço de carne ou peixe salgado.

Na ausência dos compadres do meu pai, a casa que era em forma retangular, toda de palha, tanto as paredes como a cobertura estavam emprestadas para

um casal, uma parenta da nossa família, sobrinha do meu pai. A prima Meryam, que tem a mesma idade que eu, pois nascemos em 1961, ano em que o homem pisou na lua. A prima Meryam porém foi criada pela minha avó Palmira deste pequena. Conheceu um rapaz que trabalhava no nosso domínio na colheita de cacau. Desde adolescente, a Meryam foi logo encantada pelo Otavio, assim era chamado esse rapaz que não sabíamos de onde apareceu. Com pouco tempo de namoro escondido, a prima logo engravidou do esperto que com certeza prometia casamento. Quando a criança nasceu, a prima passou a morar com o pai da criança. Mas como não tinham ainda casa própria, emprestaram uma casa de conhecidos nossos que no momento teriam deixado a casa à disposição.

Uma das vezes que não tínhamos comida, papai pensou ir visitar a sobrinha para comprar peixe do seu companheiro, com a ideia de que o dito homem teria vindo do lago com uma boa pescaria. Quando meu pai ancorou o barco na casa do seu Milto e da Dona Biteca, nem imaginava o que iria encontrar. Já ancoramos debaixo de um temporal muito forte, em que os relâmpagos iluminavam o céu e a terra ao mesmo tempo. Nessa época, não tínhamos eletricidade no rio Cachoeiry. No barco do meu pai somente tinha uma lanterna, mas logo a pilha descarregou. Subimos o barranco até alcançar a modesta casa de palha. E de longe começamos a ouvir gritos e choro de criança. Ficamos logo assustados e com medo. Mas estávamos com fome e até aquela hora da noite, nada tínhamos para comer. Fomos nos aproximando da palhoça e meu pai disse: “fiquem aí fora, crianças! Vou entrar pra ver o que está acontecendo lá dentro da casa”. E ficamos no meio da chuva, nos encolhendo na beira da palhoça pelo lado exterior. Meu irmão Wilson e eu. Creio que meu irmão Eliezer acompanhou meu pai até aquela confusão.

E quando meu pai entrou na palhoça viu o pai da criança com um terçado enorme na direção do filho, segurado de um lado pela mãe que estava desesperada e chorava pedindo que seu companheiro não cometesse tal violência. A mãe puxava a criança para um lado e o pai puxava pro outro. Meu pai logo foi entrando, entre o pai e a mãe, e tirando o bebê daquela tragédia! Então a nossa prima explicou o que o seu companheiro, embriagado de cair pelo chão, queria fazer!

Que tristeza! Este rapaz estava muito embriagado, e por debaixo de um temporal fazendo a nossa pobre prima puxar o filho das mãos daquele homem violento, o que para todos nós foi um grande choque psicológico. Ele apontava um terçado grande para a criança fazendo gestos e gritando ao mesmo tempo,

que se ela o deixasse ou se separasse dele, ele ia dividir o filho no meio. Deus nos livre, dizia o papai! E pediu que rezássemos para que o mal fosse afastado daquele homem embriagado! E assim fizemos! Rezávamos, chorando porque ficamos com muito medo. A lição tirada dessa situação: o futuro das meninas sem escolas era arranjar um homem e ter filhos, não importa o que elas iriam passar na companhia do homem.

Ainda bem que por causa da nossa fome, papai teve a ideia de encostar o barco nesse porto. Foi como salvamos a criança dessa triste tragédia. Não encontramos nada pra comer e nem pra trocar, mas salvamos a nossa prima, o filho dela ainda bebê de uns oito meses e que estão vivos até hoje pra contar essa história. Nessa noite não dormimos com tanta tensão nervosa e emocional, e estarmos abalados por aquilo que acabávamos de presenciar, já que aos poucos fomos nos aproximando daquela cena para ver se podíamos ajudar a evitar aquela tragédia de horror que nos marcou para sempre a vida.

O furo do Cachoeiry, pelo IBGE, é considerado um acidente geográfico pertencente ao Médio Amazonas, bem como à cidade de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Monte Alegre. E o povo que ocupa a várzea é categorizado como povos ribeirinhos, e os que ocupam a terra firme são categorizados como roceiros. Alguns autores classificaram os ribeirinhos do Estado do Amazonas com o termo composto caboclo-ribeirinho. Na minha concepção, nós, originários do “furo do Cachoeiry”, poderíamos ter esta terminologia por categoria. Melhor do que a terminologia “roceiros”, pois roça ou roçado, somente é possível numa determinada época do ano, particularmente quando é vazante. Pudessem falar de roçar o roçado de juta, de cana de açúcar, de milho, de mandioca, sempre nos referimos a roçado deste tipo de plantação.

Quando eu vim ao mundo, em cima da maromba, pela minha avó Palmira, parteira de nascença, pois ajudou a vir ao mundo todas as crianças que nasceram no rio Cachoeiry como em cima de uma maromba. A casa de maromba não é permanente. É uma casa de estação, poderíamos dizer que nossas casas eram efêmeras e ecológicas. Feitas de material tirado na mata ou floresta. A casa da maromba pode ser de parede de madeira ou de palha, coberta de telha ou de palha, deve obedecer a uma estrutura muito particular, deve possuir um assoalho bem alto para abrigar a família, os utensílios, os animais domésticos e a alimentação para o inverno, se a família for um pouco precavida.

Essa “estação de setembro” é aquela, meio seca, onde o Rio Amazonas, seus afluentes e subafluentes, já desembocaram no Oceano Atlântico, daí chamarmos a estação da seca. Essa estação seca e quente dura dois ou três meses, e que vai aproximadamente de 8 de setembro a 19 novembro, com temperatura máxima média diária acima de 33 °C. Seguido do mês mais quente do ano em Oriximiná, que é o mês de outubro, com a máxima de 33 °C e mínima de 24 °C. Neste período pode-se comer mais barato o pescado dos lagos Sapucua, Rio Boto, do Rio Cachoeiry, do Aningal (como mapará, tambaqui, pacu, pirapitinga).

O que me vem muito na lembrança da nossa vida na maromba é esse tempo de abundância oferecida pela própria natureza. Como a água desce em direção ao Atlântico, os peixes sobem, então acontece a piracema, quando ao jogarmos a rede, facilmente, pegávamos os peixes. Além de que com meu tio Antônio, nós montávamos a cavalo junto com ele, para irmos na “baixa” pegar os peixes que ficavam presos nas poças de água enquanto os rios secavam. Era fácil escolher entre o aruanã, o curimatã e o peixe elétrico (o famoso poraquê), que nunca era escolhido por ter a “carne dura”. E lá vínhamos com os paneiros abarrotados de peixes para que a tia Florinda assasse no fogo à lenha que já estava aceso, apenas nos aguardando com o resultado da pesca “sem muito esforço”.

Um dos melhores momentos da minha infância na casa de maromba, eram os dias de pesca na porta da frente ou na porta da cozinha. Você deve estar curioso: de pesca? Sim, de pesca! Porque não íamos longe para pescar na época da cheia. Era da sala ou da cozinha. Poderia ser do quarto também. Mas éramos proibidos de abrir as janelas dos nossos quartos, pois os bichos da mata poderiam entrar. Até os botos poderiam entrar particularmente se alguma de nós estávamos em período de regras menstruais. Voltamos à pesca. Minha avó Palmira preparava a isca no anzol do caniço ou da linha. O caniço era para pegar sardinha, pacu e piranha. Às vezes só pegava candiru. Um peixinho liso que devíamos evitá-lo quando íamos tomar banho na beira do rio Cachoeiry. Você deve estar se perguntando por quê. Um peixinho tão pequeno é perigoso? Sim! O candiru escorrega fácil dentro do calção do menino ou da calcinha da menina. E ao adentrar ele busca o ânus da pessoa e entrar no corpo pelo ânus. Depois que está lá dentro, ele abre as barbatanas ou galhas. Quando isso acontecia no rio Cachoeiry, minha avó que era também curandeira do povo naquele rio, alertava os desavisados, que o candiru só saía se o paciente escutasse a guariba cantar. Voltamos para a hora da pesca.

Assim que a vovó preparava a linha ou o caniço com a isca, ela nos colocava em lugares diferentes. Uma com o caniço na cozinha da casa de maromba onde a água passava debaixo do assoalho para pegar os peixes menores. Outra na porta da frente da casa ou em cima da ponte de árvore com a linha atirada bem longe, no largo do rio Cachoeiry para pegar o peixe grande. Eu fazia logo confusão e queria pegar o peixe grande. Não queria saber do caniço. Chorava e brigava para minha avó me confiar a linha de pesca atirada ao largo do rio Cachoeiry. O que eu não imaginava era o tamanho do peixe que poderia vir fugar a isca. E nem bem a minha avó me deixou com a linha na mão uma grande piramutaba, quase do meu peso, começou a tantear o anzol e quando fui puxar a linha e enrolar para aproximar o peixe da ponte de árvore, a grande presa saltou e me levou com tudo para a água. Quando a minha avó avistou do seu fogão de lenha, feito de barro, perto do girau de madeira, eu estava me batendo com o peixe dentro da água e quase era vencida na batalha pela piramutaba. A minha avó não tardou em vir ao meu socorro trazendo o mata-peixe. Uma espécie de martelo feito de madeira dura, como o cedro. Minha avó vendo o tamanho da boia, arriou-lhe o dito cacete na cabeça da grande piramutaba e puxou com todas as forças para cima da ponte de árvore. E foi assim que eu pude sair da água, subir na ponte e passar um álcool com jucá nas minhas pernas que ficaram todas feridas e ensanguentadas de me bater entre o peixe e a ponte para salvar o almoço daquele dia. Era assim que vivíamos na casa de maromba. Cada um deveria mostrar suas qualidades a partir das experiências ensinadas pelos nossos ancestrais.

Na época da cheia, em frente a nossa casa de maromba, passávamos mais ou menos 6 meses encima d'água. A água da cheia do rio Cachoeiry vinha de outros furos decorrentes do Rio Amazonas, mas o nosso rio ou furo era tranquilo. Ele passava embaixo do assoalho lentamente. Ouvíamos o “ploque, ploque” d'água que batia nos esteios da casa ou nas árvores que estavam cercando o meio ambiente como as embaubeiras, os marizeiros, as carnaubeiras e outras árvores da fauna amazônica inundada, e que eu já não recordo mais os nomes. Porém não é uma região de palmeiras, como o açaí e o tucumã. Estas árvores são também de zonas inundadas, mas mais próximas de terras firmes, como é o caso do Lago Iripixi, onde tínhamos cumumazeiros, bacabeiras e patauazeiros.

De férias, papai nos levava para o Lago Iripixi. O lago para nós era um rio como o nosso rio Cachoeiry. Nunca ouvimos falar na palavra “lago”. E que a noção

de rio era generalizada para muitos outros acidentes geográficos com muito volume de água e de extensão extraordinária. O lago Iripixi era o lugar de terra firme que todos os moradores do rio Cachoeiry que tinham qualquer número de gado (pouco ou muito) teriam que fazer a transferência dos animais para essa ou outra terra firme. Alguns moradores do rio Cachoeiry levavam seus animais para o Igarapé dos Currais; outros levavam para o Lago Sapucua; outros ainda levavam para o Iripixi. Era o nosso caso. Nessa época, o trabalho da nossa gente dobrava. Tínhamos que ter uma espécie de jangada e alugar um barco grande ou uma balsa (raríssimas na nossa infância) para rebocar o gado da casa de cima no rio Cachoeiry até o Lago Iripixi. No começo, papai não havia terra no Iripixi. Ele alugava por certo período as terras de um casal até que estavam doentes de lepra. Na época as pessoas que tinham esta doença rapidamente eram discriminadas e isoladas. Nós éramos crianças, mas lembro que nós não podíamos adentrar na casa do casal que estavam com esta doença. Porém os víamos de longe, pois nossos pais iam lá com eles levar uma cesta básica, mas nós éramos avisados que criança não podia entrar na casa. Ficávamos aguardando nossos pais no barco ou fora da casa. Porém lembro do sorriso da senhora dona da casa.

Com o tempo, os donos dessa terra do Lago Iripixi venderam pro papai uma grande parte das terras firmes. Papai já levava agora o gado para o Lago Iripixi onde havia comprado essa terra firme que antes era alugada ou arrendada do dono.

Quando voltávamos pro rio Cachoeiry, trazíamos de presente para as nossas avós algumas cuias cheias de bacabas ou patauás. Açaí nessa região do Médio Amazonas é mais raro. O açaí é da zona bragantina, da zona marajoara e tapajônica. Mas na região dos furos são mais raros. Encontra-se, quando é plantada pelo homem. O que mais recorro como momentos de alegria e felicidade na nossa infância era o momento de tomar o banho. Geralmente, todos os moradores do rio Cachoeiry tinham uma ponte feita de tronco de grossas árvores, de mais ou menos uns 2 a 3 metros de largura. Aliás, era a própria natureza que fabricava as nossas pontes. Pois era só cair uma árvore arrancada pela força das águas dos rios e que fosse de boa. Papai sempre dizia que quando alguém caía (ou escorregava e quase caía) na água subindo essa escadinha, ficava um pouco sem jeito e dizia: “um dia eu vou consertar!”. E porque não tive tempo. Na verdade, o papai não era homem de mandar consertar nada. O negócio dele era

ganhar algum dinheirinho para pagar o banco e alimentar a família. O dinheiro nunca sobrava para consertar o que estava estragado pelo uso. Papai também não consertava nada pelas próprias mãos. Ele sempre dependia de todos pra construir ou consertar alguma coisa que fosse do carpinteiro, do roceiro, do mecânico. Ele era um verdadeiro comerciante sem nunca ter estudado. Papa só aprendeu a ler e escrever. Quer dizer, somente foi alfabetizado. Nem sei como! Dizia a minha avó, que papai aprendeu sozinho a ler e escrever. Aprendeu com os adultos que chegavam em casa. Aprendeu perguntando as letras. Sabia negociar couro de jacaré com um forno à lenha, por exemplo.

Quando as mulheres da casa (avós, mãe, tias, primas mais velhas) terminavam de usar a ponte de tronco largo de uma árvore em frente a nossa cada de maromba para os afazeres domésticos (lavar a roupa logo cedo para aproveitar o sol para seca; cuidar no peixe ou na caça para preparar o almoço; atender às pessoas que chegaram com suas canoas ou seu barquinho para trocar suas colheitas ou pesca com mercadoria da cidade etc.), então era a nossa hora. Saltávamos na água como os peixes. Aporfiávamos para ver quem nadava mais longe. Certamente que os primos que sempre viveram nas regiões de maromba sabiam melhor nadar do que os primos que vinham da cidade. Porque nadar é natural no rio Cachoeiry. É importante dizer que uma ponte devia servir para saltarmos na água na hora do banho, para ancorar as canoas dos moradores que vinham fazer suas compras no comercio do papai, devia servir para cuidar no peixe, lavar a roupa da família e até ancorar barcos e acolher as pessoas que desciam dos barcos e canoas. Nessas descidas, a ponte deveria ter algumas qualidades, como pequenos pedaços de madeiras em forma de palitos gigantes (de 25 centímetros de tamanho e 2 ou 3 dedos de largura, para que ninguém pudesse escorregar. Esses palitos gigantes serviam de obstáculos ao deslizamento. Os que chegavam afincavam logo os pés nesses obstáculos e alcançavam a escadinha da casa de maromba com mais tranquilidade. Nem tudo era perfeito! Essa escadinha que era de madeira quase podre pelo tempo de uso – e com tabuas da largura do sapato ou da chinela, pregada com pregos nas vigas –, nem sempre estavam em segurança para os que chegavam em casa. Muitas pessoas caíam nessa escadinha malfeita e malcuidada.

Enquanto o rio Amazonas estava finalizando a sua descida para o Atlântico, seus braços e antebraços estavam borbulhando de peixes, já que nem todos tinham a sorte de navegar junto com as correntezas dos rios. Os lagos atrás das nossas

casas ficavam fartos peixes, então era fácil de ir lá e apenas buscar o alimento, não precisava pescar. Meu tio Antônio nos fazia montar em sua cintura em cima dos cavalos, e íamos até os lagos buscar os peixes que estavam encalhados. Pois com a água descendo, os lagos ficavam quase secos e muitos peixes ficavam presos ou com falta de ar. Enchíamos os paneiros de curimatá, aruana, pacu, aracu e voltávamos para casa. Quando chegávamos, a tia Florinda já estava com o fogo aceso pronto para assar os peixes e servir o jantar. O jantar se resumia em peixe assado ou cozido com farinha. Depois era só tomar um copo d'água e ir dormir. Cada um na sua rede. A dormida não era logo, pois tínhamos que nos confrontar com os gritos dos animais (sapos cururus, corujas, guaribas etc.). Esses animais só param de gritar lá pela madrugada.

Quando a água baixava, outra curiosidade: os papagaios vinham comer o cacau em bando. Então era fácil para meus tios e primos darem um tiro de espingarda e caírem aos montes. Fazia parte da antropologia alimentar dos povos que vivem às margens do Rio Cachoeiry. Até porque eram milhares. As mulheres preparavam papagaio com arroz e bastante pimenta do reino. Assim saímos da época do peixe e entramos na época das aves. A alimentação em proteína variava: entre peixe, aves, capivaras, tracajá, tartaruga e uma vez por ano, quando a sorte era grande para o lado do pescador, se caçava um peixe-boi³³.

O peixe-boi, diga-se de passagem, por ser um animal de tamanho e peso extraordinário podia alimentar várias famílias, tanto da margem esquerda como da margem direita, pois a notícia corria longe. E para quem vive na maromba é

33 Existem quatro espécies de peixe-boi no mundo, e uma delas vive apenas em água doce, aqui no Brasil, mais especificamente na Amazônia. O peixe-boi-da-Amazônia, como é conhecido o *Trichechus inunguis*, é o menor dos peixes-boi e originalmente ocorria em toda a bacia dos rios Amazonas e Orinoco, chegando à Venezuela e à Colômbia. No entanto, esses animais despertam o interesse de caçadores por sua carne farta e seu óleo. A caça ao longo dos anos diminuiu consideravelmente sua população. Gordurinhas acumuladas. O peixe-boi-da-Amazônia é um mamífero herbívoro – ou seja, se alimenta apenas de algas, aguapés e capim aquático. Mas de plantinha em plantinha, o peixe-boi chega a pesar 300kg e a medir 2,5m. Ele se alimenta principalmente na época chuvosa, quando há mais disponibilidade de plantas. Passa até oito horas por dia comendo e chega a consumir 10% de seu peso em um único dia. Toda essa comida é armazenada em seu corpo em forma de gordura, para suprir suas necessidades energéticas durante a estação seca, quando há menos comida. Quando as chuvas escasseiam, o peixe-boi-da-Amazônia sai dos pequenos igarapés, onde normalmente vive sozinho, para os grandes rios, onde se junta a grupos de quatro a oito indivíduos.

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/biodiversidade/especie_do_mes/marco_peixe_boi_da_amazonia/

melhor dividir a caça grande com os vizinhos que ao escutarem do outro lado do rio o grito dos meus tios – “Venham buscar um pedaço de boia!”. Logo pegavam a canoa mais leve e mais estrita, que chamavam de “meia-água” e vinham muito rápido buscar a sua parte. Naquela época, o peixe-boi era pescado uma vez por ano e não havia interesse comercial. O peixe-boi, como o peixe e o boi, fazia parte da antropologia alimentar dos ribeirinhos que viviam as margens dos rios, onde este mamífero herbívoro se reproduzia e vivia em abundância. Depois da exploração e da pesca predatória durante séculos, que começou com os colonizadores e continuou com o sistema capitalista selvagem, hoje o peixe-boi é um animal mamífero aquático em extinção e tem leis severas para evitar o desaparecimento completo do animal, o que apoiamos de viva voz e somos defensores de sua proteção como de toda a fauna e flora do planeta.

Hoje, lendo os jornais de informações sobre a proteção do peixe-boi em Oriximiná e no Oeste do Para, lê-se que um bebê peixe-boi foi encontrado no rio Cuminá, e se observa que a população ribeirinha está sensibilizada pela proteção dos animais em extinção, prova disso que foram os próprios moradores do rio Cuminá que procuraram avisar a Secretaria de Meio Ambiente de Oriximiná, e assim socorrer o filhote de peixe-boi que informava no jornal: *Entendemos que pelos relatos dos comunitários, a mãe foi covardemente abatida. Nossos veterinários já examinaram e ele está recebendo de maneira correta a alimentação. Fizemos contato com o Inpa, de Manaus, que é especializado em mamíferos aquáticos e o animal será levado pra lá”, informou o secretário de Meio Ambiente.* Além dessa informação do jornal, e que faço questão de deixar aqui na minha história de vida, fico feliz que ler que o Estado do Pará, e, em específico, o Município de Oriximiná têm leis ambientais bastantes protecionistas para fauna e para a flora da nossa região.

Sobre leis ambientais, na minha infância, não se ouvia falar. Talvez porque a pesca e a caça eram em torno da nossa sobrevivência e não do enriquecimento. Tanto é que não se observava pessoas com poder aquisitivo maior que o do outro. Geralmente as pessoas viviam humildemente e com os recursos da natureza. Caçava-se e pescava para comer; para o sustento da família. A diferença de hoje é que o ser humano quer transformar a natureza em dinheiro, custe o que custar. Nesse sentido, as leis ambientais são muito importantes para que a fauna e a flora da nossa região não desapareçam pela espoliação e tráficos.

Nesse encontro, aproveitavam pra festejar a caça ou a pesca farta entre os adultos: eles abriam uma garrafa de cachaça e quando a cachaça estava em falta, eu vi muitas vezes os velhos tomarem até mesmo álcool puro. Entre eles faziam jogo de desafio e coragem para quem virasse o copo na boca sem fazer caretas. Ganhava mais um copo cheio de cachaça aquele que tomasse a bendita. Meu Deus! Coitados! Estes bravos homens da maromba desconheciam completamente os efeitos colaterais do álcool para as suas vidas, e eu também! Vi morrer seu Picoto, seu Irineu, seu Milton, seu Feijão, e mais tarde o seu Diquito, tio Raimundinho. Enfim, muitos deles morreram de doenças desconhecidas, mas provenientes do álcool também.

Em relação a nossa base alimentar de proteínas, particularmente, era muito farta. Fartura de todo tipo de peixe como o pirarucu, curimatã, bichos de casco como o tracajá, a tartaruga, aves como papagaios e patos do mato, mamíferos herbívoros como a capivara. Enfim, em cada estação seca ou inundada tínhamos uma alimentação balanceada. E ademais, se podia escolher o tipo de peixe e o tipo de caça. Na época da seca, papai nos enviava no cacual para escolher a tartaruga maior e mais gorda. Era coisa que não se podia comer sozinho, pois o animal era proibido, mesmo se nós não tínhamos conhecimento das leis.

Eu já estava na idade de aprender a ler e a escrever. E no rio Cachoeiry, só tinha a professora Ângela, a mulher do João Tinga, meu primo. Mas não existia escola. Ela ensina particular e somente para os estudantes maiores, que podiam ir até a casa da professora à remo, quer dizer, que davam conta de remar tanto de ida como de volta. Nós éramos pequenos para atravessar o Rio Cachoeiry de canoa. E somente íamos para a cidade se estivéssemos doentes, acompanhados pelos nossos pais ou tios. O que aconteceu comigo uma vez, em que papai teve que fretar um barco para ele e a mamãe me levassem até a cidade de Óbidos, única cidade que havia um médico. Lembro que o médico se chamava Dr. Lauro, e era o único médico que atendia toda a região. Viajamos de canoa ou de barco mais de 12 horas para conseguir uma consulta na cidade de Óbidos. Para conseguirmos, papai teria que falar com uns conhecidos dele em Óbidos, e que conheciam o Dr. Lauro. E somente assim ele consultava. Eu já estava de “vela nas mãos”, contava a mamãe, quando o papai conseguiu me levar até o Dr. Lauro.

Aos 7 anos, finalmente mudamos pra cidade.



Margens do rio Cachoeiry, em Oriximiná.

<https://www.facebook.com/rannibalieiro2017/posts/rio-cachoeiry-oriximin%C3%A1-1-pa/2103532239932682/>

AVÓS: AS VOZES DO CORAÇÃO

Nilza Verônica Amaral

Minhas avós eram mulheres fortes, cheias de filhos e com muitos desafios que lhes impôs vida no interior da Amazônia, na primeira metade do século XX. E eu tive o privilégio de conhecê-las e de desfrutar de suas companhias por um breve tempo da minha vida.

Minha avó paterna Antônia Amaral de Souza (Tapuia) era filha de Coronel e foi criada na região do Lago Grande, no oeste do Pará. Casou-se com meu avô Podalyro Lobo de Souza após esperá-lo por aproximadamente dez anos, tempo em que se casou e enviuvou da primeira esposa. Com ele teve oito filhos e duas filhas e a maioria, como papai, nasceu e foi criada na Fazenda Nava, município de Juruti-PA até 1950, quando vovô comprou uma casa em Óbidos-PA para que os filhos pudessem estudar. Vovó então mudou-se para a cidade com um monte de moleques debaixo do braço e recomeçou sua vida, possibilitando aos filhos e filhas acesso à educação. Nesse endereço, na Rua Deputado Raymundo Chaves (a Rua Bacuri) é quase certo que morou a família do literata obidense Inglês de Souza, mas é certo que morou o militar Leônidas Fernandes Cardoso, pai do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, quando cumpriu exílio, em 1922. O casarão ainda existe e pertence à família Amaral de Souza.

Minha avó materna, Christina Urupema Corrêa Campos, era filha de importante família política de Santarém-PA. Mas, ao apaixonar-se por José Collares Campos, um jovem rábula, filho único de mãe viúva que, diziam os antigos, era desafeto político de sua família, ela foi deserdada. Após o casamento, que teve como punição a perda da sua herança, eles foram residir no bairro da Prainha, periferia da cidade de Santarém, onde moravam principalmente pescadores; e lá permaneceu por vários anos mesmo após o falecimento do vovô. No final dos anos de 1950 os seus irmãos renunciaram ao casarão da Praça Rodrigues dos

Santos em seu nome e para lá mudou-se com os seis filhos ainda menores. Vovó Christina permaneceu naquela casa até o seu falecimento, em 1989. O casarão ainda existe e pertence à família.

A neta do Barão

Vovó Christina, viúva a muitas décadas, morava em um casarão, em frente à Praça Rodrigues dos Santos, e era para a sua casa que eu ia nos fins de semana, principalmente nas férias escolares, quando eu passava uma semana inteira sob seus olhares atentos. Com ela moravam tia Dizinha, minha madrinha de batismo, e tio Quiba com sua família (tia Socorro e os cinco filhos). De tia Dizinha eu recebia todos os mimos e muitas explicações para as minhas intermináveis tagarelices, mas vovó era impaciente para crianças tagarelas e curiosas e por isso eu não ousava fazer-lhe muitas perguntas; entretanto vez por outra ela contava alguma história da sua família, mas sem muitos detalhes, e eu ouvia com muita atenção. Quando eu cresci e ouvia mamãe contando as histórias de família, pude entender o porquê de alguns silêncios de vovó, principalmente em relação à sua vida privada: ela, nos anos de 1920, ousou enfrentar sua rica família para casar-se com meu avô José, que era pobre e desafeto político da abastada família Corrêa (que descendia do Barão do Tapajós, parente do Barão de Santarém). Por sua rebeldia ela não recebeu nenhuma ajuda financeira de sua família quando se casou com vovô e enfrentou muitos desafios para criar os seis filhos, principalmente após a morte prematura de vovô, aos 42 anos. As histórias que ouvíamos eram sempre através de mamãe e dos meus tios e eu compreendi então que ela não gostava de lembrar-se das privações do passado. Sua condição financeira só melhorou quando, após o falecimento de sua mãe, seus irmãos (todos homens) decidiram dividir com ela o que lhes coube na herança destinada apenas aos filhos. Então vovó recebeu um terreno com algumas cabeças de gado, no Lago Grande, e o Casarão da Praça Rodrigues dos Santos. Com isso, ela mudou-se com os filhos, para uma casa maior e mais no centro da cidade. A produção no terreno do Lago Grande foi suficiente para que não passassem fome e todos trabalhavam duramente nas férias escolares, quando deixavam a cidade após o Círio de Nossa Senhora da Conceição, dia 08 de dezembro, e só retornavam final de fevereiro.

O pequeno rebanho aumentou com o passar dos anos e proporcionou o estudo de todos os cinco filhos que seguiram suas vidas em Santarém-PA.

No bairro da Prainha, vovó Christina e seus filhos (Audálio, Rió, Dizinha, Ambrósio, Rosi e Quiba) viviam sem luxo, numa casa simples que vovô comprara na Rua dos Artistas, sem energia elétrica e sem água encanada, serviços dispensados apenas aos bairros do centro da cidade, onde moravam as famílias mais abastadas. Mamãe e tia Dizinha, hoje com 83 e 87 anos respectivamente, contam-nos histórias daquele tempo em que viviam com pouquíssimo recurso financeiro, mas que nunca passaram fome porque os quintais eram produtivos e os vizinhos tinham o bom costume de trocar frutas, ovos e hortaliças entre si. A infância de todos foi dividida entre as tarefas domésticas e as brincadeiras: a roupa era lavada no rio e de lá eram trazidas as latas cheias d'água para abastecer a casa. Mamãe e papai compraram a casa do padrinho Isidoro de mamãe e desde o início dos anos de 1970 nós moramos na Prainha, um lugar cheio de histórias de quatro gerações da mesma família. E percebo que todos sobreviveram graças à determinação de vovó que lutou para dar o melhor para seus filhos e, por consequência, aos seus netos. E sem nenhum vintém do Barão. Graças a Deus!

O Casarão da Praça

A casa foi construída nos anos de 1950, próximo ao Theatro Victória e à Matriz de Nossa Senhora da Conceição; a fachada era simples, com platibanda e uma calha destacando-se uma enorme porta de madeira e três janelas compridas, além das duas janelinhas dos dois porões. A porta de entrada era no alinhamento do lote, sem recuo frontal, como eram as construções daquele singelo conjunto arquitetônico ao redor da Praça Rodrigues dos Santos. A porta se abria de frente para uma curta escada de madeira, com corrimão metálico, por onde eu desci inúmeras vezes, quando criança, escorregando às gargalhadas. Os porões, um à direita e outro à esquerda da porta de entrada, era o que tornava aquela casa tão especial. Em ambos existia uma parede que os dividia ao meio, com uma porta de madeira que permanecia sempre trancada. A parte da frente era iluminada pelas janelinhas e por lâmpadas elétricas; a parte de trás era escura, úmida e levava ao quintal, nos fundos da casa. O teto era o piso de tábuas corridas do corpo da casa e o piso era de cimento sem acabamento, mas estava sempre limpo.

Em um dos porões, vovó guardava cadeiras e mesinhas de canto, um guarda-louça com pequenos objetos de pouco uso e outros itens que julgava importantes. No outro, tio Quiba mantinha uma pequena loja de medicamentos para cachorros, sua paixão desde sempre. Sua pequena loja era bem frequentada e, numa época em que não existia o conceito de *pet shop*, isso era o mais próximo que se tinha na cidade. E com o passar dos anos nosso tio criou um imaginário cheio de histórias fantasmagóricas sobre o casarão e principalmente sobre os porões que nos impediram (a mim e aos demais sobrinhos) de brincar naquele lugar diferente de tudo o que já tínhamos visto quando criança. Mesmo assim eu descii algumas vezes e bisbilhotei por lá, sempre com ouvidos atentos às vozes que ecoavam através do assoalho; e eu sempre dava um jeito de sair sem ser vista daquele lugar úmido e escuro tão logo percebia que alguém se aproximava escada abaixo. Acho que naqueles porões habitam, até hoje, não os fantasmas que tio Quiba criou nas suas muitas histórias, mas nossas lembranças de crianças sonhadoras e criativas, que tiveram momentos felizes num universo onde vivem a Cobra Grande, o Curupira, o Mapinguari e o Murucututu.



Casarão da Praça, em Santarém-PA

Ilustração: Rogério Adriano Ferreira da Silva, 2024.

Vovó Christina, apesar de parecer austera, gostava de reuniões de família, de beber vinho, de gargalhar alto e de receber parentes e amigos para comemorar seu aniversário, em novembro. O almoço servido naquele dia era especial e virou uma tradição de família e, desde que se mudara para o casarão e os filhos cresceram e começaram a ajudar com as despesas da casa, ela sempre festejou seu aniversário com uma mesa farta de comida e vinho. Lembro-me que a mesa da sala de jantar recebia uma linda toalha de linho e nela eram dispostas fartas travessas de comida tendo como prato principal um grande peru assado, servido com farofa no papo e frutas ao redor. Por meses vovó criava aquela ave grande e desajeitada e o cevava para ser abatido às vésperas do seu aniversário. Algumas vezes a presenciei dando cachaça para o peru porque assim sua carne ficaria bem macia. Acho que esse era o segredo e talvez por isso esse prato nos faz lembrar dela e de toda a felicidade que aquele momento transmitia. Eu também me lembro da casa cheia de gente e de moleques tagarelas (nós, seus netos) que, sem poder correr – porque ela nunca nos permitiu tal coisa – sentavam-se nos sofás da grande sala de visitas e aguardavam o início do almoço. Sem brigas, sem choro e sem mimimi, todos bem arrumados e educados. Depois vinham as sobremesas geladas, doces e coloridas. A festa ia até à tarde e as mulheres (mamãe, tia Dizinha, tia Rió, tia Socorro, mãe Nazaré e tia Nazaré Campos) ajudavam a organizar tudo para minimizar o trabalho da segunda-feira, dia da faxina realizada por tia Dizinha.

Na ampla sala de jantar, com seus dois janelões e uma porta que se abriam para o quintal, tinha uma mesa de jantar, com oito cadeiras e poltronas confortáveis, uma linda cristaleira com louças antigas que vovó gostava de comprar para usar nessas ocasiões especiais. Tinha ainda um móvel baixo, com duas portas e quatro gavetas, onde também eram guardados pratos e baixelas. Na sala de visitas, além dos sofás e poltronas, também tinha uma antiga vitrola que me encantava sempre que alguém colocava um disco de vinil para tocar. Para mim era uma coisa inusitada porque lá em casa só tínhamos rádio e um toca-fitas K-7 que papai deixava na cabeceira da cama, onde ele ouvia música clássica e os grandes mestres da música popular brasileira, como Pixinguinha, que tocava Carinhoso, sua canção favorita. Aliás, foi com papai que aprendemos a gostar da boa música.

O antigo relógio de pêndulo

Mamãe, até casar-se, dividia o quarto de dormir com vovó e tia Dizinha; era um cômodo simples onde encontravam-se apenas quatro mobílias: um guarda-roupa de duas portas, uma penteadeira com um banquinho, uma pequena cama de solteiro e um armário baixo sobre o qual ficava um antigo relógio de pêndulo que nunca atrasava. Seu *tic-tac tic-tac* ressoava pela casa e a sua batida alta lembrava a todos dos seus afazeres diários.

Vovó estabelecia os horários: café da manhã às 7 horas, almoço às 11h30 e jantar às 18h. No meio da tarde, por volta das 15h30, após o cochilo, tinha sempre um café com leite acompanhado de pão com manteiga passado na frigideira ou com farinha de tapioca. Seu irmão José – o tio Zé – ia todos os dias, às duas horas da tarde, jogar baralho, um costume que ficou registrado nas histórias de vovó porque, pelo meio do jogo os dois discutiam sobre jogadas trapaceadas e tio Zé dizia:

– *Christina, sua ladrona, não volto mais aqui!*

E descia batendo os pés na velha escada de madeira, não sem antes tomar seu café com pão.

E vovó se despedia dele esbravejando do alto da escada:

– *Pode ir, José, seu ladrão duma figa. E não volta mais aqui!*

E no dia seguinte o relógio badalava duas horas da tarde e quase imediatamente ouvia-se alguém batendo à porta:

– *Christina!*

Era o tio Zé, que chegava debaixo de um sol escaldante para começar uma nova partida de baralho. Eles nunca – nunquinha mesmo – pediam desculpas pelas acusações que faziam mutuamente, acredito que aquilo era um ritual entre irmãos; esses momentos duraram muitos anos até que eles envelheceram e tio Zé não pôde mais andar até a casa da vovó. O velho baralho foi guardado na despensa e eu nunca mais vi aquelas cartas amareladas e gastas pelo tempo.

No sábado, às 19 horas, vovó ia à missa na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, na companhia da tia Rió. Missa era compromisso sagrado e inadiável.

Quando eu estava passando o fim de semana na sua casa, eu ia com elas e assistia à celebração, usando um lindo vestido e laços no cabelo, e ficava aqueles minutos intermináveis sentada entre as duas. Eu não entendia nada do que era dito, mas esses momentos ficaram no meu coração.

No domingo o almoço era especial e tia Dizinha preparava o famoso frango assado acompanhado de arroz temperado, macarronada, farofa e maionese de ovo e batata; e esse cardápio nunca mudou nos muitos anos em que vovó esteve conosco. No domingo à tarde vovó sempre recebia a visita de Seu Pequenino, tio Pequê como nós o chamávamos. Ele chegava por volta de três horas da tarde e permanecia até às cinco e meia. Trazia sempre um pacote de balinhas sortidas, de várias cores que depois eu descobri que ele pegava na Garapeira Ypiranga, de sua propriedade. E eles conversavam o tempo todo, mas naquela época criança não ouvia conversa de adulto, então eu nunca soube do que se tratava. Mas era uma conversa comprida, regada à café e muitas risadas.

Vovó não importunava seus vizinhos, mas mantinha uma tradição de visitar aqueles por quem tinha mais amizade e apreço, como seu vizinho e amigo Paulo Rodrigues dos Santos, o poeta e escritor, a quem eu chamava de vovô. Lembro-me que ele era bem velhinho e frágil, não era muito alto, tinha uma voz baixa, estava sempre arrumado como se fosse a um casamento e gostava de conversar comigo. Acho que eu era a única criança que o visitava e talvez por isso ele me colocava no seu colo, me deixava passar as mãos no seu cabelo de avô e pedia que me servissem suco e bolo. Eu aceitava, mas não sem antes pedir a permissão de vovó que a concedia com um código ocular – as crianças de hoje não saberiam esses códigos oculares que os mais velhos usavam, nem que fizessem um curso de especialização. Quando vovô Paulo faleceu eu tinha aproximadamente 6 anos de idade e somente muitos anos mais tarde eu soube quem ele era e da sua importância para a cultura santarena. Vovó o tratava como amigo e vizinho e assim nós o víamos. Que privilégio tivemos em conhecê-lo!

Tia Rió tinha uma rotina que permaneceu nas minhas lembranças: de segunda a sábado ela almoçava com a vovó e levava numa vasilha o seu jantar. Passava por lá às 10 horas e discutia com tia Dizinha e vovó o palpite para o jogo do bicho. Anotava tudo, pegava o dinheiro e saía para fazer as apostas. Depois do almoço as tarefas eram divididas: tia Rió lava as louças, tia Dizinha as

enxugava e eu guardava. Nesse meio tempo o rádio, sintonizado na Rádio Rural de Santarém, já anunciava que a radionovela começaria em breve. E a partir desse momento elas começavam uma discussão acirrada sobre o desenrolar da história. Era mais ou menos assim:

– Mas Rió, tu viste o que aconteceu ontem? A fulana fugiu de casa com o amante. Ela tem um mal caráter...

– Que mal caráter nada, Diza. O marido dela é que é um sem-vergonha. Lembra daquela viagem em que ele mentiu pra cicrana dizendo que era solteiro e ficou com ela? Pois é, a mulher dele só deu o troco...

E assim seguiam-se os comentários enquanto a Rádio apresentava a radionovela, com muitos diálogos interessantes e muita sonoplastia que me faziam sonhar com aquele universo. Na época, Santarém não tinha estação de TV e o rádio era o grande companheiro de todas as horas. Depois que a TV chegou, no final dos anos de 1970, as radionovelas foram aos poucos terminando. Mas marcaram a minha infância porque pude compartilhar com minhas tias aqueles momentos.

O tempo passou e a vida seguiu seu curso normal. Vovó Christina nos deixou bons exemplos de superação porque sobreviveu, como mulher pobre, viúva e com seis filhos menores, numa época em que sua condição era desfavorável à uma sobrevivência digna. Educou-os da melhor maneira que sua condição financeira lhe permitiu e estes constituíram suas famílias e seguiram na luta por uma sociedade mais justa. Somos descendentes de uma mulher digna que enfrentou os desafios da vida com sabedoria e nunca desistiu de fazer o melhor com o pouco que tinha.

O velho relógio, com seu *tic-tac tic-tac*, continua a marcar as horas, os anos e o tempo que nunca se atrasa... Hoje encontra-se na sala de visitas da casa da mamãe e ainda funciona perfeitamente.

Viagem no motor da linha

Até o início dos anos de 1980, meus avós paternos, Podalyro e Tapuia (nome carinhoso de Antônia), moravam em Óbidos, interior do Pará, cidade à margem esquerda do rio Amazonas, distante cerca de 263 Km de Santarém (viagem fluvial).

Desde bem pequena, na década de 1970, eu viajava com tia Marise, para passar férias com meus avós, no casarão da rua Bacuri, em Óbidos. Ela era professora e, apesar de ter medo de viagens de barco, vinha a Santarém especialmente para me buscar. Ela era jovem, de estatura baixa e magrinha, com cabelos negros lisos e longos. Na maioria das vezes tinha bom humor, mas vez por outra mostrava-se aborrecida por qualquer coisa. Mas eu não ligava muito porque eu sabia que ela gostava de mim e me levaria para passar férias em Óbidos, com vovó, tio Haroldo, tia Enedina e os primos Haroldo, Ana Rosa, Heraldo e Tatiana.

Lembro-me que viajávamos no motor da linha, misturadas aos inúmeros passageiros que armavam suas redes coloridas bem juntinhas, umas das outras, parecendo bandeirinhas de arraial de santo padroeiro. Eles conversavam de tudo um pouco e sempre tentavam se fazer ouvir acima do barulho do motor, talvez por isso o convés mais parecesse uma feira. No barco não existia divisão de classes, todos usavam o mesmo banheiro, tomavam a mesma água e café. Apenas as redes dos homens eram armadas de um lado e as das mulheres, do outro, conforme regras estabelecias pela empresa. As crianças podiam dormir em qualquer um dos lados, desde que junto do seu responsável. No porão eram acondicionas a carga e as bagagens maiores; debaixo das redes cada passageiro organizava a sua bagagem que era de sua inteira responsabilidade.

Então ouvia-se o soar da sirene avisando que o barco sairia em breve e as despedidas eram feitas, muitas vezes, às pressas. Entre beijos e abraços, as pessoas se separavam e no barco permaneciam apenas os passageiros; no cais ficavam os saudosos, como mamãe que, eu percebia, enxugava os olhos disfarçadamente e acenava para mim até transformar-se num pontinho escuro, conforme o barco se afastava do cais.

Rio acima

Viajar de barco numa escuridão sem fim era, por certo, uma grande peripécia. Por horas tudo o que eu via e ouvia era tão somente as redes coloridas esvoaçando, antes que as sanefas fossem baixadas, e as vozes das pessoas competindo com o ensurdecedor ruído do motor. Não se viam crianças correndo ou conversando, mesmo tendo um monte delas embrulhadas em lençóis e

imprensadas entre as redes. Não se ouviam o cantar dos grilos nem o latido dos cachorros. Ouvia-se apenas o vento que impunha sua força e cortava o convés, produzindo um barulho característico quando balançava as sanefas. *Flop flop flop flop...* Aquele som parecia embriagar a todos e em pouco tempo ouviam-se apenas os sussurros dos que varavam a madrugada com conversas interessantes, estes não se assossegavam nem com a quietude da escuridão que engolia o rio e tudo o que encontrasse pela frente.

Eu ficava quieta, não me atrevendo nem a respirar diferente, com medo de que tia Marise me repreendesse. Vez por outra eu via uma luzinha engraçada, parecendo flutuar, passando pelas laterais do barco: era a brasa dos cigarros que, naquela época, podiam ser acesos em qualquer lugar. E assim, ao menos naquela noite, eu adormecia olhando as estrelas e me perguntando quem moraria naqueles pontinhos de luz tão brilhantes. E essa viagem durava aproximadamente 12 horas rio acima.

Antes da aurora os passageiros acordavam e o burburinho recomeçava com as pessoas se dirigindo à popa do barco onde ficavam os banheiros - com vaso sanitário e chuveiro - os lavatórios e uma copa com cozinha à parte. Em cima da mesa comprida encontravam-se garrafas com café recém coado e uma vasilha com bolachas miúdas que todos comiam à vontade. Ouvia-se então a sirene anunciar que atracaríamos em breve no velho trapiche de Óbidos. Talvez porque eu quase nunca visse a cidade a partir do rio, eu sempre via o rio a partir da cidade, aquela aproximação sempre me era emocionante.

Eu achava engraçado quando todos, ao mesmo tempo, desarmavam suas redes, as enrolavam habilmente e as recolocavam em suas maletas, sacolas ou algo similar. Era um ritmo cadenciado, quase sagrado, que só o caboclo da Amazônia saberia como fazer. E eu observava o vai-e-vem que se seguia, sempre de mãos dadas com tia Marise, com um medo atroz de ser separada dela, e não chegar na casa da vovó. E ficávamos num canto aguardando o tumulto diminuir para sairmos do barco em segurança. De repente ouvíamos alguém gritando:

– Professora, pode deixar que eu levo a sua bagagem.

E assim nós desembarcávamos para o velho trapiche de madeira onde alguém nos aguardava para nos levar para casa.

O Casarão da Bacuri

Vovó Tapuia nos recebia com um sorriso nos lábios, os cabelos bem cuidados e um vestido lindo, feito por ela mesma. No seu abraço gostoso, com cheiro de amor, eu sabia que seria muito feliz naqueles dias de julho, apesar de chorar escondido, debaixo dos lençóis, com saudades da mamãe. E assim começavam minhas férias na casa da vovó, na realidade um casarão antigo e cheio de histórias da minha família; uma edificação da primeira metade do século XX, com pé direito alto, sem forro, iluminado pelas janelas compridas da sala de visitas e pelas frestas das telhas de barro encardidas pelo tempo. A casa tinha pouca mobília o que facilitava minhas incursões por seus cômodos: quartos, despensa, cozinha e o quintal lateral onde vovó me permitia brincar por ser mais sombreado e limpo.

Ela cultivava plantas em vasos de barro e lembro-me dos seus tajás coloridos, roseiras, crista de galo e samambaias, era uma linda minifloresta – ao menos aos meus olhos de criança – onde eu imaginava que viviam seres encantados, como as fadas. No fundo do quintal tinha algumas frutíferas, mas a lembrança da goiabeira, plantada na lateral da casa, é a que me remete àqueles momentos felizes; era nela que eu subia e me balançava nos seus galhos, sempre auxiliada pelos primos mais velhos Martinha e Eder Mousinho. Lá também tinha um pé de baunilha que produzia muitas sementes e que eu usava nas minhas comidinhas de boneca. Quando vovô não estava em casa eu podia correr por entre os cômodos até cair de cansada, umas das muitas coisas que mamãe não nos permitia fazer, mas vovó, sim. Vovô não gostava muito de correrias e gritinhos próprios da infância. Coisas de gente antiga, eu achava.

Os armadores de rede eram distribuídos em todos os quartos e eu ficava imaginando aquela casa cheia de moleques, de todas as idades, na hora de dormir. Eu sentia medo do casarão porque muitas histórias de fantasmas eram contadas pelos meus primos e pelos moradores da cidade. Parecia que toda casa, naquela cidade, tinha um fantasma de estimação. À noite, depois que nós três nos deitávamos, vovó começava suas orações. Ela tinha muitos terços e eu os achava lindos, não eram joias de família, nem algo do tipo, eram apenas terços de bolinhas azuis, rosa ou lilases, mas que eram guardados com respeito, na gaveta da cômoda, embrulhados em pedaços de pano coloridos. E nos anos que se seguiram ela deu-me alguns tercinhos de presente que eu guardo até hoje

com muito carinho. Com eles eu aprendi a rezar. E a despeito de qualquer coisa, eu segui rezando o terço, aquele mesmo terço mariano que vovó recitava. O terço me dá forças para seguir nas adversidades da vida, assim como deu a ela para cumprir sua missão.



Casarão da Bacuri (rua Deputado Raymundo Chaves), em Óbidos-PA

Ilustração: Rogério Adriano Ferreira da Silva, 2024

Numa cristaleira de madeira e portas de vidro, vovó guardava suas louças, muito simples e práticas. Eram pratos, copos, xícaras, pires, jarras de suco, travessas, tigelas de variados tamanhos, talheres e as toalhas da única mesa junto dos guardanapos muito branquinhos, costurados a partir dos sacos de açúcar que eram vendidos no comércio local. Nada de pratos de festa, com beiras douradas; nada de copos de cristal para datas especiais; nem copos para diferentes bebidas. As louças eram para tudo e para todos. Com uma família grande, eles tinham dez filhos para educar, alimentar e vestir - meus avós precisaram estabelecer prioridades para o consumo e os bens supérfluos foram eliminados de suas listas. Eu percebo hoje que a prioridade nas suas escolhas oportunizou, tanto aos filhos quanto aos seus agregados, melhores condições para estudarem, trabalharem e construírem suas vidas. Seus exemplos foram deixados como lições para todos nós.

Bolinhos de carimã, mujica de piracuí e outros paporicos

O despertar na casa da vovó tinha som, cheiro e cores inesquecíveis: o som era dos passos miúdos de vovó andando pelo corredor, pedindo para alguém comprar o pão ou para arrumar a mesa; o cheiro era sempre o do café fresquinho, moído na sua cozinha, misturado ao leite puro fervido recentemente; e as cores vinham da luz do sol que entrava pelas frestas das telhas. Eu comia enquanto criava imagens com as figuras projetadas nas paredes da sala de jantar, que tinha apenas uma mesa de madeira comprida com bancos tipo americano e uma única cadeira na cabeceira, o lugar do vovô. Mesmo ausente, nos muitos meses em que morava na fazenda, sua presença permanecia naquela mesa com a cadeira vazia. Acredito que sua austeridade era tão forte que nem seus filhos e nem seus netos ousaram ocupá-la.

Antes do almoço, que sempre era servido por volta das 11h30, tia Marise me dava banho e me trocava como fazia com meu pai e meus tios – seus irmãos – anos antes. Depois do almoço eu descansava com vovó na sua cama grande, um sono reparador, onde ela me contava histórias da sua meninice, da sua vida na fazenda ou, ainda, das muitas traquinagens que papai e meus tios faziam quando crianças. Aquelas histórias preenchiam o meu imaginário infantil e me traziam paz e felicidade. Cheiro de vó é sempre algo que repara o corpo e a alma e deixa tatuado uma saudade que nos acompanhará pelo resto da vida (mas só saberemos disso quando formos adultos e nossas avós tiverem partido para o plano espiritual).

O almoço era, na maioria das vezes, peixe cozido ou frito. Eu lembro-me da sua cozinha simples, mas sempre arrumada, onde presença de criança não era tolerada. A cozinha dispunha de três alcovas, separadas entre si: na primeira alcova ficavam as panelas de barro e de ferro, cuias, latas, alguidares, paneiros e demais apetrechos usados na cozinha; na segunda alcova ficava o fogão à lenha e as ervas secas penduradas no teto enegrecido pela fumaça; e na terceira alcova ficavam os mantimentos, dentre eles mixira, sal, arroz, óleo, farinha, ovos, café e açúcar, piracuí, além de carne e peixe secos. No verão, vovô trazia marrecas salgadas e ovos de tracajá – hábitos do caboclo varzeiro de outrora e hoje proibidos pelas normas de proteção ao meio ambiente; ele também trazia sacos de laranja produzidos nos terrenos de terra firme de sua propriedade. As

carnes frescas - peixe ou carne vermelha - eram comprados diariamente porque vovó não gostava de carne descongelada. A água para beber era disposta num filtro de barro que a mantinha fresca mesmo nas horas mais quentes do dia. E beber água era das poucas coisas que eu podia fazer sem pedir a permissão de ninguém. Vovó fazia manteiga com a nata retirada diariamente do leite fresco após ser fervido e eu a vejo perfeitamente em minhas lembranças: ela retirava toda a nata espessa do leite, polvilhava sal, cobria com guardanapo e guardava a porção numa tigela. No dia seguinte fazia tudo de novo até conseguir uma porção generosa que era transformada em manteiga após misturada com uma colher de pau. Eu nunca comi manteiga tão saborosa quanto aquela que vovó fazia.

A merenda da tarde era sempre uma surpresa: bolo, suco, pão com manteiga - da padaria do compadre Antônio - bolinho de carimã, mingau, banana frita com canela em pó, café com leite. Cada dia vovó tinha uma surpresa deliciosa.

O jantar era servido por volta de 18 horas e, dentre as coisas que ela preparava estavam sopa ou o que sobrara do almoço completado com uma xícara de café com leite, servido com farinha tapioca ou pão com manteiga. Mingau de banana ou de crueira e mujica de piracuí ou de peixe que sobrara do almoço era uma das opções que tínhamos para o jantar.

Em julho a cidade festejava sua Padroeira, a Senhora Sant'Ana; a praça da Matriz, enfeitada com luzes e bandeirinhas coloridas, era para onde as pessoas se dirigiam no final da tarde. Seguindo o ritual católico, nós (vovó, tia Marise e eu) íamos para as missas e rezas do terço e novenas. Mas confesso que eu não entendia muita coisa, apenas me comportava bem para ter direito à pipoca, sorvete e brincar na barraca da pescaria.

Um lugar de amor e generosidade

E assim se passavam os dias de julho, cheios de aventuras e muitas peraltices; eram dias felizes de brincadeiras, comidas gostosas e pedidos atendidos pela minha avó e pela querida tia Marise que quase nunca me diziam não. Nos anos que se seguiram eu continuei passando minhas férias escolares com vovó até que sua idade avançada exigiu mais cuidados e ela foi morar conosco, em Santarém. E então nós - meu irmão, minha irmã e eu - fomos mimados incondicionalmente com seus abraços e suas comidinhas memoráveis: manteiga e

biscoitinhos de nata, farofa de piracuí, mujica de peixe, linguiça com tempero da fazenda, bolinhos de carimã, baba de sapo, licor de leite, mingau de arroz com jerimum e de banana e um universo de gostosuras cujas lembranças nos acompanhariam para sempre.

Tia Marise era professora, mas decidiu deixar a cidade de Óbidos-PA para ter uma vida financeira melhor em Santarém-PA. Achava que o salário de professor era muito baixo – e era mesmo – então lá fez o curso de Técnico em Contabilidade na Escola de Comércio, apoiada por papai, e foi trabalhar com ele na Casa Paraense. Alguns anos depois mudou-se para Manaus-AM e continuou lutando por melhores oportunidades de trabalho. Nesse meio tempo comprou sua casa e depois a trocou por um apartamento mais próximo do centro. Era talentosa igual a vovó Tapuia: ela cozinhava, pintava, bordava, costurava suas próprias roupas e mimava todos os seus sobrinhos com presentinhos que levava nos Natais que passávamos juntos, em Santarém-PA. Aposentou-se numa grande empresa do Distrito Industrial e teve uma vida digna porque ousou sonhar em ser feliz. Quando os sobrinhos – diga-se aqui os mal-comportados – aprontavam algo que a aborrecia, ela exclamava:

– Deus não dá filhos, o diabo dá sobrinhos!

Essa e muitas outras frases ficaram gravadas nas nossas lembranças e rimos ao lembrar-nos daquela época. Tia Marise partiu para o Plano Espiritual em junho de 2024 e deixou em todos nós uma imensa saudade. Podemos afirmar que Deus não lhe deu filhos - é verdade! – mas lhe deu um pãozinho de sobrinhos que a amaram por uma vida inteira.

Tempos depois meu pai e meus tios consideraram levar vovô também para morar em Santarém, porque a lida na fazenda ficou muito além de suas forças; assim o casarão da Bacuri ficou apenas para visitas esporádicas onde ficaram guardadas nossas lembranças inestimáveis. O casarão ainda existe e pertence à nossa família, mas eu não o visito desde julho de 2018, quando estive em Óbidos para o lançamento do primeiro livro de papai. Entretanto, sei que o casarão ainda guarda o mesmo som, o mesmo cheiro e as mesmas cores que preenchiam meu coração naqueles dias de julho. Eu compreendi que casa de vó é assim mesmo: tem som, tem cheiro e tem cores. Porque casa de vó não é lugar, é um multiverso preenchido por amor e generosidade.

Revisitando minhas lembranças, por entre quintais e porões, cozinhas e quartos cheios de histórias das minhas avós e das minhas tias, penso no quão poucos objetos elas tiveram em suas casas e em quão simples foram aqueles aposentos. Elas viviam com o mínimo necessário, não compravam em excesso, não juntavam para o futuro, não se importavam com as críticas, não ouviam os maledicentes. Vivam o presente, o hoje, o agora. A comida era feita para hoje, os quintais eram cuidados para hoje, os encontros festivos eram para celebrar a vida hoje. O amanhã não existia porque os problemas deviam ser resolvidos no presente. Se não fosse a força de vontade delas, as minhas avós Christina e Tapuia, talvez eu não estivesse aqui para agradecer-las por tanto: por tanto amor, por tanta dedicação com a família, por tantas boas lembranças que trago no meu coração, por tantas lições aprendidas. Com minhas avós aprendi, principalmente, que o amor e a determinação podem transformar o nosso caminhar. E para elas, e para as minhas tias que fizeram parte da minha infância – tia Rió, tia Marise e tia Dizinha – eu escrevi essa poesia:

*Somos instantes
Instantes de se mostrar
De se esconder
De se transformar.*

*Somos êxtase.
Êxtase na saudade escondida
Nas frases nunca ditas
Nas lembranças guardadas no ontem.*

*Somos tempo.
Tempo de viver o presente
De sentir a vida pulsando
De correr
De ouvir
De amar.*

*Somos tudo o que nos permite
(Des) aprender-nos
(Des) construir-nos
(Des) envolver-nos
(Des) conectar-nos
Com os nossos
Instantes extasiados no
Tempo.*

*Somos as vozes das nossas avós
Que habitam em nós.*

DE MENINA À MULHER, HISTÓRIAS DE MARIAS: NAVEGANDO EM SUAS VIVÊNCIAS

Patrícia Cristina de Aragão

Não faz de ti um sonho a realizar. Vai. Sem caminho marcado. Sois de todos os caminhos. (Cecilia Meireles)

“Há um rio que atravessa a casa. Esse rio, dizem é o tempo e as lembranças são os peixes nadando ao invés da corrente. [...] Minhas lembranças são aves. Há haver inundação é de céu, depleção de nuvem. Vos guio por esta nuvem minha lembrança” (Mia Couto, 2009)

O rio da vida que habita em mim, sobre mamãe Maria da Paz e mainha, a avó Maria Helena

Concordo com Mia Couto somos na vida atravessados por inúmeros rios, alguns perenes, outros caudalosos, mas todos navegam num tempo, num espaço do vivido, em experiências múltiplas, sejam estas individuais oriundas de nossas próprias vivências, sejam aquelas que convivemos com as pessoas que vão atravessando a nossa vida. Tais memórias, movem diferentes formas do viver, nas experiências de cada ser humano.

Ser guiada pelas nuvens de minhas lembranças é reviver, rostos de mulheres, a mãe e a avó, que foram fundamentais para mim, tanto em aprendizados de vida, como formação como pessoa humana, como sujeita no mundo, e isso me faz sorrir, pois cada vez que lembro delas me dá um sabor- viver contentamento.

Navegando no livro de minhas memórias lembro das Marias Da Paz e Helena, que compuseram a minha vida, mamãe Maria da Paz e minha avó Maria

Helena, mainha, como carinhosamente chamávamos. Estas mulheres fizeram os fios que tecem a minha vida serem firmes para que eu pudesse tecer minha própria caminhada.

Começo com a alegria da minha mãe, ela tinha um gosto profundo pela vida, pois, verifiquei isso em toda minha infância, juventude e já adulta observei muito presente este contentamento para a vida mesmo diante de tudo que viveu, como o câncer, as doenças cardíacas, sobretudo, vi sua coragem também em meus últimos momentos com ela.

Acredito que mamãe bebia a vida até a última gota, porque em todas as suas atitudes sempre mostrava isso, este gosto por viver mediante todo contexto e trajetória que teve, viveu me mostrando isso, que a vida é desafio, mas também pode ser leveza, vai depender de como navegamos neste rio-viver.

Recordo de mainha, minha avó, aquela mulher que tinha uma firmeza no olhar, sempre que eu olhava para ela eu via aquela firmeza, mesmo sabendo, de suas lutas, dificuldades e enfrentamentos. O que ambas tinham em comum e me ensinaram? Aprender a lutar e também a sorrir mesmo diante dos enfrentamentos da vida!

De menina à mulher atravessei os diversos rios do tempo que a vida tem me apontado e elas, mãe e avó, retorno/retomo pelos conhecimentos e aprendizados que fortaleceram o meu viver. Mamãe Maria e mainha, fizeram parte destes ritmos do movimento do rio-tempo que habita em mim, nos meus tempos/espacos de viver, elas estão lá, elas sempre estiveram comigo, caminhando silenciosamente, enquanto eu fui me despertando para o viver no mundo, no mundo da vida e na vida do mundo!

Falar sobre elas me permite uma longa caminhada através dos meus pensamentos, nos tempos vividos com mamãe e mainha. Navego assim, pelas memórias, revivendo momentos compartilhados, vividos com elas e que me fizeram aprender a ler a vida. Este retorno ao mesmo tempo que me alegra é também doloroso, porque me traz um profundo sentimento de saudade, que invade o meu ser, por presenças/ausentes de mamãe e mainha.

Retomo ao caminho de casa, engraçado a vida, de uma forma ou de outra trafegamos novamente nas memórias dos caminhos de casa, seja ela território físico ou simbólico, aquele lugar que segredamos vida, aquele espaço que realimenta nossos pensamentos. É, portanto, mergulhando nos meus pensamentos

que retorno aos lugares do vivido, aqueles que na minha memória, ganham sopros da vida, porque foram lá que o que vivi, aconteceu.

Se viver é um acontecimento no tempo, podemos então reviver momentos e apontar os acontecimentos vividos como preciosidades, aquelas preciosidades cujos espaços para elas caberem, são exatamente o coração e os pensamentos. Lá continuam sendo **nascentes**....

Volto ao bairro do Centenário na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba - Brasil, mas por que este lugar? Porque foi lá que vivi minha infância, adolescência e parte da juventude com elas, mamãe Maria e mainha. Nas minhas lembranças vejo a rua, a casa que morávamos, a casa de minha avó de frente a nossa, vejo meus irmãos Téó e Rico, ainda crianças brincando.

Andando em meus pensamentos, vejo também os movimentos da rua, os moradores, o sabor da comida de mamãe, o café saboroso de mainha exalando todas as tardes, eu ou meu irmão íamos na mercearia ou bodega, comprar o pão da tarde com a sacola de pano que mamãe fazia e comer com mamãe e mainha, aquele pão e tomar aquele café, é uma sintonia serena de saudade, pois eles tinham um sabor inconfundível para mim, eram momentos que reencanto em minhas memórias de hoje.

Todos estes momentos retornam numa fluência silenciosa, num sabor de saudade que as lágrimas aparecem porque sei que muitas destas lembranças, que me fazem reviver, são pedacinhos de ternura. Voltar a casa de minhas lembranças para navegar nas memórias destas duas mulheres que muito me ensinaram e da qual eu muito aprendi, é beber vida de novo, vida que se faz e se refaz em mim.

Acredito que bordamos nosso viver, numa arte composta de pedacinhos de emoções, são suspiros de vida e o tempo é a marca indelével deste bordado, desta arte que se chama viver. É interessante quando bordamos nossas histórias, pois acredito que a vida é um grande bordado, que nos coloca como fiandeiras, fiamos os desenhos de viver, tal qual as artesãs fazem na elaboração de suas artes.

Artesãs-bordadeiras fiando tempo e fiando momentos de vida, conteúdo de um texto-viver que redescobrimos na maturidade. Se a infância é descoberta, se a juventude é descoberta, a maturidade nos traz as redescobertas da vida, cujos momentos são feitos tatuagem, estão tatuados no corpo-alma e pensamentos. É por este itinerário de memórias que vou falar das Marias de minha vida!

Sobre minha mãe e avó, eu teria um livro inteiro para contar histórias e narrar de suas vidas, contudo, neste texto, apresento os fios de vida de alguns momentos de suas trajetórias. Histórias em rosto de mulheres que tecem mensagem de viver, sobre suas vidas, que fiaram histórias.

Fiandeiras de viver, tecelãs da vida em rostos de mulher: recontando Helena e Da Paz

“Histórias moram dentro da gente, lá no fundo do coração. Elas ficam quentinhas num canto. Parecem um pouco com areia no fundo do rio: estão lá, bem tranquilas, e só deixam sua tranquilidade quando alguém as revolve. Aí elas se mostram[...]acontecimentos que fizeram a gente saber sobre nós mesmos, ou fatos que fizeram a gente rir, ou chorar, ou só pensar. Mas são sempre fortes porque marcam a nossa personalidade, nosso modo de ser e agir no mundo. (Daniel Munduruku)

Acredito fielmente, que as histórias moram dentro da gente como diz Daniel, elas nos mostram as riquezas humanas e preciosidades, aquelas perolas que nos acompanham em várias viagens do caminhar chamado vida e no rio chamado tempo. Estas riquezas e preciosidades, em alguns momentos nos desafiam, outras nos ofertam contentamentos esta é a boniteza do viver, elas são as pessoas a quem amamos, elas são o arco-íris no nosso olhar, girassóis nos tempos de vida.

Narrar histórias de viver, caminhos e caminhadas, ser presença presente em todos os caminhos que o viver a vida aponta, pode parecer algo simples, mas é complexo demais porque no narrar-viver viajamos através de nossa mente, e nos fios de nossos pensamentos buscamos mergulhar em cada momento das lembranças, que voltam recortadas pelo tempo. É recortando memórias que começo minha narrativa sobre a minha avó, a matriarca de nossa família.

Mainha, avó Helena, nasceu camponesa em 1910, nas terras do brejo paraibano, na cidade de Serraria –PB. Uma família com muitos irmãos e irmãs. Os pais eram trabalhadores rurais que viviam do cultivo na terra. Ainda criança sua mãe adoeceu e faleceu, sua irmã mais velha tornou-se responsável no cuidado dos irmãos, ela costumava chamar a irmã de madrinha. Mainha, passou sua infância nos trabalhos do campo, casou-se jovem e constituiu uma família com muitos filhos e filhas, mas no final ficaram as minhas cinco tias e minha mãe.

A vida nos trabalhos do campo, no arado da terra, plantio e colheita nos campos de fumo e de agricultura familiar, trabalhando na terra que ela também aprendeu outro saber, o conhecimento das plantas medicinais e as rezas, que na sua família já era uma tradição em que mulheres eram rezadeiras. Esta sabedoria das plantas e sobre as rezas, conduziria toda sua trajetória de vida, pois aprendeu as rezas com a irmã, a experiência no ofício de ser rezadeira.

Outro conhecimento que aprendeu foi o de partejar, sobre este saber ela falava, que fez o parto de minha mãe. Recordo com detalhes a narrativa dela, pois quando crianças e adolescentes ela sempre gostava de contar histórias de sua vida e de sua comunidade, ficávamos embebidos com as histórias que minha avó contava, falava daquelas histórias revivendo sua família e os lugares onde morou.

Minha avó, não teve muitas bonecas em sua infância, disso recordo porque ela falava, mas recordo também que ela gostava muito de bonequinhas, sempre ganhava presentes de bonecas e fazia também as bonecas de pano, as bonecas de pano que também fizeram parte de minha infância, lembro que na casa de minha avó, as bonecas estavam sempre perto do oratório onde os santos e santas de sua devoção ficavam.

Sobre o parto de mamãe, ela nos contava que estava lavando roupa na beira do rio quando sentiu as dores do parto e segundo dizia, voltou para casa, pois no dia estava sozinha em casa, era um sábado à tarde, preparou lençóis, esterilizou a tesoura e fez o parto, na qual a sua quarta filha, minha mãe nasceu. Durante sua jornada na vida, minha avó trabalhou no campo, permaneceu lá da infância até a formação de sua família, quando depois veio morar em Campina Grande, quando passou a lavar roupas para o sustento da família.

O conhecimento dela das rezas fez parte de toda minha vida com ela, pois enquanto neta, assim como as outras netas e netos, sempre que adoecíamos, era mainha que com seus lambedores, sua ciência do saber da vida, que orientava mamãe, sobre chás, lambedores, preparados, inclusive, por ela. Saber este que minha mãe e tias aprenderam e seguiram fazendo.

Ela fazia lambedores, chás, o jardim da casa de minha avó, não era jardim de flores, mas de plantas medicinais que ela colhia para fazer chás, banhos, para preparar o ramo para rezas e também fazia garrafadas. Ensinou todas as filhas ao ofício de rezar, minhas tias também aprenderam com ela, assim como minha mãe, o ofício de ser rezadeira e a utilização das ervas medicinais. E assim as

mulheres de nossa família numa geração de avó e tias também tinham a sabedoria da arte de cura. Eram mulheres sabias de um conhecimento ensinado através dos tempos de viver de cada uma delas.

Lembro que no mês de maio, considerado na nossa família mês mariano saíamos de casa em casa na vizinhança, onde crianças, adultos, jovens e mais velhos em caminhada com lanternas de papel andavam de casa em casa para rezar, com aqueles cânticos num jeito ritmado que as crianças como eu acompanhavam.

No mês inteiro era assim o ritual familiar compartilhado com a vizinhança, dedicado as orações noturnas, ao final de cada novena era preparado um lanche com café e bolachas. Minha avó cuidava de tudo junto com mamãe e as tias. O encerramento do mês mariano era uma festa para crianças e adultos, festa que se encerrava em orações, partilhas e celebração a vida!

Ao final do mês de maio todas as flores que foram colocadas no altar no percurso do mês, eram queimadas. Era a queimação das flores, ritual que fazia e faz parte da minha família, seguido atualmente, através de duas tias que vivenciam esta tradição familiar que está na minha família há mais de 80 anos. Quando minha avó começou esta ritualística minhas tias e mamãe eram crianças, e já vinha da tradição da família dela, em que sua mãe, avó e bisavó fazia que ela foi seguindo e ensinou a suas filhas também.

Foi assim a vida de minha avó, rezadeira, parteira, lavadeira, mulher cujos ensinamentos enriqueceram a nossa família. Lembrar destes momentos traçados que reflito sobre mainha, é poder ver o rosto carinhoso dela novamente, eu a abraço a partir do meu amor, a partir de minhas lembranças e do que vivi com ela, acredito que assim que abraçamos as pessoas dos nossos afetos, a partir de nossas memórias, nossas lembranças, do movimento de voltar, voltar pela viagem do tempo de nossas recordações e a partir daí poder rever novamente, o rosto, os lugares e a pessoa, a minha avó Helena.

Mamãe, ah lembrar de mamãe!! Ela foi para mim uma mulher inspiradora, que me inspirou profundamente em todo meu trajeto, desde a minha infância, adolescência, juventude e quando me tornei mãe, ela foi a inspiração. Ela era minha mãe-amiga! Eu segredava a minha vida para ela. O que ficou em mim do que aprendi com a minha mãe, o seu amor e além dele a maneira como ela soube lutar com coragem e firmeza todas as batalhas que enfrentou na vida.

Ela me inspirou porque na sua autoria de viver, ela escreveu um texto cujo conteúdo, foi a força! A força de viver, a força para viver, a força para lutar e educar três crianças, nas condições em que vivíamos, a força para nos mostrar caminhos, a força para nos dar o abraço amigo, através de sua voz firme e terna, a força para dizer da vida e do mundo como ele exatamente se apresentava, sem retoques para que pudéssemos fazer nossa leitura também, para que eu e meus irmãos pudéssemos aprender a viver. Assim foi e viveu a minha mãe Maria.

Sua história começa em 1935, ano em que nasceu na cidade de Bananeiras, no brejo paraibano. Ela nasceu no campo e como camponesa viveu uma parte de sua infância. Logo cedo aprendeu a lida do mundo e a lida na vida, começando a trabalhar precocemente aos sete anos. De carregadora de lata de água ao trabalho nos campos de fumo, esta foi a infância vivida por mamãe, na cidade em que nasceu, na área rural em que vivia.

Devido as condições dos pais, mamãe também teve uma infância no trabalho como a minha avó Helena, eu poderia dizer que em relação a elas, mesmas se constituíram no mundo pelo trabalho, tanto minha mãe quanto mainha, avó. Foram mulheres que se firmaram no mundo logo cedo, a partir do mundo do trabalho, as infâncias delas foram repletas de atividades neste território, elas foram Marias, de uma infância trabalhadora.

A história de vida de mamãe, sobretudo a infância poderia ser a de uma menina que brincou com seus brinquedos, que ficava no balanço de uma árvore, que brincava de roda e outras brincadeiras infantis, que faziam parte do contexto das crianças de sua época como ela mesma dizia, mas como ela sempre me contou, foi uma criança que não teve a infância do brinquedo, mas a infância do trabalho. A vida dela não foi como daquelas crianças que vivenciam a experiência do lúdico, que faz parte da composição de muitas crianças em sua vida infantil.

A menina Maria da Paz, logo cedo aprendeu outros mundos, outras histórias, outros modos de viver a vida, se o lúdico apareceu, foi em pequenos momentos de sua vida, pois grande parte de sua infância, foi voltada para o mundo do trabalho, uma parte no campo e outra na cidade. Foi, portanto, no espaço rural que ela se formou a sua escola de vida primeira, foi lá que ela foi educada a olhar e ler as possibilidades de viver no mundo, foi lá onde aprendeu o significado logo cedo, da luta pela sobrevivência, onde o trabalho foi o eixo que norteou sua infância e depois sua vida.

No campo e na cidade, Maria menina, e a jovem e adulta foi tecendo caminhos para viver, para fazer parte da composição do mundo da vida. Em Bananeira na Paraíba, mamãe foi a menina trabalhadora, a outra infância que eu lia nos livros de história, e que apareciam para mim configuradas nas imagens fotográficas dos livros que eu aprendi. Daquelas crianças que tiveram que se reconhecer no mundo, pelo trabalho e nele aprender sobre a vida e as pessoas, esta foi a constituição de minha mãe, foi assim que ela se afirmou, porque ela iniciou a vida, sendo esta outra infância trabalhadora.

A menina que nasceu no campo, logo cedo começou a trabalhar levando latas de água nas casas e depois trabalhando em campos de fumo, começou aos sete anos de idade o trabalho nos campos de fumo. Este trabalho árduo nos campos de fumo, gerou uma doença que no passado era conhecida como puxado, no presente conhecida como asma, doença esta que afetou profundamente a minha mãe, e que começou quando ela era ainda criança, através do trabalho nos campos de fumo.

A cidade de Bananeiras, na época em que mamãe nasceu e morou era conhecida na região pelos engenhos de cana de açúcar, mas o trabalho veio para minha mãe através dos campos de plantação de fumo. Morou no campo com a família até os 10 anos quando meus avós migraram para a cidade de Campina Grande, em busca de trabalho, porque não tiveram condições de permanecer no campo.

Ao vim morar em Campina Grande com a família, ela iniciou outro trajeto de vida, foi trabalhar com 10 anos na casa de uma família conhecida do meu avô, ela lembrava deste tempo de forma dolorida, recordo porque quando falava, pausava, quando lembrava ficava sempre pensativa, com um olhar sereno e triste também. Algumas infâncias vivenciam travessias difíceis, em que cada ser humano torna-se na vida através de diferentes experiências do viver.

Aos 16 anos ela fez o curso de corte e costura numa instituição filantrópica da cidade de Campina Grande, fundada nos anos 20 do século XX, chamada Sociedade Beneficente dos Artistas. O trabalho agora, ajudava a família, sobretudo, as irmãs. Foi um momento importante da vida dela, pois se profissionalizou enquanto costureira, ela contava que além das amigas que teve na sociedade, os aprendizados lá foram importantes para sua vida. A experiência com a costura que ela tanto gostava, deu outro impulso para mamãe.

Com o tempo constituiu família, educou seus filhos e filha, e dizia sempre que o estudo era muito importante nas nossas vidas, e sempre ressaltava que havia feito até o primário (anos iniciais do fundamental hoje) e que a escola seria um lugar importante para nós, e foi! Pois, aquelas palavras sábias de uma sábia mulher, foram ouvidas e seguidas por mim e meus irmãos e isso mudou nossas rotas de vida!

Acredito que todas estas vivências de mamãe foi moldando ela como mulher, como ser humano, pois conosco, eu e meus irmãos, seus ensinamentos, jeito carinhoso de ser, outras marcas de si, a alegria de viver mostrando-nos o lugar de luta, mas também de vida, o lugar de ser resistente na vida, mesmo diante de rios muito caudalosos que muitas vezes surgem. Lembrar de mamãe é lembrar da maneira como ela se relacionava comigo e meus irmãos, de seus ensinamentos, de sua sabedoria, dos seus sorrisos, do jeito de ser acolhedor e afetuoso que tinha, uma mãe ouvinte e de diálogo, uma mãe muito presente!

Ao escrever um pouco das memórias de vida de mamãe e mainha, de seus conhecimentos, em seus ofícios de rezar, de suas sabedorias de viver, da forma como conduziram suas vidas, torna-se muito importante para mim. Em uma obra que fala das mulheres, com escritas de mulheres, falar de rostos queridos como o da minha mãe e minha avó Helena, mainha, é não deixar histórias que compõem a minha própria vida também, esmaecidas. Lembrar de minha mãe e avó é tecer com ternura duas mulheres que foram escolas de vida na vida!

Inverno de Junho de 2024, em Campina Grande, Paraíba Brasil!

,

A DEFENSORA DA FLORESTA³⁴

Raianda Maria Nunes



Figura 1 Raianda Maria Nunes as margens do Rio Oiapoque em Saint George -Amazônia internacional - ano 2021

Na exuberante floresta Amazônica, onde a vida pulsa em cada raio de sol filtrado pelas densas copas das árvores, reside uma guardiã dedicada e apaixonada pela preservação desse vasto e vital bioma. Raianda Maria Nunes, fundadora da Eco da Floresta, dedicada a serviços ambientais, traz paixão para o âmbito público e privado, buscando promover uma harmonia duradoura entre o progresso e a preservação. Muitas vezes chamada de “A Defensora da Floresta”, um título honroso concedido pela sua incansável luta contra os desafios que ameaçam esse tesouro natural.

Nesses quinze anos de comprometimento com a causa ambiental, quinze anos de luta contra os interesses predatórios que rondam a Amazônia como sombras vorazes, reportagens se multiplicam testemunhando sua dedicação incansável à proteção da natureza, mas foi uma em especial que ecoou como um reconhecimento da sua missão, quando um repórter ao testemunhar a sua fervorosa defesa contra a derrubada dos ipês, chamou-a de “A Defensora da Floresta” : Em uma manhã a cidade de Itaituba, sob o véu do desenvolvimento, testemunhou

34 Esta obra é baseada em fatos verídicos da minha vida cotidiana e reflete minha dedicação à causa ambiental

mais uma vez a sua voz elevada em protesto. Ouvindo o grito silencioso das árvores, enfrentou as lâminas cruéis que buscavam desfigurar a paisagem. Os ipês plantados pela Associação Ação Sorriso; em plena primavera e com apenas seis anos de vida, floridos em sua plenitude, caíram sob o peso da indiferença humana, mas não sem uma resistência determinada. A “Defensora da Floresta” com sua voz ecoando entre as árvores, trouxe consciência e mobilizou uma comunidade adormecida, impedindo o avanço daquele crime ambiental contra os ipês.

Na luta diária das ações ambientais, uma figura igualmente resiliente e comprometida surge em destaque: Jacy Oliveira. Parceira incansável da Defensora da Floresta, Jacy Oliveira empresta sua determinação e paixão não apenas para iniciativas ambientais, mas também para projetos que visam o bem-estar das comunidades mais vulneráveis.

Jacy Oliveira é uma mulher aguerrida, cujo compromisso com a justiça social e ambiental transcende as fronteiras da sua própria vida. Com uma empatia inabalável, ela se dedica a atender as necessidades dos menos favorecidos dentro de nossa sociedade, especialmente os idosos e as crianças. Seja fornecendo assistência médica, garantindo acesso a alimentos nutritivos ou oferecendo apoio emocional, Jacy Oliveira é uma verdadeira luz para aqueles que enfrentam adversidades.

Além de seu trabalho na área social, Jacy Oliveira também desempenha um papel vital como parceira da Defensora da Floresta



Figura 2 Raianda Maria Nunes na cidade de Itaituba Pará no bairro Buriti colhendo sementes dos ipês que foram derrubados –ano 2022



Figura 3 Jacy Oliveira e Raianda Maria Nunes em reunião para definir ações ambientais na cidade de Itaituba Pará – ano 2022



Figura 4 Jacy Oliveira em ação de plantio de árvores na cidade de Itaituba Pará – ano 2022

Sua missão vai além da proteção física da floresta, pois é sabedora de que a verdadeira mudança começa na mente e no coração das gerações futuras.



Figura 5 Raianda Maria Nunes em ação de educação ambiental na Escola Gonçalo Nazaré em Itaituba Pará – ano 2019

Sua presença se estende além das fronteiras da cidade, alcançando as aldeias indígenas que integram a região do Tapajós. Lá, entre os Mundurukus e os Kaiapós, não apenas oferece sua proteção às árvores, mas também se torna uma aliada na restauração da terra. Através

em muitas ações ambientais. Seja plantando árvores nativas, promovendo a conscientização ambiental ou liderando esforços para combater a degradação ambiental, sua presença é uma fonte de inspiração e força motriz para a comunidade.

Através de colaborações como a organização Ação Sorriso e outras organizações da nossa cidade Itaituba Pará e da nossa região do Tapajós, a Defensora da Floresta demonstra que a proteção da natureza e o cuidado com o próximo estão intrinsecamente entrelaçados. Seu trabalho incansável e sua dedicação são lembranças poderosa de que, juntos, podemos criar um mundo mais justo, equitativo e sustentável para todos.

Assim, abraça a nobre arte da educação ambiental, compartilhando seu conhecimento e paixão com crianças e adolescentes sedentos por compreender o mundo que habitam. Nesses encontros, entre risos e perguntas curiosas, planta sementes de consciência e respeito pela natureza. Cada olhar iluminado pela compreensão, cada gesto cuidadoso em direção ao meio ambiente, é uma pequena vitória que fortalece sua determinação.

Sua presença se estende além das

do plantio de árvores nativas, semeia esperança e renovação em solo fértil, honrando os ensinamentos ancestrais que ecoam pelas florestas.



Figura 6 Raianda Maria Nunes e a equipe do DSEI Rio Tapajós em ação de Plantio de árvores nativas na Aldeia Sawre Jaybu - etnia Munduruku - Rio Tapajós – ano 2023

Como embaixadora do “Instituto Lixo Zero Brasil” desde junho de 2019, lidera ações de mutirões de limpeza, unindo comunidades em um movimento conjunto rumo ao ideal do “Lixo Zero”. Recebendo inúmeras denúncias da população sobre lixões clandestinos e nascentes sendo poluídas pelo lixo, confronta a negligência do poder público nessa área, e embora seu poder seja limitado, utiliza suas redes sociais como uma ferramenta para conscientização e mobilização. O compromisso com a sustentabilidade transcende fronteiras, moldando um futuro onde o respeito pela natureza é o alicerce de uma sociedade mais equilibrada e harmoniosa.

Além disso, como estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária no Instituto Federal do Pará, campus Itaituba, dedica parte de seu tempo em pesquisas para melhorar os aspectos ambientais da



Figura 7 Raianda Maria Nunes em ação de plantio de árvores e mutirão de limpeza com caminhoneiros do Posto de triagem de Carretas no Porto de Miritituba - Itaituba Pará – ano 2022



Figura 8 Raianda Maria Nunes durante aula prática no laboratório de química do IFPA Campus Itaituba – ano 2022

enriqueceu seu conhecimento ambiental, principalmente no tocante à coleta seletiva de resíduos sólidos.



Figura 9 Raianda Maria Nunes recebendo as telas das crianças durante o Concurso de desenho infantil da Semana Lixo Zero - ano 2023

região. Em 2021, esteve na Guiana Francesa, território francês que faz fronteira com o Brasil, para pesquisar o funcionamento da coleta seletiva de resíduos sólidos naquele território da Amazônia internacional. Durante a pesquisa, deparou-se com uma riqueza de informações e uma grande contradição na fronteira do Oiapoque. Ao cruzar o Rio Oiapoque e chegar em Saint-George, na Guiana Francesa, percebeu uma realidade que corrobora o excelente padrão de vida daquele povo, pois priorizam a preservação ambiental, se distinguindo da maioria da população brasileira.

Essa experiência proporcionou uma nova perspectiva sobre a cultura local e

Todos os anos organiza um concurso de desenho infantil com temas ambientais, buscando desenvolver nas pessoas o cuidado com o meio ambiente desde a infância.

Em 2023, a Amazônia enfrentou a pior seca já registrada, resultando na perda de parte de nosso símbolo, o nosso boto sagrado, no Lago Tefé - Amazonas. Toda essa questão do aquecimento global que vivenciamos está ligada às mudanças climáticas, que estão sendo potencializadas por ações antropogênicas, principalmente as queimadas em nossa Amazônia.

Durante o recebimento das telas do concurso de desenho infantil de 2023, uma em especial chamou atenção: uma criança de

apenas 11 anos relatou o que a levava a pintar aquela tela. Na paisagem retratada, havia fogo na floresta, e ela, com a voz embargada, disse que resolveu fazer a floresta queimando por ter adoecido com problemas respiratórios e precisado de cuidados médicos diante de tantos dias que ficamos com nuvens de fumaça sob o céu de nossa cidade; uma testemunha ocular de apenas 11 anos, pedindo proteção à nossa floresta através da arte. Essa poderosa expressão artística de uma criança tão jovem ressalta a urgência e a importância de proteger nosso lar, inspirando-nos a redobrar nossos esforços na defesa da Amazônia e de todas as suas criaturas.

Além de desenho, a Defensora da Floresta também promove um concurso de vídeos, apesar de enfrentar dificuldades devido à falta de apoio financeiro para premiação dos participantes.

Lidera projetos sustentáveis, como o projeto do sabão ecológico produzido através da reutilização do óleo vegetal. Essa iniciativa não apenas contribui para a economia doméstica, como também proporciona uma oportunidade para aumentar a renda familiar, através da comercialização desse produto, enquanto retira esse resíduo do meio ambiente, transformando-o em algo útil e sustentável.



Figura 10 Raianda Maria Nunes com alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Graças Escocio durante oficina para produção de sabão ecológico durante a Semana do Meio Ambiente - ano 2023

Trabalhando em prol do compromisso com o turismo sustentável na Amazônia estabeleceu parcerias com a ADTUR - Associação de Turismo Regional



Figura 11 Raianda Maria Nunes em palestra sobre o turismo ecológico na região do Tapajós durante a semana do meio ambiente em Itaituba Pará – ano 2023



Figura 12 Raianda Maria Nunes na trilha da Gameleira no Parque Nacional da Amazônia Base Uruá – ano 2024

do Tapajós – e juntos buscam promover um turismo ecológico e sustentável para a região, com foco na educação ambiental dos turistas sobre as belezas naturais e a importância de preservá-las para as futuras gerações;

A Defensora da Floresta, movida por sua incessante busca pela preservação e compreensão da Amazônia, realizou uma visita exploratória em algumas cavernas, tanto no município de Itaituba quanto em Rurópolis. Nessas expedições, encontrou verdadeiros oásis subterrâneos e testemunhou uma rica história arqueológica à espera de estudo e apreciação.

Entre as sombras das cavernas, descobriu formações rochosas milenares e vestígios de antigas civilizações gravados nas paredes. Cada descoberta, cada eco da terra, reforçou sua determinação em proteger não apenas as superfícies, mas também os tesouros ocultos que a Amazônia paraense abriga.

Ao emergir desses recantos subterrâneos, carregava consigo uma nova compreensão do valor e da fragilidade desses ecossistemas, renovando seu compromisso em proteger e preservar esses espaços para as futuras gerações.

Em cada ação, em cada projeto, há uma teia de amor e compromisso com gaya. Sua luz, ilumina o caminho daqueles que buscam preservar e proteger este santuário verde que chamamos de lar.



Figura 13 Cavalo encontrado na Avenida universitário no bairro Maria Madalena Itaituba Pará - ano 2022

Além de seu compromisso com a floresta e os animais selvagens, a Defensora da Floresta também se preocupa com o bem-estar dos animais urbanos, como cavalos, cachorros e gatos. Ela se dedica a campanhas de conscientização sobre a importância do cuidado e respeito a esses animais, promovendo iniciativas de resgate, tratamento e adoção, garantindo que eles recebam o carinho e a atenção que merecem. Seu último resgate foi um cavalo que era usado em carroças e, ao adoecer da pata, foi deixado na rua para morrer.



Figura 14 Raianda Maria Nunes e Embaixador, após três dias do resgate

Ao deparar-se com aquele cavalo caído em um terreno baldio, sob o sol escaldante e jogado à própria sorte, imediatamente buscou ajuda para resgatá-lo e tratá-lo. O cavalo, que recebeu o nome de Embaixador, precisou de três meses de cuidados intensivos para se restabelecer. Hoje, dois anos após seu resgate, Embaixador vive com outros cavalos em uma pequena fazenda, onde não será mais explorado nem maltratado, podendo passar seus dias em segurança e sem sofrimento

E assim, enquanto o sol se põe sobre as copas das árvores, ela permanece vigilante, como uma sentinela eterna da floresta, protegendo e nutrindo a vida que pulsa naquele paraíso. Com cada ação, cada árvore plantada, e cada animal resgatado, ela nos lembra que a verdadeira essência de ser humano está em sua capacidade de cuidar e proteger. E espera que seu exemplo seja um farol que guia todos aqueles que se importam com o planeta, inspirando gerações a continuar a luta por um mundo mais justo, equitativo e em harmonia com a natureza. Enquanto houver um canto de floresta a proteger ou um animal a cuidar, ela estará lá, incansável, lembrando-nos da importância de cada vida, de cada árvore, e do equilíbrio que devemos buscar em nosso relacionamento com o mundo. Assim, sua missão continua, uma missão que é de todos nós, para garantir que a floresta permaneça vibrante, resiliente, eternamente verde e em pé.



Figura 8 – Raianda Maria Nunes em ação na fronteira da Amazônia internacional - Rio Oiapoque – ano 2021

A MENINA DA FLORESTA

Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro

Nasci em uma quinta-feira, no início do verão, em plena floresta amazônica. Era 4 de julho, dia do aniversário de sete anos de minha irmã, Lúcia. A velha e gentil parteira, Vó Mundoca, como era conhecida por todos, testemunhava o quão difícil e sofrido foi o parto. Por isso, dona Gita Cacau, amiga de minha mãe e minha futura madrinha, pediu ajuda a São Raimundo, prometendo a ele que a criança se chamaria Raimundo ou Raimunda, conforme o sexo.

Papai sonhou que nasceria uma menina. Ele queria que se chamasse Lucineide. Mas promessa é promessa. Diante da dificuldade do parto, todos acreditaram que o nascimento teve uma ajuda do Santo e para honrar o prometido o nome seria Raimunda Lucineide. Agora éramos seis irmãos. Três meninos e três meninas.

Eu era a menina da floresta, e a floresta, minha casa e primeira paixão.

Meu pai, grande conhecedor das matas, ensinava-me a respeitar a diversidade de árvores, animais e pessoas que habitavam aquele lugar. Nossa casa estava localizada no km 18 da estrada Paes de Carvalho, em Alenquer. Era uma área com grande extensão de mata nativa. Árvores imensas de castanha-do-pará, cumaru e jatobá, jutaí, copaíba, ipê roxo, breu. E assim foi conservada, exceto pelos territórios de roçado, que eram utilizados em forma de pousio, e pelo espaço de pomar, nas proximidades da residência e da casa de farinha

O pomar era abundante em café, mamão, cacau, banana, goiaba, araçá, graviola, biribá, ciriguela, lima, limão, manga, graviola e cana-de-açúcar, para fazer garapa e beber com os amigos aos domingos. No roçado, meu pai plantava

milho, mandioca, macaxeira, batata-doce, amendoim, melão, melancia, gergelim, feijão de várias espécies, inclusive feijão canário. Nas áreas mais baixas, plantava arroz.

Da floresta vinha castanha-do-pará, cutite gigante, jatobá, jutaí, ginja, ingás, pitomba, cacauí, abiu, bacaba e pariri. Dela também vinha a farmácia viva com remédio para quase tudo. Eram folhas, cascas, raízes, sementes, batatas e óleos essenciais.

Na família, todos tinham suas tarefas diárias, inclusive as crianças e adolescentes. Confesso que, grande parte do meu tempo era dedicado à diversão, o que não me eximia de colaborar em algumas atividades. Eu ajudava a colher os ovos, dar comida aos patos, perus, galinhas caipiras e d'angola. Algumas vezes ajudava mamãe a colher o café, selecionar, espremer e espalhar os grãos para secar ao sol. Torrar e moer era tarefa só para os adultos.

Era lindo o pequeno cafezal. Na florada, pela brancura das flores perfumadas. Na colheita, pelo colorido fascinante dos frutos.



Para onde eu olhava, lá estavam elas majestosas e imponentes reinando sobre toda a mata.

Ilustração: Eliclei Araújo, 2024.

De todas as árvores, as castanheiras eram as minhas preferidas. Imensas, majestosas, fortes e generosas. Suas sementes davam um sabor incomparável a qualquer prato. Feijão, cuscuz, carnes, peixes, saladas, canjica, pamonha, doces e suco de pariri. Eu via a castanheira como a mãe da floresta e o elo com nossos ancestrais.

Era divertido juntar os ouriços de castanha que caíam com os ventos do inverno. Mais divertido ainda era cavalgar, escutar histórias, declamar poemas e brincar na chuva.

Cheiros e sabores e perigos da floresta.

A floresta cercava nossa casa de riqueza e diversidade. Aprendi a conviver com os perigos da mata. Risco concreto de encontro com serpentes venenosa, onça, queixada, além das ameaças imaginárias do encontro com a Matinta Pereira, o Saci-pererê ou o Curupira, os protetores das florestas e dos animais.

O inverno era tempo de fortes chuvas, trovoadas e quedas de raio. As noites eram frescas e as manhãs suaves e cheirosas. Eu tinha a impressão de que as flores exalavam mais perfumes no inverno. Amava o cheiro das flores, folhas e óleos essenciais.



Dentre as mais gratas lembranças de infância está a figura de meu pai e seu violino, no concerto ao pôr do sol.

Ilustração: Elciclei Araújo, 2024

Trago, no âmago de minha memória olfativa, o aroma do breu, da casca preciosa, da canela, do lírio, da rosa, do jasmim e do mel de jandaíra e de outras abelhas nativas, que escorria dos troncos das árvores quebradas pelo vento ou partidas por raios durante os fortes temporais. As frutas silvestres tinham cheiros e sabores fascinantes. Mas nem tudo eram sabores e flores.

Meu pai voltava do campo às 17h, a tempo de tomar banho, pegar seu violino e se sentar comigo no banco de madeira diante de nossa casa. O som do violino se misturava ao canto das cigarras no alto das castanheiras e com o frenético som de curicas, papagaios e araras-azuis e vermelhas que, em bandos, faziam alvoroço ao voltar para os ninhos nos troncos ociosos de velhas árvores.

Ele tocava lunduns, marchinhas, valsas e frevos. Tocava clássicos como “Vassourinhas” e improvisava uma letra que falava dos bichos da floresta. Eu repetia tudo e a gente se divertia. “Estava o sapo, estava a jia, estava a rã, estava a cotia. Estavam todos reunidos pra fazer comedoria. Eis que surge um velho sapo por detrás da massaroca com um paneiro de mandioca pra fazer beiju pra jia.”

Me encantava o movimento do arco arrancando o som das finas cordas ao comando do suave dedilhar de meu pai. A música enchia minha alma enquanto o sol dava lugar à noite iluminada por vaga-lumes e pela lua em seu tempo de crescente e cheia.

Durante as noites na floresta, aprendi a apreciar o céu estrelado e a beleza da lua. Em noites de luar, era comum visitar os vizinhos ou receber suas visitas. O concerto de violino e natureza se prolongava com o piar das corujas e o coaxar dos sapos. Os adultos contavam histórias que eu ouvia com muita atenção, mesmo quando inventavam casos de assombrações e lobisomens.

Maio, junho e setembro eram meses festivos. Maio era carregado de simbolismo e religiosidade. Por ser o mês dedicado a Maria, a mãe de Jesus, tinha novenas, ladainhas e coroação de Nossa Senhora. Minha mãe, nascida em uma família mariana, aprendeu a fazer a cerimônia da coroação e preparava tudo com alegria e esmero.

Em 13 de maio não se trabalhava. Era um dia santo para todos. O quintal era enfeitado com fitas e bandeirinhas confeccionadas em mutirões pelas mulheres da vizinhança. Os homens estendiam os cordões com as bandeirinhas brancas e azuis e arrumavam os bancos de madeira em volta de parte do terreiro frontal da casa. Ao fim da tarde já começavam a chegar os devotos para a celebração.

No último dia do mês era a festa de coroação de Nossa Senhora. O andor era posicionado de modo que as pessoas pudessem acompanhar a coroação encenada pelas crianças vestidas de anjo. Trajavam túnicas de cetim branco, azul e rosa, com asas de papelão revestido de papel crepom, na cor das túnicas. A delicada imagem em madeira era colocada em um andor, enfeitado de flores e fitas. Toda a celebração durava uma hora e meia e culminava com a coroação. Eu participava todos os anos. Sabia as falas das personagens e os cantos a serem entoados durante a coroação: “Aceitai esta coroa, Virgem Santa, Mãe querida. Que nos seja, ó Rainha, um penhor de eterna vida”. Essa era a parte que mais me tocava.

Mamãe contava como a virgem Maria apareceu a três crianças, pastori-nhas, em uma vila chamada Fátima, em Portugal. Essa história estava escrita em um pequeno livro doado pela minha avó, Veneranda Freire. A data de 13 de maio fazia parte de nosso calendário religioso. Eu ficava imaginando como seria esse lugar, tão distante.

Junho era um mês alegre e farto. Tempo de acender fogueiras, realizar compadrio e festejar São João, São Pedro e Santo Antônio, o padroeiro de Alenquer. Quadrilhas, pássaros, fogueiras, comidas e bebidas típicas: aluá, bebida fermentada com gengibre, milho ou abacaxi. Pamonhas, canjica, bolo de milho verde, cuscuz ao leite de castanha-do-pará, batata-doce assada e pé de moleque não podiam faltar no cardápio.

A lua cheia de junho era comemorada pelas crianças que podiam aproveitar as festas para brincar e correr à vontade. No mês de setembro tinham as cerimônias cívicas, em comemoração à Independência do Brasil, jogos e leilões.

Cavalar em cavalo brabo

Minha mãe era uma mulher forte e decidida, de pele bronzeada e olhos amarelados. Uma amazona destemida. Enquanto todos preferiam cavalgar no cavalo Veludo e na égua Branca, mansos e dóceis, ela escolheu como sua montaria pessoal o poldro Verniz, arisco e temperamental. Tinha esse nome devido a seu pelo marrom brilhante.

Certa vez, minha mãe pediu que selassem o Verniz, pois iria visitar um casal de idosos, seus amigos, que moravam em um sítio afastado a uma distância de 5 km. Ouvi a conversa, me vesti às pressas e insisti muito até montar na garupa e

acompanhá-la na visita. Nós éramos os únicos amigos que frequentavam a casa dos Pereira. Por serem afrodescendentes, eram discriminados pelas famílias brancas de origem nordestina. Eu os chamava carinhosamente de vô e vó Pereira.

A família tinha uma pequena criação de gado e cavalos que ocupava uma área à beira da estreita estrada de chão que levava até a casa coberta de cavacos, com paredes de cor palha. Ao nos aproximar da casa, o Verniz viu os cavalos no campo. Ele era briguento. Partiu em direção à cerca, decidido a atacar os garanhões da fazenda. Batia com as patas no chão, relinchava e empinava. Minha mãe pedia para eu segurar firme enquanto tentava dominar o seu poldro e fazê-lo prosseguir viagem.

Eu segurava firme na cintura de minha mãe e pedia a proteção ao Santo Anjo da Guarda. Foram alguns minutos de tensão até que dois rapazes da casa viram a cena e, às pressas, tocaram seus cavalos para longe. O susto foi compensado com tangerinas e laranjas doces colhidas nas árvores carregadas do quintal. Eles eram sempre muito amáveis e me enchiam de mimos.

Acesso à escola

Aos seis anos aprendi a ler, com a ajuda de minha mãe. Ela narrava para mim cordéis, fábulas, poemas de Castro Alves e contos do livro *Urupês*, de Monteiro Lobato. O autor trazia a história de um homem da roça, preguiçoso, pálido e descuidado de sua aparência. Era o Jeca Tatu. Esse personagem também aparecia em um folhetim que acompanhava o Biotônico Fontoura. Eu gostava de ouvir as aventuras de Alice no país das maravilhas, livro que ganhei de meu irmão mais velho, que estudava em Santarém. Me sentia a própria Alice, com permanentes indagações.

Inicialmente fui para uma escola a 600 metros de minha casa. Funcionava em uma área coberta, com piso de barro batido e sem paredes. Tinha uma lousa velha e uma mesa comprida com 12 crianças em volta. A professora era minha madrinha. Ela fazia o que podia, mas lá nada me encantava. Eu gostava de poesia, mas ali não havia poesia. Gostava de cantar e de brincar, mas lá não era lugar para tagarelices e brincadeiras.

Lá aprendi a não gostar de matemática devido à palmatória usada para punir quem não memorizasse a tabuada. As crianças eram colocadas em círculo

para a arguição. A regra era: a professora perguntava para uma criança sobre a tabuada. Caso ela não soubesse, a pergunta seria feita para outra. Quem acertava batia com a palmatória na mão da que errava. Eu até que memorizava com facilidade, mas apanhava por não querer bater com força na mão do colega que errava. Não achava justa essa norma.

No ano seguinte pedi para ir para a escola de meus irmãos. Andávamos 10 km diários para ir e vir. A estrada era pedregosa e cheia de perigos. Igarapés que transbordavam com as fortes chuvas, muitas fazendas de gado. Com frequência, precisava correr de vacas paridas, poldros não domados, cães que inesperadamente atacavam quem passava pela estrada.

Mas eu gostava da escola. Ela era multisseriada e eu aprendia a lição dos alunos das séries mais adiantadas. A escola era um barracão de palha, sem paredes e sem piso, mas tinha poesia, contação de história, jogos, comemorações de datas cívicas, com discursos, teatro e cantorias.

Aventuras perigosas

Minha curiosidade sem limites nem sempre me levou a experiências agradáveis.

Certa vez, insisti em descer em um poço que estava sendo cavado próximo a casa. Os homens contavam que encontraram uma grande rocha que impedia que a escavação continuasse. Eu queria saber qual a sensação de descer até o fundo daquele buraco. Insisti muito e, para evitar que eu tentasse descobrir sozinha, meus irmãos resolveram me descer em uma corda com um assento improvisado em um pedaço de madeira. A cena foi flagrada pela mamãe que, furiosa, ordenou que eu fosse imediatamente puxada para cima.

Próximo à casa de farinha tinha uma ingazeira frondosa carregada de ingá. Ninguém subia nela, pois era tomada por tucandeiras, uma formiga temida por todos pela reação dolorosa de sua picada. Enquanto os adultos estavam distraídos na farinhada, subi na ingazeira com muito cuidado para não alvoroçar as medonhas formigas. Meus irmãos, ao perceberem a traquinagem, correram para baixo da árvore com um encerado, fizeram uma rede de proteção e ordenaram que eu pulasse sobre ela.

No sítio havia muitos pés de biribá, alguns eram baixos, com os frutos facilmente acessíveis. Na casa da professora tinha um biribazeiro velho e alto, com frutos pequenos, nas pontas dos galhos. Ele ficava ao lado de um paiol coberto com palha e lona para o armazenamento de milho. Os adultos diziam para as crianças que os frutos daquela árvore eram tão ruins e desenhados que nem os passarinhos comiam. Resolvi tirar a prova. Subi na velha árvore e caí com galho e tudo, antes de alcançar os frutos, destroçando a cobertura do paiol e sendo salva por ela. Dessa vez, não escapei de umas boas cipoadas.

Durante a estação das chuvas, as estradas de terra se transformavam em atoleiros escorregadios. Os igarapés transbordavam, deixando as comunidades em completo isolamento até que o nível da água baixasse. O caminho da escola ficava mais difícil. Tínhamos que atravessar dois igarapés. Eu precisava de ajuda para atravessá-los. Meus irmãos me colocavam nos ombros e eu segurava seus livros e cadernos.

Em uma ocasião, ao cruzar o igarapé, vi o peixe mais temido vindo em nossa direção. Alarmada, gritei: “Cuidado, um poraquê!”. Assustado, meu irmão José escorregou, fazendo-nos cair na água. Ele rapidamente me puxou para a margem. Ali parados, observamos nossos cadernos e livros sumindo correnteza abaixo, e o poraquê escondendo-se entre as pedras. José disse que aquele peixe tinha mais de 1,20 m e que seria capaz de emitir uma descarga elétrica de 600V. Eu não entendia o que era uma descarga elétrica, mas sabia que não deveria experimentá-la. Estávamos molhados, com frio e sem nosso material didático. A melhor opção era retornar para casa.

No início do inverno, as estradas eram ocupadas por grandes manadas de gado, deslocando-se das várzeas de Santarém antes das enchentes. A boiada era levada para os campos de terra firme, em Alenquer, onde ficava até o fim das cheias. O encontro com as manadas nas estradas era apavorante. Para garantir nossa segurança, buscávamos refúgio no alto das árvores.

O fogo na floresta

O verão era tempo de muito calor e de incêndios florestais. O fogo era usado pelos agricultores para promover a limpeza das áreas derrubadas para o plantio, tão logo começassem as chuvas. Aceiros de mais de 8 metros eram cuidadosamente varridos para evitar que o fogo invadisse a floresta.

Alguns vizinhos promoviam queima de seus pastos para que o capim fosse renovado no inverno. Nesse período o vento era forte, atiçava o fogo e espalhava faíscas para além dos aceiros. Com frequência perdiam o controle do fogo.

Lembro da densa fumaça e do estralar das folhas sendo devoradas pelas labaredas que, com avidez, avançavam sobre a floresta e as plantações, gerando pânico nas pessoas e nos animais.

Não havia equipamentos de combate a incêndios disponíveis. Os moradores recorriam a galhos verdes na tentativa de deter as chamas. Enquanto o fogo avançava pela floresta, os vizinhos se uniam, seja para criar e limpar aceiros ou para enfrentar o incêndio diretamente, na esperança de extinguir o fogo antes que alcançasse casas e plantações. Durante um desses incêndios, vimos nosso bananal ser completamente destruído. As folhas secas das bananeiras atuavam como combustível para as chamas, que eram atiçadas pelo vento. A visão do rastro de destruição deixado pelo fogo era devastadora.

Muitos animais silvestres eram mortos, algumas famílias perdiam suas casas, outras seus animais e suas roças. A única coisa que restava era a esperança de reconstruir o que fosse possível.

Em 1964 houve uma grande seca. Foi um ano marcado por grandes prejuízos, baixa safra e muitos incêndios florestais. Mas não foi somente a seca que afetou Alenquer naquele ano. Um caos político se instalou em todo o município.

Os comunistas da Cubinha

Em 1 de abril de 1964, minha mãe foi à cidade para fazer compras para as festas de maio e levou-me com ela para eu visitar meus padrinhos. Ao chegarmos à cidade percebemos que a maioria das casas estava fechada, inclusive a de meus padrinhos. Antes de tocarmos a campainha, a porta foi aberta. Rapidamente minha madrinha me pegou no colo e nos levou para dentro da casa, voltando a trancar a porta.

Nos sentamos em volta da mesa, na cozinha. Nela tinha café, leite com nata, pão e queijo manteiga feito na casa. Enquanto eu comia, meus padrinhos informavam minha mãe sobre os últimos acontecimentos. A situação política em Alenquer tornou-se insustentável a partir de 31 de março. Aldo, o prefeito, foi preso na capital. Várias outras pessoas também foram presas, sendo acusadas de

comunismo. Bené Monteiro, o deputado estadual, fugiu para evitar sua detenção e, de acordo com informações, teria buscado refúgio em Alenquer.

Isso atraiu um grande contingente de policiais para o município. Prenderam-se familiares e amigos de Bené e do prefeito, levando-os para a ilha de Cotijuba, próxima a Belém. A caça ao deputado começou com violência. Policiais invadiam casas e pressionavam pessoas a dizerem onde estava o Bené.

Nossa estadia na cidade durou mais do que o previsto. O carro que nos levaria de volta não trafegou naquela semana. Várias pessoas foram detidas para prestar esclarecimentos sobre os supostos planos dos comunistas.

Na volta para casa, viemos em um caminhão que fazia linha de transporte e carga. Em dado momento, o carro parou para deixar um passageiro. Eu me afastei um pouco de minha mãe e ouvi duas senhoras falando baixo sobre o prefeito Aldo Arraes. Foi aí que lembrei de uma musiquinha que meu pai me ensinou. Inocentemente comecei a cantá-la: “Tá certo ou não tá? Tá, sim, senhor. Doutor Otavio a Raposa carregou e o Aldo já ganhou! E o Aldo já ganhou!”

Um homem de chapéu de massa, roupa clara, calças e camisa da mesma cor se aproximou de mim. Com voz baixa, mas com muita raiva, disse que cortaria minha língua se eu continuasse a cantar aquela música. Entrei em pânico e caí no choro. Minha mãe me pegou no colo, perguntou o que havia acontecido, mas eu nada falei. Chorei o caminho inteiro. A partir daquele dia, tive pesadelos constantes com aquele homem me perseguindo. Só quando adulta consegui entender o que aconteceu. Eu estava cantando um *jingle* da campanha política do prefeito Aldo Arraes, preso como comunista.

Alenquer ganhou um apelido de “Cubinha”, e seus habitantes passaram a ser rotulados como comunistas, até que provassem o contrário. Eu não entendia o que estava acontecendo. Mas alguma coisa havia mudado. As pessoas pareciam tristes e mais silenciosas. Os calendários com imagens de políticos foram arrancados das paredes e queimados. Naquele ano teve muita reza em maio e pouca animação nas festas juninas.

O Rádio era a janela para o mundo

O rádio era nossa janela para o mundo. Bem cedo, meu pai ligava o rádio para ouvir as notícias enquanto fazia o café. Nas noites de terça-feira, eu e minha

mãe rezávamos a novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, transmitida pela Rádio Marajoara de Belém. Escutávamos rádios de Santarém, Manaus, Brasília, Londres e Caracas. Até nas brincadeiras o rádio estava presente. Era muito divertido. O nome da nossa rádio era Castanheira. Cantávamos, dedicávamos músicas, enviávamos mensagens e falávamos sobre a vida na floresta. Eu sempre quis entender como as vozes chegavam até nós.

Em 1970 nos mudamos para Santarém, terra de minha mãe e onde morava sua família. Quando soube que nos mudaríamos para a cidade, senti um misto de curiosidade e angústia. Eu não queria sair da floresta. Por outro lado, em Santarém iria conviver com os parentes, em especial com minha avó materna, Dona Veneranda, matriarca e líder da família Freire. Morando em Santarém, teria também a chance de conhecer uma estação de rádio.

A vida na cidade

À vinda para a cidade fomos morar no Bairro da Liberdade. Meu pai comprou um terreno, de meu tio Carlos, um comerciante de classe média. O terreno comprado por meu pai era grande e lá ele construiu uma casa de madeira e um quintal florestal. Uma parte foi separada para a criação de animais domésticos, patos e galinha caipira.

Horta e frutíferas ocupavam a parte de trás do terreno e o lado da casa foi reservado para o jardim da mamãe. Ela cultivava margarida, perpétua, brejo, jasmim-laranja, zinhas e maravilhas de todas as cores.

A escola ficava no bairro onde minha avó e tias residiam. Não demorou para que os outros alunos notassem que eu era nova por lá. Então começaram as gozações, o *bullying*, o preconceito, as agressões físicas e os constrangimentos.

Meu horário de estudo era das 10h às 14h, com intervalo ao meio-dia. O lanche oferecido era péssimo. Minha mãe me dava dinheiro para comprar arroz-doce, mas eu não conseguia beber o mingau quente. Uma colega sugeriu que eu esfriasse o mingau com um picolé de coco. Isso funcionou até um menino descobrir e começar a jogar meu picolé no chão, impedindo-me de colocá-lo no arroz-doce. Com isso, o intervalo acabava antes que eu pudesse comer, e eu ficava sem meu lanche.

Na hora da saída, meninas maiores puxavam meus cabelos e levantavam minha saia para que todos rissem de mim. Eu não sabia como lidar com aquela hostilidade gratuita. Eu vinha de uma vivência em comunidade e jamais havia experimentado algo igual. Temia contar para minha mãe e ela me tirar da escola.

Certo dia, reagi aos ataques da garota que me importunava e assediava moralmente. Surpreendi a todos, e a mim mesma, ao jogá-la ao chão e imobilizá-la. Apesar de pequena, era mais forte do que ela. Os ataques físicos cessaram, mas a hostilidade continuou a existir.

No ano seguinte minha mãe me matriculou em uma escola recém-construída e mais próxima à nossa casa. O prédio era limpo e bonito, tinha boa alimentação escolar. A diretora gostava de poesia e de folclore. Ela era firme, porém gentil. Seu nome era Risoneide, mas todos a chamavam de Riso. Fiz novos amigos. Criei grupo de teatro, participei de jogos, grupos folclóricos e recitais. Me reconectei com a escola e com o desejo de estudar.

Ingressei no grupo de jovens da minha comunidade, tornando-me uma ativista social. Eu escrevia peças teatrais que abordavam temas como a exclusão social da juventude, as drogas, o álcool e a repressão militar. Dava preferência à comédia. O humor facilitava a transmissão da nossa mensagem de liberdade. Com amigas do bairro e da escola, criamos o Grupo de Teatro Castro Alves. Juntas organizamos pequenos espetáculos teatrais, festivais de música e shows de calouros. Eunice Sena, uma jovem ativista, era nossa incentivadora.

Perdi meu pai aos 13 anos e aos 15 comecei a trabalhar durante o dia e estudar à noite. O nosso ativismo continuou por meio do teatro.

A década de 1970 foi marcada pelo acirramento violento de repressão do regime militar. Muitos jovens eram presos e torturados. Minh mãe tinha medo de que fôssemos vítimas da violência. Mas como se calar diante de injustiça, censura, pobreza e desesperança social?

Nosso bairro era pobre, mas recebeu o mais rico e luxuoso empreendimento da região. Um hotel 5 estrelas da companhia aérea Varig. O prefeito de Santarém doou uma imensa área de terra para essa rica rede hoteleira. O terreno ia do barracão comunitário do Bairro da Liberdade até o Lago do Mapiri.

O lago era área de desova e berçário de várias espécies de peixe, com destaque para o jaraqui. A maioria das famílias do bairro viviam da pesca. Nos engajamos na luta pela manutenção das famílias naquela área. Eunice Sena era

uma das líderes do movimento. Após alguns anos a área já estava toda habitada e a Varig desistiu da briga pela terra.

Meu primeiro emprego foi no instituto de beleza do luxuoso hotel. O estabelecimento era frequentado apenas pela elite. Nossa equipe era pequena e nos fins de semana trabalhava intensamente para atender a numerosa clientela. Durante a semana, o trabalho era leve e sobrava tempo para estudar e ler meus livros favoritos.

Interessei-me pela história do teatro, o que me levou a pesquisar sobre a Grécia e a encontrar algo que se tornou minha grande paixão: a filosofia. Na entrada do instituto tinha uma banca de revistas. Nessa banca descobri coleções de livros de bolso sobre filosofia e literatura brasileira. A cada semana eu lia sobre a vida de um filósofo. Foi assim que conheci a história de Sócrates, Platão, Aristóteles, Demóstenes, Heráclito, Parmênides, Sófocles, autor de *Electra*, posteriormente encenada em Santarém pelo teatro de SESI. Outros livros importantes eram as obras de autores brasileiros consagrados, como Lima Barreto, José de Alencar, Clarice Lispector e Carlos Heitor Cony, de quem li toda a produção da época

Agora eu era radialista

Meu sonho de conhecer como funcionava o rádio levou-me para dentro dele. Aos 16 anos comecei a trabalhar como locutora na Rádio Clube de Santarém. Produzia e apresentava o programa Clube do Guri. Nele abri espaço para dar voz a crianças. Aos poucos se tornou um programa com participação ao vivo. Muitas crianças vinham de todos os bairros para participar do programa. No pequeno estúdio, as crianças eram convidadas a tocar, declamar e cantar. Lá ninguém lhes mandaria calar a boca.

A audiência do Clube do Guri fez com que eu conquistasse outros horários na programação da Rádio. Um paradão musical aos domingos e uma participação, todos os sábados, como correspondente de Santarém e Baixo Amazonas, no programa “Repórter da Amazônia”, da Rádio Nacional de Brasília. Algum tempo depois, passei a produzir e apresentar um programa diário de variedades, no horário nobre das manhãs.

Os programas de rádio eram vigiados. A programação da emissora deveria ser enviada para a apreciação da Polícia Federal com 72 horas de antecedência.

Não podia conter temas polêmicos e músicas consideradas subversivas. As músicas de Chico Buarque e Taiguara estavam entre as mais censuradas. Era difícil para uma jovem ativista não cair em tentação e tocar músicas proibidas. Vivíamos sob constante tensão. Eu sabia dos riscos, mas meu medo era menor do que minha rebeldia e desejo de liberdade. Em 1979 saí da Rádio Clube para compor a equipe da primeira emissora de TV de Santarém.

Eu queria ser professora. Me matriculei no curso de magistério, horário noturno.

Ao longo da semana minha rotina era dividida entre trabalho e estudo. O portão do colégio fechava pontualmente às 19h. Estudantes que, como eu, conciliavam trabalho e estudo eram prejudicados por essa norma inflexível, principalmente aqueles que dependiam do escasso e precário transporte público. Quando o ônibus atrasava eu perdia o horário de entrada.

Em defesa do meu direito à educação, desafiava as regras e pulava o muro para adentrar a escola. Não era uma tarefa fácil para uma garota com apenas 1,50 m de altura. Eu me dirigia a um terreno baldio ao lado do colégio, onde utilizava um pedaço de madeira como apoio para subir no muro e saltar para o interior da escola. Um grupo de colegas me auxiliava, ficando de vigia durante a ação. Após a escalada, eu limpava meus braços e pernas com uma pequena toalha e corria escada acima em direção à sala de aula.

Em uma quinta-feira chuvosa de maio de 1978, ao parar diante do portão, vi que já estava com o cadeado. Então caminhei até o terreno baldio ao lado da escola. Quando tentei ultrapassar o muro, desequilibrei e caí. Na queda, machuquei a perna esquerda. Juntei o material didático e subi lentamente os primeiros degraus da escada que levava ao pavilhão das salas do curso de magistério. Minha perna sangrava um pouco. Parei para limpar o sangue e pressionar o ferimento com a toalhinha.

Eram os anos duros da repressão. Tinha X9 ou agentes do sistema infiltrados em todos os lugares. Além disso, ainda tinham os indesejáveis “dedos-duros”, apoiadores da Ditadura Militar. Percebi que uma pessoa me observava de longe. Era um aluno da área de exatas. Ele aparentava ter mais de 20 anos, usava óculos quadrados de armação dourada. Tinha um bigode ralo e cabelos bem aparados. Meu colega Aldo suspeitava que ele era um espião. Ignorei aquela presença esdrúxula e, disfarçando a dor, caminhei rumo à sala de aula.

No dia seguinte, fui convocada à sala da direção da escola. O diretor, olhando-me por cima dos óculos, disse:

— Sente-se.

Eu respondi:

— Se o senhor não se importa, prefiro ficar em pé.

Ele, endurecendo o tom, disse:

— Apenas me responda: a senhora pulou o muro da escola ontem?

Fiquei um instante em silêncio, observando o rosto severo daquele homem, e respondi com firmeza:

— Diretor, eu acordo antes das 6 da manhã, começo a trabalhar às 7h e, após o trabalho, venho direto para a escola. Muitas vezes, não tenho tempo nem para me alimentar. Dependo do ônibus para chegar aqui, que me deixa a dois quarteirões de distância. Preciso caminhar mais de 200 metros a pé, mesmo com chuva e aguaceiro, como na noite de ontem. Ao sair daqui, faço uma longa caminhada até minha casa, seja na chuva, com claridade ou escuridão. Eu não posso perder aulas e arriscar repetir o ano.

Ele parecia não ouvir o que eu falava e ordenou que eu apenas respondesse à sua pergunta. Eu ignorei aquela interrupção e prossegui:

— Como eu estava dizendo, estudar é parte do compromisso, com minha história e com meus pais que, com muita luta, asseguraram até aqui meu direito à escola. Eu lhe respondo. Pulei, sim. E antes que o senhor pergunte, já afirmo que não foi a primeira vez.

— A senhora pensa que o colégio não tem norma? — disse ele sem demonstrar qualquer compreensão.

Sem desviar os olhos daquele rosto, respondi:

— Sei que existem normas, mas nem todas são justas. Não é justo que jovens trabalhadores venham para a escola, mesmo após um dia de trabalho exaustivo, e sejam obrigados a voltar para casa, porque a norma diz que às 19h o portão da escola fecha.

Observei que o portão fecha para os alunos, mas os professores que chegam atrasados entram por outro portão.

— A senhora está querendo discutir as normas da escola? A senhora é contra as normas? — disse ele bem irritado.

Sem perder a calma e nem a firmeza, respondi: — Não. Não sou contra normas, sou contra a injustiça.

— A senhora está me afrontando — disse ele em tom irritado.

Com um pouco de ironia respondi: — Longe de mim querer afrontar uma pessoa como o senhor. Estou apenas tentando responder sua pergunta. Também é injusto não ter carteira escolar para todos os alunos. Muitos de nós tem que sentar-se no chão para acompanhar a aula. Também não é justo não ter professor para todas as matérias.

— Chega! — disse ele. — Não quero ouvir nem mais uma palavra. A senhora passou dos limites. Está suspensa por três dias e receberá uma advertência por escrito.

Ao sair do gabinete do diretor, voltei à sala de aula para pegar meu material didático. A turma estava com o tempo vago. Os colegas estavam curiosos e alguns preocupados com o chamado do diretor. Reuni um pequeno grupo e relatei o acontecido e minha suspensão. Naquela noite voltei para casa convencida de que era preciso organizar melhor o movimento estudantil. E essa foi minha missão.

Me senti mais forte com o acolhimento solidário dos colegas. Assim, começamos a mobilização estudantil contra o autoritarismo da gestão e as normas excludentes; por melhorias no espaço escolar, carteiras, professores para todas as matérias, uso da quadra de esporte e outras coisas mais. O movimento ganhou corpo e culminou com atos de protesto, passeatas e a troca de direção da escola.

Naquela noite cheguei mais cedo em casa, mas o motivo não contei para minha mãe. Era 4 de maio, dia de seu aniversário.

Não havia Universidade em Santarém. As instituições de ensino superior mais próximas ficavam nas capitais Manaus e Belém, ambas a cerca de mil quilômetros de distância. O movimento estudantil e a juventude local sonhavam com a criação de uma universidade em Santarém. Quem poderia enviar seus filhos

para estudar na capital além da classe alta e média? A vinda da universidade para o interior do estado era a única chance para que jovens da periferia rompessem a bolha da desigualdade social.

O que fazer após o término do ensino médio?

Casei-me aos 21 anos. Tive três filhos, mas não desisti do sonho de prosseguir com meus estudos. Certo dia, escutei na rádio que a Universidade Federal do Pará iniciaria um grande projeto de interiorização com a abertura de oito campi no interior do estado, e um deles seria em Santarém. Prestei vestibular e ingressei na maior universidade da Amazônia. Muitos dos meus colegas do movimento estudantil também ingressaram na UFPA. Iniciamos os cursos em 1987 e já nos engajamos no movimento estudantil universitário.

O primeiro semestre foi inesquecível. Tive aulas de introdução à Economia com um professor brilhante, que nos apresentou o pensamento de Marx e nos incentivou a analisar a realidade social em que estávamos inseridos. No mesmo período, tive a satisfação de cursar Introdução à Filosofia.

No segundo semestre, conheci Neusa Monteiro, a professora de Filosofia da Educação. Ela me apresentou Mounier, Sartre, Kierkegaard, Buber, Gabriel Marcel, Husserl, Benedito Nunes e Paulo Freire. Mas foi a obra *O personalismo* de Emanuel Mounier e *Pedagogia do oprimido*, de Freire, que passaram a ser meus livros de cabeceira.

A universidade era a porta de um mundo fascinante de conhecimentos e possibilidades que se abria diante de mim. Aproveitei da melhor forma possível. O engajamento político foi ganhando corpo e passamos a lutar pela melhoria do campus universitário de Santarém e pela criação de Núcleos Universitários nos municípios da calha norte e Baixo Amazonas, especificamente em Alenquer e Óbidos.

Prestei concurso para professora na rede estadual de ensino. Agora, além de estudante de Pedagogia, era professora de escola pública. No primeiro ano fui lotada em uma escola muito longe de minha casa. No ano seguinte fui convidada a trabalhar como professora de Educação Artística na escola onde cursei a maior parte do ensino fundamental.

Ao concluir o curso de Pedagogia fiz orientação educacional e gestão. Assumi a função de vice-diretora escolar. Era grande o número de crianças em situação de extrema pobreza, que vinham de bairros distantes e chegavam à escola após o horário de entrada. Jamais o portão da escola se fechou para elas.

A oportunidade de unir filosofia e educação como professora universitária no coração da Amazônia, chegou em 1992. O concurso oferecia uma vaga para a cadeira de Filosofia da Educação. Era um sonho! Eu poderia contribuir com a formação crítica de futuros professores.

Meu marido e minha mãe cuidaram das crianças enquanto eu estudava para o concurso. O edital trouxe 22 temas e os concorrentes eram fortes e mais experientes. Enfim, chegou o dia das provas. O tema sorteado para a prova escrita foi “Ética e Educação”, e para a didática “Estética e educação: a dimensão pedagógica da arte”.

Após aprova escrita experimentei uma inexplicável calma. A dimensão pedagógica da arte era uma temática que fazia parte de minhas vivências, desde a infância. Elaborei o plano de aula, um *flip chart* com o roteiro e os livros da bibliografia, devidamente marcados. Eu tinha 55 minutos para exposição do tema. Discuti não só as ideias dos autores, mas também a dimensão pedagógica da arte em minha vida. Fui aprovada. Naquela noite demorei a dormir. Na minha mente passava um filme de todos os obstáculos que precisei superar para estudar. O sono veio. Dormi com o sentimento de profunda gratidão por tantas pessoas que me ajudaram até ali.

Uma nova etapa começava

Agora eu era professora da maior universidade do Norte do país, localizada no coração da Amazônia. Iria contribuir com a formação de pedagogos, gestores e professores que teriam em suas escolas e salas de aula crianças da floresta, ribeirinhos da Amazônia. Senti que poderia ajudar a transformar a vida de muitas pessoas.

Na primavera de 1998, como professora de Filosofia da Educação, fui à cidade do Porto, em Portugal, com duas colegas de departamento, para participar de um Seminário Internacional de Filosofia da Educação.

Após o seminário permanecemos 15 dias em Portugal. Era mês de maio. No dia 12, véspera da grande festa religiosa dedicada a Maria, fomos ao Santuário, em Fátima. Foi indescritível a emoção que senti, reavivando, ali, minha devoção de infância. Chovia muito e esfriou mais do que o esperado. Meus pés estavam encharcados. Entrei em uma lojinha e comprei meias secas, luvas e guarda-chuva. Visitei o lugar da aparição e a casa de Jacinta e Francisco. À noitinha chegamos ao Porto, ainda a tempo de participar de uma majestosa procissão luminosa pelas ruas da velha cidade.

Em 2005, assumi o desafio de ser dirigente municipal de Educação de Santarém. Por sete anos, lutei para tornar Santarém uma referência em educação na Amazônia. Ingressei em diversos Grupos de trabalho do MEC, para contribuir com a construção de políticas públicas educacionais para o Brasil, de modo especial para a região Norte.

No plano local, construí muitas escolas e equipei-as com o necessário para que as crianças da cidade, do campo, das águas e da floresta tivessem espaços dignos para estudar, como jamais tive em minha infância. A alimentação escolar foi uma prioridade para que nenhuma criança voltasse para casa com fome.

Sempre desejei ver a educação para a paz, a arte, a cultura e a alegria borbulhando, como um olho d'água, no chão das escolas. Nasceu o projeto Arte de Viver que se transformou em Arte na Escola. As crianças podiam brincar de rádio, cantar, dançar, pintar, tocar, representar. Eu me via em cada uma delas. Foi gratificante conviver com a diversidade de culturas e sonhos de crianças quilombolas, indígenas, ribeirinhas, da floresta e da periferia, pois, era a elas que eu dedicava meu trabalho.

Sete anos depois, voltei para a Universidades. Trouxe na bagagem o conhecimento de quem conviveu com as faces invisíveis da Amazônia, nos quilombos, nas aldeias, nos assentamentos, e nas várzeas ameaçadas pelas terras caídas, secas e enchentes.

Em minhas andanças, vi o desmatamento e os incêndios florestais se agigantarem. Testemunhei secas extremas e inundações cada vez mais comuns. Entendi que a perda do equilíbrio dos ecossistemas da Amazônia é uma severa ameaça a qualidade de vida das comunidades locais e de todo planeta.

Não há como negar que a vida na Amazônia está sob ataques. Por isso, busco veredas em meio aos escombros. Minha fé vence o cansaço da lida, junto-me

aos jovens e as crianças numa pedagogia do encontro fraterno e filial com a natureza. É bonito ouvi-los(as) se declararem “embaixador(as) das águas e das florestas” e agirem como educadores(as) ambientais.

As lições que aprendi na infância, na convivência com a floresta, me tornaram amiga do tempo que generosamente conservou em mim a teimosia das sementes e me faz lembrar, a todo instante, que sou parte de um povo colonizado, explorado e negado em sua alteridade. É por isso empresta a minha voz aos seres silenciados!

Já percorri um longo caminho e nele semeei rebeldia, amorosidade e esperança. E depois de tantas andanças, ainda encontro em mim a menina da floresta que ama o som do violino, o pôr do sol, a noite enluarada, o cheiro da mata, o canto dos pássaros, o sabor das frutas silvestres. Descobri que o tempo não envelhece a alma. Ainda mora em mim a menina curiosa que admira o céu no espelho d’água e ri das marcas do tempo em seu rosto de mulher.



Ilustração: Elciclei Araújo, 2024

OS ROSTOS QUE FORJARAM O MEU ROSTO

Virna Lúcia Cunha de Farias

Eram dois séculos, dois estados, duas cidades, duas mulheres. Uma, Eudócia Bezerra da Cunha, nascida no dia 03 de novembro de 1887, no município de Jardim do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte. A outra, Josefa da Cunha Barros, nascida no dia 24 de setembro de 1944, na cidade de Picuí no estado da Paraíba.

A primeira, Eudócia, era filha de Osório Salustiano e de Felicidade Rosalina Bezerra, também nascidos na zona rural do município de Jardim do Seridó-RN. Agricultor e dono de sua própria terra, Osório criou os filhos na propriedade que lhe pertencia enquanto pode vencer as intempéries das constantes secas que assolavam a região. Durante a seca de 1915, Osório perdeu quase tudo que havia resistido aos períodos sem chuva anteriores. A situação o fez migrar para o estado vizinho, a Paraíba, para o município de Picuí em 1916, lugar onde havia a tradição de minério e sua garimpagem.

A primeira mulher, Eudócia, era minha avó. Durante muitos anos, eu era a neta que dormia com ela. Eudócia tinha um temperamento forte, guerreiro e uma personalidade também muito forte. Faleceu em 1996, aos 99 anos. Durante quase 98 anos, era completamente lúcida, tendo apenas alguns lapsos comuns para uma vida tão longeva. Muitas coisas da minha família, dos meus antepassados, ouvi deitada em uma rede, quando ia dormir na casa dela.

Embalando meus sonhos e sonos, ouvi histórias de cangaceiros, de secas, de chuvas e muitas coisas que, só hoje sei, são partes de um imaginário de uma época. Lembro das histórias de secas. Ouvi vários relatos da seca de 15, ano que antecede a migração da família de Jardim do Seridó para Picuí. Próxima à casa da fazenda de meu bisavô, Osório Salustiano, havia uma cerca da aveloz, arbusto

originário da África trazido para o Brasil. Minha avó contou que, certa vez, após o almoço, o meu bisavô estava sentado no alpendre da casa e viu passar um senhor a cavalo. Por ser o avelós um arbusto fechado e de altura mediana, um homem a pé poderia não ser visto por alguém que estivesse a distância que o meu bisavô se encontrava, como também o cavalo sem alguém montado não seria percebido. Osório estranhou o fato de não conseguir mais enxergar o homem. Foi ver o que tinha acontecido e topou com um quadro que minha avó, mesmo após tantos anos, ainda se emocionava quando falava: o homem havia passado mal e caído do cavalo devido à fome e à sede. Tratava-se de alguém que fugia da seca.

Na época, eu tinha entre 8 e 10 anos, e esse relato ficou por muito tempo passando em minha memória. Mesmo sem minha avó descrever o homem, apenas contou o fato, sempre que ouvia notícias de seca, era esse quadro que vinha à minha mente. A noção de socorro e solidariedade em tempos de catástrofes ambientais, eu também recorria a esse episódio: o meu bisavô levantando um homem, levando para a sua casa, dando água e comida.

Assim como histórias de secas, relatos de chuvas e cheias também ouvi dela. Lembro de história contada por ela de uma chuva inesperada que houve na região e o gado deles ficou atolado em um lamaçal. Osório ficou viúvo cedo e não se casou de novo. Ela assumiu muitas atividades na casa, inclusive, algumas tradicionalmente atribuídas aos homens. Ela contava que se levantou de madrugada e foi socorrer o rebanho junto com Osório. Eu ficava fascinada com isso! Uma criança não imaginava que ela já havia sido jovem, forte.

As primeiras histórias e impressões que tive sobre o cangaço também vieram das histórias contadas por ela. Na sua adolescência em Jardim do Seridó, vivia-se o período do cangaço de Antônio Silvino. Certo dia, Osório recebeu um recado do cangaceiro afirmando que pernoitaria na fazenda e que fosse preparada comida e estadia. A esses recados de um bando fortemente armado não havia como um fazendeiro se defender. Chamar a polícia seria tornar-se um desafeto para o cangaceiro, coisa que ninguém sem condições de enfrentá-lo queria.

O bando veio. Segundo dona Eudócia, apenas o chefe, Antônio Silvino, entrou na casa. Ele jantou, avisou aos donos da casa que ninguém se levantasse de madrugada quando o bando fosse sair e que não dessem informações a ninguém da passagem deles por lá. Os cabras do bando dormiram na parte de trás da casa. A comida foi levada para eles lá onde eles estavam, e nenhum entrou na

residência, claro, como já dito com a exceção de Silvino. Minha vó disse que de madrugada ouviram os trotes dos cavalos saindo e nunca mais tiveram notícias do bando por lá.

Antônio Silvino foi o cangaceiro mais famoso até chegar o bando de Virgulino Ferreira, conhecido por Lampião. Silvino matava, roubava, saqueava, mas nunca se soube de nenhum caso de desrespeito a mulheres, nem abuso contra elas, prática comum ao bando de Lampião. Silvino tinha um código moral bem forte que não permitia essas práticas e os cangaceiros ligados a ele respeitavam. Talvez por passar por uma situação de perigo e saírem todos ilesos, minha avó era uma defensora ferrenha de Antônio Silvino. Todos os males que podiam ser atribuídos ao cangaço, ela os relacionava a Lampião.

As histórias contadas por minha avó iam pintado um quadro de uma mulher heroína para mim que venceu tudo: seca, enchentes e até passou até por cangaceiros e saiu ilesa. Elas me impressionavam muito e iam formando um universo de coisas na mente.

Lembro também de uma história que ela contava/cantava de uma indígena que recusou todas as vantagens da civilização para não deixar sua terra. Era uma indígena da tribo tapuia. Vejamos a letra:

*Formosa tapuia
Que fazes perdida
Nas matas agrestes
E ardente sertão?*

*Teu corpo tapuia
É lindo e delgado
Torna-se mal feito
Vestindo algodão*

*As matas são feias
São tristes e frias
Não queiras tão moça
Morrer de sezão*

*Não quero carinho
Sou pobre roceira
Só faço trabalho
Com roupa grosseira*

*Não quero carinho
Na mata nasci
Se delas não gosta
Nas fiques aqui*

*Não quero carinho
Seu ouro é falso
Meus pés não se estragam
Andando descalço*

*Se fores comigo
Pra minha cidade
Serás tapuinha
Por certo feliz*

*Vestido de seda
Sapato de couro
Adereços de ouro
Não são coisas vis*

*Formosa tapuia
Não fiques zangada
Não tenha maldade
Com o seu benzinho*

*Vamos para o porto
Pegar um conforto
Comer lata de doce
Beber copo de vinho
Não quero carinho
Sou pobre tapuia
Não bebo no copo
Só bebo na cuia
(autor desconhecido)*

<https://www.recantodasletras.com.br/poesias>

Obviamente que a história da Tapuia foi ouvida por minha avó, talvez na infância, e ela foi recontando/recantando. As informações que há sobre os povos originários tapuios registram que eles viveram no estado de Goiás, não se sabe se eles vieram até o Rio Grande do Norte ou à Paraíba. Deve se tratar de um caso da cultura popular que circulou em vários estados do Brasil através da oralidade. No entanto, nas vezes que ouvi minha avó contar essa história, na verdade cantar, pensei que fosse real.

Em 1916, o meu bisavô migrou para a Paraíba devido às constantes estiagem que o levaram a perder praticamente tudo. Juntou o que lhe restava e veio com os filhos tentar a vida em Picuí, no estado da Paraíba. Não se sabe ao certo quantos irmãos de minha avó vieram, mas temos registros de, pelo menos, cinco: Eudócia, Ester, Severina, Santina e Emiliano. Das mulheres, apenas minha avó Eudócia não se casou. Mesmo havendo ficado noiva duas vezes, nunca contraiu núpcias com ninguém. Ela era considerada avó por meus irmãos e primos por criar nossa mãe e irmãos. Santina de Azevedo Cunha, na verdade minha avó, casou-se com José Paulino de Azevedo e desse casamento teve 5 filhos: Maria, Luís Gonzaga de Azevedo, Teresinha de Azevedo Araújo, Erinaldo de Azevedo e Josefa da Cunha Barros, minha mãe.

Santina faleceu logo cedo na cidade de Parnamirim-RN. O meu avô, José Paulino, voltou para Picuí e deixou os filhos, segundo ele, provisoriamente, na casa do meu bisavô aos cuidados dele e de minha avó Eudócia, já que ele estava viúvo e precisava trabalhar. Minha avó Eudócia ficou então cuidando do pai dela e dos cinco sobrinhos que acabaram ficando definitivamente com ela. Nesse período, o meu bisavô ficou depressivo e terminou se suicidando.

A situação de Eudócia se complicou, porque ela assumiu sozinha os cinco sobrinhos. Além desses, ela foi criando outros que circunstâncias peculiares a fizeram assumir. Um dos casos foi problemas de saúde da irmã dela Ester. Nos anos 40, 50, a assistência para gestantes nas cidades do interior da Paraíba inexistia, acredito que essa realidade ocorria também em outros estados. Tia Ester teve o último filho e minha avó dizia que ela “quebrou o resguardo e por isso ficou doida”. Acredito que deve ter sido uma depressão pós-parto. Dois dos filhos dela, entre eles o bebê, foram morar com Dona Eudócia. Dos dois, o mais novo, só saiu de lá quando se casou. Além desse, outro sobrinho veio também morar com na casa de Eudócia.

Mesmo sem casar-se e sem gerar filhos, minha avó criou sete crianças. A luta era grande, conforme relatos dela: apanhava algaroba, algodão e fazia outros serviços para ganhar trocados e sustentar tanta gente. Algumas das crianças vieram para a casa dela já com 10, 12 anos. Esses a ajudavam nos trabalhos de colheita de algodão e de algaroba.

O lado forte, guerreiro e lutador da minha avó - que era na verdade tia avó, mas foi a avó que conheci, a mãe que a minha conheceu, visto que vovó Santina, quando faleceu tinha apenas 18 meses de vida – serviu como inspiração e exemplo de luta para a minha trajetória como mulher, como pessoa. O rosto dela ajudou a forjar o meu.

A segunda mulher - por se a segunda não implica em dizer que ela foi menos importante, segunda pelo fator apenas cronológico – Josefa da Cunha Barros, minha mãe, nasceu na cidade de Picuí. Como mencionado, o meu bisavô, avó, tios-avós nasceram todos no RN, mas a descendência deles nasceu em Picuí.

Josefa Cunha, ou D. Zefinha, nasceu em Picuí no dia 24/09/1944. Filha de José Paulino de Azevedo e Santina de Azevedo Cunha teve cinco filhos: Vera, Virna, Weber, Vannucci e Gabriela. Órfã de mãe aos 18 meses de vida, foi criada pela tia Eudócia Cunha até se casar. Antes disso, apanhou algaroba, algodão,

trabalhou como doméstica, cozinheira, babá. Esteve também alistada nas frentes de emergências em épocas de seca. Casou-se cedo, mas o casamento durou muito pouco tempo. Com o primeiro marido não teve filhos, os filhos vieram de relacionamentos posteriores.

Logo cedo começou a trabalhar, conforme dito, nas mais variadas funções. Em um determinado período, por influência de um irmão de criação, colocou um pequeno comércio de bebidas e comidas. Isso durou aproximadamente oito anos. Após o fechamento do comércio, passou a trabalhar como cozinheira numa instituição estadual chamada Projeto Sertanejo. No caso, como terceirizada visto que o serviço de cozinheira tinha esse perfil contratual. Com o fim do Projeto sertanejo, em 1983, Dona Zefinha teve que recomeçar de novo.

Durante os primeiros anos de trabalho, ainda jovem, foi babá da filha de um médico, presidente da associação que dirigia o hospital filantrópico da cidade. A amizade com esse médico, fez ele empregá-la como cozinheira na copa do hospital. Anos se passaram e a dedicação de Dona Zefinha a levou a fazer o curso de Técnica em Enfermagem e assumir o posto de enfermeira da instituição, cargo em que se aposentou em 2003.

A trajetória de minha mãe foi marcada por reinícios, muitos deles do nada, e por mudanças que exigiram dela muito. Entre os muitos trabalhos, ela trabalhou no final dos anos 60 até meados de 1970 com o alemão que estava estabelecido em Picuí há algum tempo. O alemão vivia no Brasil desde o final da II Segunda. Conforme o ciclo ia se fechando para ex-nazistas, ele se dirigia mais para o interior onde via menos chance de ser encontrado. Nos primeiros anos de contato com esse alemão, a relação era simplesmente de patrão e empregada, mas com o passar dos tempos se tornou um relacionamento amoroso. Essa relação propiciou à minha mãe contato com uma pessoa que ouvia notícias, lia, conhecia muitas coisas do mundo e falava delas para mamãe. Isso a tornou uma mulher bem inteligente e à frente de sua época. Em 1975, o alemão desapareceu e Dona Zefinha teve que reiniciar sua vida de novo.

Dona Zefinha gostava de ler, de fazer palavra cruzadas, de ouvir música entre outras atividades não comuns para uma mulher nascida na década de 40, no interior da Paraíba e das classes menos favorecidas. Ela adorava música. Na nossa casa sempre teve serviço de som, na época, radiola. Discos havia de várias

tendências, mas de Nelson Gonçalves era os que predominavam: ela colecionava LPs dele, havia 44 na nossa casa.

Apesar das condições financeiras precárias na maior parte de nossa infância, graças a esse gosto de nossa mãe, sempre tivemos um repertório cultural bem variado para nossa época e para a nossa condição financeira. Mamãe era viciada em palavras cruzadas, sempre comprava as faladas Coquetel. Tínhamos acesso à fotonovela, gibis e alguns livros que ganhávamos.

Os gostos e aptidões de minha mãe fizeram com que ela tivesse o maior interesse em a gente estudar. Dos cinco irmãos dela, ela foi a única que conseguiu ter filhos que formação superior, os demais, no máximo, Ensino Médio.

Assim que lutas e dificuldades, essas mulheres representam os sons que ouvi na infância, os gostos e cheiros que senti, as histórias e causos que alimentaram o meu imaginário.

SOBRE AS AUTORAS

ANA LÚCIA OLIVEIRA AGUIAR

Graduada e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC) na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Tem Especialização em Inclusão pela Rede Municipal de Educação de Mossoró/RN, Curso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de Intérprete de LIBRAS, pela UERN e Curso de LEDOR, pela UERN e pela CESGRANRIO, Curso de Legendagem para Surdos e Ensurdidos, pela UFRN, Curso de Audiodescrição pela UFRN, Curso de Orientação e Mobilidade, pela UERN. Atualmente é professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Diretora da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN), da UERN.

CLARA TERKO TAKAKI BRANDÃO

Médica e nasceu São Paulo, em 1941. Cursos Medicina na Universidade de São Paulo – USP. É avó de Beatriz e Victória.

CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

Professora-Pesquisadora e Antropóloga e nasceu em Arcoverde-PE. Sua história narra o processo de construção da sua identidade de mulher negra a partir de distintos lugares de influência: familiar, acadêmica e profissional. Ingressou no serviço público em 1993, no Estado da Paraíba, exercendo o cargo de Professora na Universidade Estadual da Paraíba. Mora com sua família em Campina Grande-PB. Dentre seus passatempos preferidos estão ler, viajar e fotografar.

DENISE MACHADO CARDOSO

Antropóloga e historiadora, nascida no mês das festas juninas, em Belém do Pará. Atua como professora da universidade federal do Pará e coordena o grupo

de pesquisa sobre populações indígenas (GEPI) e o grupo de pesquisa sobre Antropologia e imagem (VISAGEM). Pesquisa relações sociais de gênero, socio-biodiversidade, educação e cibercultura. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão no arquipélago do Marajó, em comunidades quilombolas e com diversos povos originários

ENILDA DE FREITAS FAGUNDES RODRIGUES

Nascida no Rio Grande do Sul. Depois de haver morado em diversas cidades brasileiras se fixou em Belém/PA – 1989 a 2019. Sua narrativa abrange toda a sua trajetória, sua paixão por ensinar e por justiça e o privilégio de ter percorrido esse caminho durante décadas. Reside hoje em Portugal ainda exercendo algumas atividades jurídicas. Participa em projetos de voluntariado na África. O hobby continua o mesmo de uma vida toda: escrever, contar e poetizar.

FABIANA VENCEZLAU

Originária e moradora do Quilombo de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. É graduada em Letras e em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central, no Estado de Pernambuco e possui Especialização em Língua Portuguesa e em Educação Intercultural. Atuou como professora de Língua Portuguesa. É militante do Movimento Quilombola e integra, como sócia e colaboradora, as comissões de Educação, Comunicação, Juventude e Mulher da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, comunidade à qual pertence, e que se localiza no Sertão, município de Salgueiro-PE. É Mestra no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de Pós-colonialismo e Identidades. Atualmente é doutoranda no mesmo programa, espaço que acessou através da política de Ações Afirmativas, como quilombola. É professora e pesquisadora quilombola e leciona na Escola José Nêu de Carvalho. É poetisa e integra o Grupo de Poetas do Sertão Central. Integra também o Coletivo Nacional de Educação da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

FÁTIMA DO SOCORRO GOMES COSTA

Turismóloga, formada pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Atualmente residindo em sua terra natal, Itaituba- PA, onde atua na área do Turismo e,

principalmente, na área socioambiental, onde atua desde que se formou, seja como autônoma ou em projetos e atividades governamentais. Sua trajetória como membro da sociedade civil organizada lhe permite desenvolver e atuar em diferentes projetos socioambientais e culturais, onde trabalha em prol das áreas protegidas dos biomas Amazônia e Cerrado. Tem como hobby escrever sobre suas viagens e suas percepções do universo familiar, cultural e comunitário dos territórios onde reside.

GILMA ISABEL RÊGO D'AQUINO

Socióloga, com Mestrado em Arqueologia/UFPe, nasceu em Santarém-Pa. Sua história é autoral e narrada do final da década de 50 do século passado aos dias atuais, maio/2024. Ingressou no Serviço Público Federal - MCTI/Museu Goeldi em 1988. Hoje, está no Ministério da Cultura Escritório Pará, atua com a divulgação e implementação de Políticas Culturais; é membra do CMPC e Coordenadora do Fórum de Museus da Amazônia. Mora em Belém (Pa) com sua filha Bianca e seus passatempos são a leitura, o cinema e o Ativismo Cultural.

GRAÇA SANTANA

Graduada em Geografia, Bacharelada e Licenciada pela Universidade Federal do Pará (1983). Especialista em Teoria Antropológica pela UFPA (1987), Museóloga e Tecnologista Sênior da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Tem experiência na área de Antropologia Social com ênfase organização social de populações haliêuticas da Amazônia, através de pesquisas antropológicas realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa RENAS do MPEG bem como em Etnologia Indígena, onde publiquei cartilhas, livros e artigos sobre os Brinquedos Indígenas, Instrumentos Musicais Indígenas, pesca artesanal e museologia social com foco nas comunidades e povos tradicionais da Amazônia. Participou de curadorias de exposições etnográficas e foi responsável pelo Acervo Etnográfico (indígena, africano e de população regional) durante 10 anos no MPEG. Participou do Projeto Conservação e Educação Ambiental (projeto Cuma) financiado pela Jica/Japão. Além dessas atividades foi consultora do SEBRAE sobre artesanato na Amazônia. Experiência em Educação Ambiental, onde em 1997, como voluntária fundou junto com pescadores o Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF) município de Maracanã/PA, onde foi coordenadora até 2007,

trabalhando com a Educação Ambiental. Realizou também vários projetos expográficos de cunho artísticos como Manhã Deu Ar (2000), e Cada casa é um Círio (2020). Atualmente é aposentada, mas vem realizando trabalhos voluntários no Ecomuseu da Amazônia e no Museu Goeldi com projetos educativos. É membra do Fórum de Museus da Amazônia onde tem contribuído com o movimento no âmbito da pesquisa de cartografia de mulheres, exposições virtuais e capacitação com foco na cultura material e processos de conservação de acervo.

HERTHA CRISTINA CARNEIRO SÁ

Nasceu em Banabuiú/CE. Ingressou, em 2010, no serviço público federal, no estado da Paraíba, no cargo de Professora EBTT do IFPB. Seu texto busca mostrar o grande poder e influência da leitura e da escrita na sua vida (desde o início do seu processo de alfabetização), como instrumentos que contribuíram, e continuam contribuindo, nas suas significativas conquistas pessoais e profissionais.

JOCINEIDE CATARINA MACIEL DE SOUZA

Quilombola Pita Canudos, possui graduação em Letras (2009) e Mestrado em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2014). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários PPGEL/UNEMAT (2021). Professora de língua portuguesa, atuando como formadora na Diretoria Regional de Educação em Cáceres/MT. Bolsista do Programa de Apoio à Pós-Graduação da Amazônia Legal Edital 013/CAPES. É membra fundadora (2017) do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres/MT.

JULIETA MARIA DA SILVA MONTEIRO

Terapeuta Naturopata e Gerontóloga. Nasceu em Belém do Pará. Sua história aconteceu entre 1970 e 1981. Atualmente trabalha no CAPs(Centro de Atenção Psicossocial) de Presidente Figueiredo, interior do Estado do Amazonas. Mora na Comunidade Cristo Rei do Uatumã, na AM 240, distante 28 km da sede, numa pousada que administra nas horas vagas. Gosta muito de ler e escrever e continua escrevendo a história do Rei do Uatumã para publicar um livro em breve.

KÁTIA BARBOSA COUTINHO

Professora de Educação Escolar Indígena, ativista e é Munduruku. Nasceu em aldeia Parawa, Borba-Am. Sua história é narrada desde 1978 até meados do ano de 2024. Atua como funcionária pública desde o mês de maio de 2005, em aldeia Kwatá, rio Canumã, Borba-Am e, exerce a função de Professora em Escola Estadual Indígena Ester Caldeira Cardoso. Mora com sua família em aldeia Kwatá, Borba-Am e, em suas horas vagas, estuda, faz cursos on-line e ama contemplar as belezas de sua Mãe Terra.

LIZ CARMEM SILVA-PEREIRA

Bióloga (Bacharela e Licenciada), Doutora em Neurociências e Biologia Celular, nascida em Natal/RN. Sua história é narrada no intervalo entre janeiro de 1970 e dezembro de 1971 (apenas um fragmento da primeira infância). Ingressou no Poder Executivo do Governo Federal em 2010, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Campus Itaituba, sendo removida em agosto de 2022 para o IFPA, Campus Paragominas, onde exerce a função de docente e pesquisadora. Mora com sua família em Paragominas (PA) e tem como passatempos preferidos a música, a dança, o crochê e a leitura.

LÚCIA SANTANA

Lúcia Santana ou Lucinha Silva são meus nomes mais vibrantes. Natural de Belém do Pará, ativista de vários coletivos no campo ambiental e museal, servidora do Museu Goeldi e atua como Tecnologista na Coordenação de Museologia. Tem sua formação em Letras pela UFPa, Mestra em Teoria Literária pela UFMG e Dra. Museologia com foco na sociomuseologia pela ULHT/ Lisboa. A formação como ativista tem como base o Grupo Ambiental de Fortalezinha/ Maracanã, a representatividade nos Conselhos das Reservas Extrativistas do Pará, a militância no Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas socioculturais da Amazônia, Fórum Estadual de Cultura do Pará e na Rede de educadores de museus do Pará e do Brasil.

LUCIENE TAVARES DA SILVA LIMA

Quilombola, da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande-PB. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do

Acaraú; Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos; Mestre em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Coordenadora do projeto Vivenciando Caiana; Presidente da Organização de Mulheres Negras de Caiana-OMNC; Membro de Rede de Mulheres Negras do Nordeste; Professora, poetisa, pesquisadora e Palestrante das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola; Supervisora da Rede Municipal de João Pessoa/PB.

LUÍSA TAPAJÓS

Mulher amazônica, feminista e sapatão, Psicóloga e editora da Revista Brejeiras.

MÁRCIA ELOÍSA LASMAR BIERI

Pedagoga; Mestre em Planejamento (NAEA/UFPB); Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (UFPB/NAEA); Membro do Instituto Schweizer Freunde der Brasilianischen Mission (CH); Diretora do Instituto de pesquisas e Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia - IPEASA, Itaituba, Pará.

MARCILANA PINHEIRO MORAES

tenho 42 anos, sou funcionária pública e empreendedora no ramo da alimentação. Sou natural de Moju/ Pará. Idealizadora do projeto Leiturando: lendo e brincando. Esse projeto, nasceu da minha paixão pelos livros e de quanto a leitura foi e é importante em todos os momentos da minha vida, por ser moradora da periferia, sinto na pele as desigualdades e as necessidades de políticas públicas, mas nunca gostei muito de reclamar, sempre fui da ação. Então com todas as limitações que eu tinha (e tenho) resolvi fazer alguma coisa, e minha maneira de contribuir para amenizar essa precariedade educacional foi ler para as crianças; em setembro deste ano fará 6 anos que reúno crianças de 4 a 12 anos e conto histórias para elas. A contação de histórias ajuda no desenvolvimento das crianças e eu percebo como isso faz a diferença na vida delas, mas principalmente na minha.

MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA (GRAÇA ATIKUM)

Pertencente ao povo indígena Atikum-Umã, do município de Salgueiro, Pernambuco, Brasil.

MARIA DO CARMO DIAS PACHECO PETTENON

Mais conhecida como Carminha, nasceu em Belém do Pará e chegou à cidade de Santarém com apenas 7 anos de idade. Ela é formada em Técnica Agrícola pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – EAFC, hoje, Instituto Federal do Pará – IFPA de Castanhal. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Atuou como professora do Ensino Fundamental na Rede de Ensino Estadual na cidade de Santarém. Foi a primeira diretora da Escola Estadual Jader Fontenelle Barbalho, no bairro Jaderlândia, e atuou também como professora na Rede Municipal, em Florianópolis-SC. Foi religiosa durante 11 anos na Congregação das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, na cidade de Santarém-. Fez Pós-Graduação em Nível de Especialização em Supervisão Escolar, no Instituto Esperança de Ensino Superior-IESPES; e em Gestão Educacional, na Universidade Estadual do Pará-UEPA. Sempre participou de movimentos sociais, porque seu pai, Raimundo Barbosa Pacheco, era um ativista político e ela herdou essa veia participativa dele. Atou na Igreja Católica como formadora cristã, em sindicatos, partidos políticos, grupo de mulheres da Amazônia, grupo de agricultores, grupo de negros, grupo de indígenas. Foi coordenadora do Asilo São Vicente na cidade de Santarém cuidando dos idosos daquela instituição. Trabalhou também na Legião Brasileira de Assistência-LBA. Nessa entidade desenvolveu importantes trabalhos a partir de projetos que auxiliavam crianças e mulheres carentes da Amazônia.

MARIA ELIZABETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Doutora em Estudos Literários, autora das obras: A Educação Ambiental e Manoel de Barros: diálogos poéticos (2012); Asas do Inaudível em Luzes de Vaga-lume (2019); Sinfonia de Letras (2021); Granada (2023). Identidade mais sublime nessa vida: vovó do Samuel e da Alicia; acredita que o amor é infinito.

MARIA JANE SOARES TARGINO CAVALCANTE

Cigana da etnia Calon, pedagoga, mestranda no Mestrado Ciências da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade da Fust University. É fundadora e representante da Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba (ASCOCIC) e conselheira do Conselho Estadual de Políticas da Igualdade Racial da Paraíba (CEPIR-PB), do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

do Ceará (COEPIR-CE), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

MARIA LUIZA LAPA DE SOUZA

É Matemática e nasceu em Olinda-PE. Sua história vai dos anos de 1960 até os dias atuais. Iniciou sua carreira como professora do Magistério Superior, na Universidade Federal da Bahia - UFBA, em 1983. Fez doutorado na França e exerceu, como professora, em Portugal e França, e milita em movimentos político-progressistas e sociais.

MARIA PÁSCOA SARMENTO

Ativista e liderança quilombola de Salvaterra-PA, oriunda do Quilombo Barro Alto. Professora e pesquisadora, graduada em Letras, Mestra em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA) e Doutora em Antropologia (PPGA/IFCH/UFPA). E-mail: marpasc@ufpa.br

MARIA SÓELI FARIAS-LEMOINE

Paraense, natural do Rio Cachoeiry, Oriximiná, cursou seu primário na Escola Esvécio Guerreiros e o ginásio no Colégio Santa Maria Goreti, em Oriximiná. Estudou no Colégio Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, em Santarém, onde também foi professora de Filosofia; formou-se em Pedagogia, Epistemologia e Filosofia. Cursou Mestrado e Doutorado na Universidade Nacional de Madrid, Espanha. Cursou o 2º Doutorado na Universidade de Strasbourg, França. Ex-Professora de Filosofia da Educação da Universidade Federal do Pará, atualmente está concluindo o pós-doutorado como Pesquisador associado na Universidade Paris Descartes Sorbonne, França.

NILZA VERÔNICA CAMPOS AMARAL AGUIAR

Nasceu em Santarém-PA, é Arquiteta e Urbanista (Unespa) e Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Sua história é narrada entre o início dos anos de 1970 até o final dos anos de 1980. Ingressou no serviço público em 1994, no estado do Tocantins, e exerce o cargo de Arquiteto no Instituto Natureza do Tocantins. Mora com sua família em Palmas (TO) e tem como passatempo preferido escrever crônicas e poesias, além de fotografar.

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO

Mulher negra e professora de História da Universidade Estadual da Paraíba. Nasceu e reside em Campina Grande- Paraíba.

RAIANDA MARIA NUNES

Nascida no Maranhão, mudou-se com sua família para Itaituba-PA, em 1980, aos 2 anos de idade, com incentivo da campanha governamental “Integrar para não entregar”. Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Itaituba, fundadora da empresa social Eco da Floresta onde promove a educação ambiental em escolas, faculdades, empresas privadas e órgãos públicos, compartilhando seu conhecimento e paixão pela preservação do meio ambiente e Embaixadora do Instituto Lixo Zero Brasil.

RAIMUNDA LUCINEIDE GONÇALVES PINHEIRO

É mulher amazônida, Pedagoga, mestre em Educação, doutora em Ciências Ambientais, professora na Universidade Federal do Oeste do Pará e ativista socioambiental. Mora em Santarém. É conferencista, educadora e ama fotografar. A menina da floresta relata suas aventuras de infância no interior de Alenquer-PA, a vinda para Santarém-PA e sua determinação em tornar-se uma professora.

TEREZINHA DE JESUS DIAS PACHECO

Professora, especialista, mestre e doutora da Universidade Federal do Oeste do Pará. Leciona Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Literatura Africana em Língua Portuguesa no Curso de Licenciatura Plena em Letras: Português e Inglês. Nasceu em Belém do Pará. Quando menina morou no bairro do Jurunas e no bairro Nazaré. É filha de Raimundo Barbosa Pacheco e Maria Germana Dias Pacheco. Aos 9 anos embarca pra Santarém na companhia de seus pais e suas 3 irmãs. Sua história profissional inicia em 1979 quando começa o seu trabalho de professora primária na Escola Jonathas Pontes Athias, em Porto Trombetas, comarca ligada a cidade de Oriximiná. Lá, trabalhou com 1ª série do Ensino Fundamental durante 11 anos. De lá veio para Santarém começa a estudar o ensino superior estudando o curso de letras no ano de 1990. É outorgada

em Licenciatura Plena em Letras, em 1995, pela Universidade Federal do Pará. Em seguida, faz o seu curso de especialização em Língua Portuguesa: uma Abordagem Textual no 1996. Depois, em 1998 cursou o mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais. Em 2012 é aprovada para o doutorado e recebe o grau de doutora em 12 de dezembro de 2016. Hoje trabalha na Universidade Federal de Oeste do Pará e é representante do curso de letras na Comissão de Ações Afirmativas. Trabalha também com PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica. Atua diretamente na formação de professores da Amazônia, no Oeste do Pará.

VIRNA LÚCIA CUNHA DE FARIAS

Licenciada em Letras e História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Mestre em Literatura e Ensino, Doutora em Literatura e Cultura e Pós - Doutora em História Cultural. Nasceu em Picuí-PB. A história narrada nesse texto se inicia em 1897, ano de nascimento da avó e 1944, ano do nascimento da mãe Josefa Cunha. Passa até a década de 1990. As mulheres citadas no texto são, respectivamente, avó e mãe da autora.



Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas. A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro, não é?

Clarice Lispector

Trecho da entrevista com Júlio Lerner para a TV Cultura, em 1977.

ISBN 978-65-268-0004-1



9 786526 800041

